



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017
Aprovado pelo Conselho Superior do IFRS, conforme Resolução 009 de 27 de março de 2018.

Bento Gonçalves, março de 2018



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal elaborado de acordo com as disposições da Instruções Normativas TCU nº 63/2010 e nº72/2013, da DN TCU 161/2017 e DN TCU 163/2017 e da Portaria TCU nº 65/2018.

Bento Gonçalves, março de 2018

LISTA DE ABREVIÇÕES E SIGLAS

AE	Assistência Estudantil
AI	Assessoria Internacional
AIPCT	Auxílios Institucionais à Produção Científica e Tecnológica
AIPTC	Auxílio Institucional à Produção Científica e/ou Tecnológica
ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APL	Arranjos Produtivos Locais
AUDIN	Auditoria Interna
BGU	Balanço Geral da União
BICET	Bolsas de Iniciação Científica e/ou Tecnológica no Ensino Técnico
BICTES	Bolsas de Iniciação Científica e/ou Tecnológica no Ensino Superior
CAGPPI	Comissão de Avaliação e Gestão de Projetos de Pesquisa e Inovação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CD	Colégio de Dirigentes
CEB	Câmara de Educação Básica
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CGI/COMFOR	Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica do IFRS
CGP	Coordenadoria de Gestão de Pessoas
CGU	Controladoria Geral da União
CIC	Câmara de Indústria Comércio e Serviços
CIS	Comissão Interna de Supervisão
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CND	Certidão Negativa de Débitos
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COA	Comissão de Organização e Acompanhamento
COAD	Comitê de Administração
CODI	Comitê de Desenvolvimento Institucional
COEN	Comitê de Ensino
COEX	Comitê de Extensão
COGEP	Coordenadoria de Gestão de Pessoas
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CONSUP	Conselho Superior
COPERSE	Comissão Permanente de Processo Seletivo
COPI	Comitê de Pesquisa e Inovação
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPD	Centro de Processamento de Dados
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CPGF	Cartão de Pagamento do Governo Federal
CPPD	Comissão Permanente de Pessoal Docente
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CRE	Coordenadoria Regional de Educação
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
CSIC	Comissão de Segurança da Informação e Comunicação
DAP	Diretoria de Administração e Planejamento
DBR	Declaração de Bens e Rendas
DDI	Diretoria de Desenvolvimento Institucional
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
DGP	Diretoria de Gestão de Pessoas
DI	Desenvolvimento Institucional

DLC	Diretoria de Licitações e Contratos
DN	Decisão Normativa
DOU	Diário Oficial da União
DPVAT	Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
DTI	Diretoria de Tecnologia da Informação
EaD	Educação a Distância
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
EBTC	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPI	Equipamento de Proteção Individual
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ERP	<i>Enterprise Resource Planning</i>
FAPERGS	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
FAUBAI	Associação Brasileira de Educação Internacional
FAURGS	Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
FIC	Formação Inicial e Continuada
FURG	Universidade Federal de Rio Grande
IC	Iniciação Científica
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFRS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
IFTec	Mostra Científica e Tecnológica do IFRS – Campus Caxias do Sul
IGC	Índice Geral de Cursos
IN	Instrução Normativa
IP	<i>Internet Protocol</i>
IPi	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IRP	Intenção de Registro de Preços
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
IT	Iniciação Tecnológica
ITP	<i>Institutional Testing Program</i>
JEPEX	Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão
JiIF	Jogos de Integração do Instituto Federal
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LOA	Lei Orçamentária Anual
MCM	Manual de Classificação de Mercadorias
MEC	Ministério da Educação
MOEXP	Mostra de Ensino, Extensão e Pesquisa
MP	Ministério Público
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NAAc	Núcleo de Acompanhamento Acadêmico
NAPNE	Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
NAS	Núcleo de Atenção à Saúde
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
NDE	Núcleo Docente Estruturante
NEABI	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas
NEAD	Núcleo de Educação a Distância
NEPGE	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero
NIT	Núcleo de Inovação Tecnológica
NUDEC	Núcleo Comunitário de Defesa Civil
OCI	Órgão de Controle Interno

OD	Organização Didática
ODC	Outras Despesas Correntes
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
P&I	Pesquisa e Inovação
PA	Plano de Ação
PAIEX	Programa de Apoio Institucional a Extensão
PAINT	Plano de atividades da Auditoria Interna
PARFOR	Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PAV	Projeto de Assistência Virtual
PCCTAE	Plano de Carreira dos Servidores Técnico Administrativos em Educação
PCMSO	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PETI	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação
PIBEN	Programa Institucional de Bolsas de Ensino
PIBEX	Programa Institucional de Bolsas de Extensão
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBITI	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PJ	Pessoa Jurídica
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNE	Pessoa com Necessidades Especiais
PPA	Plano Plurianual
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PPCI	Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio
PPRA	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
PROAD	Pró-reitoria de Administração
PROBIC	Programa de Bolsas de Iniciação Científica
PROBITI	Programa de Bolsas de Iniciação Tecnológica e Inovação
PRODI	Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEN	Pró-reitoria de Ensino
PROEX	Pró-reitoria de Extensão
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROPI	Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
RA	Relatório de Auditoria
RAINT	Relatório Anual de Auditoria Interna
RAP	Restos A Pagar
REDITEC	Reunião dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
RENAMA	Rede Nacional de Métodos Alternativos
RFB	Receita Federal do Brasil
RMA	Relatório de Movimentação de Almoxarifado
RMB	Relatório Mensal de Bens Móveis
RMP	Relatório de Movimentação de Produtos
RNP-ESR	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - Escola Superior de Redes
RP	Restos a Pagar
SCDP	Sistema de Controle de Diárias e Passagens
SCP	Sistema de Cartão de Pagamento
SEMEPT	Seminário de Educação Profissional e Tecnológica
SEMEX	Seminário de Extensão
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SF	Suprimento de Fundos
SIA	Sistema de Informações Acadêmicas
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SICAF	Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SICT	Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica
SIEX	Sistema de Informação da Extensão
SIG	Sistema Integrado de Gestão
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SIGProj	Sistema de Informação e Gestão de Projetos
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação
SIMECS	Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul
Simplás	Sindicato das Indústrias de Material Plástico do Nordeste Gaúcho
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais
SISAC	Sistema de Controle de Ações de Comunicação
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SMED	Secretaria Municipal da Educação
SPA	Subcomissão Própria de Avaliação
SPDA	Sistemas de Proteção contra Descargas Atmosféricas
SPIUNET	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
SRP	Sistema de Registro de Preços
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública
TADS	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
TAE	Técnico Administrativo em Educação
TAM	Termo de Acordo de Metas e Compromissos
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TOEFL	<i>Test Of English as Foreign Language</i>
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UF	Unidade Federativa
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UG	Unidade Gestora
UJ	Unidade Jurisdicionada
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
UNAI	Unidade de Auditoria Interna
UO	Unidade Orçamentária

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Macroprocesso finalísticos.....	23
Quadro 2 - Macroprocessos de apoio.....	24
Quadro 3 - Forças e fraquezas do IFRS.....	40
Quadro 4 - Oportunidades e ameaças do IFRS.....	41
Quadro 5 - Ação/ Subtítulos - OFSS.....	47
Quadro 6 - Ação/Subtítulos – OFSS.....	49
Quadro 7 - Ação/Subtítulos - OFSS.....	51
Quadro 8 - Ação/Subtítulos - OFSS.....	53
Quadro 9 - Restos a pagar de exercícios anteriores.....	59
Quadro 10 - Resumo dos instrumentos celebrados e montantes transferidos.....	61
Quadro 11 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres.....	61
Quadro 12 - Análise das contas prestadas 2017.....	61
Quadro 13 - Informações sobre a realização de receitas.....	63
Quadro 14 - Despesas por modalidade de contratação.....	65
Quadro 15 - Despesas por grupo e elemento de despesa.....	66
Quadro 16 - Concessão de suprimento de fundos.....	69
Quadro 17 - Utilização de suprimento de fundos.....	69
Quadro 18 - Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n.º 2.267/2005.....	72
Quadro 19 - Equipe de Auditores em atuação no IFRS.....	84
Quadro 20 - Relação da força de trabalho envolvida nos processos finalísticos de Gestão de Pessoas do IFRS.....	91
Quadro 21 - Relação de servidores efetivos e temporários do IFRS.....	92
Quadro 22 - Recurso destinado a capacitação dos servidores em 2017.....	92
Quadro 23 - Participação dos Servidores em Ações de Desenvolvimento.....	93
Quadro 24 - Quantidade de ações de qualificação por nível.....	94
Quadro 25 - Quantidade de servidores com concessão de Licença para Capacitação em 2017.....	95
Quadro 26 - Servidores Docentes Afastados para Capacitação Stricto Sensu em 31/12/2017.....	96
Quadro 27 - Docentes que retornaram do afastamento stricto sensu em 2017.....	96
Quadro 28 - Servidores TAE's afastados para capacitação Stricto Sensu em 31/12/2017.....	96
Quadro 29 - Servidores TAE's que retornaram do afastamento stricto sensu em 2017.....	96
Quadro 30 - Concessão de bolsas de estudo entre 2014 e 2017.....	97
Quadro 31 - Eventos de capacitação em 2017.....	97
Quadro 32 - Participação em Eventos no Exterior.....	99
Quadro 33 - Força de Trabalho da UPC.....	100
Quadro 34 - Distribuição da Lotação Efetiva.....	101
Quadro 35 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas do IFRS.....	101
Quadro 36 - Despesas de Pessoal.....	102

Quadro 37 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade.....	104
Quadro 38 - Distribuição geográfica dos imóveis do IFRS	107
Quadro 39 - Imóveis de propriedade do IFRS.....	108
Quadro 40 - Projetos e pesquisas relacionados à Gestão Ambiental e Sustentabilidade realizados em 2017	126
Quadro 41 - Tabela de vida útil padrão.....	140
Quadro 42 - Ocorrência em fase de atendimento TC-024.764/2016-7 – item 1.7.1 ..	144
Quadro 43 - Ocorrência em fase de atendimento TC-024.764/2016-7 – item 1.8.1 ..	145
Quadro 44 - Ocorrência em fase de atendimento TC-024.764/2016-7 – item 1.8.2 ..	145
Quadro 45 - Ocorrência em fase de atendimento TC-024.764/2016-7 – item 1.8.3 ..	146
Quadro 46 - Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário	150
Quadro 47 - Despesas com publicidade	151
Quadro 48 - Procedimentos instaurados em 2017	179
Quadro 49 - Procedimentos Julgados em 2017	180
Quadro 50 - Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio - FAURGS.....	190
Quadro 51 - Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio - FEPAGRO	191

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma Funcional	20
Figura 2 - Mapa de distribuição dos <i>campi</i> do IFRS.....	21
Figura 3 - Macroprocessos do IFRS	22
Figura 4 - Recomendações emitidas e/ou monitoradas pela UNAI	175
Figura 5 - Distribuição das recomendações emitidas e/ou monitoradas pela UNAI...	176

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas.....	192
ANEXO B - Objetivos estratégicos do IFRS.....	197
ANEXO C - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência.....	199
ANEXO D - Avaliação do Sistema de Controles Internos do IFRS.....	201
ANEXO E - Principais sistemas utilizados pelo IFRS.....	203
ANEXO F - Força de trabalho de TI.....	205
ANEXO G - BGU - Balanço Financeiro Anual.....	207
ANEXO H - BGU - Balanço Orçamentário Anual.....	208
ANEXO I - BGU - Balanço Patrimonial Anual.....	211
ANEXO J - BGU - Demonstrações dos Fluxos de Caixa Anual.....	213
ANEXO K - Demonstração das Variações Patrimoniais Anual.....	216
ANEXO L - Notas Explicativas (NE) 02.001 Balanço Patrimonial – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.....	219
ANEXO M - Notas Explicativas (NE) 02.002 Balanço Patrimonial – Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) Pagas Antecipadamente.....	220
ANEXO N - Notas Explicativas (NE) 02.003 Balanço Patrimonial – Depreciação, Amortização, Exaustão Acumulada de Bens.....	221
ANEXO O - Notas Explicativas (NE) 02.004 Balanço Patrimonial - Amortização Acumulada.....	222
ANEXO P - 02.005 Balanço Patrimonial - Pessoal a Pagar.....	223
ANEXO Q - Notas Explicativas (NE) - 02.006 Fornecedores de Contas a Pagar.....	224
ANEXO R - Notas Explicativa (NE) 02.007 Obrigações Contratuais.....	225
ANEXO S - 02.008 Balanço Patrimonial - Outras Obrigações a Curto Prazo.....	227
ANEXO T - 02.009 Notas Explicativas (NE) Imobilizado.....	228
ANEXO U - 03.001 Demonstração das Variações Patrimoniais - Ganhos com Incorporação de Ativos.....	232
ANEXO V - 03.002 Demonstração das Variações Patrimoniais - Outras VPD – Pessoal e Encargos.....	233
ANEXO W - 03.003 Demonstração das Variações Patrimoniais - Exploração de bens, Direitos e Prestação de Serviços.....	234
ANEXO X - 03.004 Demonstração das Variações Patrimoniais - Perdas Involuntárias.....	235
ANEXO Y - 03.005 Demonstração das Variações Patrimoniais - Transferência a Instituições Privadas.....	236
ANEXO Z - 03.006 Demonstração das Variações Patrimoniais - Desincorporação de Ativos.....	237
ANEXO AA - 03.007 Demonstração das Variações Patrimoniais - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Pessoal.....	238
ANEXO BB - 03.008 Demonstração das Variações Patrimoniais - Depreciação, Amortização e Exaustão.....	239
ANEXO CC - Notas Explicativas Balanço Orçamentário.....	240
ANEXO DD - Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005.....	249

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
1 VISÃO GERAL DA UNIDADE	16
1.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS	16
1.1.1 Finalidade e competências institucionais da unidade	16
1.1.2 Missão	17
1.1.3 Visão Institucional	17
1.1.4 Valores	17
1.2 BREVE HISTÓRICO DO IFRS.....	18
1.3 ORGANOGRAMA.....	18
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	21
1.4.1 Macroprocessos de Apoio	24
1.5 NORMAS E REGULAÇÃO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	25
1.6 AMBIENTE DE ATUAÇÃO	27
1.6.1 Caracterização do ambiente de atuação	27
1.6.2 Relacionamento com a sociedade e contextualização dos serviços ofertados	30
1.6.3 Inserção Regional	37
1.6.4 Ameaças e oportunidades observadas no ambiente do IFRS	38
1.6.5 Descrição dos riscos do ambiente e as estratégias para mitigá-los	41
2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	43
2.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	43
2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício	46
2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico	46
2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	46
2.1.4 Formas e instrumentos de monitoramento da execução dos resultados dos planos	47
2.2 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO.....	47
2.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	47
2.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	58
2.2.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento .	58
2.2.4 Restos a pagar de exercícios anteriores	58
2.3 Execução descentralizada com transferência de recursos	61
2.3.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas	62
2.3.2 Informações sobre a realização das receitas	63
2.3.3 Informações sobre a execução das despesas	65
2.3.4 Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal	69
2.4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO	72
2.4.1 Apresentação e análise de indicadores de desempenho conforme deliberações do TCU	72
2.5 INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS.....	78
3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	79
3.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	79

3.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	82
3.2.1 Sobreposição de Carga Horária – Pronatec.....	86
3.3 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E DE APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS.....	86
3.4 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	87
4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	90
4.1 GESTÃO DE PESSOAS.....	90
4.1.1 Gestão de Pessoas e Força de Trabalho.....	90
4.1.2 Estrutura de Pessoal da Unidade	100
4.1.3 Demonstrativo das Despesas com Pessoal.....	102
4.1.4. Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal.....	103
4.1.5. Contratação de Pessoal de Apoio e Estagiários	104
4.1.6. Contratação de Consultores	105
4.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA.....	105
4.2.1 Gestão da frota de veículos	105
4.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições.....	106
4.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União	107
4.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos públicos e órgãos e entidades públicas ou privadas	109
4.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros	118
4.2.6 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados a atividade-fim.....	120
4.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	121
4.3.1 Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor de TI (PDTI).....	121
4.3.2 Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI	122
4.3.3 Descrição dos principais sistemas de informação do IFRS	122
4.3.4 Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI.....	122
4.3.5 Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI.....	122
4.3.6 Descrição dos processos de gerenciamento de serviços de TI implementados na unidade.....	122
4.3.7 Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período.....	123
4.3.8 Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.....	123
4.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE.....	123
4.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	123
5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	130
5.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO	130
5.2 CARTA DE SERVIÇOS AO USUÁRIO	131
5.3 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS	131
5.4 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE.....	131
5.5 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES	132
6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	138
6.1 DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO.....	138
6.2 TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS.....	138

6.3 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE	141
6.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS	143
7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	144
7.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU.....	144
7.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	146
7.3 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO	150
7.4 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8666/1993	150
7.5 INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO.....	151
7.6 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	151
7.7 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 3º DO DECRETO 5.626/2005	152
OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO.....	153
ANEXOS E APÊNDICES	192

APRESENTAÇÃO

O presente documento é um instrumento de prestação de contas para a sociedade, além de órgãos de controle internos e externos, consolidando informações sobre a gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) no exercício de 2017. O IFRS é integrante da Rede Federal de Educação Tecnológica, criada pela Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que em 2017 completou 9 anos em sua nova institucionalidade. Seguindo os princípios de capilaridade e interiorização da Rede Federal, o IFRS tem implantação multicampi, com a presença em 16 municípios e 17 unidades de ensino, que oferecem do ensino básico à pós-graduação.

A missão do IFRS, conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018, é de *“Promover a educação profissional, científica e tecnológica, gratuita e de excelência, em todos os níveis e modalidades, através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, em consonância com as demandas dos arranjos produtivos locais, formando cidadãos capazes de impulsionar o desenvolvimento sustentável.”*. De forma coerente com a sua missão e em consonância com os princípios constitucionais da administração pública brasileira, o IFRS tem por princípios balizadores a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência, bem como a ética, o desenvolvimento humano, a inovação, o desenvolvimento científico e tecnológico, a qualidade e a excelência, a autonomia, a transparência, o respeito e o compromisso social.

O ano de 2017 foi marcado por conquistas e superações no IFRS, mesmo considerando o contexto político e econômico de contingenciamento de recursos, o que acabou por afetar diretamente atividades e projetos previstos para o exercício. Um dos exemplos dessa realidade foi a brusca redução nos recursos de investimento, que chegaram a representar 16,36% do orçamento em 2012 e caíram para 2,36% em 2017, frustrando algumas expectativas de implementação de infraestrutura prevista no plano estratégico da Instituição.

Com relação aos indicadores acadêmicos, em 2017 o IFRS, em suas 17 Unidades de Ensino, ofertou 311 Cursos, totalizando 25.577 matrículas, com um total de 11.932 ingressantes, 6.455 concluintes e a oferta de 64.639 novas vagas entre ensino presencial e a distância. Os cursos oferecidos pelo IFRS estão em sua maior parte nos Eixos Tecnológicos de Desenvolvimento Educacional e Social (22,99%), Informação e Comunicação (17,97%), Gestão e Negócios (16,27%) e Controle e Processos Industriais (13,91%). A maior parte dos cursos estão concentrados em oferta presencial, que compõe 297 cursos, 21.352 matrículas, 7.838 ingressantes, 3.414 concluintes, 8.563 vagas e 41.742 inscritos nos processos de seleção. Na modalidade de educação a distância a oferta contou com 14 cursos, 4.225 matrículas, 4.094 ingressantes, 3.041 concluintes e 56.076 vagas ofertadas. Destes, 6 cursos foram continuidade de cursos Técnicos já ofertados e 8 cursos de Qualificação Profissional (FIC).

Ao mesmo tempo, em 2017 pode ser verificada uma melhora nos índices de eficiência e eficácia, o que é decorrente das ações de permanência e êxito adotadas nas unidades, além de um acompanhamento das condições de evasão, projeto previsto já no plano estratégico da instituição. Outro fator a considerar é a maturidade institucional construída nos últimos 9 anos, o que traz o aperfeiçoamento de processos

e a efetiva implementação dos cursos. A medida que o IFRS for consolidando a implementação de todos os seus cursos e completando vários ciclos, a tendência é que o número de egressos aumente e os processos sejam ainda mais qualificados.

Outro ponto a considerar foi o aumento na oferta de vagas para os cursos de qualificação profissional e na modalidade do Ensino a Distância, proporcionando uma expansão no escopo de atuação do IFRS e contribuindo para a verticalização. Ainda, é importante considerar que tal processo se deu sem perder de vista as previsões legais e o compromisso institucional com a oferta do ensino médio, que ultrapassa os 50% de vagas.

Com relação ao pessoal, o IFRS fechou 2017 com 1221 docentes e 952 técnicos administrativos. Se verifica o alto índice de titulação dos servidores do IFRS, somente entre os técnicos, cerca de 41% são especialistas e pouco menos de 20% são mestres ou doutores. Entre os docentes, pode ser visto um aumento nos índices relativos à formação, o que é decorrente de uma maior competitividade nos processos de ingressos, que levam em conta a titulação e também às iniciativas de capacitação adotadas pela instituição. Durante o ano de 2017 estiveram afastados para capacitação *stricto sensu* 96 docentes, sendo 03 para mestrado, 87 para doutorado e 06 para pós-doutorado. Além disso, aos servidores que não se afastam para capacitação *stricto sensu*, o IFRS oferece possibilidade de bolsa de estudos através de edital. Em 2017, cerca de 52% dos docentes são mestres e 41% doutores.

Pode-se afirmar que em 2017 o IFRS desenvolveu ações integradas e em consonância com sua missão e princípios, no atendimento das demandas de formação e contribuindo para a implantação das políticas públicas. Seu compromisso social, por exemplo, é atestado ao considerar que 43% dos alunos possuem renda familiar *per capita* inferior a 1,5 salários mínimos, mesmo tendo grande parte de seus *campi* implantados em 2 das mais ricas regiões do Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo, o exercício de 2017 teve como importante conquista a construção de bases para o aperfeiçoamento dos processos de planejamento e gestão, como o fortalecimento da implementação de um sistema integrado de gestão, criação de fluxos e processos para avaliação de cursos e a estruturação do processo para o novo plano estratégico, o PDI 2019-202. Dessa forma, a expectativa é que o aperfeiçoamento dos processos de planejamento e gestão contribuam diretamente para o melhor aproveitamento dos recursos institucionais, em prol do desenvolvimento de projetos e ações que possibilitem o cumprimento das suas finalidades e que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico e cultural dos seus respectivos territórios de atuação.

Ao elaborar o Relatório de Gestão do exercício de 2017, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do SUL organizou o tema em conformidade com a forma e conteúdos definidos com as disposições das Resoluções TCU nº 234/2010 e nº 244/2011; Instruções Normativas TCU nº 63/2010 e nº72/2013; Decisões Normativas TCU nº161/2017 e nº163/2017 e Portaria TCU nº65/2018. O relatório está estruturado em 7 capítulos, anexos e apêndices e outros itens de informação, de acordo com as orientações do TCU.

O capítulo “**Visão geral da Unidade**” contempla os elementos identificadores da unidade prestadora de contas (UPC) e também algumas informações que melhor caracterizam a unidade, tais como sua estruturação, contexto de atuação, principais macroprocessos, competências, entre outras.

O capítulo “**Planejamento organizacional e resultados**” trata da forma como a unidade prestadora de contas planejou sua atuação ao longo do tempo e para o

exercício de 2017. O capítulo está estruturado em três grandes eixos: planejamento organizacional, resultados do desempenho orçamentário, resultados operacionais.

O capítulo “**Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos**” demonstra a estrutura de governança da unidade, explicitando as atividades realizadas pelas unidades que a compõem, os mecanismos e controles internos adotados para assegurar a conformidade da gestão e garantir o alcance dos objetivos planejados e as atividades de correção.

A Seção “**Áreas especiais da gestão**” contempla informações sobre gestão de pessoas, infraestrutura patrimonial, tecnologia da informação e critérios de sustentabilidade ambiental.

A seção “**Relacionamento com a sociedade**” demonstra a existência de estruturas que garantem canal de comunicação com o cidadão para fins de solicitações, reclamações, denúncias e sugestões, bem como de mecanismos ou procedimentos que permitam verificar a percepção da sociedade sobre os serviços prestados pela unidade e as medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.

O capítulo “**Desempenho financeiro e informações contábeis**” visa demonstrar o desempenho financeiro e as informações sobre as demonstrações contábeis e financeiras elaboradas pelas UPC. São contempladas ainda a implementação da sistemática de apuração de custos e dos novos critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

O capítulo “**Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle**”, por sua vez, tem por objetivo proporcionar melhor compreensão sobre atendimento a demandas específicas oriundas de legislação específica e dos órgãos de controle.

Por fim, a seção denominada “**Anexos e Apêndices**” destina-se à organização dos quadros e tabelas que ocupam mais de uma página, dos documentos digitalizados, listas e outros documentos utilizados para comprovação ou demonstração de conteúdos do desenvolvimento do relatório.

Com a convicção dos esforços empenhados para o alcance contínuo dos melhores resultados, em consonância com sua natureza institucional e sua declaração de missão, visão e princípios, submete-se à apreciação dos órgãos de controle o Relatório de Gestão do exercício de 2017.

1 VISÃO GERAL DA UNIDADE

1.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

1.1.1 Finalidade e competências institucionais da unidade

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS é uma entidade educacional vinculada diretamente ao Ministério da Educação e, como tal, deve pautar suas ações com base nas suas diretrizes e normatizações. Nesse sentido, seu arcabouço legal está fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) e na lei que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008).

A competência institucional do IFRS está definida nas finalidades e características dos Institutos Federais de Educação, conforme o artigo 6º da sua lei de criação:

- I. ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II. desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III. promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV. orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V. constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI. qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII. desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII. realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX. promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Assim, para cumprir as atribuições definidas em sua competência institucional, a mesma lei estabelece os seguintes objetivos, conforme o seu artigo 7º:

- I. ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

- II. ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III. realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV. desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V. estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
- VI. ministrar em nível de educação superior:
 - a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
 - c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
 - d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
 - e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Todas as ações desenvolvidas pelo IFRS, baseadas nas finalidades e objetivos estabelecidos na referida lei, estão também em sintonia com os elementos norteadores definidos no seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, cuja missão, visão e valores são apresentados a seguir:

1.1.2 Missão

“Promover a educação profissional, científica e tecnológica, gratuita e de excelência, em todos os níveis e modalidades, através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, em consonância com as demandas dos arranjos produtivos locais, formando cidadãos capazes de impulsionar o desenvolvimento sustentável.” (PDI 2014-2018)

1.1.3 Visão Institucional

“Ser uma instituição de excelência em educação, ciência e tecnologia.” (PDI 2014-2018)

1.1.4 Valores

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul garantirá a todos os seus *campi* a autonomia da gestão Institucional democrática a partir dos princípios constitucionais da

Administração Pública: legalidade; impessoalidade; moralidade; publicidade e eficiência. Além dos princípios constitucionais da Administração Pública, balizam a atuação do IFRS:

- a) Ética – Ser referência básica que orientará as ações institucionais;
- b) Desenvolvimento Humano – Desenvolver a cidadania, a integração e o bem-estar social;
- c) Inovação – Buscar soluções às demandas apresentadas;
- d) Qualidade e Excelência – Promover a melhoria permanente dos serviços prestados;
- e) Autonomia dos *campi* – Administrar preservando e respeitando a singularidade de cada *campus*;
- f) Transparência – Disponibilizar mecanismos de acompanhamento e de conhecimento das ações da gestão;
- g) Respeito – Valorizar e prestar atenção especial aos alunos, servidores e público em geral;
- h) Compromisso Social – Participar efetivamente das ações sociais.

1.2 BREVE HISTÓRICO DO IFRS

O IFRS, cuja sede administrativa (Reitoria) localiza-se em Bento Gonçalves, na região da Serra Gaúcha, nasceu do reordenamento da Rede Federal de Educação Profissional, com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. De constituição única entre os Institutos Federais, é o resultado da fusão de quatro instituições históricas no âmbito da educação profissional no Rio Grande do Sul: o Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves (atual *Campus* Bento Gonçalves), a Escola Agrotécnica Federal de Sertão (atual *Campus* Sertão), a Escola Técnica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (atual *Campus* Porto Alegre) e o Colégio Técnico Industrial Mário Alquati da Universidade Federal do Rio Grande (atual *Campus* Rio Grande). Ainda nessa composição inicial, agregou-se a Escola Técnica Federal de Canoas (atual *Campus* Canoas), criada pela Lei nº 11.534, de 26 de outubro de 2007, porém não implantada até aquele momento.

Posteriormente, somaram-se as unidades fundadoras, fruto de um amplo processo de discussão e parcerias com as prefeituras e demais lideranças da região, bem como em estreita relação com os arranjos produtivos locais, o *Campus* Osório, no Litoral Norte; os *Campi* Caxias do Sul e Farroupilha, na Serra; o *Campus* Feliz, no Vale do Rio Caí; o *Campus* Restinga, na Região Metropolitana; assim como os *Campi* Erechim e Ibirubá, no Norte. Na mesma lógica, a partir de 2013, passaram a ser implantadas mais cinco unidades: *Campus* Alvorada e *Campus* Viamão, na Região Metropolitana; *Campus* Rolante, na Região do Vale do Paranhana; *Campus* Vacaria, na Região Nordeste e *Campus* Veranópolis, na Serra.

1.3 ORGANOGRAMA

O IFRS possui uma estrutura multicampi, em que o organograma definido para a instituição possui uma forma e cada *campus* possui uma estrutura semelhante. A estrutura do IFRS prevê a existência de dois colegiados superiores, que possuem funcionamento regulamentado nos regimentos próprios aprovados pelo Conselho

Superior. Esses dois órgãos colegiados são: Conselho Superior e Colégio de Dirigentes. As definições da estrutura funcional, competências e a disciplina das atividades comuns aos vários órgãos e serviços integrantes da estrutura organizacional do IFRS, nos planos administrativo, didático-pedagógico e disciplinar, com o objetivo de complementar e normatizar as disposições estatutárias são definidas pelos seguintes documentos:

- **Regimento Geral do IFRS:** aprovado pelo Conselho Superior do IFRS, conforme resolução nº. 064 de 23 de junho de 2010. Disponível em:
http://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/Regimento_Geral_IFRS.pdf

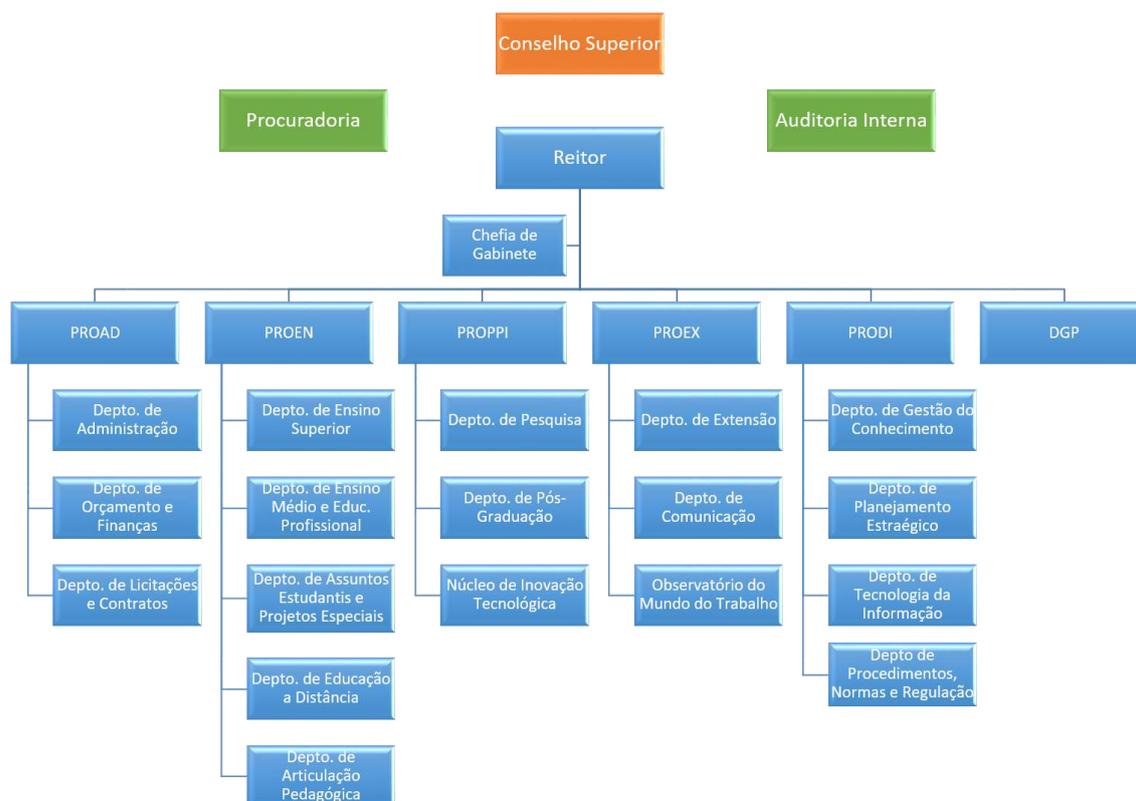
- **Regimento Interno do Conselho Superior do IFRS:** aprovado pelo Conselho Superior do IFRS, conforme resolução nº. 065, de 23 de junho de 2010. Disponível em:
<http://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/Regimento-CONSUP.pdf>

- **Regimento Interno do Colégio de Dirigentes do IFRS:** aprovado pela Resolução “Ad Referendum” nº 001, de 20/02/2009. Referendado pela Resolução do Conselho Superior nº 003, de 19/02/2010. Disponível em:
<http://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/Regimento-Col%C3%A9gio-de-Dirigentes.pdf>

- **Regimento Interno da Unidade de Auditoria Interna do IFRS:** aprovado pela Resolução do Conselho Superior nº 055, de 20/08/2013. Disponível em:
http://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/Resolucao_55_13.pdf

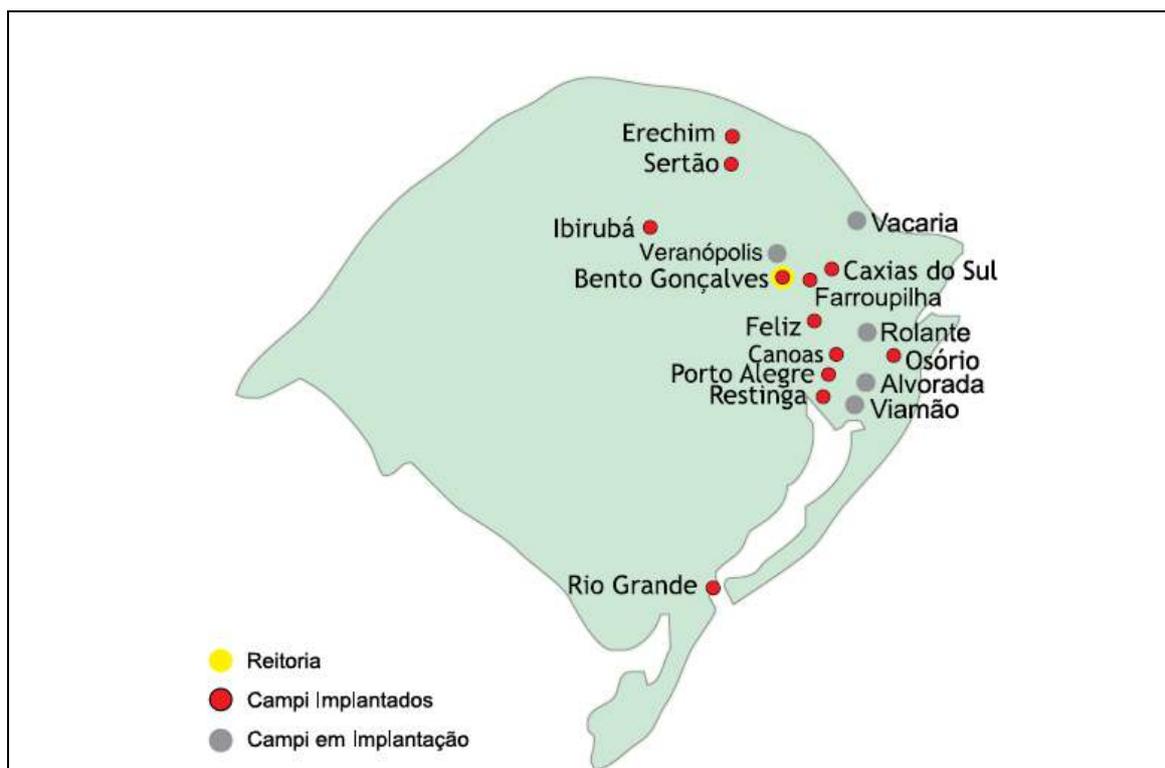
Com base nos documentos referenciados, pode-se descrever as principais atribuições das áreas da instituição, as quais estão graficamente representadas no organograma funcional da Figura 1.

Figura 1 - Organograma Funcional



Fonte: Elaborado com base no Regimento Geral e no Regimento Interno da Reitoria do IFRS.

Na figura 2, é possível visualizar a distribuição geográfica dos *campi* do IFRS dentro do Estado do Rio Grande do Sul.

Figura 2 - Mapa de distribuição dos *campi* do IFRS

O Anexo A apresenta as informações sobre áreas ou subunidades estratégicas do IFRS, incluindo as competências, assim como o titular, o cargo e o período de atuação relativos a cada uma delas.

1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

O IFRS possui um conjunto de processos em operação para que os seus objetivos possam ser atendidos. A classificação das atividades de uma organização, segundo Porter (1992)¹, pode ser relacionada ao seu conjunto das atividades, sendo representado em basicamente duas categorias: atividades primárias (finalísticas) e atividades secundárias (ou de apoio). Utiliza-se a classificação do autor para a definição dos macroprocessos finalísticos e dos macroprocessos de apoio.

Assim, os macroprocessos finalísticos do IFRS são considerados aqueles diretamente relacionados com a criação do “valor para a sociedade” através dos serviços que são prestados, envolvendo todos os elementos operacionais relacionados às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, envolvem as relações com egressos, estágios, organizações do mundo do trabalho e parcerias com outras organizações públicas ou privadas.

De outra forma, os macroprocessos de apoio do IFRS são considerados aqueles que prestam suporte aos processos diretamente relacionados com a criação do “valor para a sociedade”. Esses processos relacionam-se entre si e com os macroprocessos

¹ PORTER, M. E. (1992). Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior. Rio de Janeiro: *Campus*.

primários, permitindo que eles possam ser executados dentro dos padrões de qualidade, eficiência e eficácia objetivados pela organização.

A seguir, destaca-se a representação dos processos finalísticos (primários) e de apoio, seguindo-se a mesma forma de Porter (1992) quanto às atividades primárias e secundárias. Também estão representados na figura 3 os principais processos de cada macroprocesso.

Figura 3 - Macroprocessos do IFRS



Fonte: Elaborado conforme processos da organização, Regimento Geral e Regimento Interno da Reitoria do IFRS. Baseado no conceito de Cadeia de Valor (Porter, 1992).

A partir das definições institucionais em relação ao Planejamento Estratégico, os Macroprocessos referem-se às áreas de gestão e os Processos tratam das áreas institucionais que estão diretamente atreladas às áreas de gestão.

No quadro 1, são apresentados os macroprocessos finalísticos do IFRS, com sua descrição, principais atividades relacionadas, principais produtos e serviços, principais clientes e parceiros e as unidades/subunidades diretamente responsáveis pela viabilização de cada macroprocesso. Segundo Harrington (1993)², um processo pode ser considerado "qualquer atividade que recebe uma entrada (*input*), agrega-lhe valor e gera uma saída (*output*) para um cliente externo ou interno. Os processos fazem uso dos recursos da organização para gerar resultados concretos."

² HARRINGTON, H. J. (1993). Aperfeiçoando processos empresariais. São Paulo: Makron Books.

Quadro 1 - Macroprocesso finalísticos

	Descrição	Produtos e Serviços	Público atendido	Subunidades Responsáveis
Ensino	Planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de ensino do Ministério da Educação, em consonância com as diretrizes educacionais brasileiras, articuladas à pesquisa e à extensão no IFRS.	Elaboração de PPCs; oferta de cursos de ensino médio e profissional; oferta de cursos de ensino superior; assuntos estudantis; projetos especiais; articulação pedagógica, cursos EaD; promover medidas orientadas para ações de inclusão em Ensino, Pesquisa e Extensão	Alunos do IFRS	Pró-reitoria de Ensino e unidades* de ensino do IFRS
Pesquisa	Planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de pesquisa, pós-graduação e inovação, em consonância com as diretrizes do Ministério da Educação, integradas ao ensino e à extensão, promovendo ações de intercâmbio com instituições e empresas.	Oferta de cursos de pós-graduação, programas e projetos de pesquisa; realização de ações de inovação tecnológica; promover medidas orientadas para ações de inclusão nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão	Alunos dos programas de iniciação científica, instituições e empresas	Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e unidades* do IFRS

Extensão	Planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de extensão e relações com a sociedade, articuladas ao ensino e à pesquisa, junto aos diversos segmentos sociais.	Apoiar o desenvolvimento de ações de integração entre a instituição e o mundo do trabalho, nas áreas de acompanhamento de egressos, empreendedorismo, estágios e visitas técnicas; fomentar relações de intercâmbio e acordos de cooperação com instituições regionais, nacionais e internacionais, promover o desenvolvimento da extensão como espaço privilegiado para a democratização do conhecimento científico e tecnológico; promover a divulgação e a comunicação institucional com a sociedade; promover medidas orientadas para ações de inclusão em Ensino, Pesquisa e Extensão	Alunos dos programas de extensão, sociedade, instituições e empresas	Pró-reitoria de Extensão e unidades* do IFRS
----------	--	--	--	--

Fonte: Departamento de Planejamento Estratégico da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional

* *Campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Restinga, Rio Grande, Sertão, Alvorada, Vacaria, Rolante, Veranópolis e Viamão)

1.4.1 Macroprocessos de Apoio

Assim como os macroprocessos finalísticos podem ser definidos e gerenciados, os processos de apoio também podem. No quadro 2 são apresentados macroprocessos de apoio, os objetivos estratégicos definidos no planejamento do IFRS e os principais processos de cada macroprocesso.

Quadro 2 - Macroprocessos de apoio

Macroprocesso	Objetivos Estratégicos	Processos
Administração	Proporcionar agilidade e transparência na gestão contratual e elaboração de processos licitatórios	Licitações e Contratos
	Proporcionar agilidade e transparência na gestão dos recursos e elaboração do orçamento	Orçamento e Finanças
	Otimizar a infraestrutura física dos <i>campi</i> e da reitoria	Projetos e Obras
Desenvolvimento Institucional	Promover a sistematização dos dados e a disponibilização de informações estratégicas	Gestão do Conhecimento
	Desenvolver a instituição estrategicamente	Planejamento Estratégico
	Aprimorar a estruturação dos fluxos de trabalho e procedimentos, propondo a sua normatização	Procedimentos, Normas e Regulação
	Otimizar a infraestrutura tecnológica e de comunicação	Tecnologia da Informação e Comunicação
	Otimizar o quadro de pessoal	Ingresso

Gestão de Pessoas	Promover a capacitação e o desenvolvimento profissional dos servidores	Capacitação
-------------------	--	-------------

Fonte: Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional

1.5 NORMAS E REGULAÇÃO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE

O IFRS tem sua atuação regida por uma série de normas e regimentos. Tais normas definem a estrutura da Unidade, bem como as suas competências e balizam o funcionamento institucional.

- Decreto 6.095/2007 - Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2007/Decreto/D6095.htm
- Lei 11.892/2008 - Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm
- Estatuto do IFRS – Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/Estatuto-IFRS-Atual.pdf>
- Regimento Geral do IFRS – Disponível em: http://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/Regimento_Geral_IFRS.pdf
- Regimento da Reitoria – Disponível em: <http://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/Regimento-Reitoria-IFRS.pdf>
- Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRS – período 2014/2018 – Disponível em: <http://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/PDI-2014-2018.pdf>
- Regimento Interno do Conselho Superior do IFRS – Disponível em: <http://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/Regimento-CONSUP.pdf>
- Regimento Interno do Colégio de Dirigentes do IFRS – Disponível em: <http://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/Regimento-Col%C3%A9gio-de-Dirigentes.pdf>
- Regimento Interno da Comissão de Ética Pública do IFRS – Disponível em: http://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/07/201703104529292regimento_comissao_de_etica_ifrs.pdf
- Política de Comunicação do IFRS – Disponível em: https://comunica.ifrs.edu.br/politica/wp-content/uploads/sites/2/2015/04/Pol%C3%ADtica_mar%C3%A7o_2016.pdf
- Portaria de Recredenciamento do IFRS – Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/Portaria-de-Recredenciamento.pdf>

O IFRS, por meio de suas Pró-reitorias, com o apoio dos seus respectivos comitês (representados por todos os *campi* do IFRS), tem trabalhado no estabelecimento de fluxos referentes aos seus macroprocessos finalísticos e de apoio. Alguns exemplos de fluxos referentes às atividades dos macroprocessos finalísticos estão apresentados a seguir:

Instrução Normativa Proen 01/2017 – Institui e normatiza a divisão equitativa dos recursos orçamentários da Assistência Estudantil de acordo com a classificação dos grupos de vulnerabilidade dos estudantes do IFRS, em conformidade com o inciso VIII, do art. 2º, da Política da Assistência Estudantil (PAE), aprovada pela Resolução Consup nº 086, de 03 de dezembro de 2013 e revoga a Instrução Normativa Proen nº 005, de 05 de novembro de 2015.

Instrução Normativa Proen 02/2017 – Regulamenta os critérios e a oferta de Componentes Curriculares na condição de Aluno Especial.

Instrução Normativa Proen 03/2017 – Altera Instrução Normativa Proen nº 007, de 30 de dezembro de 2015, referente às normas para cobrança de multa no atraso da devolução de materiais no Sistema de Bibliotecas do IFRS.

Instrução Normativa Proen 04/2017 – Regulamenta o Programa Institucional de Estudante Voluntário nos Projetos de Ensino no IFRS.

Instrução Normativa Proen 05/2017 – Regulamenta a Mobilidade Estudantil Institucional, da Resolução Consup nº 046/2015, que aprova a Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS).

Instrução Normativa Proen 06/2017 – Regulamenta a Mobilidade Estudantil Nacional, da Resolução Consup 046/2015, que aprova a Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS).

Instrução Normativa Proen / Propri 01/2017 – Normatiza os artigos 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258 da Organização Didática do IFRS, o fluxo para a emissão e registro de diplomas dos cursos e revoga a Instrução Normativa nº 05, de 02 de outubro de 2013, e a Instrução Normativa Proen/Propri nº 01, de 11 de novembro de 2015.

Instrução Normativa Proen / Proad 02/2017 – Normatiza o fluxo operacional de aquisição por compra de material bibliográfico para os acervos do Sistema de Bibliotecas do IFRS (SiBIFRS) e revoga a Instrução Normativa Proen/Proad nº 001, de 14 de outubro de 2016.

Instrução Normativa Proen / Proex 03/2017 – Regulamenta a Mobilidade Estudantil Internacional, em atendimento a Resolução Consup 046/2015, que aprova a Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS).

Instrução Normativa Proen / Proad 04/2017 – Normatiza os processos e os fluxos operacionais de aquisição por compra de Alimentação Escolar.

Instrução Normativa PROEX/IFRS nº 02/2017 – Regulamenta a emissão de certificados das ações de extensão do IFRS.

Instrução Normativa PROEX/IFRS nº 03/2017 – Estabelece orientações para a oferta de cursos de extensão, presencial ou a distância, pelo IFRS.

Instrução Normativa PROEX/IFRS nº 04/2017 – Regulamenta a forma de apresentação dos projetos institucionais de extensão vinculados ao Programa Institucional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do IFRS e das modalidades da Prestação Institucional de Serviços, quando executados por uma fundação de apoio devidamente credenciada ao IFRS, e revoga a Instrução Normativa PROEX/IFRS nº 02/2016.

Instrução Normativa PROEX/IFRS nº 05/2017 – Estabelece os procedimentos para a solicitação, o registro, o acompanhamento, a formalização e a prestação de

contas das ações de extensão realizadas por meio da Prestação Institucional de Serviços

Instrução Normativa PROEX/IFRS nº 06/2017 – Estabelece sugestões de subáreas para cada área temática e linhas de extensão adotadas no IFRS, bem como suas formas de operacionalização mais frequentes e revoga a Instrução Normativa PROEX/IFRS nº 01/2010

Além de fluxos para os macroprocessos finalísticos, fluxos referentes às atividades dos macroprocessos de apoio também têm sido trabalhados:

Instrução Normativa PRODI nº 02, de 10 de outubro de 2017 – Normatiza os fluxos e procedimentos para a submissão dos Relatórios de Desenvolvimento Institucional para proposta de Novos Cursos a serem oferecidos pelos *campi* do IFRS e revoga a Instrução Normativa PRODI nº 02, de 27 de junho de 2016.

Instrução Normativa PRODI nº 03, de 14 de novembro de 2017 – Institui e normatiza os fluxos e procedimentos para a elaboração dos Relatórios de Desenvolvimento Institucional para Acompanhamento de Cursos.

1.6 AMBIENTE DE ATUAÇÃO

1.6.1 Caracterização do ambiente de atuação

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS, com reitoria sediada em Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que estabeleceu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O IFRS é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, tendo como prerrogativas a autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar. Trata-se de uma instituição multicampi que atua nos níveis de ensino básico e superior, com cursos técnicos de nível médio na forma integrada, concomitante e subsequente, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas, bacharelados, de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*. O IFRS possui 17 unidades, a saber: Alvorada, Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Restinga (localizado em Porto Alegre), Rio Grande, Rolante, Sertão, Vacaria, Veranópolis e Viamão.

Caracterizada como instituição multicampi, que atua em vários municípios com diferentes realidades produtivas e demandas socioeconômicas específicas, o IFRS vem se constituindo em um instituto de excelência em educação, ciência e tecnologia que protagoniza, juntamente com outras instituições e atores sociais, o desenvolvimento local e regional. No âmbito de sua atuação, os Institutos Federais exercem o papel de instituições creditoras e certificadoras de competências profissionais. Os Institutos Federais têm autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos à distância, a legislação específica.

Dados do ano 2010, publicados no Atlas Brasil 2013³ apontam que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH - índice que considera a longevidade, a educação e a renda para medir a qualidade de vida) do Estado do Rio Grande do Sul é de 0,746, sendo classificado na faixa de índice de desenvolvimento Alto (entre 0,700 e 0,799). Segundo a publicação, a dimensão que mais contribui para o IDHM do Estado é Longevidade, com índice de 0,840, seguida de Renda, com índice de 0,769, e de Educação, com índice de 0,642. O Rio Grande do Sul ocupa a 6ª posição entre as 27 unidades federativas brasileiras, segundo o IDHM. No que concerne à Educação, dados apontam que dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 18,50% estavam cursando o ensino superior em 2010. Considerando-se a população do Estado com 25 anos ou mais de idade, 5,44% eram analfabetos, 52,14% tinham o ensino fundamental completo, 35,43% possuíam o ensino médio completo e 11,28%, o superior completo. Comparativamente, no Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%. Tais números apontam que existe uma demanda latente que pode ser atendida através das ações educativas do IFRS, com vistas a melhorar ainda mais o índice de desenvolvimento da população.

A presença dos *campi* em vários municípios, atende a diferentes realidades produtivas locais e comunidades com necessidades específicas, o que torna o IFRS uma instituição com o desafio de ser um dos protagonistas do desenvolvimento socioeconômico da sociedade brasileira, a partir da educação pública gratuita e de excelência, considerando-se a impossibilidade de dissociação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Entende-se que para conquistar esse desafio, o IFRS deverá contar com um planejamento do desenvolvimento institucional que estabeleça elementos para a sua gestão democrática e participativa.

O IFRS é formado por vários *campi*, que possuem uma diversidade de valores e necessidades na área educacional e se propõem a valorizar a educação em todos os seus níveis, contribuindo com o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, oportunizando de forma expressiva a educação pública de excelência e fomentando o atendimento das demandas locais, com atenção especial às camadas sociais que carecem de oportunidades de formação e de incentivo à inserção no mundo do trabalho.

Baseado no Índice Médio de Desenvolvimento Econômico (IDESE), que tem por objetivo medir o grau de desenvolvimento dos municípios e regiões do Rio Grande do Sul e é uma metodologia proposta pela Fundação de Economia e Estatística – FEE, o IFRS atua em regiões de alto desenvolvimento (Serra Gaúcha – 0,9) e médio desenvolvimento (Norte – 0,75; Sul – 0,55; Região Metropolitana de Porto Alegre – 0,75) e com estreita relação entre as demandas regionais, expressas em suas atividades econômicas e arranjos produtivos locais (APLs) e as áreas ofertadas pelo IFRS. Esta forte relação vem promovendo o desenvolvimento econômico regional e melhorando as condições/qualidade de vida da população em seu entorno. Ao mesmo tempo o IFRS também possui *campi* localizados em áreas periféricas das regiões mencionadas, cumprindo com sua missão proposta e compromisso social.

³ O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação João Pinheiro, é uma plataforma de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM - de 5.565 municípios brasileiros, além de mais de 180 indicadores de população, educação, habitação, saúde, trabalho, renda e vulnerabilidade, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

As atividades econômicas e os APLs característicos da Região Norte e Nordeste do Estado estão contemplados nas seguintes áreas de atuação: Metalmecânico Pós-Colheita, Agropecuária, e Indústria e Serviços. O IFRS, nesta região, conta com os *Campi* Sertão, Erechim, Ibirubá e Vacaria, que ofertam, dentre outros, os cursos de Agronomia, Zootecnia, Licenciatura em Ciências Agrícolas, Tecnologia em Alimentos, Tecnologia em Agronegócio, Engenharia Mecânica, Engenharia de Alimentos, Técnico em Agropecuária, Técnico em Alimentos, Técnico em Mecânica e Técnico em Informática.

Já na Região Sul do Estado, as atividades econômicas e os APLs característicos são contemplados pelas seguintes áreas de atuação: Alimentos, Naval e *Offshore*, Complexo Industrial da Saúde, Agropecuária, Indústria e Serviços. O IFRS, neste território, conta com o *Campus* Rio Grande que oferta os cursos de Tecnologia em Refrigeração e Climatização, Engenharia Mecânica, Técnico em Automação Industrial, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Fabricação Mecânica, Técnico em Refrigeração e Climatização, Técnico em Enfermagem, entre outros.

A Região Metropolitana de Porto Alegre tem contempladas as seguintes áreas de atuação: Eletroeletrônica, Automação e Controle, Máquinas e Equipamentos Industriais, Agricultura Familiar, Indústria e Serviços. O IFRS atua nessa localidade com os *Campi* Porto Alegre, Canoas, Restinga, Osório, Feliz, Viamão, Alvorada, Rolante que ofertam, dentre outros, os cursos de Mestrado em Tecnologia e Engenharia de Materiais, Mestrado em Informática na Educação, Tecnologia em Processos Gerenciais, Tecnologia em Sistema para Internet, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico em Informática, Técnico em Redes de Computadores, Técnico em Administração, Técnico em Cerâmica, Técnico em Panificação, Técnico em Tradução e Interpretação de Libras, Técnico em Secretariado, Técnico em Eletrônica e Técnico em Guia de Turismo.

Os segmentos econômicos da Região da Serra Gaúcha estão contemplados através das seguintes áreas de atuação: Eletroeletrônica, Automação e Controle, Máquinas e Equipamentos Industriais, Metalmecânico e Automotivo, Moveleiro, Moda, Tecnologia da Informação, Agropecuária, Indústria e Serviços. Os *Campi* Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Farroupilha e Veranópolis do IFRS ofertam para a comunidade regional os cursos de Mestrado em Tecnologia e Engenharia de Materiais, Tecnologia em Viticultura e Enologia, Tecnologia em Alimentos, Tecnologia em Horticultura, Tecnologia em Logística, Engenharia Mecânica, Engenharia de Controle e Automação, Tecnologia em Processos Metalúrgicos, Técnico em Fabricação Mecânica, Técnico em Plástico, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Metalurgia, Técnico em Eletrônica, Técnico em Agropecuária e Técnico em Viticultura e Enologia.

O desenvolvimento institucional deve ocorrer com enfoque para um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho, da pesquisa aplicada destinada à elevação do nível de qualidade das atividades produtivas e da democratização do conhecimento, considerando a comunidade em todas as suas representações. A essência das ações do IFRS está fundamentada na prática da consolidação do fomento à formação profissional, mediante a perfeita articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Dentre as principais instituições que atuam no Estado, ofertando produtos e serviços similares àqueles ofertados pelo IFRS, pode-se destacar o Instituto Federal Sul-Riograndense (IFSUL), o Instituto Federal Farroupilha (IFFarroupilha), as

Universidades (Públicas e Privadas), as Faculdades (privadas) e as instituições integrantes do Sistema S (SENAI, SENAC, SESI, SEST/SENAT).

1.6.2 Relacionamento com a sociedade e contextualização dos serviços ofertados

A criação dos Institutos Federais indicou a ideia de reorganizar a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, fortalecendo a inserção na educação profissional de nível técnico em todo o território brasileiro. Além da expansão da oferta dos cursos técnicos de nível médio, é tarefa dos IFs concretizar a verticalização do ensino através da oferta de cursos de graduação e pós-graduação, como opções de continuidade aos estudos, dentro dos espaços geográficos ocupados pelos seus *campi*. Dessa forma, o IFRS atua em diferentes níveis e modalidades de ensino promovendo a sua verticalização dentro do âmbito da Educação Profissional.

De acordo com o parágrafo 2º, do artigo 39, da LDB, a educação profissional será desenvolvida por meio de cursos e programas de:

- I. formação inicial e continuada de trabalhadores;
- II. educação profissional técnica de nível médio; e
- III. educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

Por meio da oferta de cursos de educação profissional, o IFRS tem como premissas: o desenvolvimento integral do cidadão, a equidade; a competitividade econômica - vista de forma humanizada num processo de globalização - e a geração de novas tecnologias. A ideia central do Ensino Técnico de Nível Médio é o entendimento do trabalho como princípio educativo, iniciando a sensibilização desta noção ainda nesta etapa da Educação Básica e estendendo essa centralidade na formação profissional para os cursos superiores.

O IFRS preocupa-se com a formação de um cidadão/trabalhador com perfil qualificado, não apenas em relação ao domínio de conhecimentos na área tecnológica, mas também preparado para situar-se no mundo de maneira autônoma, capaz de usufruir e de interagir ativamente em espaços de decisão, comprometendo-se com questões ligadas à coletividade.

Outro elemento que caracteriza o IFRS é a sua atuação em diferentes modalidades de ensino. O IFRS possui diversos cursos e programas na área da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e na Educação à Distância (EaD). Ofertando cursos através da EaD, o Instituto possibilita, aos educandos, a realização de cursos técnicos em municípios distantes da localização geográfica de seus *campi*, facilitando o acesso à Educação Profissional e sendo uma ferramenta de inclusão social.

O IFRS também oferta cursos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), realizando a qualificação profissional e a formação de nível médio adequada à realidade dos educandos maiores de 18 anos. Além dessas modalidades de ensino, a Instituição oferece programas de certificação de saberes.

Considerando que o objetivo educacional do IFRS gira em torno dos pilares ensino, pesquisa e extensão, os principais “clientes” do IFRS podem ser definidos como o seu público discente (nos diversos níveis e modalidades), egressos e a comunidade em geral.

Assim, para atender à sociedade da melhor maneira possível, o IFRS busca desenvolver de forma articulada suas políticas de ensino, pesquisa e extensão. Para além disso, desenvolve políticas de pós-graduação, política estudantil, política de egressos e política de ações afirmativas.

O norte de uma Instituição de Ensino são as suas políticas de ensino. São alguns exemplos de políticas de ensino do IFRS: seu compromisso com a educação profissional; a verticalização do ensino; a construção e reconstrução permanente de seus currículos; as práticas avaliativas, a busca por paradigmas democráticos para inclusão, acesso, permanência e êxito na instituição.

O IFRS estrutura a sua prática através da verticalização do ensino, de modo que todos os sujeitos envolvidos no processo educacional atuem nos diferentes níveis e modalidades, compartilhando os espaços pedagógicos, estabelecendo itinerários formativos, por meio de ações integradas entre ensino, pesquisa e extensão. Neste sentido, destaca-se a articulação da educação básica, profissional e superior. O IFRS, em consonância com o contexto de sua criação e comprometido com a concepção de Educação Profissional e Tecnológica que a justifica, aponta como suas ações fundamentais:

- oferta de educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos para atuação profissional nos diversos setores da economia, especialmente no que tange ao desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

- desenvolvimento da educação profissional e tecnológica como processo educativo intercultural e investigativo de produção e recriação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

- promoção da integração e da verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior;

- compromisso com a oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no seu âmbito de atuação;

- desenvolvimento de ações de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

- realização e fomento da pesquisa aplicada, da produção de conhecimento do desenvolvimento cultural, da economia solidária, do cooperativismo e do desenvolvimento científico e tecnológico;

- fomento da produção, do desenvolvimento e da transferência de tecnologias sociais, com atenção especial às tecnologias assistivas e àquelas que visam à criação de estratégias de preservação do meio ambiente;

- integração com as comunidades locais por meio da participação em grupos, comitês e conselhos municipais e regionais;

- compromisso com a oferta de formação inicial e continuada de trabalhadores em educação.

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão está diretamente relacionada à organização curricular e à flexibilização dos tempos e dos espaços escolares e extra-escolares. Os saberes necessários ao trabalho conduzem à efetivação de ações do ensino e aprendizagem, da pesquisa (elaboração e reelaboração de conhecimentos) e da extensão (ação-reflexão com a comunidade).

A indissociabilidade entre os três pilares deve promover a articulação das diferentes áreas do conhecimento e a inovação científica, tecnológica, artística,

esportiva e cultural promovendo a inserção do IFRS nos planos local, regional, nacional e internacional e possibilitando que o conjunto de saberes produzidos perpassasse os níveis e modalidades de ensino oferecidas pela Instituição.

A partir da verticalização do ensino, a circulação e a interlocução dos saberes entre os diferentes níveis pode ocorrer com maior ênfase através de projetos integradores, eventos e flexibilização das organizações curriculares. A verticalização do ensino também pode possibilitar que os educandos realizem seus estudos, progredindo na área de formação inicial na mesma instituição, possibilitando desta forma a construção e reconstrução contínua de saberes.

Essa organização curricular dos Institutos Federais traz para os profissionais da educação um espaço ímpar de construção de saberes, por terem esses profissionais a possibilidade de dialogar simultaneamente e de forma articulada, da educação básica até a pós-graduação, trazendo a formação profissional como paradigma nuclear, o que faz que essa atuação acabe por sedimentar o princípio da verticalização. Esses profissionais têm a possibilidade de, no mesmo espaço institucional, construir vínculos em diferentes níveis e modalidades de ensino, em diferentes níveis da formação profissional, buscar metodologias que melhor se apliquem a cada ação, estabelecendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A verticalização sintoniza-se com a diversidade e condiz com uma visão progressista de educação, com o compromisso de que o trabalho como princípio educativo pode ser um caminho privilegiado para a formação integral do ser humano, independente do nível de ensino em questão.

Em consonância com as diretrizes legais que estabelecem o direito das pessoas com necessidades específicas à igualdade de condições de acesso e permanência, com atendimento especial, o IFRS implementa em todos os seus *campi* o NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas), que tem o objetivo de organizar e estimular projetos e programas educacionais para a convivência, consciência da diversidade e principalmente buscar a quebra das barreiras arquitetônicas, educacionais, atitudinais e de comunicação, buscando adequar-se à legislação no que diz respeito à acessibilidade física e prioridade de acesso (Lei nº 10.098/00, Lei nº 10.048/00, Decreto nº 5.296/06 e NBR 9050 da ABNT). É compromisso do NAPNE o fomento do processo de inclusão e de ações afirmativas, revelando o compromisso do IFRS com a formação integral do ser humano, em especial ao relacionamento que estabelece com o mundo do trabalho.

A educação inclusiva no IFRS visa atender às necessidades específicas de todos os estudantes, através do desenvolvimento de práticas pedagógicas com estratégias diversificadas. Os *campi* têm implementado o que regem as Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, sobre a inclusão de ações pedagógicas que contemplem as relações étnico-raciais e o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. Os *campi* do IFRS possuem Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), núcleos responsáveis por fomentar e organizar estudos e ações que direcionam para uma educação pluricultural e pluriétnica, incentivando a construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, principalmente de negros, afrodescendentes e indígenas.

Os Núcleos de Gênero também estão sendo implementados em alguns dos *campi* do IFRS. Seu principal objetivo é implementar a política da Diversidade de Gênero, com vistas a promover valores democráticos de respeito à diferença e à

diversidade, articulando os setores da Instituição nas diversas atividades relativas à inclusão e diversidade de Gênero e Sexualidade.

Para tanto atender aos requisitos legais como promover ações inclusivas, a instituição prioriza a aquisição e a utilização de recursos materiais e técnicas avançadas e investe na formação dos servidores para que desenvolvam e atuem com competência em contextos de diversidade.

O IFRS, como instituição integrante da rede pública brasileira de educação, tem como compromisso contribuir para a democratização e expansão do ensino público e gratuito, buscando assegurar a igualdade de condições de acesso. Nesse sentido, a forma de ingresso aos cursos regulares do IFRS é mediante processo de seleção pública. O número de vagas para os cursos está definido nos Projetos Pedagógicos de cada curso, adequando-se às demandas regionais e às especificidades de cada *campus*.

No que tange à permanência dos educandos nos cursos, o IFRS possui políticas de assistência estudantil diferenciadas e bastante abrangentes que envolvem diversas modalidades de auxílio, com ênfase à moradia, alimentação, transporte, entre outras.

No âmbito de cada *campus* existem projetos de apoio pedagógico que visam auxiliar os discentes no sentido de obterem êxito em seus estudos, através de oficinas, aulas de reforço e sessões especiais de monitoria por área/disciplina, entre outros.

Em relação à arte, cultura e esporte, existe o incentivo às atividades que integrem e desenvolvam habilidades artísticas e desportivas junto aos educandos, seja na música, dança, teatro ou artes visuais, ou atividades voltadas ao esporte, atividades físicas e lazer. Destacam-se as equipes esportivas, tanto nas modalidades tradicionais de esporte coletivo (futebol, futsal, vôlei, basquete, handebol, quanto nas modalidades individuais, como xadrez, tênis de mesa e atletismo). Com um grande potencial para ampliar essa oferta de modalidades na medida em que os espaços qualificados para a prática de atividades físicas forem construídos em cada *campus*. Outra forte atividade de integração dos educandos são as atividades culturais, inclusive realizando apresentações em outros Institutos Federais e em eventos de entidades civis.

O IFRS trabalha também através da criação de tempos e espaços voltados para a discussão das práticas pedagógicas nos *campi*, com foco especial no acompanhamento e na análise do desempenho dos educandos, com o intuito de superar os índices de evasão e retenção identificados na Instituição.

As atividades práticas e o estágio são concebidos no IFRS como um espaço privilegiado de articulação entre a teoria e a prática, bem como de integração entre os currículos e o mundo do trabalho em todos os cursos, níveis e modalidades de ensino.

Mediado pela intervenção pedagógica numa perspectiva interdisciplinar do currículo, o estágio curricular é parte integrante do percurso formativo, e, como tal, está previsto no Projeto Pedagógico dos diversos cursos ofertados pelo IFRS.

Alguns princípios básicos que orientam as políticas de ensino, pesquisa e extensão, também tomam centralidade nas políticas que orientam a concepção de práticas e estágio como componente curricular dos cursos do IFRS: a verticalização e a transversalidade, a indissociabilidade entre teoria e prática, a pesquisa como princípio educativo e o trabalho como princípio educativo.

Sendo assim, as atividades de prática e estágio são de caráter prático, pedagógico e de aprimoramento técnico e científico, devendo oportunizar a vivência de situações reais do cotidiano profissional. A experiência de estágio contribui para que o estudante construa autonomia de pensamento e de ação com vistas à resolução de

problemas na área profissional de sua formação, além de vivenciar a cultura laboral na sua área de atuação. A inserção no ambiente de trabalho ao longo do percurso de formação acadêmica contribui significativamente para a promoção do desenvolvimento do espírito e do pensamento reflexivo.

As políticas de estágio, seus processos de gestão e acompanhamento permanente, bem como a regulamentação dos processos inerentes às relações entre o IFRS e o mundo do trabalho são coordenados pela Pró-reitoria de Extensão em conjunto com os *campi* de forma a atender as especificidades das diversas realidades e cursos do IFRS.

Para fins de normatização, a Pró-reitoria de Extensão define Instruções Normativas próprias que orientam os processos de gestão, execução e registros dos estágios no IFRS.

As políticas de pesquisa do IFRS pautam-se pelas finalidades e objetivos preconizados na lei de criação dos Institutos Federais, fomentando a realização de pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, além de criar mecanismos para estender seus benefícios à sua região de abrangência, sem descuidar do alcance nacional e internacional.

Da mesma forma, as políticas de pesquisa do IFRS buscam o alinhamento com Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020, o qual define as novas diretrizes, estratégias e metas para dar continuidade e avançar nas propostas para política de pós-graduação e pesquisa no Brasil. Da mesma forma, alinha-se ao documento Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016-2022, o qual define a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, com o objetivo de situar o Brasil na vanguarda do conhecimento científico e tecnológico,

O IFRS busca priorizar a realização de projetos de pesquisa e programas de cooperação e intercâmbio direcionados à implementação de ações técnico-científicas, para a execução de atividades de pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação com vistas ao atendimento das demandas locais, regionais e nacionais. Nesse intuito, estabelece e mantém intercâmbio com instituições científicas nacionais e internacionais, empresas de diferentes segmentos produtivos, visando firmar contatos e convênios sistemáticos na área da pesquisa aplicada, promovendo o intercâmbio entre pesquisadores e discentes, além do desenvolvimento de projetos comuns.

O Instituto possibilita, ainda, dentro da linha de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, programas de cooperação e intercâmbio técnico-científico, os quais buscam definir, planejar, coordenar e executar estudos, levantamentos, pesquisas, planos e programas destinados ao aprofundamento do conhecimento técnico-científico, dar apoio mútuo na promoção e desenvolvimento de projetos de pesquisa, desenvolvimento, absorção e transferência de tecnologia, prestação de serviços, intercâmbio de informações técnico-científicas, ensino e treinamento relevantes para os interesses das instituições colaboradoras, atividades culturais de disseminação do conhecimento científico e tecnológico.

A atividade de pesquisa científica e tecnológica, portanto, vem sendo institucionalizada no IFRS como um dos pilares da atividade acadêmica em todos os níveis e modalidades, indissociada do ensino e da extensão, na qual os pesquisadores buscam produzir conhecimentos, contribuindo para o avanço da ciência e para o desenvolvimento social, tecnológico e cultural.

No que se refere à inovação o IFRS, como instituição de educação científica e tecnológica, tem a missão de promover e fortalecer a interação entre a sua capacidade

científica e tecnológica com as atividades de pesquisa, transferência de tecnologia e inovação em prol das necessidades da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social, ambientalmente sustentável do País.

É papel do IFRS, através do seu Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), vinculado à Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação gerir sua política de inovação tecnológica, fazendo parte desta, atividades como celebração de contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento de patentes de sua propriedade, prestação de serviços de consultoria especializada em atividades desenvolvidas no âmbito do setor produtivo, estímulo à participação de servidores em projetos com foco na inovação, capacitação de técnicos e pesquisadores em relação à cultura de inovação, dentre outras. Cabe também ao núcleo viabilizar a transferência do conhecimento científico e tecnológico gerado na instituição para a sociedade bem como promover a adequada proteção das invenções geradas no âmbito do Instituto Federal do Rio Grande do Sul a fim de contribuir para o desenvolvimento social, cultural e tecnológico do país.

A institucionalização e consolidação da pesquisa ocorrem através da participação ativa dos *campi* do IFRS, o que vem permitindo expressivo cadastro de Grupos e Linhas de Pesquisa no Diretório de Pesquisa do CNPq com a respectiva certificação pela Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação.

O desenvolvimento das pesquisas desenvolvidas pelos Grupos e Linhas de Pesquisa nos *campi* do IFRS alinha-se à expertise das áreas do conhecimento de oferta dos cursos em todos os níveis e modalidades de ensino, bem como aos programas, projetos e ações de extensão, com o objetivo de contribuir para a produção, a sistematização e a disseminação do conhecimento de forma integrada. Assim, o ato de pesquisar permeia todas as ações e evolui em complexidade e rigor à medida que os níveis educativos se aprofundam acompanhando o princípio da verticalidade.

Os processos de pesquisa, sejam de cunho pedagógico e/ou científico, partem do desenvolvimento de práticas investigativas intensificando-se até a geração de soluções técnicas e tecnológicas, às demandas sociais e peculiaridades regionais, tendo como foco a extensão de seus benefícios para a comunidade.

O IFRS tem como prioridade incentivar as atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas pelos trabalhadores em educação e discentes. Nesse sentido, compreende como fundamental a articulação da qualidade do ensino ao desenvolvimento científico, pedagógico, artístico, esportivo, tecnológico e cultural de nossa região. Busca priorizar projetos de pesquisa e programas de iniciação científica vinculados aos objetivos do ensino e extensão, e inspirados em proposições e demandas locais, regionais e nacionais. Nesse intuito, estabelece e mantém intercâmbio com instituições científicas nacionais e internacionais, visando firmar contatos e convênios sistemáticos entre pesquisadores, promovendo o intercâmbio entre trabalhadores em educação e educandos de diferentes instituições nacionais e internacionais, além do desenvolvimento de projetos comuns entre as instituições.

As políticas de Pós-Graduação do IFRS buscam assegurar a necessária articulação entre ciência, tecnologia e cultura, e entre ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista o compromisso de contribuir para o desenvolvimento nacional, com destaque à sua atuação no plano local e regional, conforme prevê o PDI. O IFRS vem buscando, portanto, ofertar uma educação que possibilite aos indivíduos gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade.

As políticas de Pós-Graduação estabelecem que os Programas de Pós-Graduação devem levar em consideração a indissociabilidade entre a prática do ensino e da pesquisa; o ensino e a pesquisa como atividade estratégica de verticalização das atividades acadêmicas; o atendimento de demandas sociais, do mundo do trabalho e da produção, com os impactos nos arranjos produtivos locais; o comprometimento com a inovação tecnológica e com a transferência de tecnologia para a sociedade; a formação de recursos humanos para os campos da Educação, Ciência e Tecnologia, tendo como base o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica e a formação de profissionais para a pesquisa aplicada e a inovação tecnológica.

A ação extensionista é compreendida, no contexto do IFRS, como a prática acadêmica que interliga o próprio Instituto, nas suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da comunidade, possibilitando a formação de profissionais aptos a exercerem a sua cidadania, a contribuir e a humanizarem o mundo do trabalho. É por meio da extensão que o Instituto contribui de forma efetiva para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região, articulando teoria e prática e produzindo novos saberes. É por meio da extensão que se dá o processo de revitalização institucional, isto é, a instituição reflete a partir das demandas e experiências externas, já que a sua razão de existência é atender aos anseios da comunidade.

O IFRS objetiva, do ponto de vista das políticas de extensão: a otimização das relações de intercâmbio institucional com a sociedade voltadas para a reflexão-ação em torno das necessidades sócio-educacionais e econômicas locais e regionais; a divulgação do conhecimento produzido no Instituto; o fortalecimento das ações conjuntas envolvendo ensino, pesquisa e extensão em consonância com as necessidades sociais; a promoção de atividades de extensão em todos os *campi* do instituto, bem como em seus núcleos avançados; a captação e a oferta de recursos destinados ao incentivo e apoio às ações extensionistas; a divulgação das ações para reforçar e ampliar parcerias com a comunidade acadêmica, setores governamentais e não governamentais, no âmbito da União, do Estado e dos Municípios, visando contribuir para a definição de políticas públicas de extensão em ações efetivas de combate à exclusão em todos os setores da sociedade.

O IFRS entende que a extensão fortalece a sua relação com a comunidade, porque propicia a participação institucional em ações sociais que priorizam a superação das condições de desigualdade e exclusão ainda existentes. É na medida em que socializa seu conhecimento que o Instituto tem a oportunidade de exercer a responsabilidade social que lhe compete e efetivar o compromisso que assume, através de sua missão, com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos por meio da educação.

O compromisso social manifesta-se na colaboração, no conhecimento e na transformação da comunidade, por meio de uma atuação eficaz, que compreenda a educação como processo social de formação do indivíduo para o exercício livre e responsável da cidadania.

As ações de extensão, regularmente vinculadas às práticas profissionalizantes dos alunos, são desenvolvidas de maneira integrada e buscam, no primeiro plano, o envolvimento destes sob a supervisão de docentes como co-gestores das iniciativas empreendidas nesse campo. Em segundo plano, são buscadas parcerias com o poder público e segmentos organizados da sociedade, seja na prestação de assessorias e consultorias, seja em ações que resultem na proposição de ações que objetivem o atendimento das necessidades mais relevantes dos educandos.

Como instituição voltada para a região na qual se insere, os projetos de ensino, pesquisa e extensão do IFRS nascem da identificação das necessidades regionais, tanto sociais quanto econômicas. Esse diálogo necessário com a sociedade promove a geração de conhecimentos novos, de tal forma que permite a introdução de inovações para responder às necessidades da complexa realidade social e do mundo do trabalho.

Sendo assim, o IFRS assume sua função social que faz parte da trama de poderes ligados a interesses políticos, econômicos e sociais, estabelecendo diálogo entre instituição e sociedade através da execução de projetos e programas de alcance social, tanto no âmbito da instituição quanto em seu entorno.

Além dos programas e projetos institucionais comprometidos com a educação integral e o desenvolvimento integral do cidadão, o IFRS engaja-se nos Programas Sociais do Governo que têm interface com a educação. Dentre esses, pode-se citar: - políticas de cotas para ingresso em todos os níveis e modalidades do ensino técnico e tecnológico; - Programa Nacional de Acesso em Emprego e Trabalho; - Programa Mulheres Mil.

A Política de Egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, é constituída por um conjunto de ações que visam à manutenção do vínculo do egresso com a instituição. O acompanhamento de egressos, por sua vez, trata-se de ação específica cujo objetivo é o acompanhamento do itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo do trabalho e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.

Os egressos, portanto, se revelam como atores potenciais na articulação com a sociedade, como uma das fontes de informações que possibilitam retratar a forma como são percebidas e avaliadas as instituições, tanto do ponto de vista do processo educacional como no nível de interação com a sociedade.

A Política de Egressos, por meio do acompanhamento dos mesmos, possibilita o levantamento de informações em relação aos egressos e o mundo do trabalho, resultando em dados imprescindíveis para o planejamento, definição e retroalimentação das políticas educacionais da instituição.

O objetivo do acompanhamento de egressos, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul objetiva, por meio da coleta de informações junto aos egressos, analisar a formação acadêmica dos cursos ofertados, principalmente em relação a 3 (três) aspectos: a empregabilidade dos egressos, a continuidade dos estudos após a conclusão do curso e a avaliação, pelos egressos, da formação educacional recebida. Dessa maneira, a organização dos dados se traduz em indicadores, qualitativos e quantitativos, servindo de subsídios para a orientação da oferta educacional regular e para a organização de programas de educação continuada voltados aos egressos.

1.6.3 Inserção Regional

Um dos objetivos dos institutos federais é definir políticas que atentem para as necessidades e demandas regionais. Nesse sentido, o IFRS apresenta uma das características mais significativas que enriquecem a sua ação e o seu planejamento: a diversidade. Os *campi*, como instituições de ensino profissional, atuam em áreas geográficas e realidades socioeconômicas distintas, tais como: a agropecuária, o setor de serviços, a área industrial, a vitivinicultura e o turismo.

Os *campi* estão localizados em regiões que se constituem uma referência em termos de necessidade de formação profissional, em função da demanda de ingresso.

Bento Gonçalves, como sede da reitoria do IFRS, é um centro regional de desenvolvimento, tanto da indústria, como do comércio, do turismo, dos serviços e uma região definida claramente como desenvolvida também pela agropecuária, com produtividade e formação técnica já consagrada a partir da qualidade de formação empreendida pelo então CEFET Bento Gonçalves.

Essa tradição no trato com a educação profissional, sob a égide da diversidade, candidata o Instituto Federal do Rio Grande do Sul a concentrar, na sua estrutura organizacional e de planejamento pedagógico, um centro de formação profissional capaz de atender as mais variadas demandas e necessidades regionais.

A diversidade que caracteriza os *campi* do Instituto Federal do Rio Grande do Sul em sua constituição social, econômica e educacional, permite considerar como riqueza que qualifica o planejamento pedagógico. Desde a região Norte ao Sul do Estado do Rio Grande do Sul, Erechim e Rio Grande são *campi* que, geograficamente se constituem opostos, mas contribuem com a unidade na diversidade do Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

Há uma constituição socioeconômica dos *Campi* de Erechim, Porto Alegre, Caxias, Bento Gonçalves e Rio Grande, especialmente, que se caracterizam como regiões desenvolvidas, bom nível econômico das famílias, demanda discente oriunda de regiões com bom poder aquisitivo em geral e que estão inseridas num contexto econômico de nível acima da média no RS.

No entanto, Restinga e Canoas – em função da localização dos *campi* – são comunidades carentes, de baixo poder aquisitivo e de uma carência de formação profissional para inserção no mundo do trabalho, pois não tem, na sua maioria, a possibilidade de inserção em cursos superiores ou no mercado de trabalho.

O *Campus* Sertão, de características bem diversas dos demais *campi*, está situado no interior de um município de aproximadamente 7 mil habitantes, cuja região de abrangência é marcadamente caracterizada por pequenos municípios, carentes de opções de trabalho e corpo discente oriundo de famílias de pequenos agricultores.

O *Campus* de Osório, região colonizada por açorianos, no litoral norte do RS, apresenta outras características distintas. Voltada ao turismo, 80% da população é urbana e carece de profissionais na área de serviços.

O atendimento a demandas de carência econômica ou a demandas de nível socioeconômico mais expressivo exige planejamento pedagógico bem definido em cada *campus*, que têm a autonomia e liberdade para dinamizar as ações de ensino, pesquisa e extensão que atendam às especificidades de cada região. A concepção desta trilogia não pode dispensar a atenção às necessidades de atendimento às camadas mais carentes da sociedade, especialmente na oferta de FIC e PROEJA, possibilitando que os objetivos dos Institutos Federais sejam ratificados na prática em todas as modalidades e níveis desejados pela comunidade regional.

1.6.4 Ameaças e oportunidades observadas no ambiente do IFRS

O IFRS realizou, durante o ano de 2013 e 2014, por ocasião da elaboração do seu Plano de Desenvolvimento Institucional, seminários de planejamento, a partir dos quais foi realizado um levantamento dos elementos internos e externos que poderiam trazer benefícios ou problemas à Instituição, na busca pela conquista de seus

objetivos. Esses elementos foram cruzados com elementos identificados no Acórdão 506 (TCU, 2013), do Tribunal de Contas da União.

Em relação aos elementos internos, as forças (*strenghts*) representam as características internas ou ativos que podem dar vantagens ou facilidades para o IFRS atingir os seus objetivos. Por outro lado, as fraquezas (*weaknesses*) representam características internas ou limitações em ativos que colocam a Instituição em situação de desvantagem ou causam dificuldades em atingir os objetivos. A análise do ambiente interno apresenta elementos que a instituição pode controlar. Nesse caso, são elementos que podem ser modificados nos setores, nas políticas ou nas decisões da gestão para que o IFRS possa ter sucesso na busca pelos seus objetivos. Em relação aos elementos do ambiente interno, foram levantadas as forças e fraquezas apresentadas no Quadro 3.

A análise do ambiente externo, ao contrário do ambiente interno, apresenta elementos que a Instituição não pode controlar. Nesse caso, são elementos que devem ser observados e as mudanças internas devem ocorrer para que a Instituição possa aproveitar as oportunidades e minimizar ou eliminar as ameaças através de suas ações. No ambiente externo, as oportunidades (*opportunities*) representam situações externas atuais ou futuras que podem facilitar a atuação da instituição na busca por seus objetivos. As ameaças (*threats*) representam as situações possíveis externas que podem impedir a Instituição de atingir seus objetivos ou causar algum tipo de problema. A análise do ambiente externo e o tratamento dos elementos identificados também são importantes à Instituição que, mesmo sem ter o controle sobre esses elementos, poderá modificar suas decisões, objetivos, setores e políticas para evitar possíveis problemas e aproveitar as oportunidades identificadas. No que diz respeito aos elementos do ambiente externo, os seminários de planejamento apontaram as oportunidades e ameaças para o IFRS constantes no quadro 4.

Quadro 3 - Forças e fraquezas do IFRS

Forças	Fraquezas
1 - Processo decisório democrático	1 - Falta de padronização dos processos de trabalho
2 - Recursos financeiros disponíveis na instituição	2 - Ausência de normas para a regulamentação das atividades
3 - Alta qualificação dos servidores	3 - Dificuldades de planejamento e execução
4 - Possibilidade de formação plena do indivíduo - verticalização do ensino	4 - Dificuldade em dar transparência aos atos administrativos
5 - Abrangência geográfica do IFRS	5 - Fragilidade na comunicação
6 - Capacidade de desenvolvimento da estrutura	6 - Falta de percepção da unicidade institucional
7 - Oferta de cursos gratuitos em Instituição Federal	7 - Gestão de pessoas e relação com os servidores
8 - Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão	8 - Ausência de normas relativas à movimentação de pessoal
9 - Remuneração adequada dos docentes	9 - Problemas na infraestrutura física
10 - Política de permanência de alunos por meio de bolsas de auxílio	10 - Distribuição geográfica
11 - Comprometimento do quadro de servidores para o atingimento dos objetivos institucionais	11 - Inexperiência dos servidores em algumas atividades institucionais
12 - Experiências dos <i>campi</i> mais antigos, enriquecendo as práticas	12 - Manutenção de procedimentos consolidados nos <i>campi</i> mais antigos (resistência à mudança, apego a rotinas ultrapassadas)
13 - Autonomia pedagógica	13 - Falta de mecanismo de avaliação da qualidade de cursos (baixa qualidade do ensino)
	14 - Ausência de sistema integrado de gestão de informações (decisões equivocadas; falta de informações confiáveis; perda de tempo; dificuldade em obter informações)
	15 - Alta rotatividade dos gestores (desconhecimento das rotinas e normativos)
	16 - Insegurança para o estabelecimento de políticas de acesso de discentes que contemplem as especificidades dos <i>campi</i>
	17 - Pesquisa incipiente na instituição

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2014-2018)

Quadro 4 - Oportunidades e ameaças do IFRS

Oportunidades	Ameaças
1 - Investimento do Governo no IFRS	1 - Descontinuidade da política de valorização da educação profissional (sucateamento da estrutura instalada; evasão de profissionais qualificados; comprometimento à credibilidade do IF)
2 - Alta demanda por cursos	2 - Falta de planejamento da expansão da rede
3 - Atuação em regiões geográficas distintas	3 - Definição centralizada (Setec) para a expansão da rede, com pouca participação do IF.
4 - Interação com os arranjos produtivos locais	4 - Evasão de Estudantes
5 - Política nacional de formação da Rede Federal	5 - Dificuldade para firmar parcerias para obtenção de recursos não orçamentários
6 - Reconhecimento institucional do ensino técnico e profissionalizante	6 - Fragilidade na comunicação externa e articulação com a Rede Federal
7 - Possibilidade de estabelecer parcerias para pesquisa e desenvolvimento tecnológico	7 - Perda de servidores qualificados
8 - Legislação que define a forma de escolha de dirigentes com participação paritária (corpo técnico, docente e discente)	8 - Ingerência política na movimentação de pessoal entre institutos federais (abertura de precedente)
9 - Possibilidade de criação de centros de excelência em pesquisa e extensão acadêmica	9 - Limitação legal para publicidade institucional (desconhecimento da população sobre os cursos, gratuidade; pequena procura)
10 - Possibilidade de desenvolvimento institucional através da qualificação dos servidores	10 - Falta de autonomia administrativa
11 - Estabelecimento de uma identidade visual	11 - Falta de autonomia jurídica

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2014-2018)

Em relação às ameaças, foram identificados onze itens. Os itens nº 1, 2, 4, 6, 7 e 9 tiveram, em sua avaliação, alta probabilidade de ocorrência e alto impacto no IFRS. Sendo assim, de acordo com as respostas indicadas, esses são itens importantes de serem dirimidos ou eliminados através de ações da gestão institucional. São ameaças que devem ser identificadas, analisadas e definidas ações para que, se ocorrerem, não causem um grande impacto na instituição. Por exemplo, analisando-se o item nº 2 – Falta de planejamento da expansão da rede, poderia-se prevenir das dificuldades de planejamento da rede, realizando-se um planejamento mais detalhado e acompanhado internamente, evitando eventuais problemas da expansão que já ocorreram em outras ocasiões.

1.6.5 Descrição dos riscos do ambiente e as estratégias para mitigá-los

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia têm, dentre suas finalidades e características, a necessidade de orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito da atuação da instituição.

As transformações sociais e econômicas, entretanto, são marcadas pelo seu dinamismo, resultando em desafios ao processo educacional. Dessa forma, são necessárias estratégias para que as instituições tenham condições de acompanhar

essas transformações, na perspectiva de uma avaliação contínua da formação profissional ofertada, dos seus currículos, do perfil profissional do egresso e da necessidade de uma formação profissional continuada.

Dentre os possíveis riscos do ambiente, pode-se apontar, por exemplo, que na proposta de criação de novos cursos e/ou alteração de cursos já existentes, não se faça uma análise ou leitura adequada do cenário e da demanda da sociedade. A fim de abrandar tal risco, o IFRS tornou obrigatória, através da Resolução nº 016, de 30 de março de 2012, a confecção de Relatório de Desenvolvimento Institucional para abertura e alteração de cursos dos *campi* do IFRS. Dentre os pontos a serem detalhados e criteriosamente analisados no Relatório de Desenvolvimento Institucional, estão: a relevância do curso (estudo de demanda local e regional, benefício social e contribuição para o desenvolvimento regional, possibilidade de verticalização da formação, ofertas similares no IFRS e na região), a infraestrutura e os recursos humanos necessários e a relação com o mundo do trabalho, apontando possibilidade de atuação profissional do egresso. A proposta de curso deve ainda estar alinhada com o planejamento do Termo de Acordo de Metas e Compromissos e/ou Plano de Desenvolvimento Institucional e com as políticas definidas no Projeto Pedagógico Institucional.

2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

2.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

O planejamento é parte das funções administrativas e consiste no estabelecimento de planos antes que se tomem os cursos de ação. Diversos autores trazem conceitos para planejamento, entre os pontos de convergências estão que planejamento está necessariamente relacionado à objetivos, ou seja, metas no tempo, incluindo estratégias de como atingi-los. O planejamento se inicia com a observação de questões ditas permanentes, que compõem a identidade de cada instituição, começando com a natureza e perfil da instituição, além de missão, visão e princípios, e chega a questões mutáveis, relacionadas aos contextos e períodos de tempo, o que vai da análise de cenários, estabelecimento de objetivos, até o desdobramento dentro das unidades, local onde o planejamento vai efetivamente de transformar em ações.

No caso do IFRS, enquanto instituição pública de ensino, seu desenvolvimento é baseado nos princípios da administração pública e sua natureza é determinada por dispositivos legais, destacando a Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que marcou a criação da Rede Federal. Ao mesmo tempo, muitos dos objetivos acabam também por ser relacionados à dispositivos legais, entre eles o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) e o Plano Plurianual 2016-2019 (Lei nº 13.249/2016), entre outros. De modo a alinhar as determinações legais com o cumprimento da função institucional, o IFRS utiliza em sua gestão os conceitos relacionados ao planejamento estratégico. Considera-se o planejamento estratégico uma técnica administrativa capaz de criar a consciência de alguns elementos para toda a organização: os seus pontos fortes, fracos, as suas ameaças e oportunidades, além dos seus objetivos e metas (REZENDE, 2002).

No planejamento estratégico são tomadas decisões mais abrangentes e com maior impacto nas organizações, ele parte das diversas visões dos gestores e de uma análise de cenários para o período. Deve ser um processo com metodologia documentada e estruturada, garantindo a utilização de critérios e também ferramentas para que se possa realizar o acompanhamento de sua realização. Como uma instituição de ensino superior, o planejamento estratégico do IFRS tem como seu principal documento o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), elaborado de acordo o Decreto nº 5.773/2006, revogado pelo Decreto nº 9.235/2017, em ciclos de 5 anos - atualmente, o PDI 2014-2018. Outra característica de instituições como o IFRS é sua finalidade de atendimento à sociedade, o que requer a consideração de um escopo mais amplo no processo de planejamento.

Dessa forma, diversas instituições públicas vêm recorrendo aos princípios da gestão democrática e à utilização de metodologias participativas de planejamento e avaliação, de modo a trazer as comunidades interna e externa para a discussão dos objetivos organizacionais. Cabe ressaltar que o planejamento participativo não se abstém da formalização e utilização de metodologias e procedimentos validados, ao contrário diversas técnicas e experiências vêm sendo desenvolvidas para respaldar e valorizar esse tipo de processo. O planejamento, inclusive, é uma das formas de garantir que as prioridades dos atores envolvidos sejam realizadas nas instituições, orientando e estabelecendo parâmetros para as decisões cotidianas dos gestores e unidades.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018 foi elaborado a partir de um processo amplo de discussão da instituição com a sua comunidade, durante os anos de 2013 e 2014. No PDI-IFRS, utilizou-se uma metodologia adaptada da proposta

por Vasconcelos e Pagnoncelli (2001) que contempla os seguintes itens: missão, visão, princípios, análise do ambiente interno e externo, objetivos e metas estratégicas. De modo a organizar os trabalhos, foram formados três tipos de comissões, que tiveram o trabalho integrado na construção do PDI, estabelecendo e executando todas as atividades que foram realizadas na construção do documento: Comissão Central, Comissões Temáticas e Comissões Locais.

As comissões realizaram o trabalho em conjunto, a partir da coordenação da Comissão Central, relacionando-se e atuando de forma articulada na reitoria e nos *campi* do IFRS. A Comissão Central, com formação ampla, representada por todos os segmentos da comunidade acadêmica, ficou responsável pela coordenação geral dos trabalhos e pela supervisão do desenvolvimento das ações, eventos e etapas. As Comissões Temáticas, formadas por pessoas especialistas das áreas relacionadas aos temas referentes aos capítulos do PDI, foram responsáveis por fomentar, respaldar, articular e promover eventos que possibilitassem a reflexão e discussão do tema de sua responsabilidade. Já as Comissões Locais, formadas em todos os *campi* do IFRS, foram responsáveis por divulgar e viabilizar atividades e eventos, dar publicidade às informações e documentos, bem como promover a realização de eventos e construção de propostas nos seus locais de representação.

Ao longo dos anos 2013 e 2014, diversas reuniões foram realizadas na reitoria e seminários foram realizados em todos os *campi* para o estabelecimento de um planejamento participativo e que levasse em conta todas as especificidades dos *campi*. Os elementos do planejamento que foram elaborados iniciaram com a redefinição de itens que já estavam definidos no PDI-IFRS 2009-2013: missão, visão e princípios institucionais. Após a revisão de tais itens, realizou-se um levantamento relacionado aos elementos que são mutáveis do planejamento estratégico, ou seja, dos itens que podem sofrer mudanças ao longo do tempo e que devem ser analisados pelas organizações para poder implementar as suas mudanças ao longo da execução dos seus planos. A análise do ambiente interno e externo da instituição foi realizada a partir do levantamento das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. Além disso, houve a definição de objetivos estratégicos e de metas para os 5 anos do plano.

Para a revisão da missão, visão e princípios institucionais, foram realizadas reuniões com todas as Pró-reitorias e diretorias da reitoria do IFRS no primeiro semestre de 2013, nas quais foram solicitadas, também, a avaliação do alcance de itens como objetivos e metas de cada área de gestão. Foram realizados, entre outubro e dezembro de 2013, seminários de planejamento para elaboração do PDI em todos os *campi* e na reitoria do IFRS, objetivando sensibilizar a comunidade acadêmica a participar da construção do documento, além de apresentar a metodologia de elaboração, as atividades e papéis das comissões de elaboração, bem como efetuar o levantamento de itens para a realização de um diagnóstico do ambiente interno e externo do IFRS e acolher sugestões, dúvidas e críticas em relação ao processo de elaboração do PDI.

Para a análise do ambiente interno e externo, foram levantados, por amostragem, em alguns *campi* do IFRS e na reitoria, os itens para a formação da matriz de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da instituição, que foram cruzados com itens relacionados pela auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União) para toda a rede federal de educação profissional e tecnológica. Durante as reuniões com as Pró-reitorias, no primeiro semestre de 2013, efetuou-se o levantamento dos objetivos estratégicos e das metas institucionais para os anos 2014 a 2018. A partir disso, foram realizadas reuniões junto aos comitês de apoio às áreas de gestão, apresentando-se as

definições de objetivos e metas e solicitando-se as novas definições para a sua inclusão no PDI-IFRS 2014-2018.

No início de 2014 foi realizado o levantamento do plano de oferta de novos cursos, no qual foi solicitado a todos os *campi* do IFRS o estabelecimento de quais os cursos e a oferta de vagas que seria apresentada à sociedade entre os anos 2014 e 2018. O planejamento estabeleceu os cursos e vagas a serem ofertados no ensino presencial e na educação a distância (EaD). O levantamento foi realizado, em cada *campi*, com a participação de toda a comunidade acadêmica e com a definição baseada em estudos de demanda de acordo com a realidade de cada município em que os *campi* se situam. Juntamente com o planejamento da oferta, os *campi* do IFRS realizaram um planejamento da ampliação dos quadros docente e técnico administrativo, em que a relação de cada curso com a carga horária dos docentes e com a necessidade de ampliação do número de técnicos administrativos foi analisada para a solicitação de novas vagas a serem disponibilizadas em concursos.

Após levantamento da matriz de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, da revisão da missão, visão e princípios e dos objetivos estratégicos e metas institucionais de cada área, esses itens foram apresentados para a comunidade acadêmica em um sistema de avaliação, através do qual foi possível realizar a leitura e análise dos itens que foram levantados, avaliar sua adequação, sua probabilidade de ocorrência e impacto no Instituto, bem como sugerir modificações. O sistema de avaliação permaneceu aberto durante 15 dias, entre os meses de agosto e setembro de 2014, para o recebimento de respostas. No total, duzentos e trinta (230) respondentes realizaram as suas avaliações, sendo 62 docentes, 97 técnicos administrativos, 69 discentes e 2 membros da comunidade externa ao IFRS. O documento final foi aprovado no Conselho Superior do IFRS através da Resolução nº 117, de 16 de dezembro de 2014.

O processo de planejamento, contudo, não termina na publicação do planejamento estratégico, mas somente com a efetivação dos planos. Para isso é necessário que os planos mais abrangentes sejam desdobrados em planos de curto prazo, detalhando ações, responsáveis, prazos e, inclusive, recursos. No caso do IFRS, essa segunda fase do planejamento é formalizada nos Planos de Ação anuais das unidades e também em planos “especializados”, como o Planos Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC). Dentro das metodologias de planejamento, os Planos de Ação são os elementos de curto prazo. Eles são definidos no ano anterior e possuem a vigência de um ano. No ano de 2017 foi elaborado e aprovado o plano de ação para o ano de 2018, e executado o Plano de Ação referente a 2017. Os planos de ação não são apresentados neste documento, pois possuem horizonte de tempo de curto prazo (um ano). Porém, as ações a serem planejadas e executadas anualmente devem seguir as definições estabelecidas no PDI. Em especial, as ações devem ser planejadas para que se consiga, no longo prazo, atingir os objetivos e metas definidos neste plano.

O passo seguinte ao planejamento e à execução é a avaliação dos resultados e prestação de contas, conforme exigências do Tribunal de Contas da União, através de processo específico e do Relatório de Gestão referente àquele ano. O Relatório de Gestão e Prestação de Contas anuais é regulamentado pelo TCU através de instruções normativas e portarias que orientam e definem os itens que as unidades jurisdicionadas deverão incluir nos relatórios de gestão anuais e os processos de prestação de contas, com base nas suas decisões normativas.

A partir daquilo que foi planejado, cabe destacar alguns sucessos e impactos positivos da atuação do IFRS no decorrer do ano de 2017. Cada ação proposta e desenvolvida representou um grande desafio, sobretudo em um contexto de insegurança institucional relativa aos recursos de custeio e investimento. Se destaca a consolidação dos *campi* mais recentes, da Fase 3; hoje o IFRS conta com 17 unidades que oferecem cursos técnicos superiores e de pós-graduação em locais onde antes não havia a presença de educação federal. Mesmo os *campi* novos já contam com mais de um nível de ensino, o que reforça o princípio da verticalidade, parte da Missão da Rede Federal. Mesmo com adversidades, considerando os resultados obtidos, pode-se concluir que houve superação frente aos desafios e, sobretudo, compromisso com a qualidade das ações.

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Os objetivos para o exercício de 2017 são desdobrados a partir do Plano de Desenvolvimento Institucional no Plano de Ação, que contempla ações dos *campi* e reitoria. O documento é elaborado com base na estrutura básica de gestão que é comum às Pró-reitorias e aos *campi* e contempla as especificidades das unidades e os aspectos gerais do IFRS, assim como a divisão de sua estrutura administrativa baseada no Estatuto e Regimento Geral da Instituição.

Os objetivos estratégicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RS, definidos no PDI 2014-2018, a partir das áreas de gestão e das áreas institucionais estão presentes no Anexo B.

2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

O planejamento estratégico atual do IFRS vigora entre os anos de 2014 e 2018 (PDI 2014-2018), logo encontra-se em fase de implementação. No ano de 2017 foi iniciado o processo de elaboração do novo planejamento estratégico, que será o PDI 2019-2023, o que incluiu etapas de capacitação, busca de melhores práticas e também o diagnóstico do PDI atual. Cabe ressaltar que o PDI está em processo permanente de acompanhamento, o que permite revisão de objetivos e metas em consonância com estruturas de pessoal, tecnológica, imobiliária e demandas dos arranjos produtivos locais.

Um diagnóstico realizado no início de 2018, com o objetivo de subsidiar a elaboração do novo PDI 2019-2023, apontou os seguintes percentuais de metas executadas até o momento, por área estratégica: Ensino – 75%, Pesquisa, Pós-graduação e Inovação – 72,7%, Extensão – 72,7%, Administração – 40% e Desenvolvimento Institucional –50%.

2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Concomitante com o PDI, o IFRS baliza sua atuação por meio do Plano de Ação anual, Plano de Aquisições, Plano Estratégico e Plano Diretor de Tecnologia da Informação.

2.1.4 Formas e instrumentos de monitoramento da execução dos resultados dos planos

O monitoramento dos planos do IFRS é realizado a partir de dois instrumentos: (1) acompanhamento semestral e (2) relatório anual. A cada semestre é realizado um acompanhamento por meio de planilha eletrônica, na qual as unidades preenchem o status de execução das ações. Já no fechamento do exercício, as unidades entregam o Relatório de Ações e Resultados (RAR) no qual, além do status final das ações executadas, parcialmente executadas, canceladas e transferidas para o próximo exercício, as unidades destacam seus principais resultados em forma de indicadores quantitativos e qualitativos e os desafios e superações do período. Especificamente em 2017, as unidades também sistematizaram as ações transferidas e canceladas devido atrasos, contingenciamentos ou cortes na liberação dos recursos.

2.2 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

2.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Quadro 5 - Ação/Subtítulos - OFSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (x) Parcial					
Código	20RG		Tipo: Atividade			
Título	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e considerando a metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014 - 2024 Código: 1009					
Programa	Educação de qualidade para todos		Código: 2080		Tipo:	
Unidade Orçamentária	26419 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.236.367,00	3.944.709,00	2.066.212,48	741.416,41	715.605,07	25.811,34	1.324.796,07
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Apoio ou execução de planos de reestruturação e expansão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e	Projeto viabilizado - Un	07	07	07		

Tecnológica que visem ao aumento do número de vagas e à redução da evasão por meio da adequação e da modernização da estrutura física das instituições; da aquisição de imóveis, veículos, máquinas, equipamentos mobiliários e laboratórios; da locação de imóveis, veículos e máquinas necessários para a reestruturação; da execução de obras, incluindo reforma, construção, materiais e serviços; do atendimento das necessidades de custeio inerentes ao processo de reestruturação, considerando a otimização das estruturas existentes e o equilíbrio da relação aluno/professor; e da modernização tecnológica de laboratórios visando à implementação da pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação.					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
3.090.528,11	2.266.779,82	16.210,52	Apoio ou execução de planos de reestruturação e expansão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que visem ao aumento do número de vagas e à redução da evasão por meio da adequação e da modernização da estrutura física das instituições; da aquisição de imóveis, veículos, máquinas, equipamentos mobiliários e laboratórios; da locação de imóveis, veículos e máquinas necessários para a reestruturação; da execução de obras, incluindo reforma, construção, materiais e serviços; do atendimento das necessidades de custeio inerentes ao processo de reestruturação, considerando a otimização das estruturas existentes e o equilíbrio da relação aluno/professor; e da modernização tecnológica de laboratórios visando à implementação da pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação.	Projeto viabilizado	10

Fonte: Tesouro Gerencial e SIOP / Data da extração dos dados: 05/02/2018

Quadro 6 - Ação/Subtítulo - OFSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		() Integral (x) Parcial				
Código		20RL		Tipo: Atividade		
Título		Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica				
Objetivo		Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e considerando a metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014 - 2024 Código: 1009				
Programa		Educação de qualidade para todos		Código: 2080	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária		26419 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
45.853.452,00	45.665.452,00	45.133.441,23	31.222.139,83	30.558.387,59	663.752,24	13.911.301,40
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Gestão administrativa, financeira e técnica, e desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos de Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das escolas técnicas vinculadas às universidades federais; manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam reforma ou adaptação e aquisição ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente; aquisição e ou reposição de acervo bibliográfico e veículos; capacitação de recursos humanos; prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas; bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades		Estudante matriculado	18.631	-	18.125	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
15.787.501,54	13.045.151,07	874.099,12	Gestão administrativa, financeira e técnica, e desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos de Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das escolas técnicas vinculadas às universidades federais;	Estudante matriculado	18.125	

			manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam reforma ou adaptação e aquisição ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente; aquisição e ou reposição de acervo bibliográfico e veículos; capacitação de recursos humanos; prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas; bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades		
--	--	--	---	--	--

Fonte: Tesouro Gerencial e SIOF

Data da extração dos dados: 05/02/2018

Quadro 7 - Ação/Subtítulos - OFSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		() Integral (x) Parcial				
Código		2994		Tipo: Atividade		
Título		Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica				
Objetivo		Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e considerando a metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014 - 2024 Código: 1009				
Programa		Educação de qualidade para todos		Código: 2080		Tipo: Temático
Unidade Orçamentária		26419 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
10.309.742,00	10.309.742,00	10.304.164,14	9.898.008,06	9.892.970,06	5.038,00	406.156,08
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência estudantil, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o acesso, permanência e bom desempenho do estudante.		Benefício concedido	35.930	-	40.097	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

410.461,41	365.646,29	39.147,82	Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência estudantil, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o acesso, permanência e bom desempenho do estudante.	Benefício Concedido	426
------------	------------	-----------	--	---------------------	-----

Fonte: Tesouro Gerencial e SIOF

Data da extração dos dados: 05/02/2018

Quadro 8 - Ação/Subtítulos - OFSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (x) Parcial					
Código	6380		Tipo: Atividade			
Título	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão Código: 1009					
Programa	Educação de qualidade para todos Temático		Código: 2080		Tipo:	
Unidade Orçamentária	26419 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
100.000,00	100.000,00	31.777,88	31.777,88	31.777,88	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	

Suporte à implementação da expansão e da reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica por meio da modernização de laboratórios, modernização do processo didático-pedagógico, aquisição de material permanente, bem como suporte à manutenção das unidades visando à melhoria da qualidade da oferta de cursos. Apoio a programas e a projetos da Rede Federal nas áreas de educação profissional e tecnológica, extensão tecnológica, pesquisa aplicada e inovação, de educação do campo e de elevação da escolaridade de jovens e adultos, inclusive por meio de oferta de bolsas de trabalho para monitores, melhoria de infraestrutura, aquisição de equipamentos e outros; Capacitação de docentes e técnicos-administrativos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.		Iniciativa apoiada	01	-	01
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
6.783,10	33,10	-	Suporte à implementação da expansão e da reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica por meio da modernização de laboratórios, modernização do processo didático-pedagógico, aquisição de material permanente, bem como suporte à manutenção das unidades visando à melhoria da qualidade da oferta de cursos. Apoio a programas e a projetos da Rede Federal nas áreas de educação profissional e tecnológica, extensão tecnológica, pesquisa aplicada e inovação, de educação do campo e de elevação da escolaridade de jovens e adultos, inclusive por meio	Iniciativa apoiada	-

			de oferta de bolsas de trabalho para monitores, melhoria de infraestrutura, aquisição de equipamentos e outros, implementação e promoção de ações educativas, científicas e culturais; Capacitação de docentes e técnicos-administrativos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Apoio a iniciativas que visem à consolidação dos conhecimentos com a prática, mediante atividades voltadas à coletividade, viabilizando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.		
--	--	--	---	--	--

Fonte: Tesouro Gerencial e SIOF

Data da extração dos dados: 05/02/2018

Ações não previstas na LOA do exercício – restos a pagar não processados – OFSS

Não se aplica. O IFRS não executou no exercício restos a pagar não processados de ações não mais previstas na LOA do exercício de referência do relatório.

Ações – Orçamento de Investimento – OI

Não se aplica. O IFRS não recebeu recursos do orçamento de investimento da União.

Análise Situacional

De modo geral, as ações vinculadas ao programa temático atingiram suas metas em 2017. Os recursos aplicados garantiram a ampliação do número de vagas disponibilizadas, a melhoria e manutenção dos espaços físicos, a permanência dos alunos na escola e a expansão dos cursos de educação tecnológica e apoio à extensão.

Os principais fatores intervenientes que prejudicaram o desenvolvimento das ações no ano 2017 foram as liberações parciais de orçamento e de financeiro.

Nesse ano, a Lei Orçamentária Anual foi aprovada no dia 10 de janeiro, porém, por três meses consecutivos houve a liberação de $\frac{1}{18}$ do orçamento, possibilitando basicamente o empenho de despesas obrigatórias. No final do mês de abril recebemos

limite orçamentário para empenho de custeio, que, somado aos já repassados, totalizaram 60%. No final do mês de maio foi liberado limite de investimento de 24,44%, que, somados aos já recebidos totalizaram 30%. As liberações parceladas do orçamento continuaram até o mês de novembro, quando não havia mais tempo hábil para desenvolvimento de alguns projetos. Não houve comunicação oficial do percentual que seria contingenciado, gerando insegurança aos gestores para desenvolver o planejamento anual.

Em maio, a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) efetuou o bloqueio de despesas discricionárias contingenciadas pelo Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, no montante de R\$ 7.606.713,00 (sete milhões, seiscentos e treze mil), representando 10% de custeio e 30% de investimento do orçamento do IFRS, os quais foram desbloqueados no final do mês de novembro. No montante bloqueado também está inserido o valor da emenda de bancada destinado ao IFRS.

O desenvolvimento das ações não foi ainda mais prejudicado porque os limites autorizados para empenho podiam ser utilizados numa ação em detrimento de outras, respeitando a categoria econômica. Além disso, houve possibilidade de troca entre os limites de custeio e investimento, conforme necessidade e prioridade da Instituição, permitindo que os recursos de investimento tivessem um percentual de execução elevado em relação ao contingenciamento estabelecido.

Adicionalmente a esse cenário de incerteza em relação ao orçamento, as liberações financeiras foram parciais e, portanto, insuficientes para o pagamento de todas as despesas liquidadas durante o mês, fazendo com que vários fornecedores deixassem de entregar as mercadorias.

A ação 20RG atingiu sua meta física com sete projetos viabilizados, quais sejam: conclusão da construção do pátio e implantação, reservatório e subestação do *Campus Rolante*; construção da subestação do *Campus Alvorada*; conclusão do Bloco A e dos banheiros do *Campus Feliz*; e aquisição de equipamentos e mobiliário para os *campi*. Nessa ação, o IFRS foi contemplado com uma emenda de bancada no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), porém, R\$ 708.342,00 (setecentos e oito mil, trezentos e quarenta e dois reais) foram bloqueados em função do Decreto de Programação Orçamentária e, no desbloqueio, não foi liberado limite para sua utilização e R\$ 291.658,00 (duzentos e noventa e um mil, seiscentos e cinquenta e oito reais) foram contingenciados pela SOF para atender à emenda constitucional nº 95/2016 ("PEC dos Gastos"). Também recebemos uma emenda individual destinada à construção da cobertura da quadra de esportes do *Campus Restinga*, no valor de R\$ 309.538,00 (trezentos e nove mil, quinhentos e trinta e oito reais), valor esse integralmente empenhado.

Contribuíram para a execução da ação as obras licitadas e não empenhadas integralmente, necessitando complementar o empenho de acordo com o valor contratado, e licitações com atas de registro de preços válidas. As dificuldades encontradas na execução da ação foram: repasse de limites orçamentários tardiamente; liberação de financeiro parcial, fazendo com que as empresas retirassem os empregados do canteiro de obras, ocasionando redução no ritmo de trabalho e atraso do cronograma previamente estabelecido. Somaram-se a isso as chuvas frequentes, que atrasaram a execução das obras em andamento.

O elevado valor inscrito em restos a pagar do exercício é oriundo de empenhos das obras empenhadas com essa ação, citadas anteriormente, que totalizam o montante de R\$ 1.150.581,38 (um milhão, cento e cinquenta mil, quinhentos e oitenta e um reais

e trinta e oito centavos). O restante do valor refere-se a empenhos realizados no final do mês de novembro, em função da liberação de limites orçamentários, para aquisição de mobiliário, equipamentos para laboratórios, de áudio e vídeo, aparelhos e utensílios domésticos.

Dos restos a pagar de exercícios anteriores cancelados, R\$ 16.191,47 (dezesesseis mil, cento e noventa e um reais e quarenta e sete centavos), referem-se a pedido de reajuste de obra solicitado pela empresa no final do prazo de empenho, no ano de 2016. Visando garantir os recursos orçamentários, o empenho foi realizado de acordo com o pedido. Após análise e parecer jurídico, ficou constatado que o período de reajuste a que tinha direito era menor do que aquele solicitado, o que resultou no valor cancelado.

Ainda não foram liquidados R\$ 807.537,77 (oitocentos e sete mil, quinhentos e trinta e sete reais e setenta e sete centavos) de restos a pagar de exercícios anteriores. Desses, R\$ 450.822,01 (quatrocentos e cinquenta mil, oitocentos e vinte e dois reais e um centavo) são referentes a obra de implantação e construção do pórtico do *Campus Alvorada*, tendo em vista que o licenciamento ambiental foi concedido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Alvorada apenas no final do exercício de 2017, autorizando a execução da compensação vegetal para o início do período de chuvas, impossibilitando sua liquidação no mesmo ano exercício. Também não foram liquidados R\$ 353.551,97 (trezentos e cinquenta e três mil, quinhentos e cinquenta e um reais e noventa e sete centavos) referentes à construção do prédio de Laboratórios do *Campus Ibirubá*, tendo em vista que está em análise a contestação dos reajustes já concedidos pelo IFRS, bem como do novo pedido solicitado pela empresa. O valor de R\$ 3.163,79 (três mil, cento e sessenta e três reais e setenta e nove centavos) refere-se à conclusão da obra da biblioteca e calçada do *Campus Canoas*, aguardando liberação da engenharia para sua finalização.

Na ação 20RL, realizou-se a meta física prevista inicialmente. Os recursos orçamentários alocados nessa ação garantiram a manutenção dos serviços essenciais em todo o IFRS e aquisição de materiais de consumo e permanente necessários para desenvolvimento das atividades previstas de ensino, pesquisa, extensão e administrativas, inclusive para atendimento a alunos com necessidades especiais.

Contribuíram para a execução da ação o Plano Anual de Aquisição de Compras (PAAC), articulado entre unidades e com licitações regionalizadas; planejamento das ações consistente; licitações conforme planos de ação das unidades, com apoio da reitoria; licitações realizadas em 2016 através de Registro de Preços (SRP), mantendo-se válidas em 2017; gestão eficiente de contratos continuados de serviços terceirizados; desnecessidade de parecer jurídico individual para validação de “caronas”, dispensas e inexigibilidades (em alguns casos); realização de cursos de capacitação, tornando a execução mais eficiente; estabilidade, qualificação e aumento da equipe de servidores; empenho da equipe em possibilitar o aumento na oferta de vagas; agilidade nos processos encaminhados ao Jurídico, após a implantação do ENALIC com grupo de procuradores emitindo os pareceres.

As dificuldades encontradas referem-se à redução na matriz orçamentária; liberação parcial do orçamento; atrasos na liberação dos recursos financeiros; limitação de recursos para investimentos; demandas urgentes não previstas no Plano de Ação do IFRS; problemas com prestadoras de serviços cujos contratos não foram renovados e/ou resultaram em penalizações. E, especificamente nas licitações: dificuldades na coleta de orçamentos; grande número de itens licitados, empresas com documentação

incompleta; vencedoras que descumprem obrigações trabalhistas, forçando novo certame; morosidade na avaliação e/ou disponibilização de parecer jurídico; materiais empenhados que demoram a ser recebidos; atrasos na conferência das notas; diversas empresas com problemas judiciais e/ou falidas, impossibilitando recebimento de itens solicitados; dificuldade de alocação de servidores para a área de compras, licitações e contratos em vários *campi*; afastamento de servidores; ingresso de novos servidores sem experiência na administração pública e pouca qualificação.

O elevado valor de restos a pagar não processados do exercício é justificado pela liberação de limite orçamentário no final do mês de novembro, o que inviabilizou a execução.

Em 2017, foram cancelados R\$ 874.099,12 (oitocentos e setenta e quatro mil, noventa e nove reais e doze centavos) de restos a pagar de exercícios anteriores resultado da análise rigorosa em todo o IFRS, visando diminuir os saldos nessa conta, bem como atender à legislação vigente.

Os restos a pagar que ainda não foram liquidados somam R\$ 1.868.251,35 (um milhão, oitocentos e sessenta e oito mil, duzentos e cinquenta e um reais e trinta e cinco centavos), dos quais destacamos R\$ 1.162.151,12 (um milhão, cento e sessenta e dois mil, cento e cinquenta e um reais e doze centavos) referentes à implantação do sistema de gestão, que ainda está em andamento. Os demais referem-se ao atraso na entrega dos materiais e também a problemas com empresas que prestaram o serviço, mas não apresentaram a documentação exigida em contrato para liquidação da despesa.

O IFRS também executou recursos na ação 2994, sem contingenciamento orçamentário, o que possibilitou a concessão de 40.097 bolsas, que contribuíram para suprir as necessidades básicas do educando, proporcionando condições para sua permanência e êxito estudantil, prevenindo a evasão e conseqüentemente elevando a frequência escolar. Os objetivos da ação foram alcançados, sendo os beneficiários atendidos com moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio.

A meta física executada superou a prevista devido ao aumento significativo de estudantes em vulnerabilidade e que foram beneficiados com os auxílios permanência e moradia.

Contribuíram na execução da ação as normativas internas de prazos e conseqüente cumprimento, o equacionamento referente a destinação de recursos, estruturação das equipes, equidade de auxílios e criação e trabalho da Comissão Mista de Gerenciamento do Orçamento da Assistência Estudantil. Consideram-se dificuldades na execução da ação o atraso na disponibilidade orçamentária no início do ano, bem como do pagamento dos auxílios em função das liberações de financeiro. Dificuldades com aberturas de contas para efetivar o pagamento aos estudantes, os baixos valores dos auxílios, considerados aquém das necessidades.

O valor de restos a pagar do exercício é oriundo de empenhos destinados ao custeio de terceirizações, materiais para laboratórios, materiais para acessibilidade, materiais de copa e cozinha destinado ao refeitório, gêneros alimentícios destinados à merenda escolar, auxílio a estudantes. O elevado valor de restos a pagar não processados no início do ano de 2017 nessa ação é resultante da alteração do calendário acadêmico, com a conclusão do ano letivo de 2016 no início do ano de 2017. Os valores cancelados são decorrentes de saldos de contrato de tradutor e intérprete de libras, em função de glosas nas notas fiscais e por rescisão amigável de contrato (a

aluna beneficiada pelo auxílio terminou o curso); materiais não entregues e saldo de refeições que foram inferiores ao planejado.

Os recursos da ação 6380 foram oriundos de Emenda Parlamentar e destinados ao fomento de programas e projetos de extensão voltados às Ações Afirmativas. Nesse sentido, com base nas normas do Programa de Apoio Institucional à Extensão (PAIEX) do IFRS, a Instituição procedeu, em 12/05/2017, com a publicação do Edital IFRS nº 36/2017 – Auxílio Institucional à Extensão 2017 – Ações Afirmativas, que contemplou 15 (quinze) propostas apoiadas. Em função da liberação de financeiro ter ocorrido apenas no mês de novembro, a execução de alguns projetos restou inviabilizada. Os restos a pagar de exercícios anteriores se referem à execução do Programa Agita na Juventude do IFRS *Campus* Porto Alegre. Sua manutenção foi requerida pela coordenação do Programa, a fim de viabilizar adequadamente o atingimento dos objetivos propostos. Desta forma, a permanência se justifica pela continuidade das tratativas junto aos fornecedores para atendimento e entrega dos materiais e serviços.

2.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Os fatores intervenientes no desempenho orçamentário foram abordados na análise situacional do item 2.2.1.

2.2.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Não se aplica. O IFRS não assumiu obrigações sem o respectivo crédito autorizado no orçamento.

2.2.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 9 - Restos a pagar de exercícios anteriores Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2017 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12 do ano 2017 (d) = (a-b-c)	
2016	1.079.363,60	1.073.448,17	3.095,73	2.819,70	
2015	227.724,07	227.724,07	0,00	0,00	
2014	3.253,47	0,00	659,91	2.593,56	
2013	0,00	0,00	0,00	0,00	
2012	1.052,70	1.052,70	0,00	0,00	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2017 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12 do ano 2017 (i) = (e-g-h)
2016	25.951.847,32	20.656.945,31	20.547.064,43	808.422,97	4.596.359,92
2015	2.423.356,05	1.497.672,27	1.497.672,27	206.956,55	718.727,23
2014	60.513,02	46.065,09	46.065,09	14.317,56	130,37
2013	12.810,00	12.810,00	1.210,55	0,00	11.599,45

Fonte: Tesouro Gerencial

Data da extração dos dados: 07/02/2018

Análise Crítica

O IFRS tem buscado nos últimos exercícios o enxugamento de saldos nas contas de restos a pagar, mediante o cancelamento daqueles empenhos que se referem a saldos e/ou inadimplência do fornecedor.

A permanência de restos não processados por mais de um exercício financeiro decorre essencialmente de: empenhos referentes a obras em execução; materiais que, por suas características, tornavam mais vantajoso serem entregues pelos fornecedores do que cancelar os empenhos e fazer uma nova licitação; serviço de tecnologia da informação, referente à implantação de um sistema gerencial de informações para o IFRS, que está em execução; falta de apresentação de documentação exigida em contrato, para pagamento, especialmente a comprovação do pagamento de verbas trabalhistas por parte de empresas terceirizadas; liquidação extrajudicial de empresa, não sendo possível realizar os pagamentos por inexistência de conta ou obtenção de informações.

Destacamos a permanência de restos a pagar de 2013 e 2014, ocasionada em função de problemas enfrentados para seu efetivo pagamento.

O valor inscrito em RAP não processados de R\$ 11.599,45 (onze mil, quinhentos e noventa e nove reais e quarenta e cinco centavos), refere-se à elaboração de projetos de arquitetura e complementares para o *Campus* Canoas, que ainda não foi pago em virtude de que as contas da empresa, registradas no SIAFI, encontram-se inativas e o *Campus* não consegue contato com os responsáveis para obtenção de conta ativa para efetuar o depósito. Em relação ao valor de R\$ 130,37 (cento e trinta reais e trinta e sete

centavos), foi instaurado processo de penalização e a empresa se comprometeu a entregar o material.

Em RAP processados inscrito no ano de 2014, temos o valor de R\$ 2.593,56 (dois mil, quinhentos e noventa e três reais e cinquenta e seis centavos), que se refere ao pagamento de seguro de alunos. Após a liquidação da despesa, o fornecedor entrou em processo de liquidação extrajudicial, inviabilizando o pagamento da nota fiscal emitida. O *Campus* aguarda retorno da administração da liquidação extrajudicial para efetuar o pagamento.

Os restos a pagar inscritos na condição de não processados e não liquidados têm validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição e permanecem válidos após essa data aqueles que sejam relativos às despesas do Ministério da Educação financiadas com recursos de manutenção e desenvolvimento do ensino, que é o caso dos empenhos do IFRS. Dessa forma, o IFRS não possui registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores a 2013 sem que sua vigência tenha sido prorrogada.

2.3 EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA COM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Quadro 10 - Resumo dos instrumentos celebrados e montantes transferidos

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Termo de execução descentralizada	04	-	-	69.630,15	-	-
Totais	04	-	-	69.630,15	-	-

Fonte: SIAFI

Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres.

Quadro 11 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres

Unidade Concedente			
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)
			Termo de Execução Descentralizada
2017	Contas Prestadas	Quantidade	03
		Montante Repassado	60.824,15
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	01
		Montante Repassado	9.814,50

Fonte: SIAFI

Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Quadro 12 - Análise das contas prestadas 2017

Unidade Concedente ou Contratante		
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul		
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão	Instrumentos	
	Termo de Execução Descentralizada	
Contas analisadas	Quantidade aprovada	03
	Quantidade reprovada	-
	Quantidade de TCE instauradas	-
	Montante repassado (R\$)	60.824,15
Contas NÃO analisadas	Quantidade	-
	Montante repassado (R\$)	-

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

Em 2017, o IFRS transferiu recursos orçamentários para execução descentralizada a outros Órgãos, mediante formalização de Termos de Execução Descentralizada (TED).

Dos quatro termos firmados, três tiveram por objeto a realização de cursos de capacitação *in company*, visando aperfeiçoamento e especialização técnica dos servidores. Foram ministrados cursos de gestão e fiscalização de obras e serviços de engenharia; controle patrimonial nas entidades públicas; gestão e fiscalização de contratos; *design think game* – como solucionar problemas de forma inovadora em ambiente de trabalho; retenção de tributos e plano de contas aplicado ao setor público e de reajuste, repactuação, planilha de custos e formação de preços de contratos e serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra. Todos eles tiveram fiscalização *in loco* da execução dos planos de trabalho contratados. O outro TED firmado teve por objeto a viabilização e realização dos jogos dos Institutos Federais da Região Sul.

Ainda permanece pendente de prestação de contas o valor de R\$ 9.814,50 (nove mil, oitocentos e quatorze reais e cinquenta centavos), referente ao TED 04/2017. Importante salientar que, ao efetuar consulta no balancete de dezembro deste Órgão, o valor está divergente em R\$ 1.008,50 (um mil, oito reais e cinquenta centavos), proveniente de devolução efetuada referente ao TED 02/2017, que já estava encerrado junto ao SIAFI, porém, o não houve a retificação da prestação de contas apresentada anteriormente.

Os termos e suas prestações de contas podem ser viabilizados nos links abaixo:

<http://ifrs.edu.br/administracao/execucao-orcamentaria-e-financeira/termo-de-execucao-descentralizada-ted/>

<http://ifrs.edu.br/bento/institucional/documentos/>

2.3.1. Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

O IFRS não dispõe de estrutura única para o tratamento, análise e posicionamento sobre as contas prestadas pelos recebedores dos recursos descentralizados, tampouco possui sistema de controle para essa finalidade.

Durante o ano de 2017, a análise da prestação de contas foi realizado em conjunto com o setor interessado na demanda, com a Diretoria de Orçamento e Finanças e Departamento de Contabilidade.

2.3.2. Informações sobre a realização das receitas

Quadro 13 – Informações sobre a realização de receitas

NR	Natureza	Previsão	Arrec. 2015	Previsão	Arrec. 2016	Previsão	Arrec. 2017
		LOA 2015		LOA 2016		LOA 2017	
13100111	Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmios, Tarifas de Ocupação	83.780,00	95.467,19	96.459,00	104.715,24	226.558,00	111.444,99
13100112	Multas e Juros de Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmios, Tarifas de Ocupação	1.387,00	2.047,84	2.080,00	546,86	2.279,00	407,79
14000011	Receita Agropecuária	657.333,00	393.931,81	619.308,00	458.028,47	488.952,00	326.111,85
15000011	Receita Industrial	54.684,00	34.012,81	39.185,00	27.140,09	35.227,00	10.464,04
16100111	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	38.932,00	50.285,50	66.531,00	62.469,95	80.000,00	126.721,07
16100211	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	731.412,00	235.055,79	533.656,00	509.202,58	363.169,00	1.227.519,21
17000711	Transferências de Pessoas Físicas - Principal			-	2.148,50	-	-
19100111	Multas previstas em legislação específica - Principal			-	23.293,71	-	30.404,25
19100911	Multas e Juros previstos em contratos	-	29.727,37	26.584,00	50.508,27	58.353,00	4.796,55
19210111	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público	297,00	1.954,04	3.284,00	-	-	578,17
19210311	Indenização por sinistro			-	6.946,08	-	-
13330100	Rec. Conc. De direito real de uso área pública	-	64.416,00	-	-	-	-
16001300	Serviços Administrativos	3.277,00	23,80	-	-	-	-
16001600	Serviços Educacionais	-	970,00	-	-	-	-
16001700	Serviços Agropecuários	-		-	-	-	-
19909912	Outras Receitas primárias - multas e juros	22.200,00	13.265,62	-	-	6.000,00	-
73110000	Aluguéis	-	-	-	-	-	-
73120000	Arrendamentos - Operações Intra-Orçamentárias	9.910,00	-	-	-	-	-
		1.603.212,00	921.157,77	1.387.087,00	1.244.999,75	1.260.538,00	1.838.447,92

Fonte: Tesouro Gerencial

Data da extração dos dados: 20/02/2018

O quadro anterior foi elaborado para melhor demonstrar o montante das receitas previstas e arrecadadas no exercício e seu comportamento em comparação a exercícios anteriores. Através desse demonstrativo é possível verificar que as principais fontes de receitas próprias do IFRS são oriundas da receita agropecuária e da inscrição em concursos e processos seletivos.

Ao analisar o comportamento da arrecadação das receitas nos três últimos exercícios, constatamos que a mesma está se elevando anualmente. No exercício 2017 a arrecadação superou a estimativa, e o excesso arrecadado de financeiro ficou sem o orçamento correspondente pela necessidade de indicar dotações orçamentárias em outra fonte para cancelamento. Em função das incertezas relacionadas ao orçamento nas fontes do Tesouro, optou-se por não fazer essa solicitação.

As arrecadações realizadas na natureza de receita 13100111 são oriundas das concessões administrativas a título remuneratório por uso de espaço físico do IFRS, do tipo maior oferta, para exploração de serviço de lanchonete, restaurante, reprografia e arrendamento de terras para culturas anuais. Houve uma pequena variação positiva da receita, decorrente do aumento do valor mensal contratado em função de reajustes previstos em contrato.

As receitas agropecuárias sofreram variação negativa em comparação ao exercício anterior, pois houve necessidade de reforma nas instalações de suínos, impactando na comercialização de leitões; redução da comercialização de ovinos, devido ao atraso no seu período reprodutivo; paralisação da criação de frangos de corte, pois o aviário necessitava de reformas e era necessário contratação de terceirizações que elevariam demais o custo; redução da produtividade da soja em função de condições climáticas desfavoráveis; não comercialização do milho e da soja em 2017 por não haver demanda; redução da safra de frutas de inverno e redução da área cultivada, tendo em vista a necessidade de disponibilizar áreas para as atividades de pesquisa, ensaios e experimentos com alunos e empresas da área, visando o aproveitamento pedagógico por parte dos alunos dos diversos cursos técnicos e superiores.

O decréscimo na arrecadação da receita industrial em comparação ao exercício de 2016 foi ocasionado por problemas enfrentados pelo *Campus* Bento Gonçalves com a quebra da safra de uvas, prejudicando a fabricação de sucos, vinhos e espumantes e com os insumos necessários ao engarrafamento. Além disso, a retomada das atividades na parte de laticínios da agroindústria precisou ser reprogramada para o ano de 2018, impactando a arrecadação.

A variação positiva observada na arrecadação da natureza de receita “serviços administrativos”, em comparação ao exercício anterior, é fruto da aplicação do regulamento para uso do refeitório do *Campus* Bento Gonçalves, que aumentou o valor da tarifa e instituiu a cobrança parcial dos estudantes que frequentam o nível superior de ensino.

A natureza de receita “inscrições em concurso e processos seletivos” foi a que apresentou maior variação entre o planejado e arrecadado. No decorrer do ano, o IFRS fez reavaliações da receita própria, devidamente lançadas junto ao SIMEC, que não foram consideradas, por isso a grande distorção.

As multas previstas em legislação específica são oriundas de atrasos na devolução de livros na biblioteca, cujas cobranças e controles se intensificaram. Paralelamente, foi organizada campanha de conscientização junto à comunidade acadêmica, visando à importância da devolução pontual dos livros emprestados.

2.3.3 Informações sobre a execução das despesas

Quadro 14 - Despesas por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	40.271.968,87	10,12	52.204.367,94	15,00	23.330.644,66	6,16	27.111.293,04	8,44
a) Tomada de Preços	65.755,79	0,02	1.312.811,43	0,38	37.923,60	0,01	268.607,97	0,08
b) Concorrência	317.607,00	0,08	959.265,19	0,28	317.607,00	0,08	661.065,32	0,21
c) Pregão	34.807.330,22	8,75	37.700.724,43	10,83	21.048.265,73	5,56	25.073.152,62	7,81
d) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	5.081.275,86	1,28	12.231.566,89	3,51	1.926.848,33	0,51	1.108.467,13	0,35
2. Contratações Diretas (h+i)	8.050.798,21	2,02	8.242.821,00	2,37	6.540.296,42	1,73	6.957.798,37	2,17
h) Dispensa	3.741.186,62	0,94	3.631.580,57	1,04	2.806.660,74	0,74	2.841.251,05	0,88
i) Inexigibilidade	4.309.611,59	1,08	4.611.240,43	1,32	3.733.635,68	0,99	4.116.547,32	1,28
3. Regime de Execução Especial	25.922,40	0,01	39.360,97	0,01	25.922,40	0,01	39.360,97	0,01
j) Suprimento de Fundos	25.922,40	0,01	39.360,97	0,01	25.922,40	0,01	39.360,97	0,01
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	314.530.951,75	79,03	255.221.374,74	73,31	314.300.816,39	82,98	255.071.374,74	79,44
k) Pagamento em Folha	313.913.142,42	78,88	254.594.329,86	73,13	313.683.142,42	82,82	254.444.329,86	79,24
l) Diárias	617.809,33	0,16	627.044,88	0,18	617.673,97	0,16	627.044,88	0,20
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	362.879.641,23	91,18	315.707.924,65	90,69	344.197.679,87	90,88	289.179.827,12	90,06
6. Total das Despesas da UPC	397.974.047,63	100,00	348.127.126,86	100,00	378.746.243,20	100,00	321.095.915,94	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Data da extração dos dados: 05/02/2018

Quadro 15 - Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Despesas de Pessoal	313.913.142,42	254.594.329,86	313.683.142,42	254.444.329,86	230.000,00	150.000,00	313.683.142,42	254.444.329,86
11. Vencimentos e vantagens pessoal civil	234.577.073,45	186.614.657,24	234.577.073,45	186.614.657,24	-	-	234.577.073,45	186.614.657,24
13. Obrigações Patronais	42.382.991,04	34.466.020,06	42.382.991,04	34.466.020,06	-	-	42.382.991,04	34.466.020,06
01. Aposentados, Resv, Ref. Mil	18.272.214,91	15.844.910,74	18.272.214,91	15.844.910,74	-	-	18.272.214,91	15.844.910,74
Demais elementos do grupo	18.680.863,02	17.668.741,82	18.450.863,02	17.518.741,82	230.000,00	150.000,00	18.450.863,02	17.518.741,82
3. Outras Despesas Correntes	75.908.955,95	73.725.483,32	62.366.702,75	62.636.619,85	13.542.253,23	11.088.863,47	61.721.276,31	62.244.141,96
39. Outros Serv. Terc. PJ	30.451.060,16	31.033.442,75	22.458.240,98	24.737.740,18	7.992.819,18	6.295.702,57	21.924.383,51	24.495.407,19
18. Aux. Financ a Estudantes.	10.901.838,52	10.540.799,87	10.846.558,52	10.447.655,83	55.280,00	93.144,04	10.818.920,52	10.440.005,83
46. Auxílio-Alimentação	10.715.967,08	9.718.373,88	10.715.967,08	9.718.373,88	-	-	10.715.967,08	9.718.373,88
30. Material de consumo	7.719.310,84	8.869.143,33	3.712.608,84	4.839.974,55	4.006.702,00	4.029.168,78	3.631.403,71	4.743.795,79
93. Indenizações e Restituições	5.046.179,55	5.158.305,43	5.012.571,72	5.083.106,40	33.607,83	75.199,03	5.012.571,72	5.082.941,54
49. Auxílio Transporte	2.915.944,42	1.888.716,68	2.915.944,42	1.888.716,68	-	-	2.915.944,42	1.888.716,68

Demais elementos do grupo	8.158.655,41	6.516.701,38	6.704.811,19	5.921.052,33	1.453.844,22	595.649,05	6.702.085,35	5.874.901,05
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4. Investimentos	8.151.949,23	19.807.313,68	3.470.142,98	5.094.329,83	4.681.806,25	14.712.983,85	3.341.824,47	4.407.444,12
51.Obras e Instalações	4.301.942,91	11.852.407,24	1.825.457,97	1.831.543,23	2.476.484,94	10.020.864,01	1.759.389,10	1.565.968,43
52.Equip. Mat. Permanente	3.706.927,31	7.383.616,53	1.501.996,00	2.910.016,65	2.204.931,31	4.473.599,88	1.439.746,36	2.488.705,74
Demais elementos do grupo	143.079,01	571.289,91	142.689,01	352.769,95	390,00	218.519,96	142.689,01	352.769,95

Fonte: Tesouro Gerencial

Data da extração dos dados: 05/02/2018

Análise crítica da realização da despesa

Ao analisar a execução das despesas em 2017, observa-se um acréscimo comparação ao ano anterior. No entanto, o valor dispendido por modalidade de licitação, contratação direta e regime de execução especial foi menor; e o aumento foi decorrente do pagamento de pessoal, que passou de 73,31% para 79,03% do total das despesas do IFRS. Esse aumento foi influenciado pelas novas contratações de pessoal, para suprir as necessidades do IFRS, e pelo próprio crescimento vegetativo da folha, especificamente elevando despesas com vencimentos e vantagens fixas de pessoal civil, obrigações patronais e aposentadorias.

Podemos observar também que a modalidade pregão movimentou um percentual de 8,75% das despesas executadas no exercício. O percentual elevado deve-se ao fato de que todos os bens e serviços comuns necessários ao funcionamento da Instituição são licitados através dessa modalidade.

Em 2017, outros *campi* aderiram ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, aumentando a execução de despesas advindas de dispensas de licitação, uma vez que as chamadas públicas são cadastradas no SIASG através dessa modalidade.

Em relação aos pagamentos, verificou-se divergência expressiva entre as despesas liquidadas e as despesas pagas, devido ao repasse financeiro parcial ocorrido ao longo do exercício.

Houve uma pequena redução no Grupo 3 (outras despesas correntes). A contratação de outros serviços de terceiros pessoa jurídica (339039) novamente se destacou como elemento de despesa com maior valor empenhado, tendo em vista o alto custo de terceirização de pessoal de apoio às atividades essenciais da Instituição, conforme Decreto nº 2.271/1997, tais como vigilância, limpeza, cozinha, serviços de apoio à agricultura, etc. A variação negativa observada, se comparada com o exercício anterior, foi resultado da revisão dos contratos visando diminuir os custos para a Instituição.

Em relação ao Grupo 4 (investimentos), desponta como o maior volume de empenho o elemento de despesa 449051 (obras e instalações). Apesar do decréscimo em relação ao exercício anterior, evidencia o processo de expansão do IFRS em curso. O volume empenhado nesse grupo só não foi maior pela falta de liberação de limite orçamentário para empenho, o que impediu a licitação de novas obras e de equipamentos e materiais permanentes, constantes no planejamento prévio.

As limitações de empenho tiveram impacto relevante na execução orçamentária, principalmente no grupo de investimento, devido à necessidade de priorização de gastos com despesas correntes, visando à manutenção da Instituição. Também as liberações parciais de recursos financeiros prejudicaram a execução orçamentária, gerando um grande volume de inscrições em restos a pagar.

2.3.4. Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal

Quadro 16 - Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão		Valor do maior limite individual concedido
			Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	
2017	158261	<i>Campus</i> Porto Alegre	5	14.500,00	8.000,00
	158265	<i>Campus</i> Canoas	3	12.000,00	4.500,00
	158327	<i>Campus</i> Osório	3	9.000,00	3.000,00
	158676	<i>Campus</i> Feliz	3	4.800,00	2.500,00
2016	158261	<i>Campus</i> Porto Alegre	6	23.000,00	8.000,00
	158265	<i>Campus</i> Canoas	3	13.500,00	4.500,00
	158327	<i>Campus</i> Osório	5	12.946,46	5.000,00
2015	158261	<i>Campus</i> Porto Alegre	2	4.000,00	2.000,00
	158265	<i>Campus</i> Canoas	3	13.500,00	4.500,00
	158327	<i>Campus</i> Osório	4	8.700,00	3.000,00

Fonte: Tesouro Gerencial e Diretores de Administração dos *campi* do IFRS

Quadro 17 - Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
			Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Qtde	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2017	158261	<i>Campus</i> Porto Alegre	-	-	14.223,53	14.223,53
	158265	<i>Campus</i> Canoas	-	-	3.171,42	3.171,42
	158327	<i>Campus</i> Osório	-	-	5.581,55	5.581,55
	158676	<i>Campus</i> Feliz	-	-	2.945,90	2.945,90
2016	158261	<i>Campus</i> Porto Alegre	-	-	22.745,25	22.745,25
	158265	<i>Campus</i> Canoas	-	-	7.219,33	7.219,33
	158327	<i>Campus</i> Osório	-	-	9.396,39	9.396,39
2015	158261	<i>Campus</i> Porto Alegre	-	-	3.969,59	3.969,59
	158265	<i>Campus</i> Canoas	-	-	5.228,57	5.228,57
	158327	<i>Campus</i> Osório	-	-	3.217,48	3.217,48

Fonte: Tesouro Gerencial e Diretores de Administração dos *campi* do IFRS

O Anexo C apresenta a classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício 2017.

Análise crítica

A concessão de suprimento de fundos no IFRS ocorre por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) e tem por finalidade atender às necessidades emergenciais e de pequeno vulto que não possam se subordinar ao processo normal de licitação, possibilitando maior agilidade nas aquisições, sem sacrificar o acompanhamento das despesas e a segurança nas operações.

A principal razão para o uso dessa ferramenta é a dificuldade de prever determinados itens e mantê-los estocados no almoxarifado, principalmente aqueles com pouca ou mesmo única ocorrência e materiais com prazo de validade muito exíguo e, por isso, difíceis de serem mantidos em estoque. Por se tratarem de materiais de rara utilização, consumindo recursos em sua aquisição e espaço físico de armazenamento, adquiri-los através da alternativa do cartão resulta numa otimização dos recursos, realizando-se a compra somente no caso de demandas pontuais.

Os processos são montados com base nas orientações contidas no manual da STN e no Manual Suprimento de Fundos e Cartão de Pagamentos, da CGU. São arquivados os documentos de todas as etapas da concessão, dentre eles os relatórios demonstrativos das despesas, para melhor identificar e classificar as aquisições/contratações, devidamente autorizadas pelas chefias imediatas e superiores, incluindo o ordenador de despesas. No ato de concessão, são estabelecidos os prazos para aplicação dos recursos e para prestação de contas, e após são emitidos os empenhos específicos para material de consumo e/ou serviços, sempre dentro dos limites autorizados. Posteriormente, as aquisições/contratações efetuadas são lançadas no portal Compras Governamentais (SCP), em conformidade com a legislação vigente.

Para utilizar o cartão, foi estabelecido um formulário de requisição, a ser enviado ao almoxarifado, que por sua vez verifica a existência no estoque ou em licitação vigente. Caso negativo, e após análise das justificativas pertinentes ao objeto solicitado, o suprido é autorizado a realizar a aquisição do material ou a contratação do serviço. Previamente à efetivação da despesa, o suprido realiza consultas de preços em estabelecimentos e verifica se eles possuem a máquina específica de cartão, a fim de evitar saques em espécie.

Na realização da concessão, há a participação de servidores do setor de Contabilidade e Financeiro, a fim de dirimir dúvidas quanto à sua utilização, com observância da legislação vigente e dos manuais de orientação publicados pelo órgão de controle. Além disso, os procedimentos passam pela análise do ordenador de despesas. O encerramento do processo é feito após a prestação de contas, a anulação de saldos de empenho, a reclassificação contábil das despesas e a análise e aprovação da prestação de contas pelo ordenador de despesas.

No exercício de 2017, a utilização dessa ferramenta ficou restrita aos *campi* Canoas, Porto Alegre, Feliz e Osório.

No *Campus* Canoas houve diminuição dos gastos com cartão corporativo em relação aos anos anteriores. Esse gasto é concentrado na manutenção das edificações, cujo uso e transcorrer do tempo acarretam problemas imprevisíveis ou de elevada gama de materiais em estoque para serem solucionados. Com o passar dos anos, as adequações internas do *campus* estão diminuindo, ficando os gastos concentrados em casos emergenciais de manutenção, com aquisições de pequeno vulto, como é o caso da manutenção e conservação de imóveis (troca de vidros quebrados, cópia de chaves, cimento, massas, tintas, colas etc.). O *campus* tem realizado também algumas

aquisições de material para aulas práticas de itens desertos no pregão eletrônico realizado, tendo em vista que atividades e conteúdo programático ocorrem semestralmente e não suportam os prazos habituais de desenvolvimento de um novo processo licitatório.

No *Campus* Porto Alegre, a utilização dos recursos de suprimento de fundos teve redução em relação ao ano anterior. No entanto, manteve-se a concentração de gastos em despesas com insumos para o Curso de Panificação, uma vez que a sua previsão e aquisição por meio de processo licitatório é inviável devido à dificuldade de apresentação de propostas de fornecedores, que se recusam a participar por motivos de logística e quantidades pequenas e fracionadas, que tornam o atendimento da demanda mais dispendioso. Os procedimentos de controle interno são realizados por meio de processos individualizados de suprimento, com posterior reclassificação dos gastos e anulação de saldos não utilizados de cada suprimento concedido. A individualização permite o acompanhamento de forma mais precisa.

No *Campus* Feliz o suprimento de fundos foi utilizado para solucionar um problema hidráulico emergencial, além de algumas manutenções em equipamentos de TI, cujos itens eram necessários para continuidade das aulas regulares dos cursos da área. Além disso, houve ampliação no número de salas de aula por conta de obras finalizadas, situação que requer intervenções pontuais para garantir plenas condições de uso.

Já no *Campus* Osório, a maior utilização do suprimento de fundos foi com o curso técnico de Panificação e Confeitaria, em função dos insumos necessários às aulas práticas. Não foi possível adquirir os gêneros alimentícios específicos através de licitação ou dispensa, pelos mesmos motivos apontados acima pelo *Campus* Porto Alegre. Todos os suprimentos apresentaram a prestação de contas dentro do prazo. Está em estudo outra forma de aquisição de gêneros alimentícios perecíveis para o curso técnico de panificação, devido ser o maior montante adquirido através do cartão de suprimentos, como convênios com prefeituras locais.

2.4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

2.4.1 Apresentação e análise de indicadores de desempenho conforme deliberações do TCU

Quadro 18 - Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n.º 2.267/2005

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios					
			2017	2016	2015	2014	2013	2012
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	Número de Candidatos / Número de Vagas	5,89 *	5,01	6,25	6,39	7,06	6,64
	Relação Ingressos/Aluno	Número de Ingressantes / Número Total Matriculados	46,65%	32,64%	35,40%	31,89%	27,77%	36,72%
	Relação Concluintes/Aluno	Número de Concluídos e Integralizados Fase Escolar / Número Total Matriculados	41,9%	10,56%	12,18%	14,22%	16,19%	14,35%
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes	Número de Concluídos e Integralizados Fase Escolar / Número de Matriculados Finalizados	48,4%	45,58%	45,23%	48,53%	57,44%	62,54%
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	Número Total de Retidos / Número Total Matriculados	13,5% **	27,21%	31,57%	36,83%	39,88%	39,33%
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	Número de Alunos Matriculados / (Docentes 20h*0,5 + Docentes 40 h + Docentes DE)	24,59	20,14	20,05	21,99	24,90	24,30
	Relação Aluno por Professor	(Aluno – Equivalente / ((20h*0,5)+40h+DE)*100	19,74	18,33	17,68	***	***	***
	Taxa de Evasão	Evadidos Ciclo/ Matriculados Ciclo	18,9%	-	-	-	-	-
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	Total de Gastos Correntes/ Número Total Matriculados	R\$ 14.161,67	R\$ 15.981,28	R\$ 14.936,79	R\$ 11.974,78	R\$ 9.898,44	R\$ 7.969,36
		Total de Gastos Correntes / Número de Matrículas Equivalentes	R\$ 17.654,54	-	-	-	-	-
	Percentual de Gastos com Pessoal	Total de Gastos com Pessoal / Gastos Totais	79,56%	72,96%	70,35%	64,75%	64,81%	62,98%
	Percentual de Gastos com outros Custeios	Total de Gastos com Outros Custeios / Gastos Totais	12,65%	18,53%	15,59%	16,18%	15,57%	16,33%
	Percentual de Gastos com Investimentos	Total de Gastos com Despesas de Investimentos e Inversões Financeiras / Gastos Totais	2,53%	6,41%	9,95%	14,72%	14,94%	16,36%
Sócioeconômicos	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar **	RFPC < 0,5 SM	3.173	1.517	487	973	461	425
		0,5 <= RFPC < 1,0 SM	3.054	1.998	1.828	2.601	1.112	1.331
		1,0 <= RFPC < 1,5 SM	4.820	3.598	3.302	3.101	2.501	2.298
		1,5 <= RFPC < 2,5 SM	3.898	3.342	2.851	3.063	2.804	2.539
		2,5 <= RFPC < 3,0 SM (3,5SM a partir de 2017)	1.750	1.124	1.050	1.341	1.628	1.530

		3,0 <= RFPC (3,5SM a partir de 2017)	1.254	1.250	1.434	1.573	1.904	1.411
		Não Declarada	7.628	-	-	-	-	-
		AMOSTRA TOTAL	25.577	12.829	10.952	12.652	10.410	9.534
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$G*1+A*2+E*3+M*4+D*5 / G+A+E+M+D$	4,3	4,18	3,95	3,96	4,10	3,99

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha

*Excluídos os Cursos de Qualificação (FIC)

Acadêmicos:

Em 2017 o IFRS, em suas 17 Unidades de Ensino, ofertou 311 Cursos, totalizando 25.577 matrículas, sendo que tivemos 11.932 ingressantes, 6.455 concluintes e a oferta de 64.639 vagas.

Das vagas ofertadas, 297 cursos, 21.352 matrículas, 7.838 ingressantes, 3.414 concluintes, 8.563 vagas e 41.742 inscritos na modalidade presencial. Destes, 47 foram Cursos de Qualificação Profissional. Na modalidade de educação a distância a oferta contou com 14 cursos, 4.225 matrículas, 4.094 ingressantes, 3.041 concluintes e 56.076 vagas ofertadas. Destes, 6 cursos foram continuidade de cursos Técnicos já ofertados e 8 cursos de Qualificação Profissional (FIC).

Dentre os cursos presenciais, a oferta contou com:

- 21 cursos de Licenciatura, com 8.191 inscritos para 561 vagas, o que resulta numa relação **candidato/vaga** de 14,6.
- 16 cursos de Bacharelado, com 4.041 inscritos para 574 vagas, o que resulta numa relação **candidato/vaga** de 7,04.
- 41 Cursos de Tecnologia, com 11.781 inscritos para 1.306 vagas, o que resulta numa relação **candidato/vaga** de 9,02.
- 164 Cursos Técnicos, com 14.201 inscritos para 4.031 vagas, o que resulta numa relação **candidato/vaga** de 3,52.

Os cursos oferecidos pelo IFRS estão em sua maior parte nos Eixos Tecnológicos de Desenvolvimento Educacional e Social (22,99%), Informação e Comunicação (17,97%), Gestão e Negócios (16,27%) e Controle e Processos Industriais (13,91%).

O IFRS possui uma **taxa de evasão** (18,9%) abaixo da média geral (23,2%) entre todas as instituições que formam a Rede Federal, tendo suas maiores taxas de evasão entre os cursos de Qualificação Profissional (28,1%) e os Técnicos ofertados na forma subsequente (21,5%). As avaliações feitas com os colegiados de curso apontam que a evasão nos cursos Técnicos Subsequentes tem entre as principais causas o ingresso do aluno no mercado de trabalho ou no ensino superior. Já para os cursos de Qualificação Profissional, a evasão ocorre muitas vezes devido a curta duração do curso, o que pode acabar por não gerar o comprometimento esperado.

A **Eficiência Acadêmica do IFRS** (48,4%) é maior do que a média geral da Rede Federal (46,9%), indicado também por uma Evasão no Ciclo menor do que a da Rede Federal como um todo. A Retenção por Ciclo no IFRS (13,5%) deverá ser reavaliada, haja vista que equivale a praticamente o dobro da retenção observada na Rede Federal (6,8%). Uma das prováveis causas da alta retenção pode estar atrelada ao fato de o IFRS adotar o trancamento automático para os estudantes que não realizam a matrícula, portanto o mesmo só será considerado evadido depois de dois semestres da desistência do curso. Considera-se um ponto importante a ser revisto quando da revisão da Organização Didática do IFRS.

A **Relação Concluintes/Aluno** (41,9%), de acordo com a Plataforma Nilo Peçanha, mede o percentual de concluintes, até 31/12/2017, em ciclos com término previsto para 2016, adotando a carência de 1 ano. O ano de 2017 teve um aumento no número dos concluintes, o que também reflete a consolidação dos cursos do IFRS; a medida que o número de ciclos completos aumente, a tendência é que mais alunos se formem e a retenção seja reduzida.

O indicador de **Matrícula Aluno Professor** é calculado a partir da relação de número de matrículas equivalentes (20.517) por professores equivalentes (1.040); o indicador vem em uma crescente desde 2015 e em 2017 atingiu 19,74. O resultado é considerado adequado, sobretudo considerando que o IFRS ainda está em expansão e conta com diversos cursos que ainda não atingiram o seu ciclo pleno, com todas as turmas previstas em andamento, o que prejudica o desempenho no indicador. Mesmo assim, em 2017 o IFRS chegou a 19,74 matrículas por professor, bastante próximo da meta de 20.

Em resumo, observa-se que o IFRS vem cumprindo seu papel social, ofertando Educação pública, gratuita e de qualidade aos que mais necessitam dela.

Administrativos:

Gastos correntes por aluno

Este indicador mede o custo médio de cada aluno da Instituição.

Em função da implantação da Plataforma Nilo Peçanha, apresentaremos duas análises. Uma delas considerando a fórmula proposta pela referida Plataforma, que considera que os gastos correntes devem ser divididos pelo número de alunos equivalentes e a outra baseada na fórmula proposta no Acórdão TCU 2267/2005, a qual considera que os gastos correntes devem ser divididos pelo número de alunos matriculados.

Considerando que o número de matrículas equivalentes é de 20.517 e que o número de alunos matriculados é de 25.577 e que os gastos correntes em 2017 foram de R\$ 362.213.053,00 passamos para as análises:

Gastos correntes por aluno (Plataforma Nilo Peçanha)

Em 2017 o gasto corrente por aluno foi de R\$ 17.654,54 representando um acréscimo de 10,47% em relação a 2016, quando os mesmos foram de R\$ 15.981,28.

Esta diferença justifica-se pelo acréscimo de 32,78% no número de matriculadas, passando de 19.262 em 2016 para 20.517 em 2017, enquanto que o total de gastos correntes aumentou 17,67% em relação ao ano de 2016, quando o valor era de R\$ 307.831.436,05.

Gastos Correntes por aluno (Acórdão TCU 2267/2005)

Em 2017 o gasto corrente por aluno foi de R\$ 14.161,67 representando uma redução de 11,39% em relação a 2016, quando os mesmos foram de R\$ 15.981,28.

Esta diferença justifica-se pelo acréscimo de 32,78% no número de matriculadas, passando de 19.262 em 2016 para 25.577 em 2017, enquanto que o total de gastos correntes aumentou apenas 17,67% em relação ao ano de 2016, quando o valor era de R\$ 307.831.436,05.

Percentual de gastos com pessoal

Esse indicador tem por objetivo quantificar o gasto total com pessoal em relação aos gastos totais do Instituto. O resultado é obtido mediante a divisão dos gastos com pessoal pelo valor dos gastos totais, multiplicado por 100.

Considera-se gastos com pessoal aqueles efetuados com servidores ativos, sentenças judiciais e precatórios cujas despesas foram liquidadas em 2017, acrescidas

dos restos a pagar não-processados pagos. Constatamos que o IFRS aplicou um percentual 79,56% com pessoal em relação aos gastos totais.

Em relação ao percentual aplicado em 2016 que foi de 72,96%, constatamos que os gastos com pessoal tiveram uma variação positiva de 6,60 pontos percentuais, que corresponde a um acréscimo de R\$ 59.010.769,83. Essa variação se deve em função da despesa com pessoal ter sido maior do que o aumento dos gastos totais, conforme descrito abaixo.

O total de gastos com pessoal no ano de 2016 foi de R\$ 254.932.302,17 enquanto que no ano de 2017 foi de R\$ 313.943.072,00, representando um acréscimo de 23,15% em relação ao ano anterior. Já os gastos totais tiveram um acréscimo de 12,93% em relação a 2016, passando de R\$ 349.431.787,90 para R\$ 394.606.185,00 em 2017.

Percentual de gastos com outros custeios

Esse indicador tem por objetivo quantificar o percentual de gastos com outros custeios em relação aos gastos totais da Instituição. O resultado é obtido mediante a divisão dos gastos com outros custeios pelo valor dos gastos totais, multiplicado por 100.

Os gastos com outros custeios atingiram o montante de R\$ 49.913.006,00 e foram calculados levando em consideração os gastos totais dos quais foram excluídos os gastos com pessoal; com investimento; benefícios e gastos com PIS/PASEP.

Em 2017, foi aplicado o percentual de 12,65% em gastos com outros custeios. No ano de 2016, o percentual foi de 18,53% o que demonstra uma variação negativa de 5,87 pontos percentuais, a qual foi ocasionada em função do crescimento dos gastos totais e diminuição dos gastos com outros custeios, conforme descrito abaixo.

Os gastos totais tiveram um acréscimo de 12,93% em relação a 2016, quando o valor foi de R\$ 349.431.787,50, passando a ser de R\$ 394.606.185,00 em 2017. Já os gastos com outros custeios sofreram um decréscimo de 22,89% em relação a 2016, quando o valor foi de R\$ 64.731.779,50.

Percentual de gastos com investimentos

O objetivo desse indicador é quantificar o percentual dos gastos em investimentos e inversões financeiras em relação aos gastos totais, ou seja, gastos de todas as fontes e todos os grupos de despesa, exceto bolsa formação. O resultado é obtido mediante a divisão dos gastos com investimentos pelo valor dos gastos totais, multiplicado por 100.

O percentual de gastos com investimento no ano de 2017 foi de 2,53%, representando uma redução de 3,88 pontos percentuais em comparação ao ano de 2016 quando foi de 6,41%. Essa redução em pontos percentuais foi ocasionada em função do crescimento dos gastos totais e da redução dos gastos com investimento, conforme descrito abaixo, resultando em um dispêndio menor de recursos orçamentários na ordem de R\$ 12.389.270,05.

Os gastos totais tiveram um acréscimo de 12,93% em relação a 2016, quando o valor foi de R\$ 349.431.787,90. Já os gastos com outros investimentos sofreram uma redução de 55,33% em relação a 2016, quando o valor foi de R\$ 22.390.792,05.

Os gastos com investimento mostram uma trajetória decrescente tanto em representatividade sobre os gastos totais, quanto em valores nominais. Essa trajetória

é reflexo do aumento nominal dos gastos de custeio da rede federal, como também na redução do número de campus em fase de expansão e o contingenciamento orçamentário no exercício.

Socioeconômico:

Em relação ao indicador **Cor e Renda** observa-se que o IFRS possui a maioria de seus estudantes declarados brancos (61,22 %) e um percentual expressivo não declara a renda (29,82%).

Considerando os estudantes com renda declarada, entre os declarados brancos a maior parte concentra-se nos de renda per capita entre 1,0 e 1,5 salário mínimos (26,5%), seguido de perto pelos que declaram entre 1,5 e 2,5 (22,6%). Pode-se observar que a maioria dos declarados amarelos possui renda per capita entre 1,5 e 2,5 salário mínimos (37,9%). Entre os estudantes indígenas, a maior parte tem renda per capita entre 0,5 e 1,0 (31,6%), seguido pelos que tem renda entre 0 e 0,5 (26,3%). A maioria dos declarados pardos tem renda per capita entre 1,0 e 1,5 salário mínimo (30,4%), seguido dos que tem entre 0,5 e 1,0 (22,9%). Os declarados pretos têm sua maioria renda entre 0,5 e 1,0 salário mínimo per capita (31%).

No geral, o IFRS tem 43,2% de seus estudantes com renda per capita entre 0 e 1,5 salário mínimo, seguido de 15,24% com renda entre 1,5 e 2,5 o que demonstra que a instituição vem cumprindo com seu papel de acesso aos mais vulneráveis socioeconomicamente.

Gestão de Pessoas:

Índice de Titulação do Corpo Docente

O índice cria uma forma de cálculo cujo objetivo é gerar um valor numérico que tem uma relação direta com a titulação do corpo docente. O índice pode variar de um (onde todos os docentes seriam graduados) a cinco (todos doutores). Para o cálculo do índice foi utilizada a seguinte fórmula:

$$(G*1+A*2+E*3+M*4+D*5) / (G+A+E+M+D)$$

“G” é a quantidade de docentes graduados;

“A” é a quantidade de docentes aperfeiçoados;

“E” é a quantidade de docentes Especialistas;

“M” é a quantidade de docentes Mestres;

“D” é a quantidade de docentes Doutores.

Conforme mostram os indicadores houve um aumento de 3,99 em 2012 para 4,3 em 2017. Esse aumento se justifica por:

- Haver aumento da concorrência nos editais de concurso para ingresso na carreira docente, tendo como critério para classificação a titulação dos candidatos;
- Pelo esforço do IFRS em fomentar o aumento do nível de titulação do seu quadro de pessoal.

Considerando a legislação vigente e o Programa de Capacitação dos Servidores do IFRS, a participação dos servidores docentes em ações de qualificação (educação formal), se dá através da concessão de horário especial ou por afastamento (IN 03/2016). A Lei nº 12.772/2012 permite que o docente se afaste para participar de

programa de pós-graduação *stricto sensu* ou de pós-doutorado, independentemente do tempo ocupado no cargo ou na instituição. Durante o ano de 2017 estiveram afastados para capacitação *stricto sensu* 96 docentes, sendo 03 para mestrado, 87 para doutorado e 06 para pós-doutorado. Além disso, aos servidores que não se afastam para capacitação *stricto sensu*, o IFRS oferece possibilidade de bolsa de estudos através de edital.

2.5 INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Não há conteúdo a declarar. O IFRS não tem projetos e programas financiados com recursos externos contratados junto a organismos multilaterais de crédito e agências governamentais estrangeiras.

3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

O IFRS possui uma estrutura multicampi, conforme apresentado anteriormente. Em sua estrutura de governança, a instituição conta com órgãos colegiados superiores, órgãos de controle, comitês e comissões. Os órgãos colegiados superiores da instituição são: Conselho Superior (CONSUP) e Colégio de Dirigentes (CD). Em cada *campus* da instituição se constitui um órgão colegiado, chamado Conselho de *Campus* (CONCAMP). Além dos órgãos apresentados anteriormente, a Unidade de Auditoria Interna (UNAI) é uma unidade posicionada abaixo do Conselho Superior (CONSUP) e a ele vinculada.

Os documentos que determinam a estrutura de governança do IFRS são o seu Estatuto, Regimento Geral, Regimento Interno da Reitoria, Regimento Interno do Conselho Superior, Regimento Interno do Colégio de Dirigentes, Regimento Interno da Unidade de Auditoria Interna.

A seguir, descreve-se de maneira sucinta a base normativa, as atribuições e a forma de atuação da estrutura de governança do IFRS:

a) Órgãos Colegiados:

O IFRS conta com dois órgãos colegiados institucionais. São eles:

1) **Conselho Superior (CONSUP)**, trata-se do órgão máximo de caráter consultivo e deliberativo do IFRS, tendo sua composição e competência definidas nos artigos 8º e 9º do Estatuto Geral do IFRS e seu funcionamento definidos no Regimento Geral e no Regimento Interno. Conforme o artigo 10 de seu Regimento Interno, as atribuições do CONSUP são:

- I. aprovar as diretrizes para atuação do Instituto Federal e zelar pela execução de sua política educacional;
- II. deflagrar, aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do Reitor do Instituto Federal e dos Diretores-Gerais dos *Campi*, em consonância com o estabelecido nos artigos 12 e 13 da Lei nº 11.892/2008;
- III. aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação e apreciar a proposta orçamentária anual;
- IV. aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares;
- V. aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;
- VI. autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;
- VII. apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros;
- VIII. deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo Instituto Federal;
- IX. autorizar a criação e a alteração curricular de cursos de graduação e pós-graduação no âmbito do Instituto Federal, bem como o registro de diplomas;

- X. extinguir cursos técnicos, de graduação e pós-graduação no âmbito do Instituto Federal;
- XI. aprovar a estrutura administrativa e o regimento geral do Instituto Federal, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica;
- XII. deliberar sobre questões submetidas a sua apreciação;
- XIII. apreciar, no âmbito de sua competência, propostas e resoluções oriundas dos demais colegiados;
- XIV. aprovar as normas disciplinadoras quanto ao dimensionamento, à lotação, ao ingresso, ao regime de trabalho, à progressão funcional, à avaliação e à qualificação dos servidores do Instituto Federal;
- XV. aprovar o regimento interno, dos colegiados e dos *campi* que compõem o Instituto Federal;
- XVI. atuar como instância máxima no âmbito do Instituto.

2) **Colégio de Dirigentes (CD)**, trata-se de órgão de caráter consultivo do IFRS, formado pelos Pró-reitores, pelo Reitor e pelos Diretores Gerais dos *Campi* do IFRS. Conforme o artigo 4º de seu Regimento Interno, as competências do CD são:

- I. atuar como um dos órgãos superiores, de caráter consultivo, da administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, emitindo parecer sobre questões pertinentes à administração, ao planejamento, ao ensino, à pesquisa e à extensão;
- II. propor ações para a melhoria da organização e do funcionamento do Instituto;
- III. propor ações para melhoria do processo ensino-aprendizagem nos cursos do Instituto;
- IV. elaborar, aprovar ou modificar o próprio Regimento, por maioria simples.

Além dos dois órgãos institucionais, cada *campus* do IFRS possui constituído o seu Conselho de *Campus*. Esses órgãos colegiados dos *campi* são os órgãos máximos deliberativos em cada *campus* e possuem regimentos internos construídos na comunidade acadêmica do *campus* e aprovados pelo CONSUP.

b) Comitês:

O IFRS conta, em sua estrutura de governança, com Comitês ligados às cinco áreas de gestão, sendo eles órgãos responsáveis por apoiar a gestão administrativa e acadêmica, nos termos do § 2º do artigo 7º do Estatuto do IFRS. Os comitês são formados por servidores da reitoria e dos *campi*, especializados nas áreas em que atuam e têm a atribuição de propor normativas, acompanhar e propor políticas e emitir pareceres sobre os temas de sua especialidade para subsidiar a gestão da instituição. O Regimento Geral do IFRS, no seu artigo 34, apresenta os seguintes comitês:

- I. De Administração (COAD): formado pelo Pró-reitor de Administração, diretorias sistêmicas da área e diretorias da área nos *campi*;
- II. Comitê de Ensino (COEN): formado pelo Pró-reitor de Ensino, diretorias sistêmicas da área e diretorias da área nos *campi*;

- III. Comitê de Extensão (COEX) formado pelo Pró-reitor de Extensão, diretorias sistêmicas da área e diretorias da área nos *campi*;
- IV. Comitê de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (COPPI): formado pelo Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, diretorias sistêmicas da área e diretorias da área nos *campi*;
- V. Comitê de Desenvolvimento Institucional (CODI): formado pelo Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional, diretorias sistêmicas da área e diretorias da área nos *campi*;
- VI. Comitê de Gestão de Pessoas - formado pelo Diretor de Gestão e Pessoas e pelos gestores de Gestão de Pessoas de cada Unidade.

c) Comissões:

O IFRS conta, em sua estrutura de governança, com Comissões ligadas a áreas específicas, sendo elas órgãos responsáveis por apoiar a gestão administrativa e acadêmica, nos termos do § 2º do artigo 7º do Estatuto do IFRS. As comissões são formadas por servidores da reitoria e dos *campi*, especializados nas áreas em que atuam e têm atribuições definidas em seus regulamentos específicos. O Regimento Geral do IFRS, no seu artigo 34, apresenta as seguintes comissões:

I. Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD): é um órgão consultivo, colegiado, independente e competente de assessoramento do CONSUP do IFRS para formulação, acompanhamento e execução da política de pessoal docente, estando a sua constituição documentada na Resolução nº 115, de 18 de dezembro de 2012, disponível no seguinte endereço:

https://ww1.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201301775350552resolucao_115.pdf

II. Comissão Interna de Supervisão do Plano de Cargos e Carreira dos Técnicos Administrativos em Educação (CIS): é um órgão consultivo, independente e competente de assessoramento do CONSUP, tendo como atribuições principais auxiliar a área de pessoal, bem como os servidores, quanto ao plano de carreira dos cargos Técnico-Administrativos em educação; fiscalizar e avaliar a implementação do plano de carreira (PCCTAE) no âmbito do IFRS e propor à Comissão Nacional de Supervisão as alterações necessárias para o aprimoramento do PCCTAE. O seu regimento interno aprovado pela Resolução nº 059, de 28 de agosto de 2012 e disponível no endereço:

https://arquivo.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2016527174729339201291973118746anexo_da_resolucao_059_-_regimento_cis-2_%281%29.pdf

III. Comissão de Ética: A CEIFRS foi criada no mês de agosto de 2010, para atuar como instância consultiva de dirigentes e servidores do IFRS e faz parte do Sistema de Gestão de Ética, instituído pelo Decreto nº 6.029/2007 no Poder Executivo Federal, o qual congrega todas as Comissões de Ética dos órgãos públicos do executivo Federal, sob a coordenação, avaliação e supervisão da Comissão de Ética Pública (CEP) da Presidência da República (Decreto de 26 de maio de 1999). Seu regimento interno pode ser acessado no link: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/07/201703104529292regimento_comissao_de_etica_ifrs.pdf

Além das comissões apresentadas nos itens acima, o IFRS possui também uma **Comissão Própria de Avaliação (CPA)**, prevista no art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. A CPA está instituída em nível institucional e há subcomissões próprias de avaliação (SPA). A CPA tem como objetivo assegurar o processo de avaliação da instituição, nas áreas acadêmica e administrativa, integrando o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e atua com autonomia, no âmbito de sua competência legal, em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição. O Regimento da CPA do IFRS pode ser encontrado no endereço:

<https://drive.google.com/file/d/0B-kB7PeYpVoPc1diM0JZdGZjRWEzQ3RaaW14MWNPZnhDVHlz/view>

Por fim, o IFRS, através do conselho superior e conforme suas necessidades específicas, poderá constituir órgãos colegiados de natureza normativa e consultiva e comissões técnicas e/ou administrativas, de caráter permanente ou provisório.

d) Unidade de Auditoria interna:

O IFRS aprovou, em 2013, o regimento que apresenta as atribuições da Unidade de Auditoria Interna (UNAI). O Regimento Interno foi aprovado por meio da Resolução CONSUP nº 055, de 20 de agosto de 2013 e apresenta a seguinte redação em seu artigo primeiro: “A Unidade de Auditoria Interna – UNAI, dirigida por um Chefe nomeado pelo Reitor e vinculada ao Conselho Superior, é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da união”.

e) Procuradoria Jurídica:

O IFRS conta, em sua estrutura de governança, com a Procuradoria Jurídica, que, conforme o artigo 30 do Regimento Geral, possui como finalidade a execução dos encargos de consultoria e assessoramento jurídicos, a defesa judicial e extrajudicial do IFRS, bem como o zelo pelo cumprimento das normas legais emanadas do poder público.

De acordo com o Regimento Interno da Reitoria, em seu artigo 9º, as principais atribuições da Procuradoria Jurídica são: assistir à reitoria em questões referentes à legalidade dos atos a serem praticados, emitir parecer sobre processos licitatórios, contratos, convênios, procedimentos relativos à gestão de pessoas e outros assuntos que demandem análise jurídica, representar judicial e extrajudicialmente o IFRS, exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídico ao IFRS, examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do IFRS os textos de edital de licitação, como os dos respectivos contratos ou instrumentos congêneres, a serem publicados e celebrados pela Instituição.

3.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Informações sobre a estrutura e o funcionamento da Unidade de Auditoria Interna (UNAI)

a) Indicação do estatuto ou normas que regulam a atuação da auditoria interna.

A Unidade de Auditoria Interna possui regimento próprio aprovado pelo Conselho Superior do IFRS por meio da Resolução nº 055/2013 disponível em: http://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/Resolucao_55_13.pdf .

Também, a existência da auditoria interna está prevista no Estatuto, Capítulo II Seção IX, artigo 26, conforme pode ser visualizado em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/Estatuto-IFRS-Atual.pdf> . E ainda no Regimento Geral do IFRS no artigo 28 o qual pode ser acessado em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/Regimento_Geral_IFRS.pdf .

b) Demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna, tomando-se por base a INTOSAI GOV 9140 (Independência da auditoria interna no setor público), que é uma das diretrizes Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), os §§ 3º, 4º e 5º do art. 15 do Decreto 3.591/2000 ou outras normas específicas que regulam a atuação da unidade de auditoria no âmbito da UPC.

Conforme previsto no art. 1º do Regimento

A Unidade de Auditoria Interna - UNAI, dirigida por um Chefe nomeado pelo Reitor e vinculada ao Conselho Superior, é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

E complementado no art. 5º

A Unidade de Auditoria Interna está vinculada diretamente ao Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Essa vinculação objetiva proporcionar à UNAI o desenvolvimento de suas atividades com maior abrangência e independência de acordo com o § 3º, art. 15, do Decreto nº 3.591/2000.

Buscou-se a vinculação da UNAI ao órgão superior da UPC e conseqüentemente sua independência em relação aos gestores.

Já o art. 4º prevê que

A Unidade de Auditoria Interna se sujeita a orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, prestando apoio às unidades que o integram, de acordo com o caput do art. 15 do Decreto nº 3.591/2000.

c) Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas quando houver

No IFRS a Unidade de Auditoria Interna (UNAI) está organizada de forma descentralizada conforme definido no art. 3º de seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 055 do Conselho Superior, de 20 de agosto de 2013, “A Unidade de Auditoria Interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul será organizada de forma descentralizada.” E conforme § 1º do mesmo artigo “A UNAI será formada por 01 (um) Auditor Chefe, 01(um) Assessor, Auditores Internos lotados na reitoria e um em cada *campus* que compõe a Instituição.” Atualmente, a UNAI conta com 14 (quatorze) auditores distribuídos conforme quadro abaixo:

Quadro 19 - Equipe de Auditores em atuação no IFRS

Servidor	Cargo	Exercício	Lotação
Marcelo Juarez Vizzotto	Auditor Chefe	30/08/2010	Reitoria
Lauri Paulus	Assessor	08/02/2013	Reitoria
Alexandre Estive Malinowski	Auditor	18/11/2010	<i>Campus Erechim</i>
Antônio Monteiro Guimarães Junior*	Auditor	19/09/2014	<i>Campus Canoas</i>
Denis Jean Reges Bastos	Auditor	30/09/2014	<i>Campus Feliz</i>
Eduardo Marques de Camargo	Auditor	14/06/2011	<i>Campus Ibirubá</i>
Fabrcio Daniel Prestes**	Auditor	23/01/2014	<i>Campus Bento Gonçalves</i>
Jôse Davila	Auditores	01/08/2014	<i>Campus Caxias do Sul</i>
Leandro Pinheiro Vieira***	Auditor	01/02/2012	<i>Campus Rio Grande</i>
Marcos Vinicius Brasil	Auditor	17/06/2015	<i>Campus Osório</i>
Liane Nascimento dos Santos	Auditores	22/09/2014	<i>Campus Farroupilha</i>
Maríndia Zeni	Auditores	15/10/2010	<i>Campus Sertão</i>
Matilde Cristiane Flores Carlotto	Auditores	19/09/2014	<i>Campus Restinga</i>
William Daniel Silveira Pfarrius	Auditor	29/11/2013	<i>Campus Porto Alegre</i>

Fonte: UNAI

*Cedido para Advocacia-Geral da União (Escola da Advocacia-Geral) em 14 de julho de 2016.

**Nomeado Coordenador da Coordenadoria de Orçamento e Finanças do *Campus* Bento Gonçalves, em 14 de março de 2016.

***Afastado desde 19 de junho de 2017 para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu*.

A UNAI atua de forma integrada mesmo os auditores estando lotados nos diversos *campi* do IFRS. Prima-se pela homogeneidade dos trabalhos, assim como o alinhamento de interpretações dos variados assuntos que são ações de auditorias.

d) Demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de como é feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da unidade prestadora da conta (UPC).

No IFRS a Unidade de Auditoria Interna (UNAI) está organizada de forma descentralizada conforme definido no art. 3º de seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 055 do Conselho Superior, de 20 de agosto de 2013,

A Unidade de Auditoria Interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul será organizada de forma descentralizada.

E conforme § 1º do mesmo artigo

A UNAI será formada por 01 (um) Auditor Chefe, 01(um) Assessor, Auditores Internos lotados na reitoria e um em cada *campus* que compõe a Instituição.

Atualmente, a UNAI conta com 14 (quatorze) auditores conforme relatado na questão anterior. A nomeação, designação, exoneração ou dispensa do titular da Unidade de Auditoria Interna é submetida ao Conselho Superior e posteriormente a aprovação da indicação pela Controladoria-Geral da União, conforme determina o § 5º do art. 15 do Decreto 3.591/2000 e a Portaria CGU nº 2.737/2017. Destaca-se que conforme art. 3º § 2º do Regimento da Unidade de Auditoria Interna

§ 2º O cargo de Auditor Chefe da UNAI será exercido por servidor devidamente concursado para o cargo de Auditor, do quadro da Instituição, cuja nomeação e exoneração será submetida pelo Reitor à aprovação do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul com posterior aprovação da Controladoria-Geral da União no Rio Grande do Sul, nos termos do § 5º, art. 15, do Decreto nº 3.591/2000.

e) Informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações.

Quando os trabalhos de Auditoria Interna são realizados em um dos *campi* do IFRS o Relatório de Auditoria Interna é entregue ao Diretor Geral do *campus* para que pontualmente tome as devidas providências para atender as recomendações. Quando os trabalhos de Auditoria Interna são realizados na reitoria o Relatório de Auditoria Interna é entregue ao Reitor (gabinete) e Pró-reitor da área em que a auditoria foi realizada.

Com o trabalho de acompanhamento das recomendações o gestor se posiciona em relação ao atendimento ou ao não atendimento das recomendações, sendo que se optar por não atender a recomendação deverá justificar o não atendimento e consequentemente analisar o risco pela sua não implementação.

No início do exercício seguinte a UNAI elabora o Relatório Anual de Auditoria Interna o qual é protocolado e entregue para ciência do Conselho Superior, além de ser enviado para Controladoria-Geral da União (CGU)

f) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria, quando houver, sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência.

Idem a resposta anterior.

g) Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da unidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes.

No exercício de 2017 não houve redesenho organizacional da UNAI, sendo que sua estrutura definida no exercício de 2013 quando o CONSUP aprovou seu Regimento Interno por meio da Resolução nº 55/2013. Sua organização está descrita no item c (acima).

3.2.1 Sobreposição de Carga Horária – Pronatec

O IFRS, no exercício de 2017, não manteve nenhum curso vinculado ao PRONATEC. Dessa forma, não vislumbra-se possibilidade de sobreposição de carga horária, pois nenhum servidor esteve envolvido em atividades do referido programa.

3.3 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E DE APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul conta, desde 2013, com uma normativa interna própria acerca dos fluxos e procedimentos dos Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias, aliado, ainda, à utilização das normativas expedidas pela CGU.

Atualmente, a normativa em vigor é a Instrução Normativa nº 04, de 07 de maio de 2015, que previu a existência de uma Comissão de Assessoramento para Processos Disciplinares (CAPD), com atribuições definidas no art.3º, cujos membros estão designados através da Portaria IFRS nº 1.706, de 16 de agosto de 2016.

A Instrução Normativa pode ser acessada no sítio oficial da instituição, por meio do link: <http://ifrs.edu.br/institucional/comissoes/comissao-de-assessoramento-para-processos-disciplinares/>

A instituição tem envidado os máximos esforços no sentido de manter uma estrutura interna para apuração dos ilícitos administrativos, além de fomentar, na medida do possível, a participação de servidores em treinamentos/cursos de capacitação específicos para esta área.

Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Em atendimento aos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043/2007, cabe referir que o controle dos procedimentos administrativos disciplinares vem sendo regularmente efetuado pela Instituição através do lançamento das informações pertinentes no sistema CGU/PAD, por servidor habilitado junto ao sistema (Coordenador-Adjunto) e demais usuários cadastrados nas unidades do IFRS.

No que se refere ao presente item, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, no exercício de 2017, instaurou no total 15 (quinze)

procedimentos, dentre eles 03 (três) processos administrativos disciplinares, e 12 (doze) sindicâncias, dentre os quais os fatos apurados/e ou em apuração são, em síntese: descumprimento de atribuições relativas ao cargo; conduta incompatível com a moralidade administrativa; possíveis irregularidades em doação/transferência de bens; desaparecimento ou perecimento de bens; indícios de plágio em elaboração de questões do Concurso Público regido pelo Edital nº 26/2015.

Estão anexados ao item “Relatório de instância ou área de correição” os relatórios extraídos do Sistema CGU-PAD, contendo os procedimentos instaurados e julgados no ano de 2017.

3.4 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Neste item é demonstrada a percepção do IFRS, representada pelo seu nível estratégico de direção, sobre a qualidade do funcionamento dos controles internos administrativos, principalmente quanto à suficiência desses controles para garantir, com razoável segurança, a confiabilidade das informações financeiras produzidas; a obediência às leis e regulamentos que a regem, ou ao seu negócio; a salvaguarda dos seus recursos, de modo a evitar perdas, mau uso e dano; a eficácia e a eficiência de suas operações frente aos objetivos traçados. O Anexo D demonstra de maneira estruturada a avaliação dos controles internos do IFRS realizada pelos seus gestores, abrangendo os seguintes elementos: ambiente de controle, avaliação de riscos; atividades de controle, informação, comunicação e monitoramento.

Existe o entendimento, por parte da alta administração da instituição, da importância do controle interno sendo fundamental para que os objetivos institucionais preconizados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) sejam alcançados seguindo os princípios constitucionais da administração pública. Estes controles têm objetivos bem definidos no estatuto e regimento geral da instituição bem como em seus regimentos internos específicos, que após discutidos e aprovados no Conselho Superior (Consup), são amplamente divulgados entre servidores e estudantes além do público em geral.

As atribuições e responsabilidades, bem como as delegações de autoridade e competências, são formalizadas em documentos oficiais da instituição como estatuto, regimentos, resoluções e portarias com ampla divulgação através de publicação no sítio eletrônico da instituição, Boletim de Pessoal ou no Diário Oficial da União.

Anualmente são elaborados com a participação dos servidores o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna e o Levantamento das Necessidades de Capacitação dos Servidores que preveem, dentre outros, capacitações que visam o atendimento da legislação, a eficácia e a eficiência na busca dos objetivos institucionais. Os documentos são discutidos e aprovados no Consup.

A fim de zelar pelo cumprimento do Código de Ética Profissional do Servidor Público Federal, atuar como instância consultiva de dirigentes e servidores no âmbito do IFRS, buscando a prevenção de conflitos e a preservação da moralidade na Administração Pública, a Comissão de Ética do IFRS (CE/IFRS) foi instituída no ano de 2010 e é constituída por servidores efetivos do Instituto. O papel da Comissão de Ética é estimular o hábito das ações éticas pelos servidores públicos, orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio

público; zelar pelo cumprimento do Código de Ética e possui um caráter, principalmente, educativo.

O controle de riscos surge como um dos principais instrumentos de planejamento das contratações, na medida em que põe o agente público a refletir antecipadamente sobre os efeitos eventualmente negativos do projeto de aquisição.

Segundo a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016, a gestão de riscos ocorre em três linhas de defesa, na seguinte ordem: controles internos de gestão, supervisão e monitoramento (comitês, diretorias, assessorias específicas) e auditoria interna. O setor de compras, o pregoeiro, a Comissão Permanente de Licitação, gestores e fiscais de contrato encontram-se na primeira linha de defesa da Administração Pública, no plano dos controles internos de gestão.

Segundo a IN supracitada, os controles internos de gestão são o “conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, entre outros, operacionalizados de forma integrada pela direção e pelo corpo de servidores das organizações, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável” para o alcance dos objetivos descritos no inciso V do art. 2º.

A área de aquisições e contratações do IFRS, em 2017, revisou os controles internos praticados nos anos anteriores, e implementou novos a partir da emissão da Instrução Normativa do MPDG nº 05/2017.

A primeira providência tomada para a implementação da referida IN foi a criação de um fluxo de procedimentos e modelos de documentos para utilização neste tipo de processo. Estes documentos contêm os questionamentos solicitando as informações indicadas na IN para planejamento das contratações. Para juntar as informações necessárias ao preenchimento dos documentos padronizados, instituiu-se uma equipe multidisciplinar de planejamento da contratação contendo membros da área requisitante, do setor de contratos e licitações, e áreas técnicas, caso necessário.

A equipe de planejamento da contratação realiza os Estudos Preliminares e providencia o Mapa de Riscos. Posteriormente, o requisitante da solução constrói o Projeto Básico embasado nestes documentos.

O IFRS passou a indicar o gestor do contrato na fase de planejamento da contratação para que o mesmo possa participar do processo desde o início. Caso tenha havido contratação similar anterior, o fiscal do contrato é chamado para contribuir. Para a fase de gestão e fiscalização contratual, também foram revisados procedimentos de controles internos a fim de mitigar os riscos decorrentes das contratações. Foram atualizados vários manuais, fluxos de procedimentos e documentos da área: Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos (contendo dezessete novos formulários padronizados), Fluxo de Penalizações (contendo catorze modelos de documentos atualizados), Coletânea de Fluxos de Procedimentos para o Setor de Contratos (contendo doze fluxos de procedimentos padronizados).

A fim de garantir transparência, agilidade, padronização e mitigar os riscos nas aquisições e contratações no âmbito do IFRS, em 2017 foi proposto o novo Plano Anual de Aquisições e Contratações (PAAC), com diretrizes construídas pela Pró-reitoria de Administração, Diretoria de Licitações e Contratos e Comitê de Administração. O novo regramento foi aprovado através da emissão das Instruções Normativas pela PROAD nº 01, 02 e 03/2017).

A PROAD construiu, em conjunto com a PROEN, a Instrução Normativa nº 04/2017, que regulamenta o planejamento, aquisição e contratação de alimentos da agricultura familiar através de chamada pública, indicando diretrizes, procedimentos, prazos e responsáveis pelas ações na reitoria e *campi*.

A análise de riscos e sua gestão estão sendo implementadas no IFRS, gradativamente, principalmente através do trabalho multidisciplinar, visando aumentar a probabilidade e o impacto dos eventos positivos e reduzir a probabilidade e o impacto dos eventos negativos nas contratações de serviços.

4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1 GESTÃO DE PESSOAS

Este capítulo do relatório visa atender, em conformidade com as orientações emanadas do TCU, as informações a respeito da Gestão de Pessoas do IFRS. O Informe foi elaborado de acordo com as informações fornecidas pelos servidores da DGP e as Gestões de Pessoas das unidades do IFRS.

4.1.1 Gestão de Pessoas e Força de Trabalho

A Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), atualmente, está organizada em três Departamentos e uma Seção: Departamento de Normas e Legislação de Pessoas, Departamento de Desenvolvimento de Pessoas, Departamento de Administração de Pessoas e Seção de Atenção à Saúde do Servidor. Existe divisão de atividades em relação a natureza dos processos em que cada uma das pastas é responsável.

O Departamento de Normas e Legislação conta com a Coordenadoria de Normas e Legislação de Pessoas, sendo responsável pela análise das implicações legais e normativas dos processos administrativos de competência da DGP. Também presta apoio ao desenvolvimento da regulamentação bem como presta suporte as unidades da DGP.

O Departamento de Desenvolvimento de Pessoas conta com a Coordenadoria de Capacitação, sendo responsável, em linhas gerais, pelas ações de capacitação para os servidores, pelas licenças capacitações, pelos afastamentos de docentes e técnico-administrativos em programas de pós-graduação e pela oferta de editais de bolsas de estudos.

O Departamento de Administração de Pessoas conta com a Coordenadoria de Ingresso, a Coordenadoria de Mobilidade, a Coordenadoria de Cadastro de Pessoas, a Coordenadoria de Aposentadoria e Pensão, a Coordenadoria de Benefícios e a Coordenadoria de Pagamento de Pessoas. Esses setores são responsáveis pelas redistribuições e remoções, cadastros de servidores efetivos, professores substitutos e estagiários, concessão de aposentadorias e pensões, concessão de benefícios e responsável pela folha de pagamento do IFRS.

A Seção de Atenção à Saúde do Servidor, está a equipe multiprofissional, que atua em uma dinâmica de trabalho interdisciplinar, distribuída em diferentes áreas: nutrição, enfermagem, medicina, psicologia e segurança do trabalho. Com o objetivo de promover ações voltadas à saúde do servidor, incluindo a segurança e o bem-estar no trabalho, a equipe coordena as ações institucionais para realização dos exames periódicos, perícias oficiais e promoção da saúde e da qualidade de vida dos servidores no IFRS, de acordo com o Plano de Gestão do IFRS e com a Política Nacional de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal.

O IFRS é uma instituição multicampi que visa o atendimento dos arranjos produtivos locais. Sob esse prisma, os processos finalísticos de Gestão de Pessoas acontecem de forma descentralizada em cada um dos *campi*. Segue abaixo a relação da força de trabalho envolvida nos processos de gerenciamento de pessoal em cada uma das unidades do IFRS.

Quadro 20 - Relação da força de trabalho envolvida nos processos finalísticos de Gestão de Pessoas do IFRS

IFRS			
<i>Campus</i>	Setor/Área	Cargos de direção/coordenação	Equipes
Alvorada	Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Claudia Ludwig	-
Bento Gonçalves	Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Claudia Lorenzon	Paula Zonatto
Canoas	Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Aline Martins Mesquita	Alexsandra Alves de Brito
Caxias do Sul	Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Fernanda Regina Bresciani	Marta Panazzolo
Erechim	Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Flavia Garcez	Denise Beatris Tonin
Farroupilha	Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Eliandra Lanfredi Bottin	Adriane Reginatto
Feliz	Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Marinez Silveira de Oliveira	-
Ibirubá	Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Patrícia Sampaio	-
Osório	Coordenadoria de Gestão de Pessoas	André Bohm de Oliveira	-
Porto Alegre	Diretoria de Gestão de Pessoas	Martha Helena Weinzemann	Henrique Leonardi de Oliveira Ana Lúcia Barbiéri Ricardo Costa da Rosa Ricardo Marques Marcondes de Souza
Restinga	Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Davi Jonatas Silva	Nidiana Pohl dos Santos
Rio Grande	Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Livia Ayter Santos	Mayara Marques Guilherme
Rolante	Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Cassandra Azevedo	-
Sertão	Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Silvia Maria Polito Ascari	Valeria Cristina Schu Colombelli
Vacaria	Coordenadoria de Gestão de Pessoas	André Bertelli	-
Veranópolis	Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Renata Cielo	-
Viamão	Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Adriana Pereira	-

A força de trabalho das atividades fins do IFRS é composta por servidores técnico-administrativos em educação e professores efetivos, temporários e substitutos. Para efeitos de contagem dos servidores efetivos são considerados os técnico-administrativos em educação e os professores efetivos. Os servidores temporários são

os professores substitutos e temporários. Segue abaixo a relação dos servidores efetivos e temporários.

Quadro 21 - Relação de servidores efetivos e temporários do IFRS

Relação entre Servidores Efetivos e Temporário			
	2015	2016	2017
Servidores Efetivos	1.691	1.895	2.012
Servidores Temporários	198	143	161

Fonte: Dados retirados do SIAPE em 31 de dezembro de 2017.

O dimensionamento quantitativo da força de trabalho dos servidores efetivos do IFRS segue a previsão da portaria do MEC nº 246/2016. A DGP junto a PRODI tem trabalhado para adequação ao número de servidores por unidade conforme o que dispõe a referida portaria.

Políticas de Capacitação

Investimentos em Ações de Desenvolvimento de Pessoas

Os investimentos em capacitação do IFRS no ano de 2017 foram de R\$ 1.039.007,27. Deste total, R\$ 518.250,14 foram em ações de capacitação de curta e média duração e R\$ 520.757,13 em ações de qualificação, referentes ao ressarcimento de bolsas de estudos concedidas aos servidores através de editais.

Quadro 22 - Recurso destinado a capacitação dos servidores em 2017

ANO	QUALIFICAÇÃO	CAPACITAÇÃO	TOTAL
2014	R\$ 564.588,70	R\$ 928.984,21	R\$ 1.493.572,91
2015	R\$ 926.575,39	R\$ 903.683,84	R\$ 1.830.259,23
2016	R\$ 869.786,65	R\$ 604.123,67	R\$ 1.473.910,32
2017	R\$ 520.757,13	R\$ 518.250,14	R\$ 1.039.007,27

Fonte: Anos de 2014 e 2015 – relatórios de gestão da DGP de seus respectivos anos. Relatório Gerencial extraído do Tesouro Gerencial Exercício 2016 e 2017, considerado os valores efetivamente liquidados.

Destaca-se que o IFRS possui diversas normatizações internas que possibilitam e promovem a qualificação dos servidores, sem utilização de recursos orçamentários específicos para esse fim, tais como: liberação de carga horária para servidores da carreira Técnico-Administrativo em Educação (TAE's), que permite ao servidor ter liberação de até 40% de sua jornada de trabalho semanal para realização de cursos de qualificação, sem necessidade de compensação de horário; afastamento para qualificação de docentes e TAE's; além de normativa que permite ao docente incluir

os períodos utilizados para mestrado ou doutorado no seu plano de trabalho. Essas normativas facilitaram muito o acesso e a busca por novas capacitações por parte dos servidores.

Participação dos Servidores em Ações de Desenvolvimento

Do total de servidores do quadro efetivo do IFRS, 58,3% participaram de ações de desenvolvimento em 2017, através da promoção ou incentivo do IFRS. Cabe destacar que muitos servidores participaram de mais de uma ação no ano.

Quadro 23 - Participação dos Servidores em Ações de Desenvolvimento

	TOTAL DE SERVIDORES					QUANTIDADE DE SERVIDORES CAPACITADOS					% DE SERVIDORES CAPACITADOS POR CARREIRA				
	2013	2014	2015	2016	2017	2013	2014	2015	2016	2017	2013	2014	2015	2016	2017
DOCENTES	705	762	847	952	1060	471	452	397	476	573	67%	60%	47%	50%	54%
TAE	660	813	842	925	952	383	483	484	520	592	58%	60%	57%	56%	62%
Total	1.365	1.575	1.689	1.877	2.012	854	935	881	996	1.165					

Do total (1.998) de participações em ações de desenvolvimento no ano de 2017, 32% (643) são de servidores que ocupam cargo de Direção, Gestão ou Assessoramento. Os dados foram apurados através dos controles desenvolvidos pelos *campi* e reitoria.

Ações de Qualificação

De acordo com o levantamento feito a partir dos relatórios das ações de desenvolvimento de cada unidade organizacional, o IFRS incentivou a participação dos seus servidores em ações de qualificação (educação formal) através de Horário Especial Estudante, Bolsas de Estudos, Licença Capacitação, Liberação de Carga Horária, Afastamento *stricto sensu* ou através da inclusão do curso na jornada de trabalho dos docentes, conforme distribuição abaixo. Contabilizou-se um total de aproximadamente 371 servidores beneficiados com ações de qualificação no IFRS. Verifica-se que o maior número de ações de qualificação está nas modalidades mestrado e doutorado.

Quadro 24 - Quantidade de ações de qualificação por nível.

Nível	Quantidade
Graduação	63
Especialização	46
Mestrado	90
Doutorado	165
Pós-Doutorado	7
TOTAL	371

Horário Especial de Estudante

De acordo com os dados informados pelas Coordenadorias de Gestão de Pessoas, ou equivalente, dos *campi*, através das planilhas de Controle de Capacitações, no ano de 2017 houve 20 concessões de horário especial de estudante.

Liberação de Carga Horária aos servidores Técnico-Administrativos

Com o objetivo de promover e incentivar a participação dos servidores da carreira dos servidores Técnico-Administrativos em Educação, foi publicada a Instrução Normativa nº 06/2015, que regulamenta o art. 36 do Programa de Capacitação, aprovado conforme Resolução do Consup nº 114/2014.

A Instrução Normativa nº 06/2015 possibilita a liberação de até 40% da carga horária da jornada de trabalho semanal dos servidores técnico-administrativos em educação para participação em ações de qualificação sem necessidade de compensação visa a busca da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços prestados à sociedade em consonância com as Diretrizes Nacionais da Política de Desenvolvimento de Pessoal e os interesses institucionais.

De acordo com os dados informados pelas Coordenadorias de Gestão de Pessoas, ou equivalente, dos *campi*, através das planilhas de Controle de Capacitações, no ano de 2017 o IFRS autorizou 112 liberações de carga horária.

Concessão de Licença Capacitação

De acordo com a Lei nº 8.112/90 e o Programa de Capacitação dos Servidores do IFRS, após cada quinquênio de efetivo exercício no serviço público federal, o servidor pode solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade na qual se encontrar em exercício, licença remunerada por até três meses para participar de ação de capacitação presencial ou a distância. A licença para capacitação pode ser utilizada para realização de estágio não remunerado, momentos presenciais de educação a distância, elaboração do relatório de aperfeiçoamento, dos trabalhos de conclusão de graduação

e especialização, da dissertação de mestrado, da tese de doutorado e do relatório de pós-doutorado.

No ano de 2017, o IFRS concedeu autorização para Licença Capacitação a 77 servidores. Desse total, 52 licenças para servidores TAE's e 25 para servidores docentes.

Quadro 25 - Quantidade de servidores com concessão de Licença para Capacitação em 2017

Servidores	Quantidade
Docentes	25
Técnico-Administrativos	52
Total	77

Afastamento para participação em programas de Pós-Graduação Stricto Sensu – Docentes

Considerando a Lei 8.112/90 e o Programa de Capacitação dos Servidores do IFRS, a participação dos servidores docentes em ações de qualificação (educação formal), se dá através da concessão de horário especial ou por afastamento. A Lei 12.772/2012 permite que o docente se afaste para participar de programa de pós-graduação *stricto sensu* ou de pós-doutorado, independentemente do tempo ocupado no cargo ou na Instituição. A Resolução Consup nº 082/2011, que aprova o regulamento da atividade docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS, estabelece que o docente que estiver regularmente matriculado em curso de pós-graduação *stricto sensu* poderá considerar essas atividades como pesquisa, com o registro no respectivo plano de trabalho, desde que seja respeitada a carga horária mínima de sala de aula e de atendimento aos alunos estabelecida no Regulamento e que haja aprovação de requerimento junto ao Conselho do *Campus*.

De acordo com o Programa de Capacitação dos Servidores do IFRS, o afastamento do servidor docente é permitido até o limite de 10% do total do quadro de docentes de cada *campus*, condicionado à disponibilidade no banco de professor equivalente de um substituto ou quando os docentes da sua área de atuação forem suficientes para assumir as funções do servidor afastado.

Em 2017 a Instrução Normativa nº 003, de 29 de agosto de 2016, que regulamenta os critérios de afastamento de professores para capacitação e qualificação em programas de pós-graduação *stricto sensu* e pós-doutorado, foi revisada e foi publicada a Instrução Normativa nº 09/2017.

Quadro 26 - Servidores Docentes Afastados para Capacitação *Stricto Sensu* em 31/12/2017

Mestrado		Doutorado		Pós-Doutorado		Total
País	Exterior	País	Exterior	País	Exterior	
03	-	79	08	03	03	96

Durante o ano de 2017 retornaram do afastamento *stricto sensu* 40 servidores docentes.

Quadro 27 - Docentes que retornaram do afastamento *stricto sensu* em 2017

Modalidade	Quantidade
Mestrado	02
Doutorado	37
Pós-Doutorado	01
Total	40

Afastamento para participação em programas de Pós-Graduação Stricto Sensu - Técnico Administrativo em Educação

A Resolução nº 115/2014, que regulamenta os critérios de afastamento dos servidores técnico-administrativos do IFRS foi alterada pela Resolução nº 080, de 13 de dezembro de 2016, sendo a atual normativa vigente.

Durante o ano de 2017 retornaram do afastamento *stricto sensu* 14 servidores TAE's. Em 31/12/2017 encontravam-se afastados 27 servidores TAE's.

Quadro 28 - Servidores TAE's afastados para capacitação *Stricto Sensu* em 31/12/ 2017

Especialização		Mestrado		Doutorado		Pós-Doutorado		Total
País	Exterior	País	Exterior	País	Exterior	País	Exterior	
-	-	15	-	12	-	-	-	27

Quadro 29 - Servidores TAE's que retornaram do afastamento *stricto sensu* em 2017

Modalidade	Quantidade
Mestrado	13
Doutorado	01
Pós-Doutorado	-
Total	14

Bolsas de Estudo

Em 2017 o IFRS manteve a oferta de bolsas de estudo para os servidores por meio de Editais, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos mesmos, de forma a conciliar os interesses individuais e as metas institucionais e visando à melhoria de seu desempenho quanto as suas funções e compromissos para com a Instituição. O limite de valor das bolsas foi de R\$500,00 para graduação, R\$300,00 para especialização e R\$1.000,00 para mestrado ou doutorado. Os servidores contemplados receberam o valor das mensalidades pagas, através de ressarcimento, até o limite do valor de cada bolsa de acordo com o estabelecido em cada Edital.

Quadro 30 - Concessão de bolsas de estudo entre 2014 e 2017

Modalidade	2014			2015			2016			2017		
	D	T	Total	D	T	Total	D	T	Total	D	T	Total
Graduação	3	36	39	1	46	47	0	40	40	1	23	24
Especializ.	4	24	28	3	38	41	0	52	52	2	42	44
Mestrado	8	17	25	14	30	44	14	35	49	5	23	28
Doutorado	15	1	16	24	6	30	20	6	26	13	4	17
TOTAL	30	78	108	42	120	162	34	133	167	21	92	113

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas do IFRS

D=Docentes

T=Técnicos

Ações de Aperfeiçoamento

Em 2017 foram promovidos pelo IFRS com apoio da DGP/Reitoria os seguintes eventos de capacitação para cinco ou mais servidores:

Quadro 31 - Eventos de capacitação em 2017

Capacitação	Participantes	Forma
Encontro de Pesquisadores e Extensionistas	208	Desenvolvido pelo IFRS (Reitoria)
Fórum de Ensino em EPT	119	Desenvolvido pelo IFRS (Reitoria)
Gestão de Projetos Cooperados	56	Desenvolvido pelo IFRS (Reitoria)
PDI 2019-2023 – Construindo o futuro do IFRS	54	Desenvolvido pelo IFRS (Reitoria)
Seminário de Formação Pedagógica	49	Desenvolvido pelo IFRS (Campus Viamão)

Workshop Comunicação Não Violenta no Serviço Público	46	Desenvolvido pelo IFRS (Reitoria)
Capacitação sobre Normativas de Convênios no IFRS	37	Desenvolvido pelo IFRS (Reitoria)
Gestão e Fiscalização de Contratos	37	Desenvolvido pelo IFRS (Reitoria)
Formação Pedagógica dos Trabalhadores do IFRS <i>Campus Alvorada</i>	36	Desenvolvido pelo IFRS (<i>Campus Alvorada</i>)
Gestão Patrimonial nas Entidades Públicas	31	Desenvolvido pelo IFRS (Reitoria)
I Encontro de Gestores de Pessoas do IFRS	30	Desenvolvido pelo IFRS (Reitoria)
Normativas Regulamentadoras da PROEN (Elaboração e Alteração de Projetos Pedagógicos de Cursos)	27	Desenvolvido pelo IFRS (<i>Campus Porto Alegre</i>)
Workshop Comunicação - Gerenciamento de Redes Sociais	26	Desenvolvido pelo IFRS (Reitoria)
Retenção de Tributos	26	Desenvolvido pelo IFRS (Reitoria)
Ciclo de Palestras de Capacitação da Educação a Distância	24	Desenvolvido pelo IFRS (Reitoria - a distância)
Design Thinking Game	23	Desenvolvido pelo IFRS (Reitoria)
Fiscalização de Obras	20	Desenvolvido pelo IFRS (Reitoria)
Círculo de Diálogo sobre Empatia no Trabalho	18	Desenvolvido pelo IFRS (<i>Campus Veranópolis</i>)
4º Encontro de Capacitação da CPPD IFRS	12	Desenvolvido pelo IFRS (Reitoria)
Censup 2016	10	Desenvolvido pelo IFRS (Reitoria)
Introdução ao Coaching Profissional	7	Desenvolvido pelo IFRS (<i>Campus Erechim</i>)
Seminário de Métodos de Pesquisa Aplicados em Administração	6	Desenvolvido pelo IFRS (<i>Campus Porto Alegre</i>)

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas do IFRS

Afastamento do país

Em 2017 o IFRS concedeu 96 autorizações para participação de servidores em eventos no exterior, sendo que 08 servidores docentes participaram de mais de um

evento. Dentre os tipos de eventos, a maioria foi para participação em congressos, seminários e conferências, os quais os servidores participaram com apresentação de trabalhos e também como ouvintes. Além dessas atividades, os servidores também participaram de missões de estudo, científica e de trabalho, bem como visitas técnicas a instituições. Foram autorizados também afastamentos de servidores para realização de cursos de capacitação e de intercâmbios acadêmicos.

Destaca-se a participação de três docentes no Programa SETEC-CAPES/NOVA de Capacitação para Professores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o qual ofereceu curso intensivo de oito semanas nas instituições consorciadas ao *Northern Virginia Community College* (NOVA), nos Estados Unidos da América, com atividades acadêmicas e culturais voltadas para professores de inglês, selecionados através da Chamada Pública SETEC/MEC nº 01/2015.

Além disso, dentre o total das autorizações, 07 servidores afastados para stricto sensu se ausentaram do país para realização de doutorado-sanduíche, outros 05 saíram para cursar stricto sensu integralmente e 02 para cursar pós-doutorado.

Quadro 32 - Participação em Eventos no Exterior

Servidores	Quantidade de servidores que participaram de eventos no exterior	Quantidade de autorizações para participação em eventos no exterior
Docentes	80	88
Técnico-Administrativos	08	08
Total	88	96

Identificação de Irregularidades

Uma das medidas adotadas pela Diretoria de Gestão de Pessoas para garantir a eficiência dos serviços e ao mesmo tempo a prevenção de irregularidades é a seleção de pessoal com formação e qualificação capaz de refletir a complexidade das funções desempenhadas pela organização, e principalmente compromissadas com a perpetuação de uma cultura de intolerância frente a vícios e irregularidades na área de Pessoal. Aliado a isso, vigoram outras práticas rotineiras, tais como: a identificação e controle dos casos de acumulação ilegal de cargos, empregos e funções públicas, realizado por meio de formulário próprio, disponibilizado ao servidor por ocasião da posse; controle sobre as declarações de bens e valores dos servidores, efetivado mediante preenchimento e assinatura de formulários próprios disponibilizados aos servidores para esse fim. O combate e a identificação de casos de nepotismo também são práticas que vêm sendo instituídas na Instituição, mediante o preenchimento de declaração pelos servidores investidos em cargos de direção e chefia.

Por fim, com o objetivo de identificar eventuais irregularidades relacionadas à matéria de Pessoal, a Diretoria de Gestão de Pessoas conta ainda com o Departamento de Normas e Legislação de Pessoal, que tem como principais atribuições as seguintes:

- Análise de solicitações e demandas administrativas que versem sobre matéria de pessoal, à luz da legislação e normativas vigentes;
- Orientação e elucidação de dúvidas quanto à aplicação da legislação relativa à administração de pessoal no âmbito da administração pública federal, quando solicitado;
- Atendimento às solicitações e consultas originárias de órgãos e entidades públicas e privadas que versem sobre assuntos relacionados à área de legislação de pessoal;
- Acompanhamento diário acerca da edição de legislação e demais normativas relacionadas à área de pessoal no âmbito da administração pública federal;
- Auxílio na edição e elaboração de regulamentações internas da Instituição afetas à área de legislação de pessoal;
- Acompanhamento e pesquisa doutrinária e jurisprudencial relacionada à área de legislação de pessoal no âmbito da administração pública federal;
- Realizar a instrução dos processos de acumulação funcional dos servidores do IFRS, bem como tomar as providências cabíveis nos casos em que reste comprovada a irregularidade.

4.1.2 Estrutura de Pessoal da Unidade

Quadro 33 - Força de Trabalho da UPC.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	2.012	152	35
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	2.012	152	35
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	2.007	152	35
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	2	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	2	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	1	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	161	103	75
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	2.173	255	110

Fonte: SIAPE em 31 de dezembro 2017

Quadro 34 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	936	1.076
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	936	1.076
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	932	1.076
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	2	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	161
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	936	1.237

Fonte: DGP Reitoria

Quadro 35 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas do IFRS

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	107	107	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	107	107	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	106	106	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	1	1	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	436	436	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	436	436	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	543	543	0	0

Fonte: SIAPE em 31 de dezembro de 2017

4.1.3 Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Quadro 36 - Despesas de Pessoal

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de exercícios anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2017	R\$ 111.167.911,44	R\$ 0,00	R\$ 55.884.634,71	R\$ 8.542.257,18	R\$ 13.931.193,59	R\$ 22.255.774,69	R\$ 591.746,88	R\$ 159.202,51	R\$ 195.596,76	R\$ 212.728.317,76
	2016	R\$ 88.695.051,26	R\$ 0,00	R\$ 44.087.046,80	R\$ 7.456.387,12	R\$ 11.882.941,96	R\$ 19.412.029,02	R\$ 553.813,85	R\$ 438.866,67	R\$ 222.476,65	R\$ 172.748.613,33
	2015	R\$ 79.869.042,12	R\$ 0,00	R\$ 47.463.735,08	R\$ 5.757.474,09	R\$ 9.134.256,26	R\$ 16.957.873,22	R\$ 564.265,53	R\$ 35.359,76	R\$ 316.838,27	R\$ 160.098.844,33
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2017	R\$ 7.391.739,32	R\$ 0,00	R\$ 722.800,19	R\$ 47.705,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.162.244,74
	2016	R\$ 7.791.436,50	R\$ 0,00	R\$ 666.019,88	R\$ 68.988,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.526.444,97
	2015	R\$ 7.230.893,11	R\$ 0,00	R\$ 763.779,71	R\$ 63.314,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1,86	R\$ 0,00	R\$ 8.057.989,30
Servidores cedidos com ônus ou em licença											
Exercícios	2017	R\$ 375.570,64	R\$ 0,00	R\$ 20.709,70	R\$ 12.869,66	R\$ 30.919,86	R\$ 28.874,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 468.944,01
	2016	R\$ 355.798,13	R\$ 0,00	R\$ 14.593,31	R\$ 9.549,15	R\$ 46.592,42	R\$ 34.419,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 460.952,48
	2015	R\$ 347.333,47	R\$ 0,00	R\$ 90.305,72	R\$ 15.431,79	R\$ 39.566,74	R\$ 25.654,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 518.291,79
Servidores ocupantes de cargos do grupo direção e assessoramento superior											
Exercícios	2017	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.624.101,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 159.202,51	R\$ 195.596,76	R\$ 5.978.900,97
	2016	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.173.489,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 438.866,67	R\$ 222.476,65	R\$ 5.834.832,89
	2015	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.966.922,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 35.359,76	R\$ 316.838,27	R\$ 5.319.120,90
Servidores ocupantes de funções gratificadas											
Exercícios	2017	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 907.194,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 159.202,51	R\$ 195.596,76	R\$ 1.261.993,46
	2016	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 787.670,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 438.866,67	R\$ 222.476,65	R\$ 1.449.014,00
	2015	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 679.433,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 35.359,76	R\$ 316.838,27	R\$ 1.031.631,36

Fonte: SIGRH em 31 de dezembro de 2017

4.1.4 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal

A Diretoria de Gestão de Pessoas de forma a reduzir os riscos internos e externos adota uma série de medidas preventivas, entre elas:

- Construção de fluxogramas e mapas de processos presentes no Manual de Fluxos e Processos de Pessoal da Diretoria de Gestão de Pessoas do IFRS - <https://drive.google.com/file/d/0B4edZU1efudnN3QtMWJHZ3RnNk0/view> , no Manual de Procedimentos em Saúde do Servidor - <https://drive.google.com/file/d/0B4edZU1efudnU1Z4aVg0b3UzYW8/view> , além de uma quantidade significativa de instruções normativas, memorandos-circulares e ordens de serviço publicadas em <http://dgp.ifrs.edu.br/site/conteudo/index/id/161> e <http://dgp.ifrs.edu.br/site/conteudo/index/id/99> .
- Revisão periódica dos processos de Gestão de Pessoas. A periodicidade varia de acordo com a natureza processual. Por exemplo, processo de folha apresenta revisão mensal devido às determinações do MPOG, processo de afastamento para capacitação *stricto sensu* revisão bianual junto às comunidades acadêmicas do IFRS.
- Controles internos eficientes com objetivo de: identificar erros e problemas processuais e em que termo estão falhando com seu objetivo; subsidiar a tomada de decisões estratégicas institucionais; constituir memória das decisões e atos administrativos. Os servidores da DGP, além de conhecer e aderir aos controles estabelecidos, elaboraram os controles existentes nesta Diretoria.
- Adoção de controles internos informatizados com a implementação de sistema de informação (SIGRH) com segurança no acesso/identificação, crítica na entrada de dados, procedimentos de backup e planos de contingência para questões chave.
- Boas práticas de comunicação **interna e externa** da DGP, para garantir a prestação informações de seguras de forma prática e tempestiva.
- Organização de responsabilidades com reuniões periódicas das equipes de trabalho.

Como prática a DGP tem diagnosticado os riscos, bem como a probabilidade de ocorrência de riscos e visa através de um planejamento estratégico medidas de mitigá-los. Abaixo segue a relação riscos já identificados e com ações previstas para ajustes, correções e normatizações:

- Elaboração da IN de critérios de uso de recurso de capacitação dos servidores da reitoria de forma a garantir um maior número de servidores capacitados;
- Elaboração da IN de fluxo de procedimentos de capacitação dos servidores do IFRS;
- Elaboração da IN para avaliação do Estágio Probatório;
- Revisão e alteração da Ordem de Serviço dos procedimentos de Cadastro e Folha de Pagamento;
- Revisão da IN de registro de frequência dos servidores do IFRS;
- Elaboração do fluxo que regula o auxílio-transporte dos servidores do IFRS;
- Elaboração de procedimentos para o assentamento digital dos servidores do IFRS;
- Estudo viabilidade de IN de ressarcimento para capacitação de servidores do IFRS;

- Revisão do Programa de Capacitação dos Servidores do IFRS;
- Elaboração da IN que regula as férias dos servidores do IFRS;
- Elaboração da IN que regula os afastamentos para capacitação ao exterior dos servidores do IFRS.

4.1.5 Contratação de Pessoal de Apoio e Estagiários

Quadro 37 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
		Nome: IFRS - Reitoria				
UG/Gestão: (quando executora no SIAFI) 158141 / 26419						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
				Início		
2014	Concessão de vagas de estágio remuneradas *	92.954.957/0001-95	22/01/2014	22/01/2019	Estudantes de nível médio e Estudantes de nível superior	Ativo
2017	Serviço de Motorista - Reitoria	00.482.840/0001-38	01/05/2017	01/05/2018	Ensino médio completo	Ativo
2016	Serviços de Vigilância Armada e Desarmada para a Reitoria	87.134.086/0001-23	01/10/2016	30/09/2017	Ensino médio completo	Encerrado
2017	Serviços de Portaria da Reitoria	18.528.402/0001-29	01/10/2017	01/10/2018	Ensino médio completo	Ativo
2016	Serviços de Limpeza para o <i>campus</i> Veranópolis	03.242.935/0001-72	01/08/2015	31/07/2016	Ensino médio completo	Ativo
2017	Serviços de Limpeza para a Reitoria	03.242.935/0001-72	20/10/2017	20/10/2018	Ensino médio completo	Ativo

Fonte: DLC – Coordenadoria de Contratos

*O objeto do presente instrumento consiste na prestação de **serviços de administração do programa de concessão de vagas de estágio remuneradas, na condição de agente de integração**, a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, a fim de atender às necessidades do IFRS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, reitoria e seus *campi*.

4.1.6. Contratação de Consultores

Não existem informações a serem prestadas neste tópico, em razão do IFRS não realizar a contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.

4.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

4.2.1 Gestão da frota de veículos

Atualmente o IFRS disponibiliza diversos veículos oficiais com objetivo de atender as diversas demandas institucionais em todas as áreas de atuação do IFRS. Devido a distribuição dos *campi* do IFRS, com unidades atuando em diversas microrregiões, é impossível realizar as atividades institucionais sem uma frota de veículos.

O regramento para uso da frota é a Instrução Normativa nº 09/2013, publicada em 13 de novembro de 2013 e o decreto federal nº 6.403/2008.

A frota é composta por 140 unidades entre veículos e implementos agrícolas divididos entre as 18 unidades do IFRS. Desta frota alguns veículos são de transporte institucional e a grande maioria, mais de 90% da frota, é classificada como de serviços comuns, pois são utilizadas tanto para transporte de servidores a trabalho quanto para transporte de materiais. Como amostragem a reitoria, que possui atualmente 08 veículos para estas atividades, em 2017 rodou aproximadamente 175.000 km.

Atualmente a idade média da frota é superior a 05 anos, pontualmente em alguns *campi* pré-existentes como Bento Gonçalves, Sertão, Rio Grande e Porto Alegre, existem veículos com tempo de vida útil superior a criação do IFRS. Isso se deve muito ao fato de algumas atividades nestes *campi* não exigirem deslocamentos fora da unidade e/ou uso em atividades mais específicas, com menor rodagem. Além disso conta o fato do baixo volume de orçamento para investimento, principalmente em revitalização da frota.

Cada *campus* realiza sua gestão e controle de uso destes veículos e equipamentos, por meio de pessoas designadas e responsáveis para tal. O IFRS disponibiliza contratos centralizados para atender as necessidades de gastos como seguros privados, combustíveis e manutenção veicular.

Desde 2012 o IFRS possui um contrato centralizado para cobrir despesas com combustíveis, por meio de empresa gerenciadora de cartão de abastecimento, com rede credenciada em diversas cidades no Brasil. Esta modalidade atende plenamente a nossa necessidade e traz agilidade e vantagem para administração do IFRS.

Em 2011 o IFRS firmou o primeiro contrato de manutenção veicular para sua

frota e à medida que foram sendo criados os novos *campi* e adquiridos novos veículos/equipamentos, o contrato foi sofrendo aditivo. Em 2016, após a certeza do total dimensionamento de *campi* do IFRS, a PROAD realizou novo levantamento e novo processo licitatório para substituir o contrato anterior. Foram consideradas as novas demandas, novas necessidades e as opções que o mercado apresentava. O processo teve êxito e está em funcionamento a contento do IFRS por meio da empresa contratada desde aquela época. No exercício 2017 o IFRS dispendeu um montante total de R\$ 581.000,00 junto a empresa contratada para o pagamento das despesas referentes aos veículos que necessitaram algum tipo de manutenção corretiva ou preventiva.

Também é disponibilizado para toda frota um seguro privado visando cobrir sinistros com danos de qualquer natureza. O formato de contratação também é centralizado na PROAD e cada veículo e *campus* destaca orçamento para cobertura do prêmio e acionamento de franquias quando necessário. No exercício 2017 o IFRS dispendeu R\$ 45.000,00 nos contratos de seguro veicular privado.

O IFRS é isento de algumas taxas junto ao Detran, mas o seguro obrigatório não. Essa despesa é de controle e obrigação de pagamento de cada *campus* e evita problemas legais junto a fiscalização de trânsito seja ela municipal, estadual ou federal. Despesas com multas são direcionadas e de obrigação do condutor, para isso sempre que o IFRS é notificado imediatamente o condutor é chamado para encaminhar a indicação junto aos órgãos emissores da infração e realizar o pagamento da multa.

Com a implantação do SIPAC no âmbito do IFRS o módulo transportes, que realiza tarefas de gerenciamento de frota, também está sendo implantado. Este módulo passou por alguns testes e detectamos algumas correções a serem feitas. A empresa responsável pela implantação está trabalhando neste desenvolvimento e dentro de um curto prazo irá disponibilizar nova versão deste módulo para podermos avaliar e implantar de forma única e padronizada em todos os *campi*.

Atualmente não existe um plano de substituição da frota antiga, a PROAD está avaliando a possibilidade de buscar junto ao mercado a opção de locação de veículos de serviços comuns, principalmente em *campus* urbano. Algumas de nossas unidades estão localizadas em áreas rurais e afastadas e isso precisa ser considerado no momento de analisar a demanda de locação. Outra questão relevante é o que este serviço de locação cobre, pois despesas com combustíveis ainda deverão ser mantidas mesmo com este novo formato de contratação. Não existe possibilidade em 2018 e sem previsão a médio prazo, de novos recursos para revitalização da frota.

4.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

Atualmente a PROAD está estudando padronizar e colocar em prática o desfazimento de bens inservíveis, inclusive alguns veículos. Um grupo de técnicos, tomando por base a Instrução Normativa nº 04/2013 do IFRS e outras legislações, prepara alguns documentos e manuais para melhorar a gestão e o desfazimento de bens no âmbito do IFRS. As seguidas trocas de pessoal nestes setores e pouca capacitação na área são fatores que atrapalham um melhor andamento.

Outra ação que se estuda é a contratação de veículos locados e isso impacta diretamente na redução do uso da frota, gerando ociosidade e por consequência a decisão de desfazimento destes veículos. Esta ação precisa ser bem avaliada para não gerar impactos negativos e não atendimento das demandas diárias e importantes que

acontecem em todos os *campi* do IFRS.

4.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

A estrutura de controle e gestão do patrimônio imobiliário no âmbito da unidade jurisdicionada é composta por um servidor da reitoria, responsável pela gestão do patrimônio imobiliário de todo o IFRS, o que inclui o gerenciamento da situação física dos imóveis e da correspondente situação de registro cartorial, bem como o acompanhamento e atualização dos dados desses imóveis no sistema governamental SPIUnet. Esse servidor conta com o auxílio, ao longo do ano, dos gestores de patrimônio dos *campi* e, especificamente no final de cada exercício, das comissões de inventário de patrimônio imobiliário.

A distribuição geográfica dos imóveis do IFRS é demonstrada no quadro a seguir:

Quadro 38 - Distribuição geográfica dos imóveis do IFRS

Localização Geográfica		Quantidade de imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UPC
		Exercício 2017
Brasil	UF – Rio Grande do Sul	
	Bento Gonçalves	3
	Alvorada	1
	Canoas	1
	Caxias	1
	Erechim	4
	Farroupilha	1
	Feliz	1
	Ibirubá	4
	Osório	1
	Passo Fundo	1
	Porto Alegre	4
	Rio Grande	2
	Rolante	1
	Sertão	3
	Vacaria	1
	Veranópolis	1
Viamão	2	
Total		32

Fonte: SPIUnet / Diretoria de Planejamento e Obras

O registro das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) é executado, na medida do possível, em ato contínuo às modificações patrimoniais, como é o caso de doações recebidas, término de obras e agregação de benfeitorias ao imóvel, entre outros. Dos 32 imóveis atualmente sob responsabilidade do IFRS, trinta e um estão devidamente cadastrados no sistema SPIUnet e tiveram seus dados de registro acompanhados e atualizados conforme a ocorrência de fatos modificadores patrimoniais, de modo a manter a fidedignidade das

informações contidas no sistema. Como pendência de registro há um dos imóveis do *Campus* Porto Alegre, que continua cadastrado no SPIUnet como pertencente à União, aguardando a conclusão do processo de doação ao IFRS pela Secretaria de Patrimônio da União e conseqüentemente a formalização e registro junto ao cartório de registro de imóveis. Cabe à Secretaria do Patrimônio da União efetuar no sistema a transferência de Unidade Gestora, o que já foi reiteradamente solicitado.

Os imóveis atualmente de propriedade do IFRS estão apresentados no quadro a seguir, com o respectivo número de Registro Imobiliário Patrimonial (RIP) no sistema SPIUnet.

Quadro 39 - Imóveis de propriedade do IFRS

UG	RIP	Unidade	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Despesas em 2017 com reformas e manutenção
158141	854100018500-3	Reitoria	29/12/2015	8.230.000,00	134.491,45
	880100983.500-0	Reitoria – EP	11/08/2015	900.000,00	
	851100001500-9	C. Alvorada	30/12/2015	508.583,77	
	882300003500-2	C. Rolante	28/12/2015	6.639.534,25	
	895300030500-8	C. Vacaria	28/12/2015	7.602.777,41	
	895900005500-0	C. Veranópolis	28/12/2015	1.417.738,00	
	896300029500-0	C. Viamão	30/12/2015	135.000,00	
	896300031500-0	C. Viamão	30/12/2015	135.000,00	
158262	881500107500-7	C. Rio Grande	29/12/2015	7.566.374,09	392.913,58
	881500106500-1	C. Rio Grande	29/12/2015	3.681.168,85	
158263	878500045500-5	C. Sertão (Passo Fundo)	28/12/2015	2.000.000,00	341.843,71
	891100006500-1	C. Sertão	28/12/2015	2.167.369,30	
	891100007500-7	C. Sertão	28/12/2015	30.382.228,9	
	891100009500-8	C. Sertão	28/12/2015	312.903,33	
158264	854100015500-7	C. Bento (Granja)	22/12/2014	1.656.506,69	89.189,54
	854100017500-8	C. Bento	22/12/2014	12.165.677,95	
158265	858900335500-1	C. Canoas	28/12/2015	8.047.718,62	86.102,65
158325	863700015500-5	C. Erechim	28/12/2015	11.092.014,12	32.923,79
	863700017500-6	C. Erechim	28/12/2015	85.000,00	
	863700023500-9	C. Erechim	28/12/2015	900.000,00	
	863700025500-0	C. Erechim	28/12/2015	2.800.000,00	
158326	880100820500-3	C. Porto Alegre Restinga	30/12/2015	9.026.292,85	21.498,11
158327	877300023500-1	C. Osório	28/12/2015	6.211.264,44	35.517,59
158328	859900048500-9	C. Caxias	28/12/2015	10.776.425,12	58.882,29
158674	865500007500-0	C. Farroupilha	28/12/2015	5.272.820,50	18.548,99
158675	870100006500-1	C. Ibirubá	28/12/2015	212.000,00	56.156,38
	870100008500-2	C. Ibirubá	28/12/2015	958.054,71	
	870100012500-4	C. Ibirubá	28/12/2015	1.142.205,05	
	870100010500-3	C. Ibirubá	28/12/2015	6.893.036,82	
158676	865900001500-0	C. Feliz	30/12/2015	9.567.478,16	35.538,41
158261	880100644500-7	C. Porto Alegre	19/08/2017	33.822.153,69	100.414,38

880100650500-0	C. Porto Alegre	06/08/2015	8.835.605,42	
*				
Total				1.431.020,87

* Imóvel em processo de doação, proprietário atual União.

Fonte: SPIUnet / Tesouro Gerencial / Diretoria de Planejamento e Obras

Os dados relativos à cessão para terceiros de imóveis da União na responsabilidade da unidade estão explicitados no subitem 4.2.4 deste Relatório.

As despesas com reformas e manutenção predial totalizaram um montante de R\$ 1.431.020,87 em 2017. A qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis acompanha o estado dos registros no sistema SPIUnet, que, como já referido, são mantidos atualizados e com bom nível de confiabilidade.

Os riscos relacionados à gestão de imóveis são os riscos para a propriedade, sua operação e para as pessoas que a utilizam. É prática disseminada na instituição o investimento em segurança, o cumprimento dos ditames legais quanto à acessibilidade e ao Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (PPCI), além do zelo na manutenção e melhorias dos espaços físicos. O objetivo é adequar progressivamente as instalações a seus usuários e mitigar riscos.

4.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos públicos e órgãos e entidades públicas ou privadas

Em 2017 houve algumas cessões de imóveis do IFRS a terceiros, realizadas dentro dos ditames emanados da Lei nº 9.636/1998 e da Lei nº 8.666/1993. As cessões são apresentadas a seguir, divididas por *campus*, com informações fornecidas pelas próprias unidades.

Campus Bento Gonçalves

a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;

Área total de 62,54 m² pertencente ao IFRS-*Campus* Bento Gonçalves, localizado na Avenida Osvaldo Aranha, 540, Bloco A - Térreo.

b) Identificação dos cessionários;

Cooperativa Escola dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal de Bento Gonçalves, CNPJ: 89.804.371/0001-30.

c) Caracterização da cessão;

i. Forma de seleção do cessionário;

Convênio pré-existente com a referida Cooperativa, porém, não havia nenhum Termo de Cessão de uso ou contrato.

ii. Finalidade do uso do espaço ou imóvel cedido;

Destinado ao desenvolvimento de programas de natureza pedagógica, técnica e/ou científica com a realização de projetos, cursos, seminários, treinamentos, desenvolvimento de experiências práticas ligadas às áreas de formação envolvidas, em nível de ensino, pesquisa e extensão, bem como a comercialização de itens a serem utilizados nas atividades pedagógicas ligadas aos três níveis acima informados, com a predominância de produtos alimentícios, com finalidade precipuamente educativa, a fim de atender exclusivamente o público interno.

iii. Prazo da cessão;

12 meses, contados da assinatura do termo de Cessão de Uso, ou seja, de 01/01/2018 a 01/01/2019.

iv. Caracterização do espaço cedido;

O espaço físico corresponde à área total de 62,54 m² pertencente ao IFRS - Campus Bento Gonçalves, compreendido em 20,30 m² de sala de direção e 42,24 m² de preparo de refeição e atendimento ao público.

v. Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;

O valor mensal foi definido em R\$ 481,80 mensal, exceto nos meses de janeiro, fevereiro, julho e dezembro, que são períodos de férias e menor fluxo de pessoas, o qual o valor passa a ter um desconto de 50%, passando a ser cobrado nesses 4 meses do ano R\$ 240,90.

vi. Tratamento contábil dos benefícios recebidos;

O valor é recolhido através de GRU, a receita foi cadastrada como Receita Própria e é acompanhada pela Tesouraria, Contabilidade e Direção de Administração do Campus Bento Gonçalves.

vii. Rateio dos gastos, quando cessão parcial;

Não.

viii. Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC.

Conforme finalidades já citadas.

Campus Canoas

a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;

Prédio c - sala 1 (metragem total de 93,74 m²).

b) Identificação dos cessionários;

Silvana Silva da Costa, CNPJ: 17.786.004/0001-40.

c) Caracterização da cessão;

i. Forma de seleção do cessionário;

Concorrência.

ii. Finalidade do uso do espaço ou imóvel cedido;

Serviços de lanchonete e cozinha.

iii. Prazo da cessão;

Encerra em 24/09/2018.

iv. Caracterização do espaço cedido;

Espaço total = 93,74 m²

Cantina/atendimento = 48,12 m²

Cozinha = 19,60 m²

Depósito = 16,63 m²

Banheiro = 6,40 m²

Circulação = 2,99 m².

v. Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;

Valor global = R\$ 17.448,75.

Espaço para lanches e almoço dos usuários do Campus Canoas

vi. Tratamento contábil dos benefícios recebidos;

Receita própria - fonte 0250.

vii. Rateio dos gastos, quando cessão parcial;

A cessionária paga a energia elétrica utilizada por ela e o aluguel do espaço que utiliza para a prestação dos serviços objeto do contrato.

viii. Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela upc.

Geralmente utilizados para fornecimento de merenda escolar para os alunos do ensino básico e outras demandas de pequeno vulto.

Campus Caxias do Sul

a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;

Locação de espaço para lanchonete e cozinha, localizado à Rua Avelino Antonio de Souza, nº 1730, Bairro Fátima, Caxias do Sul. Área total de 181,26m² no Bloco A4.

b) Identificação dos cessionários;

Saluth Restaurante Ltda - ME, com CNPJ nº 10.962.001/0001-70.

c) Caracterização da cessão;

i. Forma de seleção do cessionário;

Concorrência Pública (Concorrência 01/2015 processo nº 23362.000066.2015-81.

ii. Finalidade do uso do espaço ou imóvel cedido;

Concessão de Espaço para serviços de Cantina.

iii. Prazo da cessão;

Contrato assinado em julho de 2015, renovado em julho de 2017, podendo ser renovado novamente.

iv. Caracterização do espaço cedido;

Área total de 181,26m² no Bloco A4, compreendendo área de preparo e atendimento, convivência, depósito e sanitário.

v. Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;

Aluguel mensal de R\$ 1.823,76 por 08 meses e de R\$ 729,50 por 04 meses.

vi. Tratamento contábil dos benefícios recebidos;

13100111 - Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmios, Tarifas de Ocupação.

vii. Rateio dos gastos, quando cessão parcial:

Não há.

viii. Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC

Utilização para despesas de custeio do Campus Caxias do Sul.

Campus Erechim

a) identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;

Área de 12,31 m² para empresa prestadora de serviços de fotocópias.

b) identificação dos cessionários;

GNAS e Cia Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 08.365.000/0001-05, sediada na Av. Castelo Branco nº 776, na Cidade de SãoValentim, RS.

c) Caracterização da cessão;

i. Forma de seleção do cessionário;

Concorrência 09/2014 e posterior contrato 08/2015.

ii. Finalidade do uso do espaço ou imóvel cedido;

Exploração comercial da atividade de reprografia no Campus de Erechim - RS do Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

iii. Prazo da cessão;

02/02/2018 a 02/02/2020.

- iv. **Caracterização do espaço cedido;**
Sala 12,31 m².
- v. **Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;**
136,25 por mês letivo.
- vi. **Tratamento contábil dos benefícios recebidos;**
Aluguéis e arrendamentos.
- vii. **Rateio dos gastos, quando cessão parcial;**
Não se aplica.
- viii. **Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC.**
Utilização para despesas de custeio do Campus Caxias do Sul.

a) Identificação dos imóveis objeto de locação;

Área de 21m² para Exploração dos serviços de cantina.

b) Identificação do locador;

Empresa Delícia da Gula – Anselmo Alves - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 12.720.606/0001-80, sediada na Rua Fioravante Morandi, 265, Presidente Vargas, na Cidade de Erechim/RS.

c) Caracterização da cessão;

i. Forma de seleção do cessionário;

Concorrência 22/2015 e contrato 55/2015.

ii. Finalidade do uso do imóvel locado;

Exploração dos serviços de cantina.

iii. Prazo da locação;

20/07/2017 a 20/07/2018.

iv. Caracterização do espaço locado;

Sala 21 m².

v. Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;

R\$ 1.085,20.

vi. Tratamento contábil dos benefícios recebidos;

Aluguéis e arrendamentos.

vii. Rateio dos gastos, quando cessão parcial;

Não se aplica.

viii. Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC.

Aquisição de materiais para o funcionamento da instituição.

Campus Farroupilha

a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;

Cessão de uso, a título precário e oneroso, da Sala nº 108, situada no Bloco 01 da sede deste campus do IFRS, exclusivamente para exploração dos serviços de Lanchonete e Restaurante Universitário (LRU).

b) Identificação do locador;

Restaurante Nardi Ltda-ME, CNPJ 14.520.263/0001-36.

c) Caracterização da cessão;

i. Forma de seleção do cessionário;

Cessão onerosa.

ii. Finalidade do uso do espaço ou imóvel cedido;

Lanchonete e restaurante.

iii. Prazo da cessão;

12 meses, renováveis por até 60 meses.

iv. Caracterização do espaço cedido;

Sala cedida está subdividida em copa/cozinha, com 20,10m², e salão para atendimento ao público, com 59,29m², dispendo, portanto, de 79,39m² de área útil.

v. Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;

Valor mensal do aluguel R\$ 260,91.

vi. Tratamento contábil dos benefícios recebidos;

Ação 20RL, fonte 8100, PTERES 108854, ND 440000.

vii. Rateio dos gastos, quando cessão parcial;

Não se aplica.

viii. Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC.

Aquisição de mobiliário e equipamentos.

Campus Feliz

a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;

Espaço físico para lanchonete.

b) Identificação dos cessionários;

Edval Celino Teixeira.

c) Caracterização da cessão;

i. Forma de seleção do cessionário;

Concorrência pública.

ii. Finalidade do uso do espaço ou imóvel cedido;

Lanchonete.

iii. Prazo da cessão;

12 meses prorrogáveis até 60 meses

iv. Caracterização do espaço cedido;

Área do estacionamento (120m²).

v. Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;

Valor do contrato R\$13.316,40.

vi. Tratamento contábil dos benefícios recebidos;

3390 (custeio).

vii. Rateio dos gastos, quando cessão parcial;

Não se aplica.

viii. Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC.

Aquisição de itens (materiais de consumo) para o campus.

Campus Ibirubá

a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;

O imóvel está localizado no bloco D, registrado na matrícula 9059. A cessão é parcial, utilizando a metragem de 204,6 m² da área total.

b) Identificação dos cessionários;

A empresa vencedora da licitação foi a empresa Sonia Maria Rodrigues ME, CNPJ 05.611.930/0001-03.

c) Caracterização da cessão;

i. Forma de seleção do cessionário;

A contratação originou-se do Processo Licitatório na modalidade Concorrência, Edital 18/2013, formalizando o contrato 25/2014.

ii. Finalidade do uso do espaço ou imóvel cedido;

A cessão foi destinada à exploração dos serviços de Restaurante e Lanchonete, com fornecimento, preparo e distribuição de refeições, para alunos, servidores, terceirizados, estagiários e visitantes do Campus Ibirubá, do tipo “menor preço por refeição” sob o regime de execução de “empreitada por preço unitário”, para a confecção dos serviços.

iii. Prazo da cessão;

O contrato foi assinado em 14 de março de 2014, com prazo de vigência de 20 meses, sendo renovado em 29 de outubro de 2015 por mais 20 meses, vigência de 17 de novembro de 2015 a 17 de julho de 2017. A última renovação foi por 12 meses, TA 06/2017, vigência 18 de julho de 2017 a 18 de julho de 2018.

iv. Caracterização do espaço cedido;

O espaço físico cedido com a finalidade da instalação de Restaurante e de Lanchonete, corresponde ao espaço da cozinha, área de serviço, churrasqueira, depósito, despensa e aproximadamente um terço da área do refeitório, totalizando 204,6 m².

v. Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;

Conforme previsão contratual, o valor mensal a ser pago pela CONTRATADA, pelo uso do espaço público decorrente da cessão onerosa de imóvel do IFRS no Campus Ibirubá, será de R\$ 596,54 (quinhentos e noventa e seis reais e cinquenta e quatro centavos), conforme termo aditivo 06/2017.

Salienta-se que nos períodos de férias e recesso escolar, e em períodos de paralisação igual ou superior a 15 dias, a contratada tem o direito de solicitar redução do valor do aluguel, conforme disposto no item 17.2.8 do Edital de Concorrência nº 018/2013.

O valor de referência corresponde à média dos valores de locação orçados por três imobiliárias da cidade de Ibirubá - RS. O pagamento do valor devido pelo uso do espaço público decorrente da concessão onerosa deverá ser feito até o 20º (vigésimo) dia útil de cada mês, através de Guia de Recolhimento da União (GRU). A emissão da GRU é realizada pelo código 28802-2, Aluguéis.

vi. Tratamento contábil dos benefícios recebidos;

O ingresso da receita é contabilizada na conta contábil 433110100 - Valor Bruto Exploração de Bens, Direitos e serviços, e o financeiro entra direto na conta contábil 111122001 - Limite de Saque Vinculação de Pagamento, na fonte 8250, vinculação 400.

vii. Rateio dos gastos, quando cessão parcial;

Não há rateio.

viii. Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC.

A receita arrecadada através da cessão é prevista anualmente no orçamento, visando atender despesas de custeio do campus. À medida que o campus recebe a receita, utiliza para aquisições de materiais de consumo, conforme previsto no orçamento.

Campus Osório

a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;

Bloco de convivência.

b) Identificação dos cessionários;

Rafa Food Truck Alimentação, Serviços e Transporte Eireli, CNPJ 10.997.873/0001-74.

c) Caracterização da cessão;

i. Forma de seleção do cessionário;

Pregão Eletrônico Nº 56/2017.

ii. Finalidade do uso do espaço ou imóvel cedido;

Exploração dos serviços comerciais de Restaurante e Lanchonete.

iii. Prazo da cessão;

01/09/17 a 01/09/18.

iv. Caracterização do espaço cedido;

Área medindo 58,36m² no Bloco de convivência.

v. Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;

Total anual de R\$ 7.130,08.

vi. Tratamento contábil dos benefícios recebidos;

Não se aplica.

vii. Rateio dos gastos, quando cessão parcial;

Não se aplica.

viii. Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC.

Recurso de custeio executado conforme necessidade do campus.

Campus Porto Alegre

a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;

Cessão parcial, denominada "Espaço 1" na Torre Norte, sito à Rua Cel Vicente, 281, Centro Histórico de Porto Alegre, RS.

b) Identificação dos cessionários;

Neves e Romanoski Ltda, CNPJ 15.717.915/0001-90

c) Caracterização da cessão;

i. Forma de seleção do cessionário:

Pregão Eletrônico 05/2017.

ii. Finalidade do uso do espaço ou imóvel cedido;

Prestação de serviços continuados de produção e distribuição de refeição no Restaurante Acadêmico do IFRS – Campus Porto Alegre, mediante cessão onerosa de uso de espaço físico.

iii. Prazo da cessão;

18/08/2017 a 18/08/2022.

iv. Caracterização do espaço cedido;

Espaço 1: localizado no mezanino da Torre Norte, possui uma área de aproximadamente 72,71 m².

v. Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;

R\$ 1.500,00 mensais.

vi. Tratamento contábil dos benefícios recebidos;

Receita de aluguel.

vii. Rateio dos gastos, quando cessão parcial;

Ressarcimento mediante cálculo proporcional de consumo das despesas de energia e água, a partir da leitura dos medidores individuais.

viii. Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC.

Os benefícios pecuniários recebidos em razão da cessão são alocados para o suprimento de diversas despesas de custeio de pequeno vulto.

Campus Rio Grande

a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;

Espaço físico localizado dentro das dependências do Campus Rio Grande do IFRS, sito à Rua Engenheiro Alfredo Huck, nº 475, Bairro Santa Tereza (áreas descritas no item C, IV); imóvel cadastrado no Spiunet, RIP 8815 00106.500-1.

b) Identificação dos cessionários;

Brun e Gautério Comércio de Alimentos e Bebidas Ltda, CNPJ nº 22.576.009/0001-88.

c) Caracterização da cessão;

i. Forma de seleção do cessionário;

Licitação na modalidade concorrência, tipo menor preço (Concorrência nº 03/2016, UASG 158262).

ii. Finalidade do uso do espaço ou imóvel cedido;

Exploração comercial dos serviços de restaurante e lancheria.

iii. Prazo da cessão;

Contrato com prazo de vigência de 12 meses (de 14/09/2017 a 14/09/2018), podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 meses.

iv. Caracterização do espaço cedido;

Área total de aproximadamente 266,00 m², possuindo as seguintes áreas:

- área interna de atendimento coberta: 140,29 m²;
- área externa de atendimento coberta: 33,00 m²;
- área externa de atendimento descoberta: 49,33 m²;
- área de depósito: 8,20 m²;
- área de cozinha: 35,82 m².

v. Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;

R\$ 1.550,00 (um mil, quinhentos e cinquenta reais) mensais, referente à concessão do espaço, e ressarcimento dos gastos com consumo de energia elétrica e água.

vi. Tratamento contábil dos benefícios recebidos;

Os valores recebidos decorrentes da cessão ingressam mensalmente no Campus Rio Grande por meio de GRU, código de recolhimento 28802-0 (aluguéis), como receita da exploração de bens, conta contábil 43.311.01.00.

vii. Rateio dos gastos, quando cessão parcial;

Por se tratar de uma cessão parcial do imóvel, o espaço cedido possui medidores próprios de consumo de energia elétrica e água, que permitem apurar e calcular os valores a serem ressarcidos ao Campus Rio Grande, visto que a cobrança pelas concessionárias é realizada em fatura única.

viii. Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC.

Os benefícios pecuniários decorrentes da cessão são utilizados, conforme definição contida na proposta orçamentária anual, para o atendimento de despesas básicas de funcionamento do campus.

Campus Sertão**Contrato 80/2015 - Cessão****a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;**

Cessão de 185,06 m² de área construída para uso do restaurante e 19,81 m² de área construída para cantina.

b) Identificação dos cessionários;

Panificadora Cinara Ltda ME.

c) Caracterização da cessão;**i. Forma de seleção do cessionário;**

Concorrência.

ii. Finalidade do uso do espaço ou imóvel cedido;

Exploração de serviços de cantina.

iii. Prazo da cessão;

01 (um) ano, sendo permitida a prorrogação até 60 meses.

iv. Caracterização do espaço cedido;

Área parcial da estrutura imobiliária do campus, construída em alvenaria, composta por 185,06m² destinado a restaurante e 19,81m² para cantina.

v. Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;

R\$ 1.597,28 anuais, com pagamentos mensais, sendo que os valores variam nos meses de férias escolares, conforme contrato.

vi. Tratamento contábil dos benefícios recebidos;

Tratamento contábil dos benefícios recebidos; Recolhimentos via GRU para conta única.

vii. Rateio dos gastos, quando cessão parcial;

Cessionário paga energia elétrica.

viii. Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC.

Compõe a receita própria do campus.

Contrato 104/2017 – Arrendamento**a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;**

Área de terras para culturas anuais, com área total de 16,34 hectares.

b) Identificação dos cessionários;

Elisandreia Buhler.

c) Caracterização da cessão;**i. Forma de seleção do cessionário;**

Concorrência Pública nº 02/2017.

ii. Finalidade do uso do espaço ou imóvel cedido;

Exploração de cultivo de culturas anuais.

iii. Prazo da cessão;

01 (um) ano, sendo permitida a prorrogação até 60 meses.

iv. Caracterização do espaço cedido;

Área de terras para culturas anuais, com área total de 16,34 hectares, sendo 12,3 hectares de área agricultável, 0,4 hectare com benfeitoria, e 3,64 hectares com vegetação nativa, localizada em Pontão da Mortandade a dois quilômetros da RS 324, saída de Passo Fundo para Marau.

v. Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;

R\$ 14.127,00 anuais, com pagamento até o dia 20 (vinte) de maio de cada ano.

vi. Tratamento contábil dos benefícios recebidos;

Tratamento contábil dos benefícios recebidos. Recolhimentos via GRU para conta única.

vii. Rateio dos gastos, quando cessão parcial;

Não se aplica.

viii. Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC.

Compõe a receita própria do campus.

4.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

O IFRS possui imóveis locados de terceiros, em função de necessidades específicas e geralmente temporárias. A seguir são apresentados os casos de locações, divididos por *campus*.

Campus Rio Grande

a) Identificação dos imóveis objeto de locação;

Imóvel situado na Av. Rheingantz, nº 265, Parque Residencial Coelho, na cidade de Rio Grande/RS.

b) Identificação do locador;

G. A. P. Incorporações Ltda, CNPJ nº 23.148.916/0001-99.

c) Caracterização da cessão;

i. Forma de seleção do cessionário;

Dispensa de Licitação (Dispensa nº 04/2014, UASG 158262).

ii. Finalidade do uso do imóvel locado;

O imóvel foi locado para ser utilizado como sede provisória do Curso de Fabricação Mecânica e, assim, permitir o funcionamento do referido curso durante a realização da reforma do prédio que o abriga (Pavilhão 11 do Campus Rio Grande), obra esta, que impedia a realização de aulas práticas.

iii. Prazo da locação;

O contrato teve como vigência inicial o período de 15/05/2014 a 14/05/2015 (12 meses). Após este prazo, foram realizadas três prorrogações contratuais de igual período (de 15/05/2015 a 14/05/2016, de 15/05/2016 a 14/05/2017 e de 15/05/2017 a 15/05/2018, respectivamente), sendo que em 05/09/2017 o contrato foi rescindido por interesse da Administração, tendo em vista o término da reforma do pavilhão destinado ao curso Fabricação Mecânica.

iv. Caracterização do espaço locado;

Imóvel com 1.100 m² de área construída e 600 m² de área para estacionamento, suporta instalação elétrica pesada e possui 02 sanitários. Além disso, situa-se em local de fácil acesso por meio de transporte público e nas proximidades do campus.

v. Valor da locação;

R\$ 22.612,80 (vinte e dois mil, seiscentos e doze reais e oitenta centavos) mensais.

vi. Tratamento das despesas com reformas, transformações e manutenções do imóvel locado;

As despesas com as reformas e adaptações necessárias para utilização do imóvel foram integralmente assumidas pela UPC locatária.

Campus Rolante**a) Identificação dos imóveis objeto de locação;**

Locação de salas totalizando 337m².

b) Identificação do locador;

Mitra da Diocese de Novo Hamburgo - CNPJ 90831660/0025-84.

c) Caracterização da cessão;**i. Forma de seleção do cessionário;**

Dispensa de licitação nº 009/2017, número do processo: 23740.000035.2017-

37.

ii. Finalidade do uso do imóvel locado;

Salas de aula e setor pedagógico.

iii. Prazo da locação;

20/02/2017 até 20/08/2017.

iv. Caracterização do espaço locado;

Salas para as aulas dos cursos técnicos integrados e setor pedagógico, totalizando 337m².

v. Valor da locação;

R\$ 7.999,98.

Campus Viamão**a) Identificação dos imóveis objeto de locação;**

Imóvel situado na Av. Senador Salgado Filho, nº. 7000.

b) Identificação do locador;

União Brasileira de Educação e Assistência - UBEA, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, CNPJ nº 88.630.413/0002-81.

c) Caracterização da cessão;**i. Forma de seleção do cessionário;**

Dispensa de Licitação (Dispensa nº 239/2014, UASG 158746).

ii. Finalidade do uso do imóvel locado;

O imóvel foi locado para ser utilizado como sede do IFRS - Campus Viamão.

iii. Prazo da locação;

O contrato teve como vigência inicial o período de 23/02/2015 a 22/02/2016 (12 meses). Após esse prazo foi realizado o Termo Aditivo I e II com as respectivas vigências de 22/02/2016 até 22/05/2016 e 23/05/2016 até 23/02/2017. O Termo Aditivo IV prorrogou o contrato de 23/02/2017 até 23/05/2017 e o TA V, com a vigência de 23/05/2017 até 23/02/2018.

iv. Caracterização do espaço locado;

Locação de 1.363,71m² até 1600m² da área localizada no segundo e terceiro andares, do TECNOPUC de Viamão, Avenida Senador Salgado Filho, 7000, Bairro Jardim Krahe, no bloco da frente, bem como a área lateral deste mesmo terceiro andar constituída de 11 salas, dentro de um todo de 15ha de terras e 33 mil m² de área construída. O empreendimento possui amplos estacionamentos e eficaz sistema de segurança, transportes públicos com três categorias, várias operadoras de sistema de comunicação, sistema de energia de qualidade, alta segurança com câmera 24hs, restaurantes e tele entrega de alimentos com no máximo 2km de distância um ponto do outro, salão de festas com churrasqueira e auditório para até 100 pessoas.

v. Valor da locação;

R\$ 59.321,39 (cinquenta e nove mil trezentos e vinte e um reais e trinta e nove centavos) mensais.

vi. Tratamento das despesas com reformas, transformações e manutenções do imóvel locado;

As despesas com as reformas e adaptações necessárias para utilização do imóvel foram integralmente assumidas pela UPC locatária.

4.2.6 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados a atividade-fim

As principais benfeitorias e modificações no patrimônio imobiliário do IFRS em 2017 foram as seguintes:

- *Campus Alvorada*: Conclusão do bloco Administrativo e reservatório.
- *Campus Bento Gonçalves*: adequação do PPCI do Ginásio e troca da cobertura do Centro de Tecnologia Assistiva.
- *Campus Canoas*: Conclusão do Bloco Biblioteca, adequações de acessibilidade e troca da cobertura do bloco Administrativo.
- *Campus Farroupilha*: Execução do acesso ao bloco Biblioteca.
- *Campus Feliz*: Execução do bloco A e B.
- *Campus Caxias*: pavimentação do estacionamento e calçadas.
- *Campus Erechim*: Execução do PPCI do bloco 4.
- *Campus Ibirubá*: adequação dos laboratórios de informática e línguas.
- *Campus Osório*: Conclusão do bloco Convivência, pavimentação das vias internas e adaptação do bloco C.
- *Campus Porto Alegre*: Execução do reparo das fachadas.
- *Campus Restinga*: Conclusão do Bloco Convivência e Pórtico e execução do Bloco Administrativo.
- *Campus Rio Grande*: Conclusão do Pavilhão 12.
- *Campus Sertão*: Conclusão dos blocos salas de aula, reparo das quadras esportivas, adequação do sistema de tratamento de esgoto.
- *Campus Veranópolis*: Reforma dos blocos A, B e C.

Dentre as principais obras ainda em execução, contratadas em exercícios anteriores podemos citar as abaixo relacionadas:

- Conclusão do Bloco Administrativo do *Campus Restinga*;
- Construção da Cobertura da Quadra de esportes do *Campus Restinga*;
- Construção do Bloco Acadêmico do *Campus Canoas*;
- Instalação dos pisos táteis do *Campus Canoas*;
- Construção do Pórtico e do de Acesso do *Campus Rolante*;
- Construção da Subestação do *Campus Alvorada*;
- Adequação do PPCI do *Campus Farroupilha*;
- Adequação das Instalações Elétricas do *Campus Farroupilha*;
- Reforma e adaptação do *Campus Veranópolis*;
- Adequação do sistema de tratamento de efluentes dos alojamentos do *Campus Sertão*.

4.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Este item tem por finalidade informar sobre os principais aspectos da gestão de TI da unidade, quantificando-a e qualificando-a para fins de avaliação da sua suficiência para o cumprimento da missão institucional.

4.3.1 Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor de TI (PDTI)

O Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) tem como missão avaliar, propor e implementar soluções na área de Tecnologia da Informação com foco nos objetivos estratégicos do IFRS. Como visão ter a função da TI disseminada e compreendida por toda a comunidade do IFRS com alto índice de satisfação interna.

O escopo do Plano Estratégico de TI envolve temas estratégicos como: orientação futura, gestão da organização, excelência operacional e orientação para o usuário. O tema Gestão da Organização busca prover soluções em sistemas para as áreas da instituição, facilitar o acesso às informações e melhorar a interação com os *campi* e outras instituições. A Excelência Operacional busca aprimorar a gestão de riscos de TI e aprimorar a gestão de TI. O tema Orientação para o Usuário visa otimizar os fluxos de trabalho, aprimorar a comunicação com o usuário e melhorar a entrega dos produtos e serviços de TI. Por fim, o tema estratégico Orientação Futura busca promover o desenvolvimento da equipe de TI, garantir a estrutura funcional de TI e garantir a infraestrutura de TI.

O IFRS teve aprovado pelo Consup, em 19/04/2016 o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) para o período 2016-2018. O mesmo encontra-se disponível em: <http://ifrs.edu.br/tecnologia-da-informacao/documentos/planejamento-estrategico-de-tecnologia-da-informacao-peti/>.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) é um instrumento de planejamento de TI a ser utilizado no âmbito da Administração Pública Federal. O propósito do referido plano, no âmbito do IFRS, é descrever o planejamento sobre os recursos e atividades a serem realizadas com o objetivo de atingir as metas estabelecidas para a reitoria e os *campi*, concernentes às necessidades de informações, equipamentos, software e serviços relacionados à Tecnologia da Informação, conforme as informações procedentes do levantamento realizado, bem como do inventário de necessidades extraído dessas informações.

O Consup do IFRS aprovou, em 19/04/2016, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação para o período 2016-2017. Tal documento também está alinhado ao Plano Estratégico de Tecnologia da Informação, uma vez que adota a missão e a visão deste. Consequentemente, está de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018. Ao mesmo tempo, é possível afirmar a existência de alinhamento do mesmo às diretrizes estabelecidas por diversas instruções normativas, leis, recomendações constantes nos acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU), bem como à Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI) elaborada pelo Sistema de Administração dos Recursos de Informática (SISP), vinculado a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Os levantamentos constantes do PDTI 2016-2017 abrangem a reitoria e todos os *campi*, apontando o pessoal técnico envolvido, software e hardware existente em cada unidade, planejamento de treinamento em assuntos relacionados a TI, além de

planejamento para compra de hardware e software. O PDTI 2016-2017 está disponível em:<http://ifrs.edu.br/tecnologia-da-informacao/documentos/plano-diretor-de-tecnologia-da-informacao-pdti/>.

4.3.2 Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI

Segundo art. 10 do Regimento da Comissão de Tecnologia da Informação do IFRS (ComTI) este comitê deve acompanhar e propor ações e políticas previstas no plano de desenvolvimento institucional, nos planos de ação, projetos e programas vinculados a TI; analisar e emitir parecer sobre as propostas encaminhadas à comissão pela Diretoria de TI; apreciar e emitir parecer sobre os relatórios das atividades desenvolvidas; subsidiar a Diretoria de TI no tocante às políticas de sua área de atuação; e promover a integração entre os setores de TI dos *campi*.

No ano de 2017 o ComTI era composto pelo Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação do IFRS e mais um representante desse departamento, além de representantes da Proex, Proen, Proppi, Proad, Prodi e de todos os *campi* do Instituto.

Em 2017 o ComTi reuniu-se duas vezes ordinariamente. Dentre suas principais decisões estão: Prorrogação do PDTIC até o ano de 2018 para acompanhar o PETI e o PDI que encerram em 2018 e alteração da periodicidade das reuniões ordinárias do ComTi de bimestrais para semestrais.

4.3.3 Descrição dos principais sistemas de informação do IFRS

O Anexo E apresenta os principais sistemas utilizados pelo IFRS, bem como a responsabilidade técnica e da área de negócio de cada um deles e a criticidade dos mesmos para o IFRS.

4.3.4 Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI

No ano de 2017, em razão das restrições orçamentárias, foram realizadas apenas as seguintes capacitações através da RNP:

- Virtualização de Servidores (40h) – *Campus Veranópolis, Campus Caxias e Reitoria*;
- Teste de invasão de aplicações WEB (40h) – *Reitoria*;
- Tecnologias de Rede Sem Fio (40h) – *Campus Farroupilha*.

4.3.5 Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI

Conforme o PDTI, o quadro de pessoal no ano de 2017 é apresentado no Anexo F.

4.3.6 Descrição dos processos de gerenciamento de serviços de TI implementados na unidade

A área de TI do IFRS gerencia os serviços prestados na área por terceiros. Os serviços prestados na área de TI, no âmbito do IFRS, no ano de 2017, dizem respeito basicamente a locação de impressoras/copiadoras na reitoria e nos *campi* e serviços de internet. Para a efetivação de tais serviços, são celebrados contratos com as empresas

fornecedoras. O gerenciamento dos serviços de TI é realizado através de fiscais de contratos designados na reitoria e nos *campi* pelo Diretor Geral.

4.3.7 Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período

Cotidianamente, foram desenvolvidas inúmeras atividades que visam a manutenção dos serviços prestados pela área de TI institucional, com a aquisição de equipamentos e/ou infraestrutura.

Buscando se fortalecer como instituição, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) tem trabalhado na integração dos sistemas de gerenciamento de dados de todos os seus setores e unidades. Está sendo implantado um Sistema Integrado de Gestão (SIG) para agilizar e agregar confiabilidade aos processos e às estatísticas institucionais, dar mais transparência e auxiliar na tomada de decisões. Assim, o projeto de maior aporte e relevância estratégica para a instituição é o Projeto “UnIFica IFRS”. Ele foi desenvolvido para facilitar essa implantação. Entre as ações estão previstos encontros de sensibilização, capacitação aos usuários, discussão e definição de processos internos, suporte e canais de comunicação que permitam explicar aspectos do sistema e esclarecer dúvidas.

O SIG visa atender às demandas de todos os *campi* que compõem o IFRS, nas áreas de gestão financeira, gestão acadêmica, gestão de recursos humanos, planejamento e gestão administrativa.

4.3.8 Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade

Não há dependência tecnológica de empresas terceirizadas prestadoras de serviços de TI.

4.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Este item tem por finalidade informar sobre os principais aspectos da gestão ambiental e adoção de critérios de garantia da sustentabilidade ambiental na sua atuação, especialmente na aquisição de bens e serviços.

4.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

A promoção de iniciativas sustentáveis por meio da licitação pública é um instrumento viável para estimular mudanças de padrões insustentáveis de produção e consumo. As compras públicas representam uma ação para a promoção do consumo sustentável.

O governo, de modo geral, deve liderar esse movimento, ressaltando o dever constitucional e legal do Estado na preservação do meio ambiente ao implantar uma nova forma de gestão administrativa, obrigando o Poder Público a preservar recursos naturais também por meio de seu poder de consumo.

A responsabilidade socioambiental já era uma obrigação constitucional desde 1988, as normas amadureceram essa questão ao longo do tempo. O Brasil é signatário de todos os protocolos que se comprometem com a causa social e ambiental. A Administração Pública internalizou a responsabilidade social e ambiental ao estimular o

consumo sustentável e ao utilizar os recursos materiais e humanos de forma consciente. Só por ser a maior consumidora já tem o poder de induzir novas práticas de produção e consumo, pode criar inovação, pode estimular práticas sustentáveis, inclusive influenciando o setor privado. E faz isso como um Poder-Dever. O papel do Estado Cidadão é promover um meio ambiente mais saudável. E é no planejamento voltado para essas boas práticas que se materializa a responsabilidade socioambiental no setor público.

A política de sustentabilidade adotada pelo IFRS tem por objetivo primordial seguir as premissas do desenvolvimento social, do desenvolvimento econômico e da conservação do meio ambiente, através da conscientização da comunidade quanto à necessidade de realizar ações sustentáveis; e implantar medidas que permitam a redução de impactos socioambientais negativos, contribuindo para a economia de recursos públicos e beneficiando o ambiente, sempre em atendimento à legislação vigente.

Alguns pontos que evidenciam o engajamento do IFRS na questão ambiental e na sustentabilidade:

- a) participa do Projeto Esplanada Sustentável;
- b) promove em suas unidades a separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006;
- c) realiza suas contratações observando os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012;
- d) possui Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto nº 7.746/2012;
- e) constituiu a comissão gestora do PLS na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG nº 10/2012;
- f) formalizou e deu abrangência a seu PLS conforme o art. 9º da IN SLTI/MPOG nº 10/2012;
- g) publicou e disponibilizou seu PLS no sítio da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG nº 10/2012) – <http://www.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=310>;
- h) constituiu a comissão de avaliação do PLS através da Portaria IFRS nº 412, de 07 de março de 2017.

O IFRS planeja suas aquisições e contratações e constrói, em conjunto entre reitoria e *campi*, através da Pró-reitoria de Administração, Diretoria de Licitações e Contratos e o Comitê de Administração, um calendário de licitações denominado Plano Anual de Aquisições e Contratações do IFRS (PAAC). O PAAC possui regramento especificado nas Instruções Normativas PROAD nº 01, 02 e 03/2017.

Para a construção deste plano são considerados critérios que garantam a isonomia com proporcionalidade de condições entre *campi* novos e implantados, junção de demandas comuns e análises da melhor solução para as problemáticas encontradas levando em conta os princípios da administração pública. O atendimento a estes critérios básicos resulta em processos de aquisições compartilhados sempre na busca da sustentabilidade ambiental, econômica e social, considerando a viabilidade técnica, operacional e financeira.

Uma das medidas básicas é a exigência de apresentação, pelas empresas participantes dos certames, da Declaração de Qualidade Ambiental e Sustentabilidade Socioambiental, em atendimento à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010. Essa e outras exigências editalícias são fundamentadas pelos artigos 7º e 8º do Decreto nº

7.746/2012, que determinam, respectivamente, que o instrumento convocatório poderá prever que o contratado adote práticas de sustentabilidade na execução dos serviços contratados e critérios de sustentabilidade no fornecimento dos bens; e a comprovação das exigências contidas no instrumento convocatório poderá ser feita mediante certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio definido no instrumento convocatório.

Nos casos específicos de pregões de aquisição de lâmpadas, agrotóxicos e produtos com utilização de madeira, são exigidas dos fornecedores vários tipos de comprovações que visam assegurar a adoção de critérios de sustentabilidade.

Nos pregões da área da Tecnologia da Informação são utilizados os documentos de planejamento e controle das aquisições de TI determinados pela Instrução Normativa 04/2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.

Nos casos de pregões de outsourcing de impressão, além do disposto na legislação supracitada, são levadas em consideração as orientações emitidas pelo Manual de Boas Práticas e Vedações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, bem como o contido na Lei 12.305/2010, que versa sobre a correta destinação de resíduos sólidos.

Os critérios dos editais de projetos e obras são baseados no artigo 12 da Lei nº 8.666/1993. O planejamento da aplicação das estratégias inicia-se com a elaboração dos projetos básicos ou executivos, feita dentro da ótica da sustentabilidade. O IFRS estabelece expressamente em seus editais que, na execução de obras e serviços, exigirá de seus contratados o cumprimento da legislação ambiental, de segurança pública, de medicina e segurança do trabalho, bem como o cumprimento das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

As especificações e demais exigências de projetos para contratação de obras e serviços de engenharia são elaboradas de modo a proporcionar economia na manutenção e operacionalização da edificação, e redução do consumo de água e energia, por meio de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental. A delimitação das áreas climatizadas artificialmente, por exemplo, engloba somente aquelas absolutamente imprescindíveis, privilegiando a utilização da ventilação natural. Geralmente opta-se pela utilização de lâmpadas e luminárias eficientes, em conjunto com aberturas amplas, tetos claros, orientação favorável das edificações e uso de *brises*, melhorando o aproveitamento da luminosidade natural.

Na escolha dos materiais utilizados, privilegiam-se os produzidos, extraídos e/ou manufaturados localmente, o que reduz o transporte rodoviário. Também se opta por materiais de maior durabilidade e com certificação de origem. Além disso, são feitas recomendações ao fornecedor quanto à sua responsabilidade pelo recolhimento e descarte do material, bem como quanto à apresentação de documentos físicos (copiados ou impressos) preferencialmente em papel reciclado.

Na etapa de execução contratual os fiscais de contratos, devidamente imbuídos desta função através de emissão de portaria, controlam e fiscalizam as contratadas para que cumpram com o disposto nos editais. Esta ação visa garantir que a razão maior da licitação seja alcançada: uma contratação com riscos mitigados e que venha a oferecer produtos e serviços necessários ao cumprimento dos objetivos institucionais, promovendo a continuidade da prestação dos serviços do IFRS a toda a comunidade.

A fim de auxiliar os servidores da área de contratações (gestores e fiscais de contratos), e em decorrência da emissão da Instrução Normativa do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), de nº 05/2017, o IFRS atualizou

todos os documentos modelos, inclusive o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, que pode ser considerado um critério de sustentabilidade social à medida que orienta, padroniza, controla e racionaliza os procedimentos da área, diminuindo os riscos e possíveis débitos orçamentários; e também protegendo os direitos trabalhistas dos funcionários terceirizados.

No ano de 2017 foram adotados procedimentos administrativos de racionalização de recursos em decorrência do disposto na Portaria MPDG nº 28/2017, suprimindo serviços, readequando-os e elencando prioridades. Estas ações podem classificar-se como de sustentabilidade econômica.

Em ação conjunta entre a área administrativa e a de ensino, considerada sustentável do ponto de vista ambiental e social a PROAD e PROEN somaram esforços para que o IFRS adote cada vez mais a sistemática de compras da agricultura familiar, visando o cumprimento de política pública através dos projetos federais intitulados "Programa de Aquisição de Alimentos (Lei nº 12.512/2011 que Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, e Decreto nº 7.775/2012) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Lei nº 11.947/2009 e Resolução FNDE nº 26/2013).

Com o objetivo de racionalizar recursos com transporte foi adotado o procedimento de concentrar as convocações das diferentes comissões e comitês no mesmo período e local, para que possam fazer o deslocamento em conjunto, diminuindo custos com combustíveis, serviços terceirizados de motorista e outras despesas de manutenção veicular. Outra alternativa utilizada foi a de realizar vídeos conferências para reuniões à distância.

A reitoria do IFRS, através da SATS (Serviço de Atenção ao Servidor) promoveu atividades de integração e de qualidade de vida no ambiente de trabalho através de palestras, debates e pesquisas, e realiza campanhas, oficinas e exposições de sensibilização das práticas sustentáveis para os servidores com divulgação por meio da intranet, cartazes, etiquetas e informativos. Em 2017 foi mantido o projeto "Cestas dos Orgânicos", e iniciado o Projeto Bem Viver.

No IFRS foram executados vários projetos e pesquisas que envolvem a temática Gestão Ambiental e Sustentabilidade. São os que seguem:

Quadro 40 - Projetos e pesquisas relacionados à Gestão Ambiental e Sustentabilidade realizados em 2017

Título	Campus
Herbário vitivinícola virtual e físico	Bento Gonçalves
Construindo (com) ciência para a educação básica: Auxílio à formação continuada de professores da costa doce do RS	Viamão
Trilha ecológica interpretativa do IFRS <i>Campus</i> Ibirubá, estratégia para o desenvolvimento da educação ambiental	Ibirubá
E-LIXO: ações de descarte, reutilização e educação ambiental	Sertão
Bazar Sustentável	Viamão
Monitoria Ambiental para educação básica	Viamão
Grupo de Consumidores Orgânicos de Rolante	Rolante
Geotecnologias na Gestão Municipal	Rio Grande
Geosaúde	Rio Grande
Implantação de Jardim sensorial na APAE como forma de aproximação da natureza e desenvolvimento dos sentidos do corpo humano	Sertão

NEA - Núcleo de Estudos em Agroecologia	Ibirubá
Plantas Medicinais: resgate de saberes populares	Ibirubá
A Educação Ambiental em uma Unidade de Conservação (UC) – Conhecimento, informação e ações extensionistas sobre o Parque Natural Municipal de Sertão/RS	Sertão
Rede de orgânicos de Osório: um mercado de proximidade e de reciprocidade	Osório
Reutilização de óleo vegetal residual para produção de sabão líquido e glicerinado	Feliz
Caracterização ambiental do trecho inferior do Arroio Dilúvio, Porto Alegre/RS	Porto Alegre
Rotas das Especiarias Viamão	Viamão
Alternativas ecológicas e oficinas práticas sustentáveis	Rio Grande
Herbário Físico e Virtual de Plantas Medicinais e Alimentícias Não Convencionais do IFRS-BG: Uma ferramenta para ensino, pesquisa e extensão	Bento Gonçalves
II Clube de Leitura: Ambiente e sociedade	Porto Alegre
Semana Acadêmica do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental (Cópia) 03-05-2016 (Cópia) 09-03-2017	Porto Alegre
Encontro sobre Ciência e Tecnologia Ambiental	Sertão
III Semana do Meio Ambiente e I Semana da Alimentação Saudável	Viamão
Os (des)caminhos do alimento: do solo ao prato	Porto Alegre
Semana das Plantas Medicinais e Meio Ambiente: compromisso social e responsabilidade com a vida	Bento Gonçalves
Capoeira Angola, instrumento de Educação para o Meio Ambiente	Porto Alegre
Fórum - O impacto dos resíduos sólidos urbanos na sociedade moderna e a PNRS e PMGIRS Porto Alegre	Porto Alegre
Manejo de resíduos sólidos por meio de mini-compostagem ecológica	Feliz
Hortas Urbanas no Lar Emiliano Lopes	Sertão
I Semana Acadêmica do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas – IFRS <i>Campus</i> Vacaria	Vacaria
Paisagismo funcional: uma proposta de valorização dos espaços urbano para a educação ambiental e alimentar nas escolas de ensino infantil	Bento Gonçalves
As projetistas: talento e invisibilidade das mulheres na construção civil.	Rio Grande
Gestão ambiental: Vermicompostagem como alternativa para reciclagem de resíduos orgânicos domiciliares	Erechim
Caminhos do alimento: novos rumos	Porto Alegre
Ruído urbano: mapeamento e correlação com medidas morfológicas para a cidade do Rio Grande, RS	<i>Campus</i> Rio Grande - Pesquisa
Dinâmica de sedimentos em bacia hidrográfica do município de Quinze de Novembro- RS	<i>Campus</i> Ibirubá - Pesquisa
Influência de plantas de cobertura do solo no controle de plantas daninhas e na produtividade da cultura de milho - safra 2017/2018	<i>Campus</i> Ibirubá - Pesquisa
Aplicabilidade da extração rápida, única e multielementar em solos assistida por radiação micro-ondas e ultrassom	<i>Campus</i> Ibirubá - Pesquisa
Estimativa da evapotranspiração atual de uvas finas a partir de imagens obtidas por VANT e por estações de fluxo via balanço de energia	<i>Campus</i> Bento Gonçalves - Pesquisa

Estação Meteorológica Modular a partir da Plataforma Arduino	<i>Campus</i> Rio Grande - Pesquisa
Elaboração de um modelo de previsão de áreas de alagamento para fins de adaptação dos municípios à episódios relacionados a eventos extremos: estudo de caso dos sangradouros do Balneário Cassino – RS, com uso de drone	<i>Campus</i> Rio Grande - Pesquisa
Extração de óleo de noz-pecã utilizando líquido pressurizado	<i>Campus</i> Erechim - Pesquisa
Projeto de Geradores de Eletricidade Usando Motores Stirling Acionados por Energias Renováveis	<i>Campus</i> Restinga - Pesquisa
Desenvolvimento de experimentos de química com materiais de baixo custo e fácil aquisição	<i>Campus</i> Restinga - Pesquisa
Eficiência do tratamento de sementes no controle de <i>Helicoverpa armigera</i> (Hübner) (Lepidoptera: Noctuidae) em soja	<i>Campus</i> Sertão - Pesquisa
Potencial de espécies arbóreas da família Fabaceae na fitorremediação de solo poluído com cobre	<i>Campus</i> Sertão - Pesquisa
Aerador Eólico para Tanques de Piscicultura	<i>Campus</i> Ibirubá - Pesquisa
Diagnóstico dos fatores que causam excesso de turbidez na produção de arroz orgânico de um assentamento em Viamão/RS	<i>Campus</i> Viamão - Pesquisa
Motivações da produção de alimentos agroecológicos e orgânicos no Rio Grande do Sul	<i>Campus</i> Viamão - Pesquisa
Updating Crop Water Use and Crop Coefficients of Mature Pistachio Orchards in the San Joaquin Valley, California	<i>Campus</i> Bento Gonçalves - Pesquisa
Viabilidade econômica do capim sudão, milho e sorgo forrageiro irrigados	<i>Campus</i> Vacaria - Pesquisa
Estabelecimento de indicadores de referência para sistema de abastecimento de água por bombeamento	<i>Campus</i> Sertão - Pesquisa
Proposta metodológica para o Planejamento Espacial Marinho no Sul do Brasil utilizando Sistema de Informação Geo-referenciada (SIG) e abordagem ecossistêmica	<i>Campus</i> Rio Grande - Pesquisa
Absorção de cobre por <i>Pleurotus sajor-caju</i> PS-2001 visando ao desenvolvimento de tecnologia de biorremediação de solos contaminados com sulfato de cobre	<i>Campus</i> Caxias do Sul - Pesquisa
Primeiro imóvel – Por escolha ou imposição, qual a consequência na forma de utilização, conservação e relação com o meio ambiente	<i>Campus</i> Porto Alegre - Pesquisa
Sustentabilidade no <i>campus</i> - Proposição de uma célula independente para geração de energia elétrica a partir do biodiesel de óleo de fritura	<i>Campus</i> Rio Grande - Pesquisa
Alterações dos atributos físicos e químicos dos solos do município de Rolante/RS após a deposição de sedimentos oriundos da erosão hídrica	<i>Campus</i> Rolante - Pesquisa
Avaliação do desempenho agrônomo de 03 espécies de Pitaya no Vale do Paranhana-RS.	<i>Campus</i> Rolante - Pesquisa

Avaliação da qualidade dos cursos hídricos do Parque Saint Hilaire – Viamão/RS, a partir da análise de parâmetros físico-químicos e microbiológicos	<i>Campus</i> Viamão - Pesquisa
Monitoramento hídrico remoto em vinhedos irrigados e suas relações na qualidade de espumante de microterroirs da Serra Gaúcha com a utilização de câmeras infravermelhas termais acopladas a veículo aéreo não tripulado	<i>Campus</i> Bento Gonçalves - Pesquisa
Utilização e refinamento da técnica 'Surface Renewal' para a estimativa da evapotranspiração atual de uvas finas via balanço de energia	<i>Campus</i> Bento Gonçalves - Pesquisa
Programa de Educação Tutorial (PET) do Ministério da Educação	<i>Campus</i> Porto Alegre

Fonte: SIGProj

As medidas aqui apresentadas promovem o alinhamento do IFRS à legislação ambiental vigente, bem como às melhores práticas de sustentabilidade. Mais do que atingir objetivos, trata-se da definição de uma postura para enfrentar o tema da gestão ambiental e sustentabilidade, sempre buscando a contínua evolução institucional e do seu entorno.

5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

Em relação aos canais de acesso do cidadão ao IFRS para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, elogios, contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas, podem ser citados:

1) Ouvidoria

O Regimento Geral do Instituto Federal do Rio Grande do Sul contempla a Ouvidoria da seguinte forma:

“Art. 13 A Ouvidoria do IFRS é um serviço de atendimento à comunidade acadêmica e externa de natureza mediadora, sem caráter administrativo, executivo, judicativo, que exerce suas funções junto a todas as suas unidades, para atingir seus fins”.

Art. 14 Compete ao Ouvidor:

- I. receber críticas, queixas e sugestões sobre procedimentos e práticas inadequadas ou irregulares, atuando no sentido de levar os envolvidos a aperfeiçoá-los e corrigi-los pela busca dialogada de consenso;
- II. acompanhar a tramitação dos processos em que se envolva, dando ciência aos interessados das providências tomadas;
- III. manter em rigoroso sigilo o nome dos envolvidos, salvo nos casos em que sua identificação junto aos órgãos do IFRS seja indispensável para a solução do problema e atendimento do interessado, com sua aquiescência;
- IV. manter registro, classificação e/ou sistematização das ocorrências, incidentes e soluções de problemas trazidos à sua consideração.

Em 2017, os números de manifestações encaminhadas à Ouvidoria do IFRS, através do sistema e-OUV, são os seguintes: 45 denúncias, 8 sugestões, 103 reclamações, 9 elogios e 109 solicitações de informações, totalizando 274 manifestações. O tempo médio de atendimento em dias é de 15,86.

2) SIC – Serviço de Informação ao Cidadão

Além da Ouvidoria, outro canal de acesso que o cidadão pode utilizar para a obtenção de informações acerca da atuação do IFRS é o SIC, instituído com base na Lei nº 12.527/2011, a chamada LAI – Lei de Acesso à Informação Pública.

O SIC possui, com base na legislação, implementação obrigatória. Foi implantado na sede da reitoria do IFRS, contando com: telefone exclusivo, protocolo de requerimentos de acesso à informação, atendimento e orientação ao público quanto ao acesso à informação, informação sobre a tramitação de documentos/pedidos e gerenciamento da transparência ativa e passiva, em relação às informações.

O Serviço de Informação ao Cidadão é disponibilizado ao cidadão através do sistema eletrônico, e-Sic, e de formulários impressos. Através de telefone e e-mail são dadas as orientações necessárias para o acesso à informação.

Em relação à transparência ativa, o IFRS implantou em seu sítio da Internet, de acordo com os padrões estabelecidos pela lei, disponível em:

<https://ifrs.edu.br/acesso-a-informacao/institucional/>

Balço de Atendimento à Demanda Por Informações entre 01/01/2017 e 31/12/2017:

Número Total de Pedidos de Acesso à Informação: 124
Número Total de Pedidos Respondidos: 124
Número Total de Pedidos em Recurso de 1ª Instância: 11
Número Total de Pedidos em Recurso de 2ª Instância: 04
Número Total de Pedidos em Recurso à CGU: 01
Número Total de Pedidos em Recurso à CRMI: 00
Número Total de Registro de Reclamação: 00

5.2 CARTA DE SERVIÇOS AO USUÁRIO

Atualmente o IFRS disponibiliza a Carta de Serviços ao Cidadão, onde constam as informações institucionais de interesse público, possibilitando a pesquisa e a impressão de todos os dados, caso seja necessário. Estamos trabalhando na elaboração da Carta de Serviços ao Usuário, onde serão disponibilizadas as informações apontadas no Decreto nº 9.094 de 17 de julho de 2017.

5.3 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃO-USUÁRIOS

A instituição não realiza pesquisa própria de satisfação dos cidadãos-usuários.

5.4 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

Essa seção tem por finalidade informar o caminho de acesso no portal da unidade prestadora da conta na *Internet* às informações referentes a sua atuação, consideradas úteis e relevantes à sociedade e que contribuam para a transparência da gestão.

A Instituição

Portal: <http://ifrs.edu.br/>

Agenda do Reitor - <http://ifrs.edu.br/institucional/agenda-da-gestao/agenda/>

Auditoria Interna - <https://ifrs.edu.br/unidade-de-auditoria-interna/>

Boletins de Serviço - <http://ifrs.edu.br/documentos/tipos/boletim-de-servico/>

Documentos - <http://ifrs.edu.br/documentos/>

Legislação - <https://arquivo.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=277&sub=3159>

Prestação de Contas - <http://ifrs.edu.br/desenvolvimento-institucional/planejamento-estrategico/relatorio-de-gestao-anual/>

Acesso a Informação

Institucional - <http://ifrs.edu.br/institucional/sobre/>

Ações e Programas do IFRS - <http://ifrs.edu.br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/>

Convênios - <http://ifrs.edu.br/acesso-a-informacao/convenios-e-transferencias/>

Despesas, Receitas e Execução Orçamentária

- <http://ifrs.edu.br/aceso-a-informacao/receitas-e-despesas/>
 Execução Orçamentária e Financeira -
<http://ifrs.edu.br/administracao/execucao-orcamentaria-e-financeira/execucao-orcamentaria-e-financeira/>
 Licitações e Contratos - <http://ifrs.edu.br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/>
 Servidores - <http://ifrs.edu.br/aceso-a-informacao/servidores/>
 Concursos Públicos do IFRS - <http://ifrs.edu.br/concursos/>
 Perguntas frequentes - <https://arquivo.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=230>
 Acesso à Informação - <https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx>
 Serviço de Informação ao Cidadão – Sic <http://ifrs.edu.br/aceso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic/>
 Informações Classificadas e Desclassificadas - <http://ifrs.edu.br/aceso-a-informacao/informacoes-classificadas/>

Carta de Serviços ao Cidadão

Apresentação - <http://ifrs.edu.br/carta-ao-cidadao/>
 Campi do IFRS - <https://arquivo.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=287>
 Cursos Oferecidos - <http://ifrs.edu.br/cursos/>
 Estrutura do IFRS - <https://arquivo.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=281>
 Formas de Ingresso - <http://ifrs.edu.br/estude-no-ifrs/>

Transparência

Execução orçamentária e financeira –
<http://www.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=361>
 Quadro de Cargos e Funções - <http://www.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=359>

Ouvidoria

Com o objetivo de tornar mais acessível o sistema de ouvidoria, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) passou a utilizar a partir de janeiro de 2017, o Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-OUV).

<https://sistema.ouvidorias.gov.br/publico/Manifestacao/RegistrarManifestacao.aspx>

Redes Sociais

Facebook - <https://www.facebook.com/IFRSOficial>
 Twitter - https://twitter.com/if_rs
 Instagram - <https://www.instagram.com/ifrsocial/>
 YouTube - <https://www.youtube.com/user/ComunicaIFRS>

5.5 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

Este item tem por finalidade informar sobre como a unidade se adapta para garantir o acesso fácil aos seus serviços, produtos e instalações por cidadãos portadores de alguma deficiência, especialmente em atendimento à Lei nº 10.098/2000, ao Decreto nº 5.296/2004 e às normas técnicas da ABNT aplicáveis.

1) Edificações de uso público: as novas edificações do IFRS estão sendo construídas de acordo com a NBR 9050/2015 da ABNT (Norma Brasileira de Acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas). No que tange às edificações antigas, as mesmas estão passando por adequações, quais sejam: rotas acessíveis, instalação de elevadores para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida, construção de rampas, colocação de pisos táteis, marcações visuais nas portas de vidro, alargamento de portas, rebaixamento de tomadas, colocação de placas de sinalização, mapas táteis, dentre outros, de acordo com o orçamento de cada unidade do IFRS. Ressalta-se, outrossim, que em 2013 foi criado o Grupo de Trabalho (GT) Acessibilidade. Em síntese, o trabalho que o GT vem realizando é composto por 3 tipos de mapeamentos/relatórios:

- Produção de checklist completo de Acessibilidade Física (arquitetônica), Comunicacional (acessibilidade virtual dos sites e sistemas utilizados na instituição, existência de intérpretes de Libras e demais formas de comunicação física ou virtual) e Instrumental (recursos de Tecnologia Assistiva) de todas as unidades do IFRS, com a definição de cada ponto de acessibilidade, constante na NBR 9050, de 2015 e de 2004, da ABNT, tomando como base o Roteiro de Vistoria do CREA RS. Um dos livros publicados pelo IFRS apresenta o modelo do checklist. Esse livro pode ser capturado em: <http://cta.ifrs.edu.br/publicacoes/visualizar/82>.
- Mapeamento dos recursos de Tecnologia Assistiva existentes em cada unidade do IFRS, objetivando ter uma leitura do que cada unidade possui e possibilidades de compartilhamento entre as unidades do IFRS, sempre que possível, evitando gastos desnecessários.
- Relatório completo das adequações arquitetônicas a serem realizadas nas edificações que compõem as unidades da instituição, com base no checklist de acessibilidade: relatório técnico, elaborado pelas arquitetas, membros do referido GT, com todas as informações que subsidiam a gestão para a adequação arquitetônica de cada unidade, descrevendo o que deve ser adequado, como, qual o tempo estimado, previsão de gastos e nível de prioridade. O GT prevê a finalização de todo esse mapeamento das 17 unidades do IFRS para 2018, sendo que no momento faltam apenas de 4 *campi* em implantação (Alvorada, Rolante, Vacaria e Viamão).

Com base nos documentos supramencionados a alta gestão saberá exatamente quais as necessidades relacionadas à acessibilidade física, instrumental e comunicacional de cada unidade da instituição para posteriormente, fazer as adequações necessárias, priorizando as de maior impacto para as pessoas com deficiência e também aquelas que podem ser realizadas a baixo custo.

2) Transporte coletivo rodoviário: a frota de veículos de uso coletivo do IFRS (ônibus e micro-ônibus) têm em média 20 (vinte) anos, o que torna sua adaptação/adequação para pessoas com deficiência físico-motora inviável, tanto financeira como tecnicamente. Além disso, por falta de recursos orçamentários, não está previsto no Plano de Ação de 2018 sequer a compra de qualquer tipo de veículo. Dessa forma, em havendo a necessidade de transportar alunos cadeirantes ou que necessitem de veículos adaptados, é feita a contratação de serviços terceirizados com a prerrogativa de o veículo, a ser contratado, ser adaptado.

3) Transporte coletivo aquaviário: não dispomos e até o momento o IFRS não utiliza esse tipo de transporte. Caso for necessário utilizá-lo para alguma atividade

acadêmica na qual participem alunos e/ou servidores com deficiência, buscar-se-á uma opção com acessibilidade.

- 4) **Transporte coletivo metroviário e ferroviário:** até o momento o IFRS não utiliza esse tipo de transporte. Caso for necessário utilizá-lo para alguma atividade acadêmica na qual participem alunos e/ou servidores com deficiência, buscar-se-á uma opção com acessibilidade.
- 5) **Transporte coletivo aéreo:** Em havendo a necessidade de utilizar esse tipo de transporte para alguma atividade acadêmica na qual participem alunos e/ou servidores com deficiência, buscar-se-á uma opção com acessibilidade.
- 6) **Portais e Sítios Eletrônicos:** o IFRS possui o CTA – Centro Tecnológico de Acessibilidade, vinculado à Assessoria de Ações Inclusivas, que é uma das pastas da PROEX (Pró-reitoria de Extensão). O principal objetivo do CTA é atender às seis dimensões de acessibilidade (física, comunicacional, atitudinal, metodológica, programática e instrumental). Sua atuação teve início em 2006 junto a um grande projeto colaborativo da SETEC/MEC, no qual as ações do IFRS eram relacionadas a testes de acessibilidade virtual em artefatos digitais produzidos pela Rede de Educação Profissional e Tecnológica e produção de Tecnologia Assistiva de baixo custo. Atualmente, dentre as ações prioritárias do CTA destacam-se: a confecção de sites, portais, sistemas web e outros artefatos digitais acessíveis, confecção de material didático-pedagógico tangível e virtual adaptado/acessível, utilização, pesquisa e produção de Tecnologia Assistiva (TA) de baixo custo, criação de metodologias para o desenvolvimento de artefatos acessíveis e de TA, bem como cursos de capacitação das áreas supramencionadas. Destaca-se também que, no período de 2009 a 2014, o IFRS, por meio de convênio, atuou junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), produzindo, em parceria com esse Ministério, as versões 3.0 e 3.1 (versão atual) do e-MAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico), além do conteúdo completo dos cursos gratuitos do e-MAG e da atual versão do Avaliador e Simulador de Acessibilidade de Sites (ASES), esse último junto ao IFBaiano, que foi o principal desenvolvedor da versão atual do ASES. O e-MAG 3.1, contém as recomendações nacionais para o desenvolvimento dos sites brasileiros acessíveis. O mesmo pode ser encontrado no link: <http://emaq.governoeletronico.gov.br/>. Os cursos do eMAG, tanto para conteudistas como para desenvolvedores, podem ser encontrados no site: <http://emaq.governoeletronico.gov.br/curso/>. Já o ASES Web encontra-se no link: <http://asesweb.governoeletronico.gov.br/ases/>. Dessa forma, os trabalhos realizados pelo IFRS o elevaram à categoria de referência nacional quando o assunto é acessibilidade virtual. O IFRS/CTA ganhou os seguintes prêmios:

PRÊMIO TÉCNICO EMPREENDEDOR - SEBRAE (2005) -
<http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20091017124247843historiasucesso.pdf>

PRÊMIOS TODOS NA WEB – W3C (2012/2013/2014)

3ª Edição - 2014 - <http://premio.w3c.br/>:

- *Categoria Pessoas / Instituições: 1º lugar - Projeto de Acessibilidade Virtual do IFRS (Projeto que deu origem ao CTA)*
- *Categoria Projetos Web: 3º lugar - Cursos eMAG*
- **Categoria Governamentais: 1º lugar - Cursos eMAG**
- *Categoria Aplicativos e Tecnologias Assistivas: 3º lugar - CMS Suindara*
2ª Edição – 2013 - <http://premio.w3c.br/2013/>

- *Categoria Institucionais/Entretenimento/Cultura/Educação/Blogs: 2º lugar Site Modelo de Acessibilidade Virtual 1ª Edição – 2012 – <http://premio.w3c.br/2012/>*
- *Categoria Projetos Web - Serviços / E-commerce: 2º lugar Site Acessibilidade Virtual - Informação ao alcance de todos.*

Tanto o site do IFRS (<http://ifrs.edu.br/>), incluindo as suas unidades, como o site do CTA (<http://cta.ifrs.edu.br/>), que inclusive é um modelo de site acessível e que apresenta todo o seu conteúdo voltado para acessibilidade e TA, possuem um ótimo nível de acessibilidade. Acessibilidade que pode ser conferida no FAD – Formulário Eletrônico de Acessibilidade dos Sites, documento solicitado a todas as instituições pelo MPOG em 2017.

Abaixo algumas das notas atribuídas aos referidos sites do IFRS pelos avaliadores de acessibilidade ASES e Access Monitor:

- Site do IFRS - <http://ifrs.edu.br/site>
<http://ifrs.edu.br/site/index.php>
<http://ifrs.edu.br/site/contato.php>
<http://ifrs.edu.br/site/mapa.php>
<http://ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=220>
 Notas variando entre: 9.8 (Access Monitor) e 88.9% e 91.73% (Ases)
- CTA (Centro Tecnológico de Acessibilidade do IFRS) - <http://cta.ifrs.edu.br/>
<http://cta.ifrs.edu.br/index.php>
<http://cta.ifrs.edu.br/contato>
<http://cta.ifrs.edu.br/noticias/>
<http://cta.ifrs.edu.br/publicacoes/>
 Notas variando entre: 10 (Access Monitor) e 91.98% e 93.71% (Ases)

7) Telecomunicações: o que se aplica ao IFRS são a Internet e rede telefônica. Sobre a Acessibilidade à web a mesma já foi mencionada no item 6. Sobre a rede telefônica acessível algumas unidades do IFRS possuem o telefone para surdos, como é o caso de Bento Gonçalves. Além disso, foi criado um grupo de discussão e um grupo no WhatsApp para os profissionais de Libras (professores surdos, professores ouvintes e intérpretes de Libras) do IFRS poderem se comunicar de forma acessível. Importante ressaltar que os editais dos processos seletivos são divulgados também por meio de vídeos em Libras e as provas dos processos seletivos dos alunos são todas filmadas em Libras, sendo entregue um CD, na ocasião da prova, com todas as questões em Libras para os candidatos surdos que desejarem. As provas dos processos seletivos já realizados, inclusive aquelas em Libras, encontram-se em: <http://ingresso.ifrs.edu.br/2017/provas-e-gabaritos-anteriores/>.

8) Serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens: Não temos serviço de radiodifusão na instituição. De toda a forma o CTA do IFRS vem realizando cursos, palestras e oficinas sobre a produção de materiais acessíveis, o que inclui apresentação de sons e imagens. Também ministrou um curso para os comunicadores (jornalistas, produtores culturais, responsáveis pelos audiovisuais e cargos equivalentes) do IFRS no que tange à divulgação dos materiais da instituição em formato acessível. O CTA também, dentre os livros publicados, dois deles possuem artigos cujas temáticas convergem para a produção de material digital acessível, os quais destacam a produção de textos, slides, arquivos em PDF, vídeos... acessíveis, seja no meio acadêmico ou administrativo. Os artigos podem

ser conferidos nos livros: Soluções Acessíveis: experiências inclusivas no IFRS e O uso pedagógico dos recursos de Tecnologia Assistiva. Em 2017 o CTA também elaborou o Manual de Acessibilidade em Documentos Digitais, e foram entregues dois exemplares de cada aos *campi* do IFRS bem como para todas as instituições que participaram do II ENEDIF (Encontro Nacional dos Editores da Rede Federal), que ocorreu nesse mesmo ano no *Campus* Bento Gonçalves do IFRS.

- 9) Publicidade governamental e pronunciamentos oficiais:** por meio de capacitações presenciais e a distância o CTA – Centro Tecnológico de Acessibilidade e a Assessoria de Ações Inclusivas (AAI) do IFRS, orientam os setores sobre a divulgação de cartazes, banners, eventos, necessidade dos intérpretes de Libras nos eventos promovidos pela instituição, dentre outros. Além disso, como mencionado no item 8, foi desenvolvido o Manual de Acessibilidade em Documentos Digitais, o qual contempla as informações sobre as diversas formas de apresentação de documentos e mídias com acessibilidade.
- 10) Bulas de medicamentos:** não se aplica ao IFRS.
- 11) Manuais de equipamentos eletroeletrônicos e mecânicos de uso doméstico:** quando é desenvolvida uma Tecnologia Assistiva, por exemplo, o CTA produz um manual de confecção e de uso da mesma e publica em formato digital acessível, conforme link das suas publicações: <http://cta.ifrs.edu.br/publicacoes/listar/19>. Além disso há um canal de comunicação (e-mail) para esclarecimentos adicionais: cta@ifrs.edu.br. Na medida do possível a ideia é expandir a todos os manuais confeccionados no contexto do IFRS.
- 12) Exame de Proficiência:** os processos seletivos – realização de testes de proficiência tiveram início há aproximadamente 4 anos no IFRS, sendo considerados novos ainda na instituição. De toda a forma é prevista a condição de acessibilidade, conforme consta nos editais, que seguem o padrão fornecido pela SESU/MEC:

4.1. Os critérios para declaração dos estudantes com deficiência obedecerão ao disposto no Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis nº 10.048/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, bem como ao disposto na Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e no Decreto nº 6.949/2009, que ratifica a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

4.2. Para assegurar condição de acessibilidade necessária à participação os estudantes com deficiência, o professor deverá, após formalizar a inscrição do estudante com deficiência, preencher o formulário de inscrição disponibilizado no endereço eletrônico isf.mec.gov.br/ingles e encaminhar a solicitação pelo endereço de correio eletrônico isfgestao.setec@mec.gov.br, anexando os seguintes documentos:

4.2.1. Formulário preenchido contendo, entre outras informações, a natureza da deficiência e as condições de atendimento necessárias; e

4.2.2. Laudo médico com CRM, emitido nos últimos 12 (doze) meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID10), quando couber.

4.2.3. O professor deverá, ainda, especificar “Solicitação de Acessibilidade” na linha de assunto da solicitação enviada via correio eletrônico, conforme o subitem 4.2. Maiores detalhes em: http://isf.mec.gov.br/images/2017/Edital_26_2017_Demanda_1_2017TOEIC.pdf

Assim, a exemplo do que é feito nos processos seletivos e concursos do IFRS, aos candidatos com necessidades específicas que solicitarem condição especial, o IFRS providencia. Dentre as principais condições especiais destacam-se: provas ampliadas, em Braille, em Libras, sala de fácil acesso, mesa adaptada, tempo extra para

realização da prova, leitor, preenchedor de elipses, leitor de telas, ampliadores de imagem, mouses, acionadores e teclados adaptados ou outros recursos de tecnologia assistiva, além de profissional capacitado para auxiliar o aluno com necessidades específicas.

13) Formação de tradutor e intérprete de Libras: o *Campus* Alvorada, localizado na região metropolitana de Porto Alegre e uma das unidades do IFRS, possui o Curso Técnico subsequente de Tradução e Interpretação de Libras. Conforme informações constantes no site da instituição (<http://expansao.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=27&sub=515>), o egresso desse curso terá condições de realizar a interpretação simultânea entre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e o português e vice versa, com fluência e coerência em diferentes espaços. Traduz publicações em português escrito para vídeos em Língua Brasileira de Sinais. Traduz vídeos em Língua Brasileira de Sinais para o português escrito. Analisa as traduções realizadas. Vale-se dos referenciais visuais, identitários e linguísticos da Comunidade Surda ao interpretar e traduzir do Português para a LIBRAS, como também, verte esses referenciais para o português padrão. Sua atuação deve respeitar a ética profissional do intérprete e a cultura surda. Informações sobre o curso:

- Duração: 4 semestres
- Carga horária: 1.200 horas
- Turno: tarde ou noite
- Matriz Curricular:
[http://expansao.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20164119148145matriz_ttils_no_va_\(1\).pdf](http://expansao.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20164119148145matriz_ttils_no_va_(1).pdf)
- Horários:
http://expansao.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2015224133735496horario_curs_o_libras_alvorada.pdf

O Tradutor e Intérprete de Libras teve suas atividades regulamentadas pela Lei nº 12.319/2010, onde sua formação a nível médio está prevista tanto em cursos de formação continuada quanto em curso técnico. Sua atividade está descrita na Classificação Brasileira de Ocupações sob o código 2614-25. As atividades do tradutor e intérprete de Libras estão relacionadas a viabilizar as condições de acessibilidade necessárias às pessoas surdas usuárias da Libras, conforme previsto em legislação e normativas: Lei nº 10.048/2000, Lei nº 10.098/00, Decreto nº 5.296/2004, Decreto nº 5.626/2005, Decreto nº 7.611/2011, NBR 15.599/2010.

(Fonte: <http://expansao.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=27&sub=515>).

14) Inclusão de tradutor/intérprete em instituições federais de educação básica e superior:

O IFRS atualmente possui em seu quadro 6 (seis) intérpretes de Libras concursados, além de 11 (onze) temporários e 7 (sete) terceirizados, perfazendo um total de 24 (vinte e quatro) profissionais.

15) Inserção de tradutores de Libras nas instituições federais de ensino: idem ao anterior.

6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1. DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO

Conforme já relatado em outros tópicos do Relatório de Gestão, em 2017 não houve sincronismo entre os ingressos e dispêndios financeiros, tendo em vista que os repasses efetuados mensalmente pelo Tesouro Nacional eram insuficientes para o pagamento de todas as obrigações liquidadas.

Os repasses financeiros foram mais frequentes do que em 2016, porém, os valores liberados foram sempre inferiores aos valores liquidados. Do montante de recursos financeiros transferidos para o IFRS, efetuamos repasses às unidades (reitoria e *campi*) respeitando o percentual liberado em relação ao total liquidado, atendendo a todos de forma proporcional e uniforme.

A falta de repasse financeiro de forma constante ou com periodicidade definida dificultou a gestão dos pagamentos, especialmente aqueles referentes aos serviços de água, energia elétrica, correios etc., priorizados para evitar o pagamento de encargos por atraso. Também enfrentamos problemas no pagamento de alguns credores em função da exigência de documentação atualizada no SICAF no momento do pagamento.

6.2. TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

- a. Informamos que o IFRS adota os critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9, parcialmente, à exceção do disposto na letra “b.1”, e NBC T 16.10, parcialmente, à exceção ao disposto na letra “b.2”, como segue:
 - b. 1) O Campus Porto Alegre (UG 158261) não registrou o valor de depreciação de acordo com o relatório de controle e, até o encerramento do exercício, o módulo administrativo (SIPAC), do Sistema de Informações Gerenciais (SIG), responsável pela administração e controle do patrimônio móvel do IFRS, não ofereceu meio de registro dos softwares, com a correta distinção entre vida útil definida e vida útil indefinida, para o cálculo correto e padronizado da amortização do ativo intangível.
 - b. 2) Ausência do processo de Reavaliação dos Bens Móveis e Imóveis conforme determina NBCT 16.10, MCASP 7º edição e Macrofunção SIAFI 020335 - Reavaliação e Redução a Valor Recuperável, principalmente dos bens móveis adquiridos em 2010 e 2011, em razão de que estamos priorizando o levantamento do inventário físico do IFRS e após os ajustes necessários é que teremos condições a partir de uma base de dados atualizada e mais confiável, proceder a Reavaliação e Redução a Valor Recuperável de bens que eventualmente se enquadrarem nesta condição. Em 1º de setembro de 2017 foi nomeada a Comissão responsável pela elaboração de plano de ação e procedimentos para realização de avaliação de bens móveis, intangíveis e outros, com a finalidade de cumprir as determinações das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, contidas na NBCT 16.10, MCASP 7ª Edição e Macrofunção SIAFI 020335 – Reavaliação e Redução

ao Valor Recuperável, de acordo com o solicitado no Acórdão 5603/2017 – TCU – 2ª Câmara, com prazo de conclusão prorrogado pela Portaria de nº 1607, de 9 de outubro de 2017, para 31/05/2018.

- c. A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo é baseada na Macrofunção 020300 do Tesouro Nacional, em seu item 27:

27. O administrador deverá seguir a tabela de vida útil abaixo, estabelecida para cada conta contábil. Essa definição deve-se à necessidade de padronização de critérios dos órgãos da Administração Pública direta, autarquias e fundações públicas pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para geração de dados consistentes e comparáveis. Essa padronização viabilizará a divulgação nas notas explicativas do Balanço Geral da União dos critérios adotados para depreciação. Assim, mesmo havendo diferenças relativas às características de cada item classificado na mesma conta contábil, deverá ser aplicado o critério padrão de vida útil, devido às limitações operacionais dos sistemas, compreensão da informação e representatividade. Pelo mesmo motivo, o valor residual dos bens também será padronizado e deverá seguir o especificado na tabela abaixo.

- d. Em obediência ao princípio da competência, o IFRS apropriada, ao resultado de um período mensal, o desgaste ou a perda da vida útil do seu ativo imobilizado por meio do registro da despesa de depreciação no Sistema de Controle Patrimonial, de acordo com a tabela de vida útil e valor residual estabelecida pela Coordenação Geral de Contabilidade e Custos da União - CCONT, publicada na macrofunção Siafi 020330 - Depreciação, amortização e exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, estabelecida para cada conta contábil, com a finalidade de padronização de critérios dos órgãos da Administração Pública direta, autarquias e fundações públicas pertencentes ao orçamento Fiscal e da Seguridade Social, para geração de dados consistentes e comparáveis, com base em quotas constantes. A Depreciação Acumulada de Bens Imóveis do IFRS cadastrados no SPIUNET é registrada pela Coordenação Geral de Contabilidade (UG 170999), atualizada mensalmente conforme planilha encaminhada à Coordenação pela Secretaria de Patrimônio da União.

- e. As taxas utilizadas para o cálculo estão na planilha abaixo:

Quadro 41 - Tabela de vida útil padrão

<i>Tabela de Vida Útil Padrão</i>			
Conta	Título	Vida Útil (anos)	Valor Residual
14212.02.00	AERONAVES	0	-
14212.04.00	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	15	10%
14212.06.00	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10	20%
14212.08.00	APARELHOS EQUIP. E UTENS. MED., ODONT., LABOR. I	15	20%
14212.10.00	APARELHOS E EQUIP. P/ ESPORTES E DIVERSÕES	10	10%
14212.12.00	APARELHOS E UTENSILIOS DOMÉSTICOS	10	10%
14212.13.00	ARMAZENS ESTRUTURAIIS - COBERTURAS DE LONA	10	10%
14212.14.00	ARMAMENTOS	20	15%
14212.16.00	BANDEIRAS, FLAMULAS E INSIGNIAS	0	-
14212.18.00	COLEÇÕES E MATERIAS BIBLIOGRÁFICOS	10	-
14212.19.00	DISCOTECAS E FILMOTECAS	5	10%
14212.20.00	EMBARCAÇÕES	0	-
14212.22.00	EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	20	10%
14212.24.00	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORR	10	10%
14212.26.00	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	20	10%
14212.28.00	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE NATUREZA INDUST	20	10%
14212.30.00	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	10	10%
14212.32.00	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	15	10%
14212.33.00	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	10	10%
14212.34.00	MÁQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	10%
14212.35.00	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS	5	10%
14212.36.00	MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENS. DE ESCRITÓRIO	10	10%
14212.38.00	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	10	10%
14212.39.00	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	10	10%
14212.40.00	MAQ. EQUIP. UTENSILIOS AGRI/AGROP. E RODOVIÁRIO	10	10%
14212.42.00	MOBILIÁRIO EM GERAL	10	10%
14212.44.00	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	0	-
14212.46.00	SEMOVENTES E EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	10	10%
14212.48.00	VEÍCULOS DIVERSOS	15	10%
14212.49.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL SIGILOSO E RESERV.	10	10%
14212.50.00	VEICULOS FERROVIÁRIOS	30	10%
14212.51.00	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	10	10%
14212.52.00	VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	15	10%
14212.53.00	CARROS DE COMBATE	30	10%
14212.54.00	EQUIP.,PEÇAS E ACESSÓRIOS AERONÁUTICOS	30	10%
14212.56.00	EQUIP.,PEÇAS E ACES. DE PROTEÇÃO AO VOO	30	10%
14212.57.00	ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	5	10%
14212.58.00	EQUIP. DE MERGULHO E SALVAMENTO	15	10%
14212.60.00	EQUIP.,PEÇAS E ACESSÓRIOS MARÍTIMOS	15	10%
14212.83.00	EQUIP. E SISTEMA DE PROTEÇÃO VIG.AMBIENTAL	10	10%

- f. Quanto à metodologia adotada na avaliação e mensuração dos imóveis, é montada ao final do ano, em cada uma das unidades (*campi* e reitoria), uma comissão interna de patrimônio para realizar o Inventário dos Bens Imóveis. Os critérios usados para avaliar os imóveis baseiam-se em consultas a imobiliárias (para apurar o valor de mercado), a contabilização do valor gasto em obras e benfeitorias, e as possíveis depreciações. As avaliações apuram um valor aproximado, com margem de erro dentro do razoável, de forma a apresentar uma estimativa do valor patrimonial dos imóveis da União, que é o objetivo central do sistema SPIUnet. Após a finalização dos inventários e emissão dos relatórios, o sistema SPIUnet é atualizado com os novos valores e descrições detalhadas das benfeitorias existentes nos imóveis, gerando por consequência atualizações no sistema SIAFI. Os bens móveis são contabilizados pelo valor de aquisição e aplicada a correspondente depreciação. A

Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor. Já os estoques resumem-se a materiais de expediente e de uso continuado, itens de pequena monta e com rápida passagem pelo almoxarifado central, cujo controle é efetuado através do Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA). Quanto aos demais itens, restam prejudicados, uma vez que não há registros de créditos de dívidas, investimentos e diferido.

- g. O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBCT 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício foi o de trazer o montante de bens patrimoniais constantes do inventário geral para a realidade de valor presente, tornando a informação do Balanço do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia ainda mais fidedigna, eis que foram registradas as variações ocorridas no Patrimônio para mais e para menos, obedecendo também o disposto na Macrofunção 020300. O resultado alcançado é importante inclusive para a consolidação dos dados no Balanço Geral da União, que resultará em uma peça que traduzirá com maior propriedade entre outras evidenciações, o montante do Patrimônio da União.

6.3. SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

O IFRS não possui um sistema de apuração de custos e nem participou até 2017 do Sistema de Informações de Custos implantado pelo Governo Federal conforme

Portaria 157 de 09 de março de 2011. Entretanto, tem seus gastos de Custeio com exceção de pessoal, e Investimentos apurados por Unidade Gestora, e em nível que permite identificar minimamente onde são aplicados os recursos.

a) Neste contexto, o IFRS está estruturado pela reitoria e suas respectivas Pró-reitorias:

- 158141 – Reitoria
- 151408 – Pró-reitoria de Administração
- 151409 – Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional
- 151410 – Pró-reitoria de Ensino
- 151411 – Pró-reitoria de Extensão
- 151412 – Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação

b) São partes integrantes da estrutura as seguintes UGS:

- UG 158141 – Reitoria
- UG 158261 – *Campus* Porto Alegre
- UG 158262 – *Campus* Rio Grande
- UG 158263 – *Campus* Sertão
- UG 158264 – *Campus* Bento Gonçalves
- UG 158265 – *Campus* Canoas
- UG 158325 – *Campus* Erechim
- UG 158326 – *Campus* Restinga
- UG 158327 – *Campus* Osório
- UG 158328 – *Campus* Caxias do Sul
- UG 158674 – *Campus* Farroupilha
- UG 158675 – *Campus* Ibirubá
- UG 158676 – *Campus* Feliz
- UG 158743 – *Campus* Rolante
- UG 158744 – *Campus* Vacaria
- UG 158745 – *Campus* Alvorada
- UG 158746 – *Campus* Viamão
- UGR 155129 – *Campus* Veranópolis

c) Não há sistema informatizado de apuração de custos;

d) Os gastos são alocados obedecendo o elenco de contas contido na Lei Federal nº 4.320/64 e dispositivos da STN, observando a utilização dos materiais, serviços ou obras segundo as suas finalidades. Também são alocados custos de acordo com a Subação Orçamentária e PI – Plano Interno, conforme Portaria nº 04, de 04 de novembro de 2014, que instituiu o Sistema Integrado de Planejamento, Orçamentação e Custos para as unidades orçamentárias e gestoras do Ministério da Educação;

e) O resultado da alocação dos gastos observando os critérios anteriores, ainda que modestos, permitem a tomada de decisões voltadas ao interesse público, o incremento de aplicação de recursos para aperfeiçoar determinada ação administrativa e/ou finalística, proporciona a visibilidade e o consequente gerenciamento destes gastos, permitindo dimensionar quantitativos de aquisição de materiais, serviços e materiais de natureza permanente de acordo com a finalidade de sua utilização.

- f) Os dados destas execuções podem ser consultados através dos relatórios gerenciais oferecidos pelo Tesouro Gerencial. Podemos extrair relatórios por campus, Subação Orçamentária, PTRES, PI, Natureza de Despesa, Categoria Econômica, Fonte de Recursos, Favorecidos/Credores, Períodos, Valores Empenhados, Liquidados e Pagos, Restos a Pagar, etc.

6.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

Os demonstrativos abaixo relacionados estão inseridos na seção Anexos e Apêndices.

Anexo G – BGU – Balanço Financeiro Anual

Anexo H – BGU – Balanço Orçamentário Anual

Anexo I – BGU – Balanço Patrimonial Anual

Anexo J – BGU – Demonstrações dos Fluxos de Caixa Anual

Anexo K – Demonstração das Variações Patrimoniais – Anual

Anexo L – N.E. 02.001 Balanço Patrimonial – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Anexo M – N.E. 02.002 Balanço Patrimonial – VPDs Pagas Antecipadamente

Anexo N – N.E. 02.003 Balanço Patrimonial – Depreciação, Amortização, Exaustão Acum. de Bens

Anexo O – N.E. 02.004 Balanço Patrimonial – Amortização Acumulada

Anexo P – 02.005 Balanço Patrimonial – Pessoal a Pagar

Anexo Q – N.E. 02.006 Fornecedores de Contas a Pagar

Anexo R – N.E. 02.007 Obrigações Contratuais

Anexo S – 02.008 Balanço Patrimonial – Outras Obrigações a Curto Prazo

Anexo T – 02.009 N.E. Imobilizado

Anexo U – 03.001 Demonstração das Variações Patrimoniais – Ganhos com Incorporação de Ativos

Anexo V – 03.002 Demonstração das variações Patrimoniais – Outras VPD – Pessoal e Encargos

Anexo W – 03.003 Demonstração das Variações Patrimoniais – Exploração de bens, Direitos e Prestação de Serviços

Anexo X – 03.004 Demonstração das variações Patrimoniais – Perdas Involuntárias

Anexo Y – 03.005 Demonstração das variações Patrimoniais – Transferência a Instituições Privadas

Anexo Z – 03.006 Demonstração das Variações Patrimoniais – Desincorporação de Ativos

Anexo AA – 03.007 Demonstração das Variações Patrimoniais – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Pessoal

Anexo BB – 03.008 Demonstração das variações Patrimoniais – Depreciação, Amortização e Exaustão

Anexo CC – Notas Explicativas Balanço Orçamentário

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Para o acompanhamento das deliberações do TCU o IFRS conta com o controle da Unidade de Auditoria Interna e para implementação das deliberações os controles estabelecidos pelas Pró-reitorias envolvidas.

No exercício de 2017 o TCU, por meio do Processo TC-024.764/2016-7 (prestação de contas – exercício 2015) emitiu o Acórdão 5.603/2017 contendo 10 (dez) ocorrências para atendimento pelo IFRS. Destas 6 (seis) foram atendidas e 4 (quatro) estão em fase de atendimento conforme descritas nos quadros abaixo.

Quadro 42 - Ocorrência em fase de atendimento TC-024.764/2016-7 – item 1.7.1

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-024.764/2016-7	5603/2017	1.7.1	Ofício 0599/2017	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul				
Descrição da determinação/recomendação				
Fortalecer o controle de movimentação de bens móveis no âmbito da Instituição, providenciando termos de responsabilidade atualizados e assinados sob guarda do Setor de Patrimônio e Almoxarifado, catálogo de materiais padronizados e adoção ou criação de processo de descarga patrimonial.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Nossa instituição está em processo de implantação de um sistema de informações gerenciais que tem como objetivo padronizar e melhorar a informação em todas as áreas, particularmente no âmbito da gestão de materiais estamos com alguns meses de pleno funcionamento dos módulos patrimônio e catálogo de materiais.</p> <p>Muitas rotinas e operações estão sendo padronizadas, por meio de capacitações junto aos setores. A implantação nos obriga a realizar adequações em alguns procedimentos e também ajustes nas funcionalidades da ferramenta.</p> <p>No mês de fevereiro está programada uma nova versão do SIPAC com alterações em diversos módulos, inclusive patrimônio móvel. De imediato algumas operações irão sofrer correções ou ajustes de procedimentos.</p> <p>O manual de patrimônio, que estava sendo estudado com um grupo técnico da área de materiais, também sofrerá impactos.</p> <p>Como informação estamos com nosso inventário de bens móveis em andamento até dia 16 de março de 2018 e suas conclusões e relatórios serão a base para todas as correções e ajustes necessários dentro do SIPAC, não somente no desfazimento de bens inservíveis como no registro correto dos responsáveis pelos bens.</p>				

Quadro 43 - Ocorrência em fase de atendimento TC-024.764/2016-7 – item 1.8.1

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-024.764/2016-7	5603/2017	1.8.1	Ofício 0599/2017	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul				
Descrição da determinação/recomendação				
Relacione os bens inservíveis ainda patrimoniados com os respectivos valores registrados no balanço contábil e nos controles de patrimônio, e indicar a programação de destinação destes bens e as respectivas previsões de baixa do balanço contábil e dos registros de controle de patrimônio da Instituição.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Já foi encaminhada ao TCU a relação de bens inservíveis ainda patrimoniados consolidada a partir do inventário 2016. Entretanto, cabe ressaltar que esse inventário foi realizado sem a utilização de um sistema único de gestão patrimonial. O inventário 2017 está sendo realizado, pela primeira vez, com a utilização do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC/SIG), e, a partir da sua finalização, que ocorrerá em março de 2018, será possível iniciar os processos de desfazimento destes bens e indicar a previsão de baixa dos mesmos.				

Quadro 44 – Ocorrência em fase de atendimento TC-024.764/2016-7 – item 1.8.2

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-024.764/2016-7	5603/2017	1.8.2	Ofício 0599/2017	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul				
Descrição da determinação/recomendação				
Apure responsabilidades quanto à diferença de R\$ 9.578.128,19 (apurada em março/2016) a maior registrada no balanço contábil (contas do ativo: bens móveis e intangíveis) em relação aos controles patrimoniais da instituição.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>A regularização do valor a maior tornou-se possível a partir da realização do primeiro inventário consolidado do IFRS, no exercício 2016, e da implantação do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC/SIG), no mês de agosto de 2017. Assim, em dezembro de 2017, o valor a maior registrado no balanço contábil passou para R\$ 2.850.221,59.</p> <p>- A partir da integração do Sistema, o Departamento de Contabilidade do IFRS passou a utilizar, como medida administrativa e de controle patrimonial, a conta 1.2.3.1.1.99.07 – Bens não localizados, cuja função é, conforme plano de contas Siafi, “registrar os bens não encontrados no processo de inventário”, na qual, atualmente, está registrado o montante de R\$ 2.786.571,52. Após a realização do inventário do exercício 2017, o primeiro realizado após a implantação do SIPAC/SIG, será realizada a busca por bens não localizados e a sua baixa, quando for o caso.</p> <p>- Quanto à apuração de responsabilidade, entendemos que a mesma deverá ser realizada após a finalização do inventário 2017, de modo a dar condições à comissão sindicante de utilizar dados atualizados e consolidados referentes aos bens da instituição, já que este será o primeiro inventário utilizando o SIPAC/SIG.</p>				

Quadro 45 - Ocorrência em fase de atendimento TC-024.764/2016-7 - item 1.8.3

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-024.764/2016-7	5603/2017	1.8.3	Ofício 0599/2017	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul				
Descrição da determinação/recomendação				
Implemente ações no sentido de reaver (ou regularizar) o valor de R\$ 9.578.128,19 (apurado em março/2016) a maior registrado no balanço contábil (contas do ativo: bens móveis e intangíveis) em relação aos controles patrimoniais da Instituição.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Após o encerramento do inventário de bens moveis 2017 e a constituição de comissão sindicante com os devidos resultados será possível identificar e efetivamente apurar as responsabilidades das divergências de valores contábeis.				

7.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Para o acompanhamento das recomendações da Controladoria-Geral da União (CGU) o IFRS mantém atualizado o Plano Permanente de Providências que, desde o final do exercício de 2015, passou a ser realizado via sistema "Monitor" disponibilizado pela CGU. Além da Unidade de Auditoria Interna estar acompanhando as recomendações os gestores das áreas em que as recomendações foram direcionadas/emitidas são responsáveis pelo tratamento e atendimento das recomendações.

No exercício de 2017 o IFRS possuía 11 (onze) recomendações em atendimento referente a auditoria realizada pela CGU em abril/2016 (auditoria referente a Prestação de Contas de 2015). Destas, 5 (cinco) recomendações foram consideradas atendidas e 6 (seis) recomendações estão em fase de atendimento. Abaixo, resumidamente, relatamos estas recomendações e as providências adotadas pela gestão:

ATENDIDAS (cinco recomendações)

Relatório: 201601448

Identificação: 162739

Recomendação: Adotar os procedimentos necessários ao saneamento da causa da intempetividade dos registros, no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD), das informações requeridas por meio da Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007, com observância ao prazo estabelecido em seu artigo 1º, parágrafo 3º, sem prejuízo da apuração de responsabilidade, na forma preceituada na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em seu artigo 121 e seguintes, nas hipóteses em que, porventura, venha a ocorrer prescrição de ações disciplinares em razão do fato constatado.

Providências adotadas pelo IFRS: A instituição cientificou os novos cadastradores acerca do prazo de 30 dias para registro das informações e novos processos no sistema

CGU-PAD. No exercício de 2017 todos os processos foram registrados tempestivamente.

Relatório: 201601448

Identificação: 162742

Recomendação: Apresentar um cronograma de ações para integração dos sistemas de controle patrimonial dos diferentes *campi* da Instituição.

Providências adotadas pelo IFRS: O módulo Patrimônio Móvel do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC/SIG), está em utilização em todo o IFRS desde o dia 07 de agosto de 2017. A Ordem de Serviço no 03, de 04 de agosto de 2017, assinada pelo Reitor da Unidade, em que se determina a utilização obrigatória do referido módulo.

Relatório: 201601448

Identificação: 162746

Recomendação: Apresentar um cronograma de procedimentos para avaliação dos bens móveis / intangíveis / outros, a fim de cumprir as determinações da NBCT 16.10, MCASP 6º edição e Macrofunção SIAFI 020335 Reavaliação e Redução a Valor Recuperável.

Providências adotadas pelo IFRS: O Plano de Ação para realização da Reavaliação e Redução a Valor Recuperável, com prazo de término em 30 de junho de 2018, bem como a Portaria nº 1.629/2017, que designa a Comissão de Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável dos bens do IFRS. Neste sentido, entende-se que a recomendação foi atendida, tendo em vista os esforços empregados pelo Gestor para o efetivo cumprimento das determinações da NBCT 16.10, MCASP 6º edição e Macrofunção SIAFI 020335 Reavaliação e Redução a Valor Recuperável.

Relatório: 201601448

Identificação: 162747

Recomendação: Realizar o inventário patrimonial consolidado de bens móveis do IFRS por comissão inventariante formalmente designada.

Providências adotadas pelo IFRS: Foram disponibilizados planilha contendo o inventário patrimonial consolidado de bens móveis do IFRS por comissão inventariante formalmente designada, a partir da extração de informações dos bancos de dados de cada *campus* e Relatório de Inventário Anual de Bens Móveis do exercício 2016 emitido pela comissão inventariante central designada, que apresenta os resultados do inventário e as recomendações para os ajustes necessários.

Relatório: 201601448

Identificação: 162748

Recomendação: Acompanhar e cobrar o atendimento da demanda junto à SPU-RS no sentido de ser efetivada a baixa no SPIUnet do imóvel sito à Rua Voluntários da Pátria, 524, com frente à Rua Cel. Vicente, 281, Porto Alegre, o qual foi adquirido pelo IFRS e permanece cadastrado no referido Sistema em nome da Secretaria de Patrimônio da União.

Providências adotadas pelo IFRS: O IFRS apresentou o registro do imóvel supracitado junto ao SPIUNET regularizado, restando a recomendação atendida.

EM ATENDIMENTO (seis recomendações)

Relatório: 201601448

Identificação: 162740

Recomendação: De forma a dar cumprimento ao prazo estabelecido na Instrução Normativa TCU n.º 55, de 24 de outubro de 2007, especificamente em seu artigo 7º, recomenda-se adequar o dimensionamento dos recursos humanos em razão da demanda de trabalho, bem como intensificar a supervisão das atribuições desempenhadas de forma descentralizada.

Providências adotadas pelo IFRS: Foram alocados dois servidores para auxílio no despacho de processos de prestação de contas de Atos de Pessoal a fim de agilizar o envio dos mesmos à CGU. O Regimento Interno da Reitoria prevê esta atividade. Conforme relato da CGU estão aguardando a aprovação do regimento para considerar a recomendação como atendida. O Regimento será apreciado pelo CONSUP em 2018.

Relatório: 201601448

Identificação: 162741

Recomendação: Apresentar um cronograma de ações para fortalecer o controle de movimentação de bens móveis no âmbito da Instituição, providenciando termos de responsabilidade atualizados e assinados sob a guarda do Setor de Patrimônio e Almoarifado, catálogo de materiais padronizado e a adoção ou criação de processo regular de descarga patrimonial.

Providências adotadas pelo IFRS: A PROAD por meio de memorando circular deliberou aos *campi* a regularização e arquivo dos termos de responsabilidade e acautelamento. O catálogo de materiais padronizado se encontra em uso no sistema SIPAC e com servidores designados para necessidades de inclusão e alteração. A partir da finalização do inventário de bens móveis 2017 serão iniciados os processos de descarga patrimonial. Já existem modelos de documentos que estão sendo analisados pela área técnica, setores de patrimônio e contabilidade.

Relatório: 201601448

Identificação: 162743

Recomendação: Relacionar os bens inservíveis ainda patrimoniados, com os respectivos valores registrados no balanço contábil e nos controles de patrimônio, e indicar a programação de destinação destes bens e as respectivas previsões de baixa do balanço contábil e dos registros de controle de patrimônio da Instituição.

Providências adotadas pelo IFRS: Já foi encaminhada ao TCU a relação de bens inservíveis ainda patrimoniados consolidada a partir do inventário 2016. Entretanto, cabe ressaltar que esse inventário foi realizado sem a utilização de um sistema único de gestão patrimonial. O inventário 2017 está sendo realizado, pela primeira vez, com a utilização do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC/SIG), e, a partir da sua finalização, que ocorrerá em março de 2018, será possível iniciar os processos de desfazimento destes bens e indicar a previsão de baixa dos mesmos.

Relatório: 201601448

Identificação: 162744

Recomendação: Apurar responsabilidades quanto à diferença de R\$ 9.578.128,19 (apurada em março/2016) a maior registrado no balanço contábil (contas do ativo: bens móveis e intangíveis) em relação aos controles patrimoniais da Instituição.

Providências adotadas pelo IFRS: A regularização do valor a maior tornou-se possível a partir da realização do primeiro inventário consolidado do IFRS, no exercício 2016, e da implantação do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC/SIG), no mês de agosto de 2017. Assim, em dezembro de 2017, o valor a maior registrado no balanço contábil passou para R\$ 2.850.221,59.

- A partir da integração do Sistema, o Departamento de Contabilidade do IFRS passou a utilizar, como medida administrativa e de controle patrimonial, a conta 1.2.3.1.1.99.07 – Bens não localizados, cuja função é, conforme plano de contas Siafi, “registrar os bens não encontrados no processo de inventário”, na qual, atualmente, está registrado o montante de R\$ 2.786.571,52. Após a realização do inventário do exercício 2017, o primeiro realizado após a implantação do SIPAC/SIG, será realizada a busca por bens não localizados e a sua baixa, quando for o caso.

- Quanto à apuração de responsabilidade, entendemos que a mesma deverá ser realizada após a finalização do inventário 2017, de modo a dar condições à comissão sindicante de utilizar dados atualizados e consolidados referentes aos bens da instituição, já que este será o primeiro inventário utilizando o SIPAC/SIG.

Relatório: 201601448

Identificação: 162745

Recomendação: Promover ações no sentido de reaver (ou regularizar) o valor de R\$ 9.578.128,19 (apurada em março/2016) a maior registrado no balanço contábil (contas do ativo: bens móveis e intangíveis) em relação aos controles patrimoniais da Instituição.

Providências adotadas pelo IFRS: Após o encerramento do inventário de bens moveis 2017 e a constituição de comissão sindicante com os devidos resultados será possível identificar e efetivamente apurar as responsabilidades das divergências de valores contábeis.

Relatório: 201601448

Identificação: 162749

Recomendação: Promover o cadastro do imóvel sito à Rua Voluntários da Pátria, 524, com frente à Rua Cel. Vicente, 281, Porto Alegre, no SPIUnet, em nome do IFRS, e a respectiva baixa na conta contábil 1.2.3.2.1.02.00 BENS DE USO ESPECIAL NAO REGISTRADOS SPIUNET, subconta 1.2.3.2.1.02.24 SALAS E ESCRITORIOS, no valor de R\$ 3.500.000,00.

Providências adotadas pelo IFRS: O IFRS apresentou o registro do imóvel supracitado junto ao SPIUNET regularizado, restando a recomendação atendida.

7.3 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

Quadro 46 - Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Casos de Dano Objeto de Medidas Administrativas Internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não Instaurada			Instauradas				
	Dispensadas			Não Remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos	Arquivamento			Não Enviadas - 180 dias do Exercício Instauração	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito				Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
0	0	0	0	-	-	-	-	-
46	-	-	-	21	2	43	0	0

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas

As medidas para mitigar erros e ilícitos administrativos fundamentaram-se na revisão anual dos processos com implicação financeira relacionadas à Gestão de Pessoas realizado em outubro de 2017. Para tanto, antes de tomadas as providências cabíveis, nos trâmites internos concedeu-se a oportunidade de defesa e contraditório aos servidores em cada um dos processos. Esgotadas as possibilidades de solução, e permanecendo o imbróglio, foram instaurados os processos de restituição ao erário.

Os motivos para apuração são diversos, a constar: servidores que não realizaram a conclusão de seus cursos em gozo de afastamento para capacitação stricto sensu, licença-capacitação ou bolsa estudo concedida pela instituição, auxílio-transporte, auxílio-moradia, insalubridades, outros.

Os valores que a administração visa restituir ao cofre público foi calculado em um total de R\$ 614.014,96, sendo destes, R\$ 120.544,47 já foram restituídos.

7.4 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8666/1993

Ao longo de 2017, o IFRS trabalhou no alinhamento de seus pagamentos ao artigo 5º da Lei nº 8.666/1993, que dispõe que, no pagamento de suas obrigações, o órgão deve obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das suas exigibilidades relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços. O mesmo artigo permite priorizações para os casos em que existam relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada.

A partir da vigência da Instrução Normativa nº 02/2016, foi elaborada planilha para organizar os pagamentos, composta por lista de credores, momentos da inscrição do crédito e justificativas para as exceções à ordem cronológica de pagamentos. Na sua elaboração, concluímos que as subdivisões por categorias de contrato e a criação de listas de pequenos credores dificultariam a manutenção de uma ordem cronológica de pagamento. Dessa forma, todas as obrigações passaram a ser relacionadas por ordem de exigibilidade, ou seja, o recebimento da nota fiscal ou fatura, inclusive dos credores pagos com recursos provenientes de Termos de Execução Descentralizada (TED).

Após o recebimento dos recursos financeiros, a autoridade competente de cada *campus* e reitoria define os pagamentos a serem realizados. São priorizados os

pagamentos de serviços essenciais ao funcionamento da Instituição (água, energia elétrica, correios, telefonia e terceirizados) e os pagamentos de pequenos credores. Após, segue-se a ordem cronológica de liquidação da despesa, correspondente à data do atestamento da nota fiscal ou fatura, até o limite de recursos financeiros recebidos da Secretaria de Planejamento e Orçamento (SPO), excetuando-se os credores pagos com recursos específicos. Não havendo recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação (fato corriqueiro em 2017 em função das liberações parciais), efetua-se o pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo na mesma posição de ordem cronológica.

7.5 INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Informamos que no ano de 2017 não foi necessário providenciar revisões de contratos de obras e serviços de engenharia, bem como de Tecnologia da Informação, devido os contratos vigentes e novas licitações já considerarem a Lei nº 12.546/2011 e art. 2º do Decreto nº 7.828/2012.

7.6 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Quadro 47 – Despesas com publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional			
Legal	2080 / 20RL	397.229,43	346.441,89
Mercadológica			
Utilidade pública			

Nos valores pagos estão inclusos R\$ 43.111,74 de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores.

Fonte: Tesouro Gerencial

Data da extração dos dados: 23/02/2018

Os gastos acima descritos se deram mediante os seguintes contratos:

- Contrato 54/2014 - Imprensa Nacional - vigência: 01/07/2014 a 30/06/2019. Valor anual estimado para todas as unidades do IFRS: R\$ 2.223.556,35. Objeto: Publicidade no Diário Oficial da União - DOU.
- Contrato 71/2015 – Empresa Brasil de Comunicação - EBC - vigência: 23/06/2015 a 23/06/2020. Valor anual estimado para todas as unidades: R\$ 760.620,00. Objeto: Publicidade legal em revistas e jornais

7.7 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 3º DO DECRETO 5.626/2005

Esse subitem de informação tem por objetivo demonstrar o cumprimento da obrigatoriedade de oferecer a Língua Brasileira de Sinais – Libras como disciplina curricular obrigatória, conforme estabelece o art. 3º do Decreto nº 5.626/2005.

As informações detalhadas encontram-se no Anexo DD.

OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO

ROL DE RESPONSÁVEIS

O cadastro do Rol de Responsáveis foi realizado diretamente no portal do TCU.

PARECER OU RELATÓRIO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A Unidade de Auditoria Interna (UNAI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), em cumprimento ao disposto no § 6º, do art. 15 do Decreto n.º 3.591/2000, e em conformidade com a Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União (TCU) n.º 63, de 01/09/2010, e com as Decisões Normativas TCU n.º 161/2017 de 01/11/2017 e n.º 163/2017 de 06/12/2017 apresenta o Relatório da Unidade de Auditoria Interna que contempla os itens detalhados no Sistema E-Contas do TCU.

Dessa forma, a seguir, descreve-se a estrutura da UNAI e as ações desenvolvidas junto aos *Campi* e a Reitoria, esclarecendo que, nossos exames durante o exercício foram efetuados por amostragem e conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal, buscando atingir o máximo de qualidade e confiabilidade nos trabalhos realizados.

a) Avaliação da capacidade de os controles internos administrativos da UPC identificarem, evitarem e corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes.

Nas auditorias realizadas e concluídas avaliamos o controle interno implantado no IFRS, tendo por base os procedimentos e as técnicas utilizadas pela área de auditoria resultando na opinião acerca do controle interno das atividades sob exame.

Para o alcance deste objetivo a UNAI implementou, conforme determina a IN CGU n.º 24, de 17 de novembro de 2015, uma metodologia referenciada em seis componentes para avaliação dos controles internos: ambiente de controle, avaliação de riscos, atividades de controle, informação, comunicação e monitoramento. Por meio dela verificou-se que, de forma geral, o IFRS apresenta ações satisfatórias em seus controles internos. Contudo, verificou-se que não conta com avaliação de riscos.

Ainda, a UNAI mantém um controle do monitoramento das recomendações para acompanhar o andamento para regularização de deficiências apontadas ou para a implementação de melhorias sugeridas. Dessa forma, concluímos que os controles internos avaliados são consistentes com a natureza e a complexidade dos processos.

b) Avaliação dos controles internos relacionados à elaboração dos relatórios financeiros e contábeis.

No exercício de 2017 esta UNAI não realizou trabalhos relacionados a avaliação dos controles internos relacionados à elaboração dos relatórios financeiros e contábeis.

c) Descrição das rotinas de acompanhamento e de implementação, pela UPC, das recomendações da auditoria interna.

A Unidade de Auditoria Interna acompanha periodicamente a implementação das recomendações emitidas, inclusive prevendo uma ação específica em seu PAINT para este fim.

O acompanhamento é realizado nos *Campi* ou na Reitoria, conforme o responsável pelo atendimento, sempre buscando manifestação da autoridade (gestor) competente para sua implementação. Conseqüentemente, com base nas respostas e com base nos documentos que comprovem aquelas recomendações atendidas, os Auditores Internos realizam uma nova análise avaliando e monitorando as recomendações.

d) Informações sobre a existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos de auditoria interna.

No item anterior descreveu-se que a UNAI possui rotina/sistemática de acompanhamento dos resultados da auditoria. Entretanto, para a realização de seus trabalhos a UNAI não conta com sistema informatizado, o qual entrará em processo de testes.

e) Demonstração da execução do plano anual de auditoria, contemplando avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade.

O Plano Anual de Auditoria Interna referente ao exercício de 2017 foi executado conforme relatórios descritos no item f. Todos os trabalhos são relevantes e merecem atenção do Gestor, pois tem a finalidade de contribuir com o aperfeiçoamento dos controles internos. Abaixo descreve-se as constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade em relação as recomendações emitidas no exercício de 2017, excluindo-se aquelas constatações referente a recomendações de anos anteriores e que foram acompanhadas no exercício em questão ou as que foram elucidadas no transcorrer dos trabalhos e que não geraram recomendações.

Reitoria

Ações	Principais Constatções	Providências Adotadas
Macroprocesso: Desenvolvimento Institucional Tema: Ingresso Discente	Falta de informação quanto a destinação dos valores retidos conforme contrato.	O setor esclareceu a constatação e corrigiu o erro de valor verificado.

Fonte: Auditor da Reitoria

Campus Caxias do Sul

Ações	Principais Constatções	Providências Adotadas
Macroprocesso: Gestão de Pessoas Tema: Capacitação	Não percebeu-se quais procedimentos e critérios são utilizados para custear ou negar as capacitações solicitadas pelos servidores (ausência de regulamentação quanto à gestão do recurso orçamentário).	O pagamento de bolsas de estudos para qualificação de servidores foi definido como prioridade para 2018, em reunião da COA, com aprovação pelo Conselho de <i>Campus</i> , estando estas sujeitas às regras dos editais. Resta a definição de critérios e fluxos para distribuição do restante do recurso entre as demais ações de capacitação.
	Constatou-se a ausência da notificação ao servidor para entrega da documentação para preenchimento da vaga para afastamento, nos processos analisados. (art. 35 da IN 003/2016)	As notificações aos servidores sobre as vagas de afastamento e respectivas manifestações passaram a ser anexadas aos processos, nos afastamentos oriundos do Edital nº 37/2017. (art.34 da IN 009/2017)
	Não foram disponibilizados à auditoria os processos de inscrição aos editais de afastamento (art. 10, III da IN 003/2016). Conforme manifestação da gestão, os documentos foram entregues aos solicitantes.	Todos os processos foram recuperados, bem como foram arquivados os processos de inscrição no edital nº 37/2017. (art. 10, III da IN 009/2017)
	Constatou-se, em 08 processos, a ausência dos comprovantes de pagamento de determinados meses, que deveriam ser apresentados pelo servidor para o recebimento da bolsa mediante ressarcimento - 44 ressarcimentos mensais, totalizando R\$ 34.381,60, sem apresentação dos comprovantes de pagamento. (itens 2.19 do Edital 02/2016 e 3.4 do Edital 16/2016)	Os comprovantes de pagamento pendentes foram apresentados. Os pagamentos referentes às bolsas de estudos dos servidores contemplados em 2017 (Editais 17 e 51) foram encaminhados somente após a apresentação dos comprovantes.
	Constatou-se 03 ressarcimentos mensais (bolsa) de valores (R\$ 198,89 cada) superiores aos comprovantes de pagamentos apresentados (R\$ 179,00, R\$ 189,00 e R\$ 180,79).	Foi realizado cálculo do valor a ser pago, dada ciência dos servidores e os processos foram instruídos para devolução ao erário dos valores pagos indevidamente. Os valores já foram

	<p>Constatou-se 01 ressarcimento de R\$ 310,97, sendo que tal valor continha acréscimos por pagamento em atraso e que os valores originais das parcelas eram de R\$ 301,95.</p>	<p>descontados na folha de pagamento dos servidores.</p>
	<p>Constatou-se, em 11 processos, a ausência de documentos que os servidores contemplados com bolsa deveriam apresentar ao final de cada semestre e ao término do curso (itens 10.2, 10.3, 10.4 e 10.6 do Edital 02/2016 e itens 13.1, b, c, d, f do Edital 16/2016).</p>	<p>A maioria da documentação pendente de final de semestre ou de final de curso foi apresentada pelos contemplados nos Editais nº 02/2016 e 16/2016. Foi instruído um processo para ressarcimento ao erário, após verificação de não atendimento de alguns quesitos do edital. A documentação referente ao 1º semestre de 2017 e dos casos de término de curso, das bolsas renovadas por meio do Edital 17/2017, foi devidamente apresentada.</p>
<p>Macroprocesso: Ensino Tema: Projetos de Ensino</p>	<p>Dois projetos apresentaram divergências entre a equipe de execução cadastrada nos projetos de ensino e as informações constantes no relatório final. A inclusão de novos colaboradores não seguiu os procedimentos previstos art. 17, §1º ao §5º da IN PROEN Nº 003/2015. Pairou dúvida se os membros, inicialmente cadastrados no projeto e não informados no relatório final, de fato não participaram do projeto ou se ocorreu um engano na elaboração do relatório.</p>	<p>A gestão manifestou entendimento que deveriam ser solicitadas as correções dos relatórios finais. Resta observar as providências quanto aos projetos de 2018.</p>
<p>Macroprocesso: Pesquisa Tema: Projetos de Pesquisa</p>	<p>Verificou-se projeto com término previsto em 01/02/17. O item 4.7 (Despesas - Bolsistas) também indicava início em 01/04/16 e término em 01/02/17 e total de despesas de R\$ 2.000,00 (10 meses de R\$ 200,00). O Plano de trabalho do bolsista não previa atividades para o mês de fevereiro. Não localizou-se o controle de frequência referente ao mês de fevereiro/17. Porém o Memorando nº 02/2017/DPI solicitou o pagamento do bolsista, referente ao mês de fevereiro. (art. 9º, § 1º do Regimento do PROBICT e AIPCT)</p>	<p>O entendimento da gestão era de que a vigência da bolsa estaria atrelada ao período máximo previsto no Edital. Resta apresentar documentação que indique as atividades executadas no projeto ou, se indevido, a devolução do valor.</p>
	<p>Observou-se, em projetos contemplados com AIPCT, a apresentação de orçamento de empresa com mesmo endereço e telefone da empresa em que foi realizada a aquisição, além de não haver evidências sobre a forma de obtenção dos outros orçamentos de empresas sediada em SP. (art. 2º da IN PROPI Nº 004/2014; Acórdão Nº 1094/2013 – TCU – Plenário, item 9.1.4).</p>	<p>Comprometimento da gestão para realização de novas reuniões com os pesquisadores para que sejam mais cuidadosos nos próximos editais. Resta observar as futuras prestações de contas do AIPCT.</p>

Macroprocesso: Extensão Tema: Projetos de Extensão	<p>Identificou-se situações em que os pagamentos aos bolsistas contemplam períodos descobertos pelas declarações de assiduidade.</p> <p>Identificou-se o pagamento referente ao mês de julho/2016 à bolsista desligada em 30/06/16. (art. 15, art. 22 e art. 25, VII do PIBEX)</p>	<p>Resta aguardar as providências para que, em 2018, as solicitações de pagamentos dos bolsistas sejam precedidas de verificação quanto aos períodos abrangidos pelas declarações de assiduidade e às datas de desligamentos. Também resta aguardar a apuração dos fatos sobre o pagamento referente ao período posterior ao desligamento da bolsista, buscando a devolução do valor pago indevidamente, se for o caso.</p>
	<p>Não localizou-se os relatórios parciais dos bolsistas desligados. (art. 29, § 2º do PIBEX)</p>	<p>O entendimento da gestão, com base no Edital 54/2015, é de que não seria exigível o relatório parcial dos bolsistas que não atuaram até metade da vigência da bolsa. Após alerta sobre a exigência, a qualquer tempo, em caso de desligamento, conforme art. 29, § 2º do PIBEX, resta aguardar as providências em relação aos desligamentos que porventura venham a ocorrer em 2018.</p>
	<p>Conforme ata da CGAE nº 05/2016, foram aprovadas alterações de despesas de 03 projetos, porém não localizou-se o Anexo I (Formulário de solicitação de alteração do plano de aplicação dos recursos) da IN PROEX/IFRS nº 006/2015 (art. 3º, § 2º).</p>	<p>Resta aguardar as providências em relação às alterações de despesas que porventura venham a ocorrer em 2018.</p>
	<p>Consta observação, na planilha de prestação de contas de projeto, que o item 3 ainda não havia sido enviado. Foi apresentado apenas o boleto, onde não é possível identificar o fornecedor, nem a mercadoria. A prestação de contas foi aprovada sem exigência de posterior apresentação da nota fiscal. (art. 24, I do PAIEX)</p>	<p>A gestão justificou que os dados do orçamento permitiam identificar o fornecedor. Após alerta para a necessidade de apresentação da Nota Fiscal, resta solicitá-la ao coordenador do projeto.</p>

Fonte: Auditora do *Campus* Caxias do Sul

Campus Farroupilha

Ações	Principais Constações	Providências Adotadas
Macroprocesso: Gestão de Pessoas Tema: Capacitação	Constatou-se na planilha LNC 2017 do <i>Campus</i> Farroupilha, as seguintes inconsistências quanto as informações prestadas (Dimensão individual): - Linha 3 – T.C., docente, intenção em solicitar liberação de até 40% da carga horária para servidor TAE; - Linha 29 – R.X.A, docente, não apresentou nenhuma intenção de capacitação para 2017, porém preencheu a planilha; - Linha 39 – T.B.G., técnica administrativa, não apresentou nenhuma intenção de capacitação para 2017, porém sinalizou a intenção de solicitar a liberação de até 40% da carga horária para servidor TAE.	COA coordenou o registro das necessidades de capacitação, realizado por cada servidor em planilha eletrônica. Com base no levantamento realizado, foi elaborado o plano anual de capacitação da unidade, identificando os temas mais solicitados pelos servidores para aperfeiçoamento de suas atividades bem como estimativa de orçamento para as ações de capacitação.
	Quando da solicitação do Plano Anual de capacitação para o exercício de 2017 da unidade, a gestão apresentou a essa AUDIN, a planilha do levantamento das necessidades de capacitação. Nesta planilha, a coluna “Atividades desenvolvidas” em sua maioria não consta preenchida.	O Plano Anual de capacitação para 2018 contemplou todos os itens citados em normativa (exceto o prazo, que foi definido pela reitoria e <i>campi</i> em reunião)
	Verificou-se no Processo N.º 23364.000276.2015-59 referente a liberação de carga horária para a servidora A.M. no semestre 2016/1 que a mesma não apresentou o relatório de desempenho acadêmico referente a 2015/2, e usufruiu do benefício.	Elaborado um checklist para conferência da documentação recebida e alteração no fluxo, em que, a equipe de trabalho e a chefia imediata terão acesso ao processo completo para elaboração dos pareceres.
	Contatou-se no Processo N.º 23364.000290.2015-52 referente a liberação de carga horária do servidor E.L.N.S., que o parecer da chefia imediata e da equipe de trabalho (P.12 e P.38 do processo) é evasivo, não apresentando qual a correlação do curso com as atividades desenvolvidas pelo servidor e sem demonstrar claramente o interesse da instituição na realização da qualificação.	A CGP vem orientando às chefias imediatas que os pareceres devem ser embasados, levando-se em conta a correlação com o curso, bem como as atividades desenvolvidas pelo servidor no setor e o interesse da instituição. Os pareceres são conferidos e quando não atendem aos requisitos, são devolvidos para adequações.
Macroprocesso: Desenvolvimento Institucional Tema: Ingresso Discente	Verificou-se que as cópias dos documentos entregues pelos candidatos aprovados para fins de matrícula, não estão autenticadas (carimbo confere com o original) por servidor da instituição.	O setor se compromete a avaliar a situação e para o próximo processo, implementar alguma solução.
	Ausência de lista de presença referente às chamadas públicas dos Editais 02/2017 e 03/2017 e para as matrículas realizadas no dia 20/02/2017 referente a convocação dos candidatos da	A COPERSE se compromete a elaborar e publicar as listas, por ordem alfabética, já no

	Lista de Espera do SISU. Conforme itens 3.4 (Edital 02/2017) e 3.3 (Edital 03/2017), somente concorrerão às vagas disponíveis os candidatos presentes na reunião ou representados legalmente, sendo obrigatória a presença na chamada Pública.	próximo Processo Seletivo, proporcionando mais transparência ao processo.
Macroprocesso: Ensino Tema: Projetos de Ensino	Após a leitura das atas entregues a auditoria, não foi possível verificar se os relatórios finais dos projetos de ensino executados no ano de 2016, foram avaliados e aprovados pela Comissão de Ensino do <i>campus</i> (atualmente função da CAGE). Observou-se ainda que no sistema SIGProj há 3 projetos em situação “Proposta recomendada – Em Andamento – Normal”..	A partir de 2017, os relatórios projetos de ensino foram/serão avaliados por um membro relator e, em seguida, seu parecer é homologado em reunião da CAGE, constando em ata.
	Verificou-se que o Coordenador do projeto “ <i>Oficinas Práticas para Resolução de Problemas computacionais e desenvolvimento de sistema de Software</i> ”, não realizou a entrega do relatório final do projeto. O bolsista do projeto também não apresentou o relatório parcial e final.	Os relatórios do projeto “Oficinas práticas para resolução de problemas computacionais e desenvolvimento de sistemas de software” já foram solicitados ao coordenador do projeto, contudo, não foram entregues até a presente data.
	Verificou-se que ocorreu a substituição do coordenador no projeto de ensino “ <i>Repete: Transformando a repetência em Apoio</i> ”, porém no sistema SIGProj, o projeto continua na coordenação de S.R. Observou-se ainda que F.M.S., colaborador docente citado no projeto de ensino (anexo IV), não foi citado no relatório final do projeto. Consta como colaborador docente G.R.T. Observou-se também que houveram mudanças na equipe dos projetos: - <i>Que comecem os jogos! Possibilidades didático-metodológicas para o Ensino de História</i> : inclusão de colaboradores externos; - <i>Cine Arte</i> : inclusão da Técnica Administrativa em Educação D.I. como colaboradora.	A partir do ano de 2017, os procedimentos estão sendo revistos a fim de corrigir tais demandas.
	Verificou-se ausência de tempestividade quanto aos documentos gerados dos projetos de ensino, executados no ano de 2016..	A partir do ano de 2017, o Setor de Ensino fará o controle mais efetivo dos períodos de abrangência dos projetos e relatórios. Cabe ressaltar que, no ano de 2017, o período de vigência da bolsa de ensino é igual para todos os projetos.
	Constatou-se o desligamento dos bolsistas antes do término do projeto. Ambos não apresentaram nenhum relatório sobre o período em que estiveram participando das atividades do projeto.	A partir do ano de 2017, o Setor de Ensino fará o controle efetivo desta demanda, com solicitação ao coordenador do projeto.

	<p>- A.C.C. desligou-se do projeto <i>Cine Arte</i> no dia 24/08/16 (conforme data no formulário de desligamento);</p> <p>- D.G.T. desligou-se do projeto <i>“Aprendendo Língua Inglesa através da gravação de vídeos”</i> no dia 03/08/2016 (conforme data no formulário de desligamento).</p>	
	<p>Pagamento integral e não proporcional, da bolsa no mês de dezembro, realizado aos bolsistas abaixo discriminados:</p> <p>- R.C. (<i>Projeto Favorecendo a Inclusão através das adaptações curriculares</i>);</p> <p>- C.C. e T.S. (<i>Projeto Cine Arte</i>);</p> <p>- L.C.M.J. (<i>Projeto Repete: transformando a repetência em Apoio</i>);</p> <p>Quanto aos pagamento efetuados, observou-se ainda que a bolsista G.S.F. atuou no projeto <i>“Repete: transformando a repetência em apoio”</i>, até o dia 19/10/16, conforme consta no controle de frequência do coordenador do projeto, porém recebeu o pagamento integral do mês de outubro.</p>	<p>Quando do desligamento de um bolsista, o coordenador do projeto é orientado a emitir uma declaração de assiduidade indicando a data do encerramento das atividades, para se efetivar o pagamento proporcional da bolsa.</p>
<p>Macroprocesso: Pesquisa Tema: Projetos de Pesquisa</p>	<p>Observou-se que L.L. foi bolsista por 2 meses (janeiro e fevereiro) do projeto <i>Hardware/Software para o desenvolvimento de kits didáticos como objetos de aprendizagem na área de informática</i>, coordenado por F.S.. O aluno não possui currículo cadastrado na Plataforma Lattes do CNPQ e não foi incluído no grupo de pesquisa do pesquisador. Não foi incluído no grupo de pesquisa do coordenador, o bolsista M.O.L. do projeto <i>Aplicações Multimídia com foco em processamento de Imagens e Vídeos Digitais baseado em múltiplas plataformas de desenvolvimento</i>, outro projeto coordenado pelo professor F.S.. Também não foi incluído no grupo de pesquisa da coordenadora F.R.B., o bolsista M.C.F. do projeto <i>Avaliação experimental da influência da rugosidade superficial em modelo obtido por diferentes processos de fundição no desenvolvimento de perfis de escoamento</i>.</p>	<p>- A inclusão do nome dos bolsistas e do IFRS nas publicações técnico-científicas é verificada por meio da prestação de contas do auxílio à apresentação de trabalhos por parte de servidores e alunos;</p> <p>- Verifica-se se o bolsista publicou tanto no evento técnico-científico do <i>campus</i> quanto no evento do IFRS (em 2017 não houve infrações);</p> <p>- A coordenação de pesquisa, pós-graduação e inovação não tem controle sobre a execução do cronograma de atividades do bolsista, que fica a cargo do coordenador. A coordenação observa, somente, a declaração de cumprimento de carga horária nas atividades do projeto e o atestado de frequência no curso regular. No entanto, os coordenadores foram comunicados que o não cumprimento do cronograma é motivo para desligamento do bolsista;</p> <p>- É observada a criação ou existência do currículo Lattes dos bolsistas no ato da indicação, em um prazo de 30 dias;</p>

		<ul style="list-style-type: none"> - É observada a inclusão do bolsista em grupo de pesquisa logo após a efetivação da bolsa, em um prazo de 30 dias; - É observada a entrega final dos relatórios dos bolsistas (em 2017 não houve infrações); - É observada a participação do coordenador em grupo de pesquisa no ato da submissão do projeto.
	Verificou-se que o discente F.A.S.J. substituiu o bolsista M.C.F., no projeto da coordenadora F.R.B.. Observou-se que F.A.S.J. não participou do edital de seleção de bolsistas do <i>Campus Farroupilha</i> (Edital N.º 72/2015). Conforme resultado da seleção publicado em 31 de março de 2016, para o projeto da coordenadora haviam 4 suplentes na lista de classificados.	Após verificado este equívoco, todas as demais indicações/substituições realizados até a presente data se deram em respeito aos editais de seleção de bolsistas vigentes.
	Em análise aos relatórios finais dos bolsistas do projeto <i>Aplicações multimídia com foco em processamento de imagens e vídeos digitais baseado em múltiplas plataformas de desenvolvimento</i> , coordenado por F.S., observou-se incoerência quanto ao período das atividades executadas pelos bolsistas e os pagamentos efetuados. O mesmo fato ocorreu para os bolsistas do projeto <i>Hardware/Software para o desenvolvimento de Kits Didáticos como objetos de Aprendizagem na área de informática</i> , também coordenado pelo docente F.S.	O coordenador do projeto, ao solicitar a substituição de um bolsista, é comunicado de que o novo bolsista só poderá iniciar suas atividades no início do mês subsequente à solicitação, conforme Art. 17 da Res. 32/2015/CONSUP.
	Observou-se que a coordenadora D.V. solicitou alteração de itens previstos no orçamento inicial do projeto no dia 13/10/2016. Tal alteração resultou em um saldo de R\$600,00 na rubrica material permanente que foi utilizado para aquisição de material de consumo. O mesmo foi observado no projeto da coordenadora F.R.B., que também solicitou alteração de itens na mesma data, modificando valores dos bens permanentes.	Em 2017 esta recomendação foi atendida. Os AIPCTs contaram somente com recursos de custeio, em virtude da disponibilidade orçamentária do <i>campus</i> , e os pesquisadores estavam cientes de que não poderiam alterar para capital. Em 2018 ocorrerá da mesma forma.
Macroprocesso: Extensão Tema: Projetos de Extensão	Não foi possível constatar a entrega do relatório parcial dos bolsistas dos projetos de Extensão do ano de 2016.	Foi solicitado aos orientadores de bolsistas de extensão não esquecerem do relatório parcial.
	Na prestação de contas do projeto <i>“IFCine: Discutindo arte através do cinema”</i> constatou-se que os orçamentos realizados com as empresas Creative Cópias Ltda, Belleer Comercio de Papéis e INGA PRINT não estão datados.	Os três projetos de Extensão contemplados com fomentos do IFRS em 2017 puderem adquirir itens de custeio e de capital. Os três projetos tiveram suas prestações de conta aprovadas pela Comissão de Gerenciamento de Ação de Extensão (Cgae) do <i>campus</i> . Cada

		item adquirido pelos projetos passou por pesquisa de três orçamentos. Foram utilizados, principalmente, os seguintes meios e anexados aos processos físicos dos projetos: impressão de sites (com <i>printscreen</i> do item, preço e CNPJ dos fornecedores/lojas) e e-mails (pelo e-mail dos fornecedor, com informação dos preços, CNPJ e assinatura de quem enviou).
--	--	---

Fonte: Auditora do *Campus* Farroupilha

Campus Feliz

Ações	Principais Constatções	Providências Adotadas
Macroprocesso: Gestão de Pessoas Tema: Capacitação	No processo nº 23365.000060.2016-64 foram constatados no anexo II folha 007 (solicitação liberação de horário estudante) e no anexo II folha 41 (renovação da liberação de horário estudante), ausência de identificação e assinatura dos demais componentes da equipe de trabalho, elementos necessários para a legalidade da liberação de horário conforme determinação da IN 06/2015.	Até o momento não foram adotadas medidas.
Macroprocesso: Desenvolvimento Institucional Tema: Ingresso Discente	Ausência da declaração de não acumulação de vaga em curso superior de instituição pública de ensino superior, ou privada de ensino superior com bolsa de estudo – PROUNI, de alguns discentes dos cursos do IFRS Feliz.	A gestão localizou e encontrou os documentos.
	Alguns alunos menores de idade não foram representados pelos pais em seus atos de matrícula, ocorrendo situações em que o próprio aluno assinava documentos (termo de uso de imagem, requerimento de matrícula) que eram pertinentes aos responsáveis.	Foram chamados e notificados os pais e corrigiram alguns casos.
	Ausência de requerimentos de matrícula de alguns ingressantes.	Matriculas serão feitas manualmente, para após serem lançadas no sistema
Macroprocesso: Ensino Tema: Projetos de Ensino	Ausência de cadastro na Plataforma Lattes de alguns alunos bolsistas participantes dos projetos de ensino	Quando o edital prever cadastro na Plataforma Lattes, será exigida a comprovação de cadastro.
Macroprocesso: Pesquisa Tema: Projetos de Pesquisa	Expressivo número de projetos que estão com relatórios pendentes conforme informa o Sistema de Controle de Projetos. Alguns há mais de um ano com relatórios pendentes.	Houve orientação e solicitações para que os pesquisadores resolvam as pendências.

Macroprocesso: Extensão Tema: Projetos de Extensão	Constatou-se que o deferimento e autorização da petição contida no Memorando 20/2016 (que solicitou o uso de recurso remanescente no valor de R\$ 910,46) do projeto "C.N.E" foi realizado de forma contrária ao Regimento Interno da CGAE.	Passarão a nortear os seus atos em conformidade com o Regimento.
---	---	--

Fonte: Auditor do *Campus* Feliz

Campus Ibirubá

Ações	Principais Constatções	Providências Adotadas
Macroprocesso: Desenvolvimento Institucional Tema: Ingresso Discente	Constatou-se ausência da comprovação de renda dos 3 últimos meses na avaliação socioeconômica.	Solicitação de equipe de apoio para auxiliar na triagem das análises, bem como auxílio do profissional da área contábil.
Macroprocesso: Ensino Tema: Projetos de Ensino	Constatou-se que não houve a emissão e análise do relatório parcial das atividades dos bolsistas, conforme inciso IV do artigo nº17 do Programa Institucional de Bolsas de Ensino (PIBEN), aprovado através da Resolução Consup nº 022, de 03 de Março de 2015.	Foi emitida recomendação solicitando que sejam providenciados os relatórios parciais dos projetos de ensino, conforme determina a legislação pertinente.
Macroprocesso: Pesquisa Tema: Projetos de Pesquisa	Constatou-se fragilidades nos controles internos referentes a cotação (orçamentos) de produtos adquiridos com recursos do Auxílio Institucional à Produção Científica e/ou Tecnológica (AIPCT). Durante os trabalhos de análise documental, observou-se que alguns orçamentos não possuíam identificação de CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica).	As constatações serão sanadas, como medida a ser adotada a Comissão de Avaliação e Gestão de Projetos de Pesquisa e Inovação irá elaborar um checklist para auxiliar no acompanhamento das prestações de contas dos recursos.
Macroprocesso: Extensão Tema: Projetos de Extensão	Constatou-se fragilidades nos controles internos referentes ao preenchimento de formulários para operacionalização do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX) do IFRS e documentação a ser apresentada pelos bolsistas de extensão.	Teve como recomendação que atentem para o preenchimento completo e adequado dos formulários, bem como a apresentação dos documentos pertinentes.
	Constatou-se fragilidades nos controles internos referentes a assiduidade dos bolsistas de extensão.	A partir destas orientações do setor de auditoria será redobrado a atenção referente as declarações de assiduidade dos estudantes bolsistas e uma maior cobrança aos coordenadores de ações de extensão, que possuem o contato direto com seus estudantes bolsistas e reforçar a importância do correto investimento dos recursos públicos financeiros.
	Constatou-se fragilidades nos controles internos referentes à execução de carga horária de bolsista de extensão.	Recomendou-se a Coordenação de Extensão do <i>campus</i> , bem como a Comissão de Gerenciamento das Ações de Extensão do

		<i>Campus</i> não autorizem alterações na carga horária dos bolsistas de extensão, mantendo sempre sua conformidade com o edital do seu respectivo processo seletivo.
	Constatou-se fragilidades nos controles internos referentes ao cumprimento do prazo para entrega do relatório final do coordenador dos projetos/programas de extensão. Conforme previsto no item 12.1 do Edital PROEX/IFRS nº 53/2015 o prazo para entrega dos relatórios finais dos coordenadores do projetos/programas de extensão é de 10 (dez) dias úteis a partir do encerramento da ação.	Recomendou-se que os coordenadores dos projetos/programas de extensão apresentem seus respectivos relatórios finais dentro do prazo estipulado, em conformidade com a legislação e/ou edital específico.
	Constatou-se fragilidades nos controles internos referentes a concessão de diárias com recursos do Programa de Apoio Institucional à Extensão do IFRS (PAIEX).	No intuito de aprimorar os procedimentos e alcançar a máxima transparência na execução de recursos públicos destinados ao setor de extensão será acatada a constatação e observação do setor de auditoria para os próximos editais de auxílio institucional, sendo repassado estas informações aos coordenadores envolvidos nos projetos/programas de extensão.
	Constatou-se fragilidades nos controles internos referentes a cotação (orçamentos) de produtos adquiridos com recursos do Programa de Apoio Institucional à Extensão do IFRS (PAIEX).	Aponta-se claramente a necessidade de capacitação para os coordenadores de ações de extensão referente a execução dos recursos financeiros, bem como uma maior integração entre os setores envolvidos. Recomendou-se que os coordenadores dos projetos/programas de extensão observem o disposto no art. 4º da Instrução Normativa PROEX/IFRS nº 06, de 09 de junho de 2015, o qual trata das aquisições de materiais e contratação de serviços para os projetos contemplados com auxílio financeiro. Recomendou-se a Comissão de Gerenciamento das Ações de Extensão do <i>Campus</i> Ibirubá que se abstenha de aprovar prestações de contas que não estejam de acordo com a normatização regente.

Fonte: Auditor do *Campus* Ibirubá

Campus Osório

Ações	Principais Constatções	Providências Adotadas
Macroprocesso: Gestão de Pessoas Tema: Capacitação	Ausência de finalização do Plano Anual de Capacitação do <i>campus</i> para o exercício de 2017.	A elaboração e aprimoramento dos sistemas para o desenvolvimento e aplicação do Plano de Anual de Capacitações (PAC) está sendo realizados pela reitoria, com a participação de todos os <i>campi</i>
	Ausências de anexos constantes em edital específico (Edital 16/2016/IFRS) de bolsas de estudo no que refere-se a documentação comprobatória.	Foi solicitado aos servidores apontados na recomendação que entreguem os documentos para finalização de seus processos.
	Ausências de anexos constantes em edital específico (Edital 02/2016/IFRS) de bolsas de estudo no que refere-se a documentação comprobatória.	Os servidores que encontram-se atrasados na apresentação da documentação foram contatados para regularizar sua situação junto à CGP do <i>campus</i> .
Macroprocesso: Desenvolvimento Institucional Tema: Ingresso Discente	Constatou-se ausência de documentações e verificações de ateste no processo seletivo de ingresso discente conforme regram os normativos vigentes.	Segundo o Gestor a recomendação está em atendimento e os envolvidos no processo seletivo 2018/1 serão orientados a proceder de maneira a atender as normativas vigentes, a fim de fortalecer os controles internos, conforme sugestão.
Macroprocesso: Ensino Tema: Projetos de Ensino	Ausência de avaliações de relatórios parciais e finais dos bolsistas e ausência de avaliação do relatório final do projeto de ensino virtualmente violando o Art.4º, VII, da IN 003/20016.	O Gestor corrigiu a maioria das inconsistências e as demais serão acompanhadas com a verificação da devida utilização dos normativos vigentes.
	Ausência de termo de compromisso e declaração de assiduidade infringindo o Art.16 e Art.6,II, da Resolução nº.022/2015.	Será acompanhado a realização da coleta e guarda dos citados documentos para os próximos bolsistas contemplados.
	Ausência de relatório final do coordenador nos projetos “Proposições de ações voluntárias como estratégia de Ensino Médio Suplentes” e “Direitos humanos: história, gênero e diversidades.	O Gestor corrigiu parcela das inconsistências e será acompanhado efetivação de controles internos.
Macroprocesso: Pesquisa Tema: Projetos de Pesquisa	Ausência de Regimento Interno exclusivo da CAGPPI como preconiza o Parágrafo único do art.28 da Resolução nº 105, de 15 de dezembro de 2015.	O Gestor se baseia na Resolução n.º 054, de 15 de agosto de 2017, para implementar o regimento interno. Será devidamente acompanhado por esta AUDIN.
	Ausência de Documentos Fiscais (DANFE) na prestação de contas do projeto “Estudo de alelo químicos que prejudicam o	Será realizado acompanhamento para verificação de medidas que venham a fortalecer

	desenvolvimento de produtos cultivados na região do litoral norte gaúcho”	os mecanismos de controle nas prestações de contas.
Macroprocesso: Extensão Tema: Projetos de Extensão	Ausência de Regimento Interno exclusivo da CGAE como preconiza o Parágrafo único do art.25 da Resolução nº 105, de 15 de dezembro de 2015.	O gestor afirma se comprometer a agilizar a elaboração do novo regimento para aprovação no primeiro semestre/2018.
	Ausência dos relatórios parciais de bolsistas (art.29 – IV – da Res.18/2015) dos projetos “Panificação Inclusiva”, “IFRS Single English” e “Entender para explicar: A Prova de ciências da natureza e suas tecnologias do ENEM em foco”, Constatou-se também ausência do relatório final dos projeto “Panificação Inclusiva”.	O gestor afirma que tomará as devidas providências para solicitar o relatório parcial conforme necessário para o próximo ano.
	Constatou-se que o relatório do Coordenador preenchido no SIEX/SIGProj relativo ao projeto “Entender para explicar a prova de ciências da natureza e suas tecnologias do ENEM em foco” encontrou-se atrasado em considerável tempo do encerramento da ação .	Aguardando acompanhamento de medidas a serem implementadas para fortalecer os controles internos.

Fonte: Auditor do *Campus* Osório

Campus Porto Alegre

Ações	Principais Constatções	Providências Adotadas
Macroprocesso: Gestão de Pessoas Tema: Capacitação	Constatou-se que o <i>campus</i> não elaborou o Plano Anual de Capacitação de 2017.	O Gestor informou que foi elaborado o Plano Anual de Capacitação referente ao ano de 2018 e encaminhado para aprovação do CONCAMP. A AUDIN/POA aguarda a aprovação do documento para alterar o status da recomendação, considerando-a atendida.
	Constatou-se no processo nº 23368.*****.20**-** a ausência de ciência e justificativa da chefia imediata no formulário de inscrição para renovação de bolsa de estudos, bem como a ausência de comprovante efetivo de pagamento das mensalidades do curso, referente aos meses de março, maio, junho, julho agosto e setembro, entre outros, tendo sido apenas anexados comprovantes de agendamento de pagamento, não obstante tenha sido dado prosseguimento aos ressarcimentos.	O Gestor informou que as irregularidades constatadas foram sanadas. A AUDIN/POA considerou a recomendação como atendida, sem prejuízo de posterior análise posterior no curso de ação de auditoria com objeto direta ou indiretamente ligado à recomendação em comento.
	Constatou-se no processo nº 23368.*****.20**-**, de concessão de bolsa de estudos, a ausência do comprovante de rendimento (histórico ou atestado) da instituição de ensino, referente ao primeiro semestre de 2016, bem como do relatório	O Gestor informou que as irregularidades constatadas foram sanadas. A AUDIN/POA considerou a recomendação como atendida, sem prejuízo de posterior análise posterior no curso de ação de auditoria com objeto direta ou

	semestral respectivo, não obstante tenha sido dado prosseguimento aos ressarcimentos.	indiretamente ligado à recomendação em comento.
Macroprocesso: Pesquisa Tema: Projetos de Pesquisa	Constatou-se que não houve manifestação do Setor de TI para a aquisição de bens de capital da área de Tecnologia da Informação no Projeto “Laminoteca da Anatomia Vegetal – Conhecendo a flora nativa do Rio Grande do Sul!” (coordenado pela Profª M. B.), no qual foi adquirida uma “Impressora EPSON Multifuncional Colorida, Modelo L375.	O Gestor informou que tomará medidas no sentido da criação de novos controles internos - previstos já no edital de seleção dos projetos contemplados com bolsas e recursos, bem como no âmbito dos trabalhos próprios da CAGPPI - a fim de que não haja reincidência em relação às irregularidades observadas. A AUDIN/POA considerou a recomendação como atendida, sem prejuízo de posterior análise posterior no curso de ação de auditoria com objeto direta ou indiretamente ligado à recomendação em comento.
	Constatou-se que houve aprovação sem ressalvas da prestação de contas do recurso AIPCT referente aos projetos “Avaliação do Plano de Logística Sustentável do IFRS no âmbito do <i>campus</i> Porto Alegre” (coordenado pelo Profº C. R. C. S.) e “Desenvolvimento de protótipos tecnológicos, ambientalmente sustentáveis, aplicados a processos químicos envolvendo alunos do Ensino Técnico e Tecnológicos” (coordenado pelo Profº L. O. C. V.), entretanto em ambos os projetos houve alteração relativamente aos itens adquiridos e os itens previstos no formulário original de solicitação do AIPCT (tendo havido alteração de valores, supressão e inclusão de novos itens), sem que fosse preenchido o formulário específico para a referida alteração e sem nova apreciação e aprovação por parte da CAGPPI.	O Gestor informou que expedirá orientação aos pesquisadores acerca da imprescindível consulta e aprovação pela CAGPPI à qualquer alteração que porventura seja efetuada nos itens a serem adquiridos com os recursos AIPCT, bem como a criação de procedimentos por parte da CAGPPI que permita um maior controle nos fluxos de documentos e nas etapas a serem avaliadas. A AUDIN/POA considerou a recomendação como atendida, sem prejuízo de posterior análise posterior no curso de ação de auditoria com objeto direta ou indiretamente ligado à recomendação em comento.
	Constatou-se a manutenção do pagamento de bolsas às discentes A. B. B. e L. D. D. V., vinculadas, respectivamente, aos projetos “Laminoteca da Anatomia Vegetal – Conhecendo a flora nativa do Rio Grande do Sul!” e “Caracterização histológica e histoquímica das folhas de <i>Ateleia glazioviana</i> Baill, uma espécie bioativa da flora do Rio Grande do Sul” (ambos coordenados pela Profª M. B.), nos meses de janeiro e fevereiro, após o período em que as referidas alunas cessaram seu vínculo com o IFRS, com a conclusão de seus cursos em dezembro, potencialmente violando o disposto no §1º do art. 8º, da Resolução 032/2015/IFRS, que dispõe sobre os requisitos	O Gestor informou que informo que envidará todos os esforços para evitar que a ocorrência relatada possa vir a se repetir. Para isso, a frequência dos bolsistas às atividades mensais, atestada pelo orientador-pesquisador, deverá também atestar o vínculo de matriculado e ativo do discente bolsista, para assim ter-se liberado o pagamento da bolsa. A AUDIN/POA considerou a recomendação como atendida, sem prejuízo de posterior análise posterior no curso de ação de auditoria com objeto direta ou

	para a concessão de bolsas de iniciação científica e/ou tecnológica.	indiretamente ligado à recomendação em comento.
--	--	---

Fonte: Auditor do *Campus* Porto Alegre

Campus Restinga

Ações	Principais Constatções	Providências Adotadas
Macroprocesso: Gestão de Pessoas Tema: Capacitação	Falta do plano anual de capacitação	O gestor faz o Plano Anual de Capacitação juntamente com Relatório de Levantamento das necessidades, foi emitida a recomendação pois não tem todos os requisitos exigidos no artigo 21 da Resolução 114/2014
	As liberações de horário para qualificação no <i>campus</i> não são feitas por meio de portaria, e sim de resolução, contrariando o art. 8 §2º da IN 06/2015	Questionado o gestor afirmou que as liberações são concedidas pelo Conselho de <i>Campus</i> conforme artigo 10, §2º da IN 06/2015. Foi emitida recomendação pois constatei que o artigo não traz tal informação; ele trata da obrigação da CGP em informar se a ação de qualificação estava ou não prevista no Plano Anual.
	Encontrei situações de servidores afastados com Processos de liberação de horário para a qualificação sem renovação solicitada	O gestor confirmou que houve a renovação da liberação sem a devida solicitação.
	Situação de servidora que se afastou para realização de mestrado, contudo não concluiu o mestrado.	O gestor afirma que o processo ainda estava em andamento, sem conclusão.
	Falta da cópia autenticada pela CGP dos comprovantes de pagamento efetuados, conforme o item 4.6 do edital. Da mesma forma não localizei os comprovantes de todos os meses dos processos de alguns processos analisados ambos do edital nº 16/2016.	O gestor afirma que tem adotado medidas para garantir a entrega dos comprovantes corretamente.
	Falta dos comprovantes de aproveitamento e de matrícula, fornecidos pela instituição de ensino.	O gestor afirma que tem adotado medidas para garantir a entrega dos documentos exigidos em edital.
	Falta de edital de renovação de bolsa e falta de parecer da COA.	O gestor afirma que tem adotado medidas para garantir a correta renovação das bolsas
Macroprocesso: Desenvolvimento Institucional Tema: Ingresso Discente	Alunos matriculados fora do prazo ou sem toda a documentação exigida.	A gestão se comprometeu a atentar para que os prazos de matrícula sejam respeitados e que toda a documentação conste do momento da matrícula.

Macroprocesso: Ensino Tema: Projetos de Ensino	Falta de participação de colaboradores conforme IN 03/2015 art. 2º. E, em um dos projetos, o bolsista apontado pela coordenadora no cadastro do projeto é diferente do bolsista selecionado e atuante.	O gestor confirma a constatação da auditoria.
	Falta de relatório final e parcial dos projetos.	O gestor afirma que existe apenas o relatório de um dos projetos. Os demais foram enviados, via e-mail, para a coordenadora de Ensino, afastada por licença gestante. Os relatórios, possivelmente, estão em seu e-mail institucional, portanto, não temos acesso. Quanto aos relatórios parciais, o edital de concessão de bolsas (Edital PROEN/IFRS nº 002/2016, art. 9º, disponível em < http://ww1.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20163515371328edita1_de_bolsas_de_ensino_2016.pdf >)prevê apenas relatório final e não parcial.
	Não localizei avaliação ou classificação do CAGE em qualquer dos projetos. Da mesma forma que não localizei os relatórios parciais ou finais dos bolsistas e os relatórios finais dos projetos; e por consequência, não localizei suas avaliações.	O gestor afirma que foram submetidos menor número de projetos do que a disponibilidade orçamentária para o edital, portanto, todos os projetos poderiam ser contemplados com bolsas. A avaliação das propostas está salva no drive e envio a versão em PDF (assim como foi compartilhada a pasta com a auditoria interna)
	Em nenhum dos projetos localizei a documentação referente a matrícula e frequência dos bolsistas.	Quanto às matrículas, o gestor afirma que, por serem projetos de ensino, o setor tem total controle sobre os estudantes que estão matriculados. Entretanto, para fins de comprovação, estarão anexados os comprovantes de matrícula dos estudantes. Quanto à frequência, o gestor cita a resolução do CONSUP 022/2015 que traz em seu texto o termo “frequentando um curso técnico de nível médio ou superior”. Logo, segundo ele, o edital se refere à frequência nas horas destinadas à realização das bolsas. Afirma ainda, que para o edital de 2018, a CAGE já assumiu que estudante com baixa frequência poderá perder o direito de realização da bolsa, visto que a

		atividade primária institucional são as letivas, portanto, a frequência da matrícula é um item que deverá ser levado em conta no acompanhamento das atividades.
	Bolsistas sem currículo atualizado na plataforma Lattes	A constatação foi confirmada pela gestão. Que adotou medidas para controle do apontamento.
	Não localizei relatório parcial e nem final dos bolsistas.	O gestor solicitou mais prazo para localizá-los, em função da licença gestante da coordenadora de ensino, que ocorreu de forma antecipada por risco.
	Não consta a apresentação do anexo III do edital- critério para avaliação das propostas.	O gestor afirma que de acordo com o edital (item 5.2), o anexo III não é exigido para a submissão, mas sim, para o conhecimento dos elaboradores de propostas. E que apenas a CAGE faz uso do mesmo para a avaliação.
Macroprocesso: Pesquisa Tema: Projetos de Pesquisa	Falta de relatório anual de produção científica e tecnológica do pesquisador.	O gestor informou que o relatório é gerenciado pela PROPPi, que solicita aos pesquisadores o preenchimento de formulário online. Caso isso não ocorra no prazo, a PROPPi solicita à coordenação, via memorando, que notifiquem os pesquisadores para efetuar tal preenchimento. Mas como não localizei a resposta dos pesquisadores no ano de 2016, entendi por recomendar.
	Não encontrei o relatório parcial dos bolsistas	O gestor afirma que os relatórios parciais não são mais exigidos. Mas a IN3/2013 exige os relatórios parciais, então emiti a recomendação
	Prestação de contas com orçamentos sem data.	O gestor se comprometeu a pedir maior atenção dos pesquisadores com as próximas prestações de contas.
	Falta do termo de doação dos materiais permanentes.	O gestor afirmou que o termo de doação de materiais permanentes é de responsabilidade do setor de infraestrutura.
	Encontrei diferenças entre os materiais das notas e os da solicitação. Material adquirido de valor superior ao orçamento.	O gestor afirma que as notas foram aprovadas pelo CAGPPI.
	Problemas com a prestação de contas, materiais sem três orçamentos; materiais com notas e orçamentos posteriores a data de compra.	O gestor afirma que todos os orçamentos apontados estão presentes na prestação de contas. Mas não localizei.

Macroprocesso: Extensão Tema: Projetos de Extensão	Projetos sem os relatórios finais dos coordenadores preenchidos no SIEX/SIGProj. Ou com os mesmos entregues fora do prazo.	O gestor afirma que a Coordenadoria de Extensão tem dedicado esforços junto aos extensionistas para o cumprimento rigoroso dos termos dispostos nos editais de fomento de projetos de extensão no âmbito do IFRS.
	Falta de currículo atualizado de alguns bolsistas	O gestor afirma que todos os bolsistas possuem currículo lattes, apenas não atualizado periodicamente.
	Falta do relatório parcial dos projetos.	O gestor confirma a constatação e se compromete a empenhar esforços para garantir a entrega dos relatórios parciais.
	Falta de entrega de alguns relatórios, e os entregues estão fora do prazo.	O gestor confirma o apontamento e afirma que está adotando medidas para que o mesmo seja solucionado.
	Falta da declaração de assiduidade.	O gestor confirma a constatação e afirma que está adotando providências para solucionar o apontamento.
	Problemas com o preenchimento das declarações de assiduidade. Preenchimento com horas a mais e a menos.	O gestor afirma que os bolsistas podem trabalhar horas além de suas bolsas desde que seja um trabalho voluntário. Afirmando ainda que o preenchimento da declaração de assiduidade é de responsabilidade dos coordenadores.
	Problemas com as prestações de contas.	O gestor confirma os apontamentos da auditoria, e se compromete a atentar para o devido cuidado com as prestações de contas.

Fonte: Auditora do *Campus Restinga*

Campus Sertão

Ações	Principais Constatações	Providências Adotadas
Macroprocesso: Gestão de Pessoas Tema: Capacitação	Carga horária diária de servidor desrespeita o Decreto nº 1.590/1995.	Esclarecimento às chefias imediatas quanto às disposições do Decreto nº 1.590/1995.
	Não observância à IN IFRS nº 003/2016 quanto à citação do IFRS nas publicações de servidores afastados para qualificação.	Fortalecimento dos controles internos no tocante a avaliação dos relatórios semestrais de atividades dos servidores afastados.
	Ao final do afastamento para capacitação não foi apresentado pelo servidor o certificado de participação no curso.	Fortalecimento dos controles internos no que se refere aos certificados dos cursos que motivaram a licença capacitação.

	Comissões não se reúnem enquanto comissão, mas trabalham de forma individual (um único servidor responde/decide pela Comissão).	Orientou-se para que os membros de comissões abstenham-se de emitir “parecer individual” em nome da comissão.
Macroprocesso: Ensino Tema: Projetos de Ensino	Coordenadores dos Projetos atestam a frequência mensal do aluno antes de sua efetivação.	Orientou-se para que o <i>campus</i> busque, junto à Reitoria, alternativa a fim de regularizar tal situação.
Macroprocesso: Pesquisa Tema: Projetos de Pesquisa	Coordenadores dos Projetos atestam a frequência mensal do aluno antes de sua efetivação.	Orientou-se para que o <i>campus</i> busque, junto à Reitoria, alternativa a fim de regularizar tal situação.
Macroprocesso: Extensão Tema: Projetos de Extensão	Coordenadores dos Projetos atestam a frequência mensal do aluno antes de sua efetivação.	Orientou-se para que o <i>campus</i> busque, junto à Reitoria, alternativa a fim de regularizar tal situação.
Macroprocesso: Administração Tema: Comercialização do excedente ao consumo interno	Não havia periodicidade regular ou balizador definido na atribuição dos valores aos itens produzidos/comercializados pelo <i>campus</i> (excedentes ao consumo interno).	Definiu-se como balizador o custo da produção e a periodicidade será de acordo com as mudanças dos valores dos insumos adquiridos.

Fonte: Auditora do *Campus* Sertão

f) Informações quantitativas e qualitativas (área de negócio, unidade regional, objeto etc.) das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de referência do relatório de gestão.

A UNAI, no exercício de 2017, emitiu 51 Relatórios de Auditoria distribuídos conforme quadro abaixo.

Local	Número do Relatório	Área/Setor Auditado	Objetivos	Período de realização
Reitoria	001/2017/REI	Capacitação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Verificar o cumprimento dos normativos internos; 2. Verificar o cumprimento da legislação vigente; e, 3. Verificar os controles internos existentes. 	Janeiro a Março
Caxias do Sul	001/2017/CAX			Janeiro a Maio
Farroupilha	001/2017/FAR			Janeiro a Maio
Feliz	001/2017/FEL			Janeiro a Maio
Ibirubá	001/2017/IBI			Janeiro a Março
Osório	001/2017/OSO			Janeiro a Maio
Porto Alegre	001/2017/POA			Janeiro a Maio
Restinga	008/2017/RES			Janeiro a Junho
Rio Grande	001/2017/RG			Janeiro a Maio
Sertão	001/2017/SER			Fevereiro a Julho

Reitoria	004/2017/REI	Ingresso Discente	<ol style="list-style-type: none"> 1. Verificar o cumprimento dos normativos internos; 2. Verificar o cumprimento da legislação vigente; e, 3. Verificar os controles internos existentes. 	Abril a Novembro
Caxias do Sul	002/2017/CAX			Abril a Julho
Farroupilha	002/2017/FAR			Abril a Agosto
Feliz	002/2017/FEL			Abril a Julho
Ibirubá	002/2017/IBI			Abril a Maio
Osório	002/2017/OSO			Abril a Julho
Porto Alegre	002/2017/POA			Abril a Agosto
Restinga	008/2017/RES			Abril a Setembro
Rio Grande	002/2017/RG			Janeiro a Maio
Sertão	002/2017/SER			Julho e Agosto
Caxias do Sul	003/2017/CAX	Projetos de Ensino	<ol style="list-style-type: none"> 1. Verificar o cumprimento dos normativos internos; 2. Verificar o cumprimento da legislação vigente; 3. Verificar os controles internos existentes; 4. Verificar a concessão e o pagamento das bolsas; e, 5. Verificar a prestação de contas dos projetos. 	Maio a Agosto
Farroupilha	003/2017/FAR			Maio a Agosto
Feliz	003/2017/FEL			Maio a Novembro
Ibirubá	005/2017/IBI			Mai/2017 a Jan/2018
Osório	003/2017/OSO			Julho a Dezembro
Porto Alegre	Memo. 03/2017			
Restinga	001/2018/RES			Mai/2017 a Fev/2018
Sertão	003/2017/SER			Agosto a Outubro
Caxias do Sul	005/2017/CAX	Projetos de Pesquisa	<ol style="list-style-type: none"> 1. Verificar o cumprimento dos normativos internos; 2. Verificar o cumprimento da legislação vigente; 3. Verificar os controles internos existentes; 4. Verificar a concessão e o pagamento das bolsas; e 5. Verificar a prestação de contas dos projetos. 	Maio a Setembro
Farroupilha	004/2017/FAR			Maio a Agosto
Feliz	004/2017/FEL			Maio a Setembro
Ibirubá	004/2017/IBI			Maio a Novembro
Osório	004/2017/OSO			Julho a Outubro
Porto Alegre	003/2017/POA			Maio a Setembro
Restinga	010/2017/RES			Maio a Dezembro
Sertão	004/2017/SER			Setembro a Novembro
Caxias do Sul	004/2017/CAX	Projetos de Extensão	<ol style="list-style-type: none"> 1. Verificar o cumprimento dos normativos internos; 2. Verificar o cumprimento da legislação vigente; 3. Verificar os controles internos existentes; 4. Verificar a concessão e o pagamento das bolsas; e 5. Verificar a prestação de contas dos projetos 	Maio a Agosto
Farroupilha	005/2017/FAR			Maio a Agosto
Feliz	005/2017/FEL			Maio a Outubro
Ibirubá	003/2017/IBI			Maio a Outubro
Osório	005/2017/OSO			Julho a dezembro

Porto Alegre	004/2017/IBI	Acompanhamento das Recomendações	Verificar o atendimento das recomendações.	Julho a Dezembro
Restinga	011/2017/RES			Maio a Dezembro
Sertão	005/2017/SER			Novembro a Dezembro
Reitoria	002/2017/REI			Outubro a Novembro
Canoas	003/2017/REI			Setembro a Novembro
Caxias do Sul	001/2018/CAX			Out/2017 a Fev/2018
Farroupilha	006/2017/FAR			Outubro a Dezembro
Feliz	007/2017/FEL			Dez/2017 a Jan/2018
Osório	007/2017/OSO			Nov/2017 a Jan/2018
Porto Alegre	001/2018/POA			Nov/2017 a Jan/2018
Restinga	Em andamento			Iniciado em Nov/2017
Sertão	007/2017/SER			Novembro a Dezembro

Fonte: UNAI

Por meio das auditorias realizadas em 2017 a UNAI emitiu e/ou monitorou um total de 199 recomendações. Destas, 57 (28,64%) foram atendidas, 96 (48,24%) estão em atendimento, 45 (22,61%) não foram atendidas e 1 (0,5%) foram baixadas. O gráfico abaixo demonstra a distribuição deste percentual:

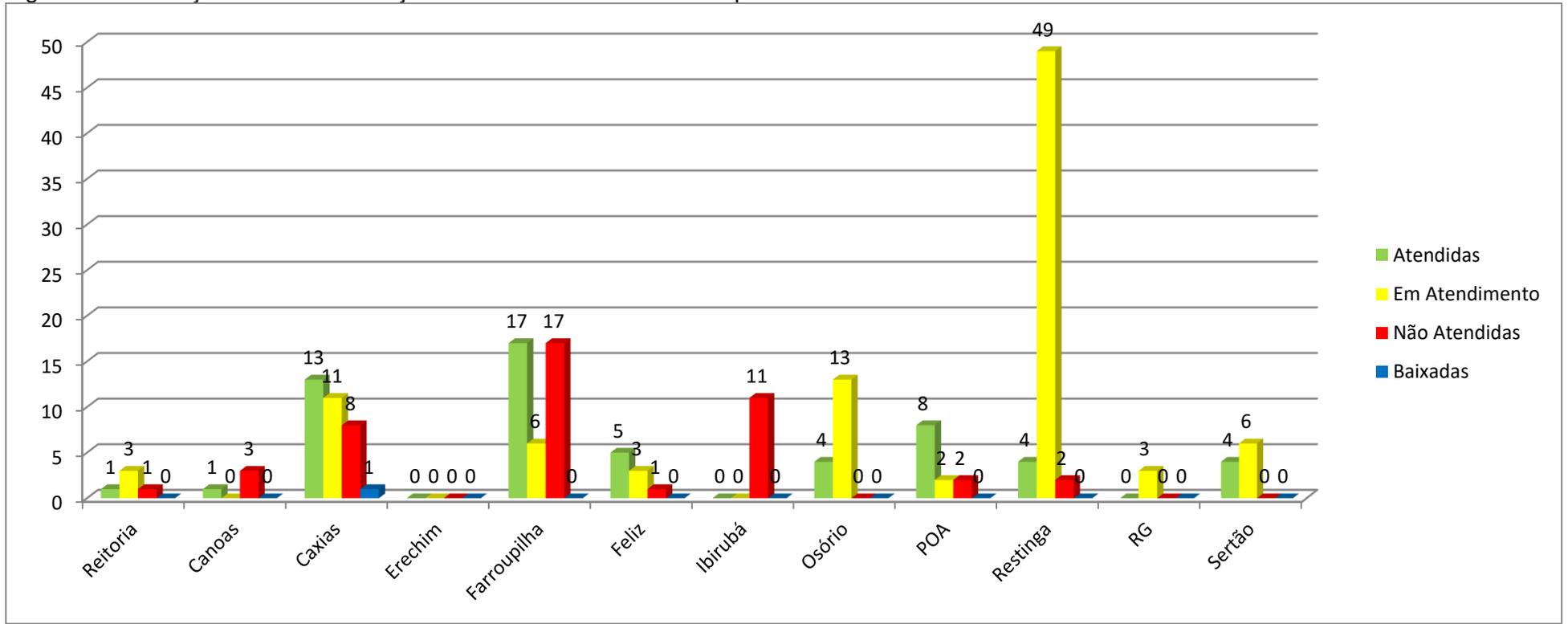
Figura 4 - Recomendações emitidas e/ou monitoradas pela UNAI



Fonte: UNAI

Estas recomendações estão distribuídas na reitoria e nos *campi* que compõe o IFRS conforme o gráfico que segue:

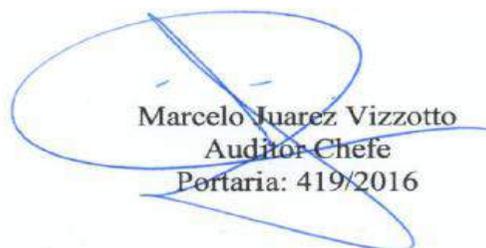
Figura 5: Distribuição das recomendações emitidas e/ou monitoradas pela UNAI



Fonte: UNAI

CONCLUSÃO

A partir dos resultados obtidos, vislumbra-se que a Auditoria Interna cumpriu devidamente suas competências regimentais no ano de 2017, ao assistir à organização na consecução de seus objetivos institucionais e ao propor melhorias nos controles internos administrativos. Contribuiu, assim, de forma independente, objetiva e disciplinada, com o processo de governança corporativa. Além disso, buscou dar assistência sempre que necessário aos gestores com o fito de fortalecer a gestão. Ainda, acompanhou o cumprimento das recomendações de auditorias de exercícios anteriores além das emitidas no exercício de 2017. Por meio desse acompanhamento pode-se identificar o empenho e comprometimento dos gestores em aperfeiçoar os procedimentos tornando-os mais eficientes e em conformidade com a legislação pátria.



Marcelo Juarez Vizzotto
Auditor Chefe
Portaria: 419/2016

PARECER DE COLEGIADO

Esta seção contém a resolução do Conselho Superior que aprova o Relatório de Gestão do ano 2017.

RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO

No que se refere ao presente item, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, no exercício de 2017, instaurou no total 15 (quinze) procedimentos, dentre eles 03 (três) processos administrativos disciplinares, e 12 (doze) sindicâncias, dentre os quais os fatos apurados/e ou em apuração são, em síntese: descumprimento de atribuições relativas ao cargo; conduta incompatível com a moralidade administrativa; possíveis irregularidades em doação/transferência de bens; desaparecimento ou perecimento de bens; indícios de plágio em elaboração de questões do Concurso Público regido pelo Edital nº 26/2015.

Considerando as determinações contidas na Portaria CGU nº 1.043 de 24 de julho de 2007, no sentido da obrigatoriedade do registro dos processos disciplinares por meio do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - GU-PAD, encaminhamos os relatórios extraídos do referido sistema, contendo os Processos Instaurados (ANEXO I) e os Processos Julgados (ANEXO II) no exercício de 2017.

Quadro 48 - Procedimentos instaurados em 2017

CGU-PAD Controladoria-Geral da União

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	
Período: 01/01/2017 a 31/12/2017	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	3
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	12
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	15

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
2336000067201715	07/02/2017	Sindicância
23360000616201743	12/09/2017	Sindicância
23360000672201788	18/10/2017	Sindicância
23362000264201714	17/08/2017	Sindicância
23366000150201726	05/04/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23368000813201792	20/03/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23368000922201718	16/11/2017	Sindicância
23368002287201703	16/10/2017	Sindicância
23371000082201726	10/03/2017	Sindicância
23371000091201717	18/03/2017	Sindicância
23371000274201732	30/05/2017	Sindicância
23371000520201756	03/10/2017	Sindicância
23419000597201732	15/08/2017	Sindicância
23419001584201608	04/01/2017	Sindicância
237420001090201715	15/09/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;

As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 1 de 1

Data da emissão do relatório: 26/01/2018

Emitido por: SUELEN DA ROLT

Quadro 49 - Procedimentos Julgados em 2017

CGU-PAD Controladoria-Geral da União

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS JULGADOS

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	
Período: 01/01/2017 a 31/12/2017	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	3
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	11
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	14

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
2336000067201715	27/11/2017	Sindicância
23360000574201660	14/03/2017	Sindicância
23360000633201608	05/01/2017	Sindicância
23360000672201788	21/12/2017	Sindicância
23361000284201614	11/07/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23364000510201386	24/02/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23368000183201675	31/03/2017	Sindicância
23368000218201676	04/01/2017	Sindicância
23368000813201792	10/10/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23371000082201726	09/05/2017	Sindicância
23371000091201717	29/03/2017	Sindicância
23371000520201756	09/11/2017	Sindicância
23419000921201631	08/08/2017	Sindicância
23419001584201608	08/05/2017	Sindicância

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art. 7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 1 de 1
Data da emissão do relatório: 26/01/2018
Emitido por: SUELEN DA ROLT

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE**DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE E COMPLETUDE DAS INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS E CONVÊNIOS NOS SISTEMAS ESTRUTURANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**

Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG

DECLARAÇÃO

Eu, Grazielle Marin Leite, CPF nº 709.751.320-91, Diretora de Licitações e Contratos, exercido no IFRS – Reitoria, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos firmados no exercício de 2016 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2016 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Bento Gonçalves, 05 de março de 2018.

GRAZIELLE MARIN LEITE
709.751.320-91
Diretora de Licitações e Contratos

Declaração de inserção e atualização de dados no SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Tânia Salete Bianchi Carvalho, CPF nº 389.077.200-53, Coordenadora de Convênios, exercido no IFRS – Reitoria, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2016 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2016 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Bento Gonçalves, 05 de março de 2018.

TÂNIA CARVALHO
389.077.200-53
Coordenadora de Convênios

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE E COMPLETUDE DOS REGISTROS NO SISTEMA DE APRECIÇÃO E REGISTRO DOS ATOS DE ADMISSÕES E CONCESSÕES

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal da (nome da UPC) estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Bento Gonçalves, 16 de março de 2018.

WENDELL RIBEIRO E SILVA

949.932.940-20

Chefe do Departamento de Administração de Pessoas
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DA LEI 8.730/1993 QUANTO A ENTREGA DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens e rendas junto a este Departamento de Administração de Pessoas – DGP para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Bento Gonçalves, 16 de março de 2018.

WENDELL RIBEIRO E SILVA

949.932.940-20

Chefe do Departamento de Administração de Pessoas
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DOS REGISTROS DAS INFORMAÇÕES NO SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos Órgãos de controle interno e externo que todas as informações sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle – SIMEC, as quais serão migradas para o Módulo de Monitoramento Temático do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade da SPO, estão devidamente atualizados no SIMEC conforme orientação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Bento Gonçalves, 08 de março de 2018.

Rosane Fabris
CPF: 522.188.560-34
Diretora de Orçamento e Finanças
Portaria 389/2016
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

DECLARAÇÃO DO CONTADOR SOBRE A FIDEDIGNIDADE DOS REGISTROS CONTÁBEIS NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL – SIAFI

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO RS	158141
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentários, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2017, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>Restrição 315 – Falta ou restrição na conformidade dos registros de gestão. Em dezembro de 2017, o IFRS registrou ocorrência de falta ou restrição na conformidade dos registros de gestão em 7 Unidades. A totalidade das restrições trata-se de casos pontuais inerentes à certificação diária dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial incluídos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e da existência de documentos hábeis que comprovem as operações, em muitos casos, sanadas, quando da situação de “com restrição”, ou analisadas, quando da situação de “sem conformidade”, dentro do próprio mês corrente, mas fora do prazo para registro no SIAFI. O Departamento de Contabilidade mantém constante acompanhamento no número de ocorrências, visando mitigar as mesmas.</p> <p>Restrição 603 – Saldo contábil do almoxarifado não confere com RMA. Em dezembro de 2017, o IFRS registrou ocorrência de saldo contábil divergente do Relatório de Movimentação de Almoxarifado em 8 Unidades, no montante total de R\$ 283.281,04 a maior no SIAFI, devida falta de lançamento de saídas de estoque no campus Farroupilha (UG 158674), problemas na inclusão de novos itens no Catálogo de Materiais no campus Rio Grande (UG 158262), falta do registro de entrada extra orçamentária no campus Veranópolis (UG 155129), falta de lançamentos de entrada e saída de estoque no campus Canoas (UG 158265), erro de lançamento de apropriação no campus Vacaria (UG 158744), falta de registro de entrada orçamentária no campus Erechim (UG 158325), registro de entrada triplicado no campus Feliz (UG 158676).</p> <p>Restrição 633 – Saldo alongado / indevido das contas transitórias do Ativo não-circulante-intangível. Em dezembro de 2017, o IFRS registrou ocorrência de saldo contábil indevido da conta de software no campus Restinga (UG 158326), a menor no montante de R\$ 297.904,10.</p> <p>Restrição 634 – Falta avaliação dos bens móveis, imóveis, intangíveis e outros. O IFRS não realizou reavaliação de ativos. Em 1º de setembro de 2017 foi nomeada a Comissão responsável pela elaboração de plano de ação e procedimentos para realização de avaliação de bens móveis, intangíveis e outros, com a finalidade de cumprir as determinações das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, contidas na NBCT 16.10, MCASP 7ª Edição e Macrofunção SIAFI 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, de acordo com o solicitado no Acórdão 5603/2017 – TCU – 2ª Câmara, com prazo de conclusão prorrogado pela Portaria de nº 1607, de 9 de outubro de 2017, para 31/05/2018.</p> <p>Restrição 640 – Saldo contábil de bens móveis não confere com RMB. Em dezembro de 2017, o IFRS registrou ocorrência de saldo contábil de bens móveis e intangíveis divergente do Relatório de Movimentação de Bens Móveis em 10 Unidades, no montante total de R\$ 2.796.200,40. Em agosto de 2017, o IFRS consolidou a administração do controle patrimonial de todas as suas Unidades, unificando o inventário pelo sistema de Patrimônio Móvel, do módulo Administrativo (SIPAC), do Sistema de Informações Gerenciais (SIG), reduzindo, com isso, 71 % da divergência constatada em março de 2016. A partir de então, o Departamento de Contabilidade reclassificou para a conta 1.2.3.1.1.99.07, Bens não localizados, o saldo correspondente à divergência entre o saldo contábil e o inventário não consolidado, anterior ao SIPAC, somando R\$ 2.790.481,52 em dezembro de 2017, restando</p>	

análise complementar do montante de R\$ 5.718,88, que corresponde à 0,006% do total de bens móveis e intangível.

Restrição 641 – Bens imóveis não classificados como uso especial. A conta 1.2.3.2.1.01.07, referente a bens imóveis de uso educacional, não está com os valores atualizados devido atraso no registro da conclusão da obra de acesso ao Bloco da Biblioteca do campus Farroupilha (UG 158674) no Sistema de Patrimônio Imobiliário da União (SPIUNET), no valor de R\$ 175.676,21, e a conta 1.2.3.2.1.01.02, referente a edifícios, da obra de construção Pavilhão 12 do campus Rio Grande (UG 158262), no valor de R\$ 2.345.451,92.

Restrição 642 – Falta ou evolução incompatível da depreciação do ativo imobilizado e Restrição 643 – Falta ou evolução incompatível da amortização do ativo intangível. O campus Porto Alegre (UG 158261) não registrou o valor de depreciação de acordo com o relatório de controle e, até o encerramento do exercício, o módulo administrativo (SIPAC), do Sistema de Informações Gerenciais (SIG), responsável pela administração e controle do patrimônio móvel do IFRS, não ofereceu meio de registro dos softwares, com a correta distinção entre vida útil definida e vida útil indefinida, para o cálculo correto e padronizado da amortização do ativo intangível.

Restrição 653 – Saldos alongados/indevidos contas de controle: O IFRS não possui documentos de controle, tais como execução de garantias recebidas, de direitos contratuais e contratos em execução e responsabilidade de terceiros, que possam ser conciliados com as respectivas contas de controle, conforme normatiza a Macrofunção 020318-Encerramento de Exercício.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Bento Gonçalves	Data	10/01/2018
Contador Resp.	Luiz Antônio Hining	CRC nº	43.833

Atenciosamente,

Tatiana Weber
Pró-reitora de Administração
Portaria IFRS nº 384/2016

Luiz Antônio Hining_
Contador - CRC/RS 43.833
Chefe do Departamento de Contabilidade
Portaria IFRS nº 400/2016

DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

O IFRS realiza a Conformidade Contábil atendendo ao disposto na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil, elaborada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

- a) A Reitoria do IFRS, constituída pela UG 158141, é a instância responsável pela conformidade contábil do Órgão 26419 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, que através do Departamento de Contabilidade, orienta quando necessário e acompanha o Registro da Conformidade Contábil nos Campus, conforme relação abaixo. É observada a segregação de função no processo de registro da conformidade contábil, sendo que os profissionais contadores não são executores no SIAFI.

UG 158141 – Reitoria
 UGR 155129 – Campus Veranópolis
 UG 158261 – Campus Porto Alegre
 UG 158262 – Campus Rio Grande
 UG 158263 – Campus Sertão
 UG 158264 – Campus Bento Gonçalves
 UG 158265 – Campus Canoas
 UG 158325 – Campus Erechim
 UG 158326 – Campus Restinga
 UG 158327 – Campus Osório
 UG 158328 – Campus Caxias do Sul
 UG 158674 – Campus Farroupilha
 UG 158675 – Campus Ibirubá
 UG 158676 – Campus Feliz
 UG 158743 – Campus Rolante
 UG 158744 – Campus Vacaria
 UG 158745 – Campus Alvorada
 UG 158746 – Campus Viamão

- b) Abaixo segue demonstrativos de ocorrências por unidade e período:
 Ocorrências por UG do órgão

TITULO	UG	Ocorrência UG
INST.FED.DO RS/CAMPUS BENTO GONÇALVES	158264	5
INST.FED.DO RS/CAMPUS ROLANTE	158743	10
INST.FED.DO RS/CAMPUS ERECHIM	158325	12
INST.FED.DO RS/CAMPUS RIO GRANDE	158262	16
INST.FED.DO RS/CAMPUS IBIRUBÁ	158675	18
INST.FED.DO RS/CAMPUS ALVORADA	158746	18
INST.FED.DO RS/CAMPUS OSORIO	158744	19
INST.FED.DO RS/CAMPUS FARROUPILHA	158674	19
INST.FED.DO RS/CAMPUS SERTÃO	158263	20
INST.FED.DO RS/CAMPUS VACARIA	158744	21
INST.FED.DO RS/CAMPUS CANOAS	158265	22
INST.FED.DO RS/CAMPUS RESTINGA	158326	24
INST.FED.DO RS/CAMPUS FELIZ	158676	26
INST.FED.DO RS/CAMPUS CAXIAS DO SUL	158328	27

INST.FED.DO RS/REITORIA	158141	29
INST.FED.DO RS/CAMPUS PORTO ALEGRE	158261	29
INST.FED.DO RS/VIAMÃO	158676	29

Ocorrências por período

MÊS	OCORRÊNCIA PERÍODO
Janeiro	24
Fevereiro	22
Março	19
Abril	19
Maiο	20
Junho	22
Julho	26
Agosto	35
Setembro	45
Outubro	35
Novembro	40
Dezembro	37

Ocorrências por tipo de restrição

DESCRIÇÃO	RESTRIÇÃO	OCORRÊNCIA RESTRIÇÃO
640 SD CONT. B.MOV. N/CONF. C/RMB 212	640	112
315 FALTA/RESTR. CONF. REG. GESTAO 199	315	83
603 SLD. CONT. ALMOX.N/CONF. RMA 211	603	57
642 FALTA/EVOL. INCOMP. DEP.AT.IMOB. 212	642	37
302 FALTA E/OU ATRA REM. RMA E RMB 112	302	31
634 FALTA AVL. B. MÓV/IMOV/INT/OUT.212	634	6
643 FALTA/EVOL.INCOMP. AM.ATIVO INT.214	643	6
674 SLD ALONG./IND.CTAS TRAN. P.CIRC. 221	674	4
641 BENS IMOV.Ñ CLASSIF.C/USO ESPECIAL 212	641	2
653 SLD.ALONG/IND.CONTAS CONTROLE 280	653	2
319 FALTA REGISTRO DE RESTRICAO /CONF.REGIS.GESTAO 199	319	1
609 SALDO CONTABIL ALMOX NAO CONFERE C/CONTROLE 211	609	1
633 SLDOS ALONG/INDEV. CONTAS TRANS. AT. NÃO CIRCULANTE INTANGÍVEL 212	633	1
737 UTILIZACAO INADEQUADA DE EVENTOS/SITUACAO CPR 299	737	1

- c) As impropriedades apontadas pela Setorial Contábil na conformidade contábil são constantemente analisadas durante o exercício, concentrando esforços para o saneamento imediato das mesmas e, em especial, para soluções tempestivas até o final do exercício, seguindo as orientações de encerramento de exercício da Setorial Contábil de Órgão Superior. Em muitos casos, constatada a impropriedade, verificamos pessoalmente com

os setores envolvidos e as soluções são discutidas e colocadas, imediatamente, em prática. Nesse sentido, e com a intenção de atender de forma mais satisfatória a solicitação desta Controladoria Geral, dado o prazo para atendimento e os dados coletados que dispomos, relacionamos as impropriedades apontadas pela Setorial Contábil, entre os meses de janeiro e dezembro/2017, não sanadas ao final do exercício de 2017.

1. Restrição 315 – Falta ou restrição na conformidade dos registros de gestão. Em dezembro de 2017, o IFRS registrou ocorrência de falta ou restrição na conformidade dos registros de gestão em 7 Unidades. A totalidade das restrições trata-se de casos pontuais inerentes à certificação diária dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial incluídos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e da existência de documentos hábeis que comprovem as operações, em muitos casos, sanadas, quando da situação de “com restrição”, ou analisadas, quando da situação de “sem conformidade”, dentro do próprio mês corrente, mas fora do prazo para registro no SIAFI. O Departamento de Contabilidade mantém constante acompanhamento no número de ocorrências, visando mitigar as mesmas.

2. Restrição 603 – Saldo contábil do almoxarifado não confere com RMA. Em dezembro de 2017, o IFRS registrou ocorrência de saldo contábil divergente do Relatório de Movimentação de Almoxarifado em 8 Unidades, no montante total de R\$ 283.281,04 a maior no SIAFI, devida falta de lançamento de saídas de estoque no campus Farroupilha (UG 158674), problemas na inclusão de novos itens no Catálogo de Materiais no campus Rio Grande (UG 158262), falta do registro de entrada extra orçamentária no campus Veranópolis (UG 155129), falta de lançamentos de entrada e saída de estoque no campus Canoas (UG 158265), erro de lançamento de apropriação no campus Vacaria (UG 158744), falta de registro de entrada orçamentária no campus Erechim (UG 158325), registro de entrada triplicado no campus Feliz (UG 158676).

3. Restrição 633 – Saldo alongado / indevido das contas transitórias do Ativo não-circulante-intangível. Em dezembro de 2017, o IFRS registrou ocorrência de saldo contábil indevido da conta de software no campus Restinga (UG 158326), a menor no montante de R\$ 297.904,10.

4. Restrição 634 – Falta avaliação dos bens móveis, imóveis, intangíveis e outros. O IFRS não realizou reavaliação de ativos. Em 1º de setembro de 2017 foi nomeada a Comissão responsável pela elaboração de plano de ação e procedimentos para realização de avaliação de bens móveis, intangíveis e outros, com a finalidade de cumprir as determinações das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, contidas na NBCT 16.10, MCASP 7ª Edição e Macrofunção SIAFI 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, de acordo com o solicitado no Acórdão 5603/2017 – TCU – 2ª Câmara, com prazo de conclusão prorrogado pela Portaria de nº 1607, de 9 de outubro de 2017, para 31/05/2018.

5. Restrição 640 – Saldo contábil de bens móveis não confere com RMB. Em dezembro de 2017, o IFRS registrou ocorrência de saldo contábil de bens móveis e intangíveis divergente do Relatório de Movimentação de Bens Móveis em 10 Unidades,

no montante total de R\$ 2.796.200,40. Em agosto de 2017, o IFRS consolidou a administração do controle patrimonial de todas as suas Unidades, unificando o inventário pelo sistema de Patrimônio Móvel, do módulo Administrativo (SIPAC), do Sistema de Informações Gerenciais (SIG), reduzindo, com isso, 71 % da divergência constatada em março de 2016. A partir de então, o Departamento de Contabilidade reclassificou para a conta 1.2.3.1.1.99.07, Bens não localizados, o saldo correspondente à divergência entre o saldo contábil e o inventário não consolidado, anterior ao SIPAC, somando R\$ 2.790.481,52 em dezembro de 2017, restando análise complementar do montante de R\$ 5.718,88, que corresponde à 0,006% do total de bens móveis e intangível.

6. Restrição 641 – Bens imóveis não classificados como uso especial. A conta 1.2.3.2.1.01.07, referente a bens imóveis de uso educacional, não está com os valores atualizados devido atraso no registro da conclusão da obra de acesso ao Bloco da Biblioteca do campus Farroupilha (UG 158674) no Sistema de Patrimônio Imobiliário da União (SPIUNET), no valor de R\$ 175.676,21, e a conta 1.2.3.2.1.01.02, referente a edifícios, da obra de construção Pavilhão 12 do campus Rio Grande (UG 158262), no valor de R\$ 2.345.451,92.

7. Restrição 642 – Falta ou evolução incompatível da depreciação do ativo imobilizado e Restrição 643 – Falta ou evolução incompatível da amortização do ativo intangível. O campus Porto Alegre (UG 158261) não registrou o valor de depreciação de acordo com o relatório de controle e, até o encerramento do exercício, o módulo administrativo (SIPAC), do Sistema de Informações Gerenciais (SIG), responsável pela administração e controle do patrimônio móvel do IFRS, não ofereceu meio de registro dos softwares, com a correta distinção entre vida útil definida e vida útil indefinida, para o cálculo correto e padronizado da amortização do ativo intangível.

8. Restrição 653 – Saldos alongados/indevidos contas de controle: O IFRS não possui documentos de controle, tais como execução de garantias recebidas, de direitos contratuais e contratos em execução e responsabilidade de terceiros, que possam ser conciliados com as respectivas contas de controle, conforme normatiza a Macrofunção 020318-Encerramento de Exercício.

- d) Ao longo do exercício de 2017 experimentamos um acréscimo na incidência de restrições em relação ao exercício de 2016, na ordem de 9,5% (314 para 344), em razão da implantação do novo sistema de controle de almoxarifado, patrimônio e depreciações, causando divergências em vários meses consecutivos em diversas unidades. Estas incidências representaram 68,80% do total de registros.

Luiz Antônio Hining
CRC/RS 43833.0-2
Chefe do Departamento de Contabilidade
Portaria 400/2016

INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

Quadro 50 - Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio - FAURGS

Identificação da Fundação de Apoio								
Nome:		FUNDAÇÃO DE APOIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL						
CNPJ:		74.704.008/0001-75						
Página na Internet		http://www.portalfaurgs.com.br						
Informação dos projetos e dos instrumentos contratuais								
Projeto		Instrumento Celebrado						
Sequencial	Finalidade	N°	Tipo	Objeto	Vigência		Valor (em R\$ 1,00)	
					Início	Fim	Bruto (Previsto)	Arrecadado/Repassado
1	Extensão	85/2015	Contrato	Processos seletivos 2015/2, 2016/1 e 2016/2	25/08/2015	24/02/2017	782.000,00	0,00
2	Extensão	15/2016	Contrato	Concursos Públicos para Servidores	16/02/2016	16/08/2017	235.000,00	0,00
3	Pesquisa	23360.000 231.2016-03	Contrato	Ballagro- Controle Biológico	03/10/2016	03/05/2017	10.900,00	0,00
4	Extensão	006/2017	Contrato	Processos Seletivos 2017 e 2018/1	23/02/2017	23/08/2018	544.707,28	441.390,04
5	Pesquisa	23364.000 428.2016-02	Contrato	Brasilata – Soluções para Embalagens	25/04/2017	25/04/2018	90.000,00	59.403,72
Totais							1.662.607,28	500.793,76
Recursos da UPC envolvidos nos Projetos								
Instrumento Celebrado		Recursos da UPC à disposição da Fundação						
N°	Tipo	Financeiros		Materias		Humanos		
		Valor		Tipo	Valor	Quantidade	Valor	

Fonte: FAURGS/ Coordenadoria de Convênio IFRS

Quadro 51 -Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio - FEPAGRO

Identificação da Fundação de Apoio								
Nome:		FEPAGRO – FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUÁRIA						
CNPJ:		97.263.461/0001-99						
Página na Internet		http://www.fepagro.rs.gov.br						
Informação dos projetos e dos instrumentos contratuais								
Projeto		Instrumento Celebrado						
Sequencial	Finalidade	Nº	Tipo	Objeto	Vigência		Valor (em R\$ 1,00)	
					Início	Fim	Bruto (Previsto)	Arrecadado/Repassado
1	Extensão	-	Cooperação Técnica	Ações de ensino, pesquisa e extensão na área de ciências agrárias	01/09/2016	31/08/2021	-	-
Totais								
Recursos da UPC envolvidos nos Projetos								
Instrumento Celebrado		Recursos da UPC à disposição da Fundação						
Nº	Tipo	Financeiros		Materiais		Humanos		
		Valor	Tipo	Valor	Quantidade	Valor		

Fonte: Fepagro/ Coordenadoria de Convênios IFRS

ANEXOS E APÊNDICE

ANEXO A - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Reitoria	De acordo com o Art. 10 do Regimento Geral do IFRS, compete ao Reitor: I. nomear, exonerar, designar, dispensar, aposentar, redistribuir, remover, autorizar a realização de concursos e homologar atos de progressão/alteração relacionados à vida funcional dos servidores II. articular com órgãos governamentais a celebração de acordos, convênios, contratos e outros instrumentos jurídicos com entidades públicas e privadas; III. celebrar acordos, convênios, contratos e outros instrumentos jurídicos com entidades públicas e privadas; IV. conferir graus, títulos e condecorações, bem como assinar diplomas e demais certificações, juntamente com o Diretor-Geral; V. presidir as cerimônias de outorga de grau e, na sua ausência, delegar essa competência ao Diretor-Geral; VI. coordenar, controlar e superintender as Pró-reitorias, Diretorias Sistêmicas e Direções-Gerais dos <i>campi</i> , assegurando uma identidade própria, única e multicampi, de gestão para o IFRS; VII. promover políticas, coordenar e fiscalizar as atividades da Instituição; VIII. representar o IFRS em juízo ou fora dele; IX. delegar poderes, competências e atribuições através de instrumentos legais; X. expedir resoluções, portarias e atos normativos, bem como constituir comissões e exercer o poder de disciplina, no âmbito do IFRS; XI. fazer a gestão do Conselho Superior e do Colégio de Dirigentes, incluindo a posse e convocação dos seus membros, bem como a presidência das sessões; XII. designar, nomear e exonerar os Pró-Reitores, os Diretores-Gerais dos <i>campi</i> novos ou em implantação, os diretores dos núcleos avançados, bem como definir cargos de direção e função gratificada e designar, nomear e exonerar servidores para o exercício dos mesmos, integrantes da reitoria do IFRS; XIII. nomear os Diretores-Gerais, eleitos na forma da lei; XIV. deliberar <i>ad referendum</i> do Conselho Superior em situações de urgência e no interesse da Instituição; XV.	Osvaldo Casares Pinto	Reitor	01/01 a 1º/12/2017
		José Eli Santos dos Santos	Reitor Substituto	02/12 a 31/12/2017

	executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas.			
Auditoria Interna	Órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente. Dentre os objetivos principais estão o aperfeiçoamento dos controles internos, a regularidade da gestão da Instituição, a regulamentação da aplicação e utilização dos recursos disponíveis, o cumprimento das disposições legais e regulamentares e a racionalização das ações dos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.	Marcelo Juarez Vizzotto	Auditor Chefe	01/01 a 31/12/2017
Procuradoria Federal	Execução dos encargos de consultoria e assessoramento jurídicos, a defesa judicial e extrajudicial do IFRS, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais emanadas do poder público. De acordo com o Art. 10 do Regimento da Reitoria, ao Procurador Federal compete: I. Assistir à reitoria em questões referentes à legalidade dos atos a serem praticados; II. Emitir parecer sobre processos de licitação, contratos, convênios, procedimentos relativos à gestão de pessoas e outros assuntos que demandem análise jurídica no âmbito do IFRS; III. Representar judicial e extrajudicialmente o IFRS; IV. Exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídico ao IFRS; V. Examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do IFRS os textos de edital de licitação, como os dos respectivos contratos ou instrumentos congêneres, a serem publicados e celebrados pela Instituição; VII. Examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do IFRS os atos pelos quais se pretenda reconhecer a inexigibilidade ou decidir a dispensa de licitação; VIII. Revisar, organizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados à sua área; IX. Acompanhar os procedimentos administrativos (sindicâncias, processo administrativos disciplinares, entre outros) instaurados no IFRS e orientar, sempre que solicitado, os trabalhos das respectivas comissões;	Albert Caravaca	Procurador-Chefe	01/01 a 23/08/2017

	XI. Executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas.			
Conselho Superior	<p>É o órgão máximo do Instituto Federal do Rio Grande do Sul de caráter consultivo e deliberativo, tendo sua composição e competência definidas nos artigos 8º e 9º do Estatuto do IFRS e seu funcionamento definidos no Regimento Geral e no Regimento Interno do próprio conselho.</p> <p>Compete ao Conselho Superior na forma do Estatuto, do Regimento Geral da Instituição e do Regimento Interno: I. aprovar as diretrizes para atuação do Instituto Federal e zelar pela execução de sua política educacional; II. deflagrar, aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do Reitor do Instituto Federal e dos Diretores-Gerais dos <i>campi</i>, em consonância com o estabelecido nos artigos 12 e 13 da Lei nº. 11.892/2008; III. aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação e apreciar a proposta orçamentária anual; IV. aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares; V. aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente; VI. autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico; VII. apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros; VIII. deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo Instituto Federal; IX. autorizar a criação e a alteração curricular de cursos de graduação e pós-graduação no âmbito do Instituto Federal, bem como o registro de diplomas; X. extinguir cursos técnicos, de graduação e pós-graduação no âmbito do Instituto Federal; XI. aprovar a estrutura administrativa e o regimento geral do Instituto Federal, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica; XII. deliberar sobre questões submetidas a sua apreciação; XIII. apreciar, no âmbito de sua competência, propostas e resoluções oriundas dos demais colegiados; XIV. aprovar as normas disciplinadoras quanto ao dimensionamento, à lotação, ao ingresso, ao regime de trabalho, à progressão funcional, à avaliação e à qualificação dos servidores do Instituto Federal; XV. aprovar o regimento interno, dos colegiados e dos</p>	Reitora, Diretores Gerais dos <i>campi</i> , representantes dos egressos, da sociedade civil, do Ministério da Educação, representantes dos segmentos docente, discente e técnico-administrativo.	Conselheiros	01/01 a 31/12/2017

	<i>campi</i> que compõem o Instituto Federal; XVI. atuar como instância máxima no âmbito do Instituto.			
Colégio de Dirigentes	I – atuar como um dos órgãos superiores, de caráter consultivo, da administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, emitindo parecer sobre questões pertinentes à administração, ao planejamento, ao ensino, à pesquisa e à extensão; II – propor ações para a melhoria da organização e do funcionamento do Instituto; III – propor ações para melhoria do processo ensino-aprendizagem nos cursos do Instituto; IV – elaborar, aprovar ou modificar o próprio Regimento, por maioria simples;	Reitor, Pró-reitores e Diretores Gerais dos <i>campi</i>	Dirigentes	01/01 a 31/12/2017
Pró-reitoria de Administração – PROAD	é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de planejamento, administração, gestão orçamentária, financeira e patrimonial.	Tatiana Weber	Pró-Reitora	01/01 a 31/12/2017
Pró-reitoria de Ensino – PROEN	é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de ensino, articuladas à pesquisa e à extensão no IFRS.	Clarice Monteiro Escott	Pró-Reitora	01/01 a 31/12/2017
Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – PROPPI	é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de pesquisa, integradas ao ensino e à extensão, bem como promove ações de intercâmbio com instituições e empresas.	Eduardo Giroto	Pró-Reitor	01/01 a 31/12/2017
Pró-reitoria de Extensão – PROEX	é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de extensão e relações com a sociedade, articuladas ao ensino e à pesquisa, junto aos diversos segmentos sociais. Dentre as competências da PROEX, podem ser destacadas: apoiar o desenvolvimento de ações de integração entre a instituição e o mundo do trabalho, nas áreas de acompanhamento de egressos, empreendedorismo, estágios e visitas técnicas; atuar no planejamento estratégico e operacional do IFRS, com vistas à definição das prioridades na área de extensão dos <i>campi</i> ; fomentar relações de intercâmbio e acordos de cooperação com instituições regionais, nacionais e internacionais, e; promover o desenvolvimento da extensão como espaço privilegiado para a democratização do conhecimento científico e tecnológico.	Viviane Silva Ramos	Pró-Reitora	01/01 a 31/12/2017
Pró-reitoria de Desenvolvimento	é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de desenvolvimento e a articulação entre as Pró-reitorias e os <i>campi</i> . Dentre as	José Eli Santos dos Santos	Pró-Reitor	01/01 a 31/12/2017

to Institucional – PRODI	competências da PRODI, destacam-se: atuar na articulação da reitoria com os <i>campi</i> ; atuar no planejamento estratégico do IFRS, com vistas à definição das prioridades de desenvolvimento dos <i>campi</i> ; colaborar com a reitoria na promoção de equidade institucional entre os <i>campi</i> , quanto aos planos de investimentos do IFRS; propor alternativas organizacionais, visando ao constante aperfeiçoamento da gestão do IFRS, e; supervisionar as atividades de gestão das informações, infraestrutura, planos de ação, relatórios e estatísticas do IFRS.			
Departamento de Gestão de Pessoas – DGP	é o órgão executivo que possui como objetivos planejar, orientar, dirigir, coordenar e organizar processos de trabalho bem como executar toda a política de pessoal do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Dentre as competências da DGP, destacam-se: presidir os processos de provimentos de cargos, bem como gerenciar os de remoção e redistribuição de servidores; supervisionar os serviços de processamento da folha de pagamento; subsidiar a elaboração da proposta orçamentária relativa às ações de gestão de pessoas; elaborar e supervisionar a política de gestão de pessoas.	Marc Emerin	Diretor	01/01 a 31/12/2017

ANEXO B – Objetivos estratégicos do IFRS

Área de Gestão	Objetivo Estratégico
Ensino	Consolidar o Processo de Ingresso discente do IFRS
	Criar Observatório da evasão e retenção discente no IFRS
	Consolidar a Política de Assistência Estudantil do IFRS
	Fortalecer e consolidar a oferta de cursos em todos os níveis e modalidades da EPT - Superior
	Fortalecer e consolidar a oferta de cursos em todos os níveis e modalidades da EPT - Ensino Técnico e Educação Profissional
	Aperfeiçoar a gestão do ensino no âmbito do IFRS
Pesquisa	Fomentar a consolidação da Inovação Tecnológica, mediante parcerias efetivas e concretas com a iniciativa pública e privada
	Ampliar a captação de fomento externo para a pesquisa, pós-graduação e inovação
	Construir e consolidar as políticas de pesquisa, pós-graduação e inovação do IFRS de forma articulada e indissociada, alinhadas com as políticas nacionais de Pós-Graduação e Pesquisa, bem como com as políticas institucionais do IFRS
	Fomentar propostas integradas entre os <i>campi</i> do IFRS na pesquisa, pós-graduação e inovação
	Incentivar a ampliação da produção científica e tecnológica dos grupos de pesquisa, tendo como parâmetro os indexadores definidos pela CAPES
	Incentivar o desenvolvimento de pesquisa aplicada focada nas linhas de atuação dos <i>campi</i> , associada à demanda e pertinência regional
	Coordenar o processo de elaboração, implementação e aprovação de propostas de Programas de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> e Cursos de Especialização <i>Lato Sensu</i> em consonância com as políticas nacionais de pós-graduação
Desenvolver parcerias com instituições nacionais e internacionais nas áreas da pesquisa, pós-graduação e inovação, com vistas à produção científica e tecnológica e mobilidade de docentes em nível de pós-graduação	
Extensão	Desenvolver as políticas de comunicação do IFRS.
	Gerenciar o fluxo de informações externas e internas da reitoria e dos <i>campi</i> do Instituto.
	Ampliar as parcerias entre o IFRS com instituições públicas, privadas e demais órgãos da sociedade civil.
	Estimular ações que visam o desenvolvimento local e regional.
	Intermediar estágios e empregos.
	Promover a integração entre a instituição e a sociedade.
	Promover e subsidiar ações de inclusão social, digital, étnico-racial, de gênero e de grupos em vulnerabilidade social buscando o respeito à diversidade, a valorização cultural e a equidade social.
	Qualificar servidores, discentes e membros da sociedade.
	Realizar o acompanhamento de egressos.
Promover a internacionalização do IFRS	
Administração	Aprimorar a gestão do patrimônio imobiliário do IFRS.
	Fortalecer a governança, visando a melhor organização e funcionamento administrativo do IFRS.

	Realizar ações de capacitação dos servidores visando à eficiência, eficácia e qualidade dos serviços prestados à sociedade em consonância com as Diretrizes Nacionais da Política de Desenvolvimento de Pessoal e os interesses institucionais.
	Viabilizar a elaboração das políticas de gestão de pessoas para aprovação junto às instâncias superiores.
	Aperfeiçoar o processo de alocação e de gestão dos recursos públicos mediante o fortalecimento e a integração das funções de planejamento, orçamento, execução, monitoramento, avaliação e controle.
	Aprimorar o gerenciamento logístico para atendimento das demandas do IFRS previstas no PDI e Planos de Ação.
	Aperfeiçoar os procedimentos de contratação e gestão de bens e serviços, observando os critérios de sustentabilidade e os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
Desenvolvimento Institucional	Elaborar um repositório de informações estratégicas para o IFRS.
	Consolidar o processo de planejamento e acompanhamento dos planos institucionais.
	Implantar um sistema para a elaboração e acompanhamento do Planejamento Estratégico e Planos de Ação.
	Consolidar a estrutura administrativa do IFRS.
	Modernizar a infraestrutura física e tecnológica do IFRS.
	Planejar e coordenar a implantação dos novos <i>campi</i> do IFRS.
	Implantar um Sistema Integrado de Gestão (SIG).

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), PRODI.

ANEXO C – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
158261	Campus Porto Alegre	339030 – Material de Consumo	07 – Gêneros de alimentação	9.061,14
			11 – Material químico	498,42
			16 – Material de expediente	195,06
			19 – Material de acondicionamento e embalagem	136,40
			21 - Material de copa e cozinha	3.109,20
			22 – Material de limpeza e prod. de higienização	78,56
			23 – Uniformes, tecidos e aviamentos	48,68
			26– Material elétrico e eletrônico	252,63
			31 – Sementes, mudas de plantas e insumos	130,10
			35 -Material laboratorial	713,34
			TOTAL	14.223,53
158265	Campus Canoas	339030 – Material de Consumo	04 – Gás e outros materiais engarrafados	71,00
			16 - material de expediente	64,16
			19 – Material de acondicionamento e embalagem	129,00
			24 - Material p/ manut.de bens imóveis/instalações	1.028,15
			25 – Material p/ manutenção de bens moveis	1.102,81
			26 – Material elétrico e eletrônico	57,80
			28 – Material de proteção e segurança	80,00
			39 – Material para manutenção de veículos	88,00
		Sub total	2.620,92	
		339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	16 – Manutenção e conserv. de bens imóveis	300,00
			17 - Manut. e conserv. de maquinas e equipamentos	93,00
			79 – Serviço de apoio administrativo, técnico e operacional	157,50
			Sub total	550,50

			TOTAL	3.171,42		
158327	Campus Osório	339030 – Material de Consumo	07 – Gêneros alimentícios	3.291,65		
			24 – Material para manutenção de bens imóveis	457,60		
			26 – Material elétrico e eletrônico	441,30		
			Sub total	4.190,55		
		339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	16 – Manutenção e conservação de imóveis	253,00		
			17 – Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	1.123,00		
			19 – Manutenção de veículos	15,00		
			Sub total	1.391,00		
					TOTAL	5.581,55
		158676	Campus Feliz	339030 – Material de Consumo	16 – Manutenção e conserv. de bens imóveis	143,20
17 – Material de TIC	1.024,80					
24 – Material para manutenção de bens imóveis	135,30					
26 – Material elétrico e eletrônico	672,60					
Sub total	1.975,90					
339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	17 – Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos			970,00		
	Sub total			970,00		
					TOTAL	2.945,90

Fonte: Tesouro Gerencial

ANEXO D - Avaliação do Sistema de Controles Internos do IFRS

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UPC são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UPC é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UPC na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UPC.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UPC.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UPC ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UPC, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UPC são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UPC possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	

22. As atividades de controle adotadas pela UPC são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UPC é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UPC são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UPC é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UPC, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UPC, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UPC é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UPC tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UPC tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UPC.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UPC, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UPC.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UPC, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UPC.					

ANEXO E - Principais sistemas utilizados pelo IFRS

Sistema	Descrição	Responsável técnico	Responsável da área de negócio	Criticidade
Sistema de Processos Seletivos Discente	Sistema responsável pelas inscrições, processamento de pagamentos, relatórios e classificação do resultado do Processo Seletivo Discente. Desenvolvido em PHP com banco de dados PostgreSQL. Manutenção Própria	Bryan Zinn e Anderson Oliveira	Luiz Gaspar Fensterseifer	Alta
Sistema de Concursos Públicos	Sistema responsável pelas inscrições, processamento de pagamentos, relatórios e classificação do resultado do Concurso para ingresso de Técnicos Administrativos e Docentes. Desenvolvido em PHP com banco de dados PostgreSQL. Manutenção Própria	Bryan Zinn e Anderson Oliveira	Luiz Gaspar Fensterseifer	Alta
SIA	Sistema que gerencia os dados acadêmicos da maioria dos <i>campi</i> . Desenvolvido em PHP com banco de dados PostgreSQL. Manutenção Própria	Bryan Zinn	Clarice Monteiro Escott	Alta
Pergamum	Sistema utilizado pelas bibliotecas dos <i>campi</i> para gerenciar o empréstimo de livros. Desenvolvido em PHP com banco de dados SQL Server. Manutenção Terceirizada (PUC Paraná). Abrem-se chamados. A TI local realiza apenas importação dos dados acadêmicos.	Bryan Zinn	Clarice Monteiro Escott	Alta
CPA	Sistema responsável pela Avaliação Institucional. A partir dos dados registrados são gerados relatórios estatísticos que permitem identificar os pontos positivos e negativos de cada <i>campus</i> . Desenvolvido em PHP com banco de dados PostgreSQL. Manutenção Própria.	Paulo Machado	José Eli Santos dos Santos	Média
SIG	Sistema Integrado de Gestão (Acadêmico, Recursos Humanos, Almoxarifado, Patrimônio,	Cesar Germano Eltz	Clarice Monteiro Escott	Alta

	<p>Orçamento, Compras, Protocolo). Em implantação. Desenvolvido em Java com banco de dados PostgreSQL. Sistema cedido pela UFRN com Manutenção Terceirizada. O prazo de conclusão é o ano de 2018. Atualmente o Módulo Acadêmico atende a 10 <i>campi</i> que estão com planos de curso de acordo com a Organização Didática nos níveis integrado, subsequente e graduação. Os módulos de protocolo, almoxarifado e patrimônio foram implantados em todos os <i>campi</i>.</p>		<p>Viviane Silva Ramos</p> <p>Eduardo Giroto</p> <p>Tatiana Weber</p> <p>José Eli Santos dos Santos</p> <p>Marc Emerin</p>	
--	--	--	--	--

ANEXO F - Força de trabalho de TI

Unidade	Pessoal
<i>Campus Alvorada</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Vinícius Seus • Nilo César Ferreira Alvira • Cassiano Doneda
<i>Campus Bento Gonçalves</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Valdir Roque Lavandoski • Leonardo Alvarenga Pereira • Neiva Maria Bervian • Ubiratã Scobar Nunes • Guilherme Somenzi
<i>Campus Canoas</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Carlton Fernandes Preigschadt • Luis Phellipe Bueno Mello • Vinícius Raupp Alves • Vitor Secretti Bertoncello • Jean Carlos Esperança
<i>Campus Caxias do Sul</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Simão Mendes de Moraes • Simão Carlos Ilíbio • Tatiele Bolson Moro • Gabriel Fernandes Gomes
<i>Campus Erechim</i>	<ul style="list-style-type: none"> • André Luciano Ciotta • Fernando José Simplicio • Vinícius Michelin
<i>Campus Farroupilha</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Lucas Miguel Hallmann • Gustavo Rodrigo Tausendfreund • Eduardo Balbinot • João Miguel Bohn
<i>Campus Feliz</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Evandro Schlumpf • Luciano Jorge Netto • Mário Augusto Munaretto
<i>Campus Ibirubá</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Aurélio Ricardo Batú Maicá • Eduardo Fernandes • Laura Gotleib da Rosa • Gustavo Bathu Paulus • Lucas Jardel José Wolmuth dos Santos
<i>Campus Osório</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Augusto Weiland • Claudino Andrighetto • Richard Roos Cechin • Lucas Vaz Pires
<i>Campus Porto Alegre</i>	<ul style="list-style-type: none"> • André Peres • Fabiana Agendes Hadler • Vagner Macedo Martins • Ibá Souza da Costa • Márcio Giovane Rosa Araújo • Leonardo Afonso Farias
Reitoria	<ul style="list-style-type: none"> • Cesar Germano Eltz • Bryan Aislan Zinn • Cristian Gusberti • Danner Souza Terra • Caroline Tomasini • Rafael de Paula • Márcio Luiz Tremarin • Edgar José Stello Junior

	<ul style="list-style-type: none"> • Jairo Antonio Wagner • Paulo Cesar Machado • Giovane da Silva Bertol • Fernando Sartori • Mara Lisiane Sievert • Anderson Antunes Oliveira • Ricardo Moro (COMUNICAÇÃO) • Lael Nervis (PROEX/CTA) • Lucas Schwochow (PROEX/CTA) • Rodrigo Cainelli (PROEX/CTA)
<i>Campus Restinga</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Sergio Gambarra da Silva • Flávio Chaves Brandão • Alexandre Wasem Pinto • Robson Bierhals da Silva
<i>Campus Rolante</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Luã Alfredo Gonçalves • Luis Mauro Garcia Sobotyk • Pablo Oliveira de Oliveira
<i>Campus Rio Grande</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Derlain Monteiro de Lemos • Fabio Luiz da Costa Carrir • Gustavo de Castro Feijó • Patrick Pereira de Mattos • Rodrigo da Costa Fredo
<i>Campus Sertão</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Rodney da Silva Rosa • Everton Pavan • Elias Morais Pereira • Tiago Juliano Ferreira
<i>Campus Vacaria</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Rogério Koglin
<i>Campus Veranópolis</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Daniel de Carli • Francis Antônio Resende Gaffree
<i>Campus Viamão</i>	<ul style="list-style-type: none"> • João Carlos Medina Neto • Igor Pinto Alves • Fernando dos Santos Vianna

Fonte: Diretoria do Departamento de Tecnologia da Informação/Reitoria

ANEXO G - BGU - Balanço Financeiro Anual



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 18/01/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26419 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	2.040.007,08	1.357.568,93	Despesas Orçamentárias	397.974.047,63	348.127.126,86
Ordinárias	89.215,86	87.519,83	Ordinárias	120.587.256,35	96.370.354,87
Vinculadas	2.216.849,70	1.283.820,77	Vinculadas	277.386.791,28	251.756.771,99
Educação	100.134,76	25.049,35	Educação	275.347.889,90	232.988.530,23
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	2.116.714,94	1.258.771,42	Seguridade Social (Exceto RGPS)	437.371,05	17.515.660,11
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-266.058,48	-13.771,67	Operação de Crédito	341.315,88	-
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.260.214,45	1.252.581,65
Transferências Financeiras Recebidas	459.745.911,31	406.447.841,01	Transferências Financeiras Concedidas	60.505.818,57	58.451.349,68
Resultantes da Execução Orçamentária	415.192.123,96	356.741.918,95	Resultantes da Execução Orçamentária	38.899.615,07	38.761.844,08
Repasso Recebido	376.365.136,54	318.041.347,48	Repasso Concedido	72.627,65	49.272,61
Sub-repasso Recebido	38.826.987,42	38.700.571,47	Sub-repasso Concedido	38.826.987,42	38.700.571,47
Independentes da Execução Orçamentária	44.553.787,35	49.705.922,06	Repasso Devolvido	-	12.000,00
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	43.634.626,41	47.980.264,66	Independentes da Execução Orçamentária	21.606.203,50	19.689.505,60
Movimentação de Saldos Patrimoniais	919.160,94	1.725.657,40	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	21.412.961,05	19.575.180,66
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	193.242,45	114.324,94
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	19.771.313,30	27.560.815,59	Despesas Extraorçamentárias	24.035.699,20	30.385.238,50
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	773.744,95	1.079.363,60	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	1.302.224,94	8.943.649,85
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	18.454.059,48	25.951.847,32	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	22.092.012,34	20.706.650,69
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	539.617,04	478.307,43	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	641.461,92	685.396,48
Outros Recebimentos Extraorçamentários	3.891,83	51.297,24	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	49.541,48
Arrecadação de Outra Unidade	3.891,83	1.755,76	Demais Pagamentos	-	49.541,48
Valores para Compensação	-	49.541,48			
Saldo do Exercício Anterior	2.212.049,46	3.809.538,97	Saldo para o Exercício Seguinte	1.253.715,75	2.212.049,46
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.212.049,46	3.809.538,97	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.253.715,75	2.212.049,46
TOTAL	483.769.281,15	439.175.764,50	TOTAL	483.769.281,15	439.175.764,50

ANEXO H - BGU - Balanço Orçamentário Anual



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 18/01/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26419 - INST FED DE EDUC., CIENC. E TEC. DO RS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	1.260.538,00	1.260.538,00	2.028.721,58	768.183,58
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	228.837,00	228.837,00	111.852,78	-116.984,22
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	228.837,00	228.837,00	111.852,78	-116.984,22
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	488.952,00	488.952,00	326.111,85	-162.840,15
Receita Industrial	35.227,00	35.227,00	10.464,04	-24.762,96
Receitas de Serviços	443.169,00	443.169,00	1.354.240,28	911.071,28
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	443.169,00	443.169,00	1.354.240,28	911.071,28
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	64.353,00	64.353,00	226.052,63	161.699,63
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	58.353,00	58.353,00	35.200,80	-23.152,20
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	190.851,83	190.851,83
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	6.000,00	6.000,00	-	-6.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	11.285,50	11.285,50
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	11.285,50	11.285,50
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 18/01/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26419 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	1.260.538,00	1.260.538,00	2.040.007,08	779.469,08
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.260.538,00	1.260.538,00	2.040.007,08	779.469,08
DEFICIT			395.934.040,55	395.934.040,55
TOTAL	1.260.538,00	1.260.538,00	397.974.047,63	396.713.509,63
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA				
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	340.175.078,00	392.303.552,00	389.822.098,40	376.049.845,17	375.404.418,73	2.481.453,60
Pessoal e Encargos Sociais	265.205.230,00	315.548.179,00	313.913.142,42	313.683.142,42	313.683.142,42	1.635.036,58
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	74.969.848,00	76.755.373,00	75.908.955,98	62.366.702,75	61.721.276,31	846.417,02
DESPESAS DE CAPITAL	5.281.553,00	6.411.659,00	8.151.949,23	3.470.142,98	3.341.824,47	-1.740.290,23
Investimentos	5.281.553,00	6.411.659,00	8.151.949,23	3.470.142,98	3.341.824,47	-1.740.290,23
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	345.456.631,00	398.715.211,00	397.974.047,63	379.519.988,15	378.746.243,20	741.163,37
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26419 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2017	PERIODO Anual
EMISSAO 18/01/2018	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	345.456.631,00	398.715.211,00	397.974.047,63	379.519.988,15	378.746.243,20	741.163,37
TOTAL	345.456.631,00	398.715.211,00	397.974.047,63	379.519.988,15	378.746.243,20	741.163,37

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.321.505,82	11.238.863,47	9.864.857,01	9.789.716,51	892.710,27	1.877.942,51
Pessoal e Encargos Sociais	-	150.000,00	150.000,00	150.000,00	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.321.505,82	11.088.863,47	9.714.857,01	9.639.716,51	892.710,27	1.877.942,51
DESPESAS DE CAPITAL	1.175.173,25	14.712.983,85	12.348.635,66	12.302.295,83	136.986,81	3.448.874,46
Investimentos	1.175.173,25	14.712.983,85	12.348.635,66	12.302.295,83	136.986,81	3.448.874,46
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.496.679,07	25.951.847,32	22.213.492,67	22.092.012,34	1.029.697,08	5.326.816,97

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	9.373,17	393.655,73	397.420,65	2.356,99	3.251,26
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	9.373,17	393.655,73	397.420,65	2.356,99	3.251,26
DESPESAS DE CAPITAL	-	908.364,94	904.804,29	1.398,65	2.162,00
Investimentos	-	908.364,94	904.804,29	1.398,65	2.162,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	9.373,17	1.302.020,67	1.302.224,94	3.755,64	5.413,26



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26419 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2017	PERIODO Anual
EMISSAO 18/01/2018	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	275.594.839,61	-	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	275.594.839,61	-

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	1.253.715,75		PASSIVO FINANCEIRO	24.717.950,03	-
ATIVO PERMANENTE	274.341.123,86		PASSIVO PERMANENTE	166.531,09	-
			SALDO PATRIMONIAL	250.710.358,49	-

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	25.259.971,40		SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	26.419.783,61	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	25.259.971,40		Execução dos Atos Potenciais Passivos	26.419.783,61	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	2.266.563,81		Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	22.974.807,59		Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	2.974,55	-
Direitos Contratuais a Executar	18.600,00		Obrigações Contratuais a Executar	26.416.809,06	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-		Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	25.259.971,40		TOTAL	26.419.783,61	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-459.717,11
Recursos Vinculados	-23.004.517,17
Educação	-23.272.674,48
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-160.089,29
Operação de Crédito	-309.538,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	737.784,60
TOTAL	-23.464.234,28

ANEXO J - BGU - Demonstrações dos Fluxos de Caixa Anual



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
Anual

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26419 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EMISSÃO
18/01/2018

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	15.579.305,38	20.405.472,38
INGRESSOS	462.318.141,76	408.334.734,61
Receitas Derivadas e Originárias	2.028.721,58	1.355.140,43
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	111.852,78	105.262,10
Receita Agropecuária	326.111,85	468.028,47
Receita Industrial	10.464,04	27.140,09
Receita de Serviços	1.354.240,28	571.672,53
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	226.052,63	193.037,24
Transferências Correntes Recebidas	-	2.148,50
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municipais	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	2.148,50
Outros Ingressos das Operações	460.289.420,18	406.977.445,88
Ingressos Extraorçamentários	530.617,04	478.307,43
Transferências Financeiras Recebidas	459.745.911,31	406.447.841,01
Arrecadação de Outra Unidade	3.891,83	1.755,78
Valores para Compensação	-	48.541,48
DESEMBOLSOS	-446.738.836,38	-387.929.262,23
Pessoal e Demais Despesas	-341.012.583,85	-291.651.094,46
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-22.416.596,81	-19.235.127,79
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-318.587.967,04	-272.414.366,67
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-8.000,00	-1.600,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26419 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2017	PERIODO Anual
EMISSAO 18/01/2018	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2017	2016
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-44.578.972,04	-37.091.880,13
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-44.539.782,04	-37.047.239,13
Outras Transferências Concedidas	-39.190,00	-44.641,00
Outros Desembolsos das Operações	-61.147.280,49	-59.186.287,64
Dispêndios Extraorçamentários	-641.461,92	-685.396,48
Transferências Financeiras Concedidas	-60.505.818,57	-58.451.349,68
Demais Pagamentos	-	-49.541,48
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-16.548.924,59	-22.002.961,89
INGRESSOS	-	280,00
Alienação de Bens	-	280,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-16.548.924,59	-22.003.241,89
Aquisição de Ativo Não Circulante	-16.209.747,61	-21.632.976,87
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-339.176,98	-370.265,02
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	11.285,50	-
INGRESSOS	11.285,50	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	11.285,50	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	11.285,50	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 18/01/2018	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26419 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

	2017	2016
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-958.333,71	-1.597.489,51
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	2.212.049,46	3.809.538,97
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	1.253.715,75	2.212.049,46

ANEXO K - Demonstração das Variações Patrimoniais Anual



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26419 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 18/01/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	500.955.541,88	421.733.517,17
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.812.419,53	1.174.953,00
Venda de Mercadorias	326.111,85	458.029,47
Vendas de Produtos	10.484,04	27.140,09
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.475.843,64	689.784,44
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	4.299,62	2.302,62
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	407,79	548,86
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	3.891,83	1.755,76
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	461.501.550,00	410.458.270,67
Transferências Intragovernamentais	459.745.911,31	406.447.841,01
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	11.285,60	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	2.148,50
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.744.359,19	4.008.281,16
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	37.411.214,10	9.902.605,45
Reavaliação de Ativos	2.340.031,73	8.011.316,31
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	35.069.319,88	378.681,87
Ganhos com Desincorporação de Passivos	962,49	1.512.707,27
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	226.052,63	195.385,43
Variação Patrimonial Aumentativa e Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26419 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2017	PERIODO Anual
EMISSAO 18/01/2018	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	226.052,63	195.385,43
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	489.302.434,08	400.689.942,55
Pessoal e Encargos	306.128.527,11	247.817.738,91
Remuneração a Pessoal	242.723.072,03	195.587.106,45
Encargos Patronais	45.021.108,65	36.932.463,85
Benefícios a Pessoal	16.888.149,15	14.799.116,89
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	1.496.197,28	499.051,72
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	27.877.153,78	24.117.424,64
Aposentadorias e Reformas	19.970.199,77	17.374.713,42
Pensões	3.909.581,86	3.127.859,42
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.997.372,15	3.614.851,80
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	55.511.896,84	46.824.473,48
Uso de Material de Consumo	8.390.040,04	6.774.856,99
Serviços	31.077.003,25	32.349.853,65
Depreciação, Amortização e Exaustão	16.044.853,55	7.699.762,84
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	21.286,71	18.429,88
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	11.128,34	5.033,21
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	10.158,37	13.396,67
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	61.036.503,94	60.771.784,88
Transferências Intragovernamentais	60.505.818,57	58.451.349,68
Transferências Intergovernamentais	34.190,00	-
Transferências a Instituições Privadas	5.000,00	1.500,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	491.495,37	2.318.935,20
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	27.087.238,74	9.292.224,59
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	262.000,00
Perdas com Alienação	-	292.431,60
Perdas Involuntárias	166.561,33	5.196,73
Incorporação de Passivos	226.782,00	383.256,48
Desincorporação de Ativos	26.693.895,41	8.349.339,78



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 18/01/2018 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 26419 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Tributárias	70.297,20	40.015,21
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	43.954,30	21.972,58
Contribuições	26.342,90	18.042,63
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	11.569.529,76	11.807.850,96
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	11.394.682,80	11.570.496,38
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	174.846,96	237.354,58
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	11.653.107,80	21.043.574,62

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016

ANEXO Q - Notas Explicativas (NE) - 02.006 Fornecedores de Contas a Pagar



Secretaria do Tesouro Nacional – STN
Subsecretaria de Contabilidade Pública – SUCON
Coordenação-Geral de Contabilidade e de Custos da União – CCONT
Gerência de Elaboração das Demonstrações Contábeis – GEDEC

Notas Explicativas

Nota XX – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2017, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia apresentou um saldo em aberto de R\$ 909.568,86 relacionados com fornecedores e contas a pagar, sendo a totalidade constituída de obrigações a curto prazo com fornecedores nacionais.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se os órgãos (ou as unidades gestoras) contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2017.

Tabela x1 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão (Unidade Gestora) contratante.

	R\$	
	31/12/2017	AV (%)
158746 INST.FED.DO RS/CAMPUS VIAMAO	318.065,71	34,97
158265 INST.FED.DO RS/CAMPUS CANOAS	95.698,89	10,52
158326 INST.FED.DO RS/CAMPUS POA - RESTINGA	79.982,52	8,79
158744 INST.FED.DO RS/CAMPUS VACARIA	68.308,92	7,51
158261 INST.FED.DO RS/CAMPUS PORTO ALEGRE	63.337,26	6,96
158743 INST.FED.DO RS/CAMPUS ROLANTE	62.241,37	6,84
Demais	221.934,19	24,40
Total	909.568,86	100,00

Fonte: SIAFI, 2017.

As unidades gestoras Campus Viamão, Campus Canoas e Campus Restinga são responsáveis por 54,28% do total a ser pago.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 4 fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2017.

Tabela x2 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

	R\$	
	31/12/2017	AV (%)
UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA	296.606,95	32,61
W. S. COMERCIO DE REFRIGERACAO E EQUIPAMENTOS INDUSTRIA	63.337,26	6,96
ARSENAL - SEGURANCA PRIVADA LTDA	60.360,92	6,64
EMPREC ENGENHARIA LTDA - EPP	55.518,98	6,10
RIO GRANDE ENERGIA SA	36.646,25	4,03
Demais	397.098,50	43,66
Total	909.568,86	100,00

Fonte: SIAFI, 2017.

O fornecedor União Brasileira de Educação e Assistência representa 32,61% do total a ser pago e refere-se à locação do Tecnopuc para sede do IFRS – campus Viamão, conforme contrato 17/2015.

ANEXO R - Notas Explicativa (NE) 02.007 Obrigações Contratuais



Secretaria do Tesouro Nacional – STN
Subsecretaria de Contabilidade Pública – SUCON
Coordenação-Geral de Contabilidade e de Custos da União – CCONT
Gerência de Elaboração das Demonstrações Contábeis – GEDEC

Modelos de Notas Explicativas

Nota XX – Obrigações Contratuais

Em 31/12/2017, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) possuía um saldo de R\$ 26,4 milhões relacionados a obrigações contratuais, relacionados a parcelas de contratos que serão executadas nos próximos exercícios.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela x1 – Obrigações Contratuais – Composição.

	31/12/2017	31/12/2016	AV (%)
Serviços	25.658.311,99	31.891.922,30	-19,55
Fornecimento de Bens	414.844,00	482.295,07	-13,99
Aluguéis	249.774,14	585.533,78	-57,34
Seguros	93.878,93	91.392,91	2,72
Total	26.416.809,06	33.051.144,06	-20,07

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

As obrigações contratuais relacionadas com Serviços representam a maioria do total das obrigações assumidas pelo IFRS ao final de 31/12/2017.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes na data base de 31/12/2017.

Tabela x2 – Obrigações Contratuais – Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante.

	31/12/2017	AV (%)
158263 INST.FED.DO RS/CAMPUS SERTAO	5.679.186,61	21,50
158265 INST.FED.DO RS/CAMPUS CANOAS	4.059.520,69	15,37
158141 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS	3.418.486,78	12,94
158262 INST.FED.DO RS/CAMPUS RIO GRANDE	3.032.042,83	11,48
158261 INST.FED.DO RS/CAMPUS PORTO ALEGRE	2.099.415,26	7,95
158675 INST.FED.DO RS/CAMPUS IBIRUBA	1.922.271,93	7,28
158674 INST.FED.DO RS/CAMPUS FARROUPILHA	1.550.416,14	5,87
158743 INST.FED.DO RS/CAMPUS ROLANTE	901.345,20	3,41
158264 INST.FED.DO RS/CAMPUS BENTO GONCALVES	725.628,85	2,75
158745 INST.FED.DO RS/CAMPUS ALVORADA	603.435,09	2,28
158326 INST.FED.DO RS/CAMPUS PORTO ALEGRE - RESTINGA	565.115,94	2,14
158676 INST.FED.DO RS/CAMPUS FELIZ	561.834,16	2,13
158328 INST.FED.DO RS/CAMPUS CAXIAS DO SUL	405.996,17	1,54
158325 INST.FED.DO RS/CAMPUS ERECHIM	267.732,31	1,01
158746 INST.FED.DO RS/CAMPUS VIAMAO	267.301,15	1,01
158327 INST.FED.DO RS/CAMPUS OSORIO	241.631,15	0,91
158744 INST.FED.DO RS/CAMPUS VACARIA	115.448,80	0,44
Total	26.416.809,06	100,00

Fonte: SIAFI, 2017.

As unidades gestoras Campus Sertão, Canoas e Reitoria são responsáveis por 49,8% do total contratado.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 4 contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2017.

Tabela x3 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.

	31/12/2017	AV (%)
F & F ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA - ME	3.596.191,31	13,61

Versão: 1.0.0

Atualizada em:

29/03/2016



Secretaria do Tesouro Nacional – STN
 Subsecretaria de Contabilidade Pública – SUCON
 Coordenação-Geral de Contabilidade e de Custos da União – CCONT
 Gerência de Elaboração das Demonstrações Contábeis – GEDEC

Modelos de Notas Explicativas

AVMB - CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA LTDA.	2.486.373,69	9,41
DORNELES E CIA LTDA - ME	1.466.701,53	5,55
MURANO CONSTRUCOES EIRELI - ME	1.035.246,32	3,92
Demais	17.832.296,21	67,50
Total	26.416.809,06	100,00

Fonte: SIAFI, 2017.

Em relação aos contratados F & F ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA – ME, AVMB - CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA LTDA e DORNELES E CIA LTDA - ME, eles representam 28,5% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

- (a) F & F ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA - ME: Contrato 129/2016 referente a conclusão do prédio acadêmico do Campus Canoas e contrato 6/2015 referente segunda fase da construção do bloco administrativo do Campus Rolante;
- (b) AVMB - CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA LTDA: Contrato 39/2014 referente serviço de tecnologia da informação e apoio técnico de atividades de informática.
- (c) DORNELES E CIA LTDA – ME: Contrato 39/2016 referente a manutenção de equipamentos do Campus Sertão e contrato 78/2016 referente conserto e manutenção de máquinas e equipamentos (com fornecimentos de peças) para o Campus Ibirubá, vigência 06/10/2016 a 06/10/2017.

ANEXO T - 02.009 Notas Explicativas (NE) Imobilizado



Secretaria do Tesouro Nacional – STN
Subsecretaria de Contabilidade Pública – SUCON
Coordenação-Geral de Contabilidade e de Custos da União – CCONT
Gerência de Elaboração das Demonstrações Contábeis – GEDEC

Modelos de Notas Explicativas

Nota XX – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2017, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) apresentou um saldo de R\$ 264,48 milhões relacionados a imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2017 e 2016.

Tabela X1 – Imobilizado – Composição.

	R\$		
	31/12/2017	31/12/2016	AH%
Bens Móveis			
(+) Valor Bruto Contábil	97.758.822,81	91.099.375,20	7,31
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(41.938.025,60)	(25.903.236,13)	61,90
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	--	--	
Bens Imóveis			
(+) Valor Bruto Contábil	209.208.109,46	188.822.585,32	10,80
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(546.955,53)	(65.077,57)	740,47
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	--	--	
Total	264.481.951,14	253.953.646,82	4,15

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Bens Móveis

Os Bens Móveis do IFRS em 31/12/2017 totalizavam R\$ 55,82 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela X2 – Bens Móveis - Composição

	R\$		
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	33.668.159,95	35.738.861,30	-5,79
Bens de Informática	23.394.213,79	22.906.312,12	2,13
Móveis e Utensílios	20.926.342,55	16.647.981,42	25,70
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	10.176.362,55	8.999.126,45	13,08
Veículos	5.591.205,61	5.395.517,30	3,63
Demais Bens Móveis	3.917.734,91	1.309.499,97	199,18
Semoventes e Equipamentos de Montaria	84.803,45	94.625,54	-10,38
Bens Móveis em Almoarifado	0,00	7.451,10	-100,00
Depreciação / Amortização Acumulada	(41.938.025,60)	(25.903.236,13)	61,90
Total	55.820.797,21	65.196.139,07	-14,38

Fonte: SIAFI, 2017 e SIAFI, 2016.

Dos Bens Móveis registrados no IFRS, 60% refere-se a Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas.

1.1.1 Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do IFRS em 31/12/2017 totalizavam R\$ 208,66 milhões e estão distribuídos em

Versão: 1.0.0

Atualizada em:

27/03/2017



Secretaria do Tesouro Nacional – STN
Subsecretaria de Contabilidade Pública – SUCON
Coordenação-Geral de Contabilidade e de Custos da União – CCONT
Gerência de Elaboração das Demonstrações Contábeis – GEDEC

Modelos de Notas Explicativas

várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 1 – Bens Imóveis – Composição.

	R\$		
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Bens de Uso Especial	166.178.520,86	132.662.916,41	25,26
Bens Imóveis em Andamento	42.873.269,32	56.159.668,91	-23,66
Instalações	156.319,28		#DIV/0!
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(546.955,53)	(65.077,57)	740,47
Total	208.661.153,93	188.757.507,75	10,54

Fonte: SIAFI, 2017 e SIAFI, 2016.

De acordo com a tabela anterior, os Bens de Uso Especial correspondem a 79% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do IFRS, perfazendo o montante de R\$ 166 milhões em 31/12/2017 a valores brutos.

Em síntese, os bens de uso especial mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário do IFRS são constituídos de Imóveis de Uso Educacional.

Tabela 2 – Bens de Uso Especial – Composição

	R\$		
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Imóveis de Uso Educacional	108.139.368,11	72.023.763,66	50,14
Edifícios	17.580.244,49	17.580.244,49	-
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	40.458.908,26	43.058.908,26	-6,04
Total	166.178.520,86	132.662.916,41	25,26

Fonte: SIAFI, 2017 e SIAFI, 2016.

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

(a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

(a.2) Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio grande do Sul não avaliou se houve qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo até o segundo semestre.



Secretaria do Tesouro Nacional – STN
 Subsecretaria de Contabilidade Pública – SUCON
 Coordenação-Geral de Contabilidade e de Custos da União – CCONT
 Gerência de Elaboração das Demonstrações Contábeis – GEDEC

Modelos de Notas Explicativas

A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguiram as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN (www.tesouro.gov.br).

(a.3) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) sobre os ativos de infraestrutura, definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação, bem como a respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável para os bens de infraestrutura terá o prazo para implantação desses procedimentos contábeis até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

(a.4) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$K_d = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

K_d = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado

Versão:

1.0.0

Atualizada em:

27/03/2017



Secretaria do Tesouro Nacional – STN
Subsecretaria de Contabilidade Pública – SUCON
Coordenação-Geral de Contabilidade e de Custos da União – CCONT
Gerência de Elaboração das Demonstrações Contábeis – GEDEC

Modelos de Notas Explicativas

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

ANEXO U - 03.001 Demonstração das Variações Patrimoniais - Ganhos com Incorporação de Ativos



Data e hora da consulta: 30/01/2018 09:16
Usuário: 41148509020

Dados de Auditoria

Versão	Data/Hora	Operação	CPF	Nome	UG do Usuário	IP do Usuário	IP do Servidor
0	25/01/2018 18:19	Inclusão	41148509020	LUIZ ANTONIO HINING	158141	200.17.93.216	192.168.110.1

Dados de Histórico

Código: 03.001
Trimestre: 4º TRIMESTRE
Topico: Demonstração das Variações Patrimoniais
Título: 463000000 Ganhos com Incorporação de Ativos
Orgao: 26419
Orgao Superior: Não
Texto: Em 18 de agosto, o IFRS regularizou a incorporação da sede do Campus Porto Alegre, com ganho de R\$ 33 milhões na incorporação do ativo, conforme avaliação para efeitos fiscais constante na escritura do imóvel.

Itens

Código: 1.03.01.1.01.01.06.03.00.00.00.00.00.00.00.00.00-Ganhos com Incorporação de Ativos

Anexos

ANEXO V - 03.002 Demonstração das Variações Patrimoniais - Outras VPD – Pessoal e Encargos



Data e hora da consulta: 30/01/2018 09:18

Usuário: 41148509020

Dados de Auditoria

Versão	Data/Hora	Operação	CPF	Nome	UG do Usuário	IP do Usuário	IP do Servidor
0	25/01/2018 18:21	Inclusão	41148509020	LUIZ ANTONIO HINING	158141	200.17.93.216	192.168.110.1

Dados de Histórico

Código:	03.002
Trimestre:	4º TRIMESTRE
Topico:	Demonstração das Variações Patrimoniais
Título:	319000000 Outras VPD - Pessoal e encargos
Orgao:	26419
Orgao Superior:	Não
Texto:	O IFRS realizou pagamento de salários, encargos sociais e benefícios de empregados cedidos, sendo favorecido Eletrosul Centrais Eletricas S/A

Itens

Código: 1.03.01.1.01.02.01.04.00.00.00.00.00.00.00.00.00-Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos

Anexos

ANEXO W - 03.003 Demonstração das Variações Patrimoniais - Exploração de bens, Direitos e Prestação de Serviços



Data e hora da consulta: 30/01/2018 09:18
Usuário: 41148509020

Dados de Auditoria

Versão	Data/Hora	Operação	CPF	Nome	UG do Usuário	IP do Usuário	IP do Servidor
0	25/01/2018 18:22	Inclusão	41148509020	LUIZ ANTONIO HINING	158141	200.17.93.216	192.168.110.1

Dados de Histórico

Código: 03.003
Trimestre: 4º TRIMESTRE
Topico: Demonstração das Variações Patrimoniais
Título: 433000000 Exploração de Bens , Direitos e Prestação de Servi
Orgao: 26419
Orgao Superior: Não
Texto: O IFRS realizou diversas atividades ao longo do exercício de 2017 que geram ganhos por alienação de bens, direitos e prestação de serviços, entre elas, com maior montante, aluguéis referente à concessão do espaço para a cantina nos campi e inscrição em concursos e processos seletivos.

Itens

Código: 1.03.01.1.01.01.03.03.00.00.00.00.00.00.00-Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços

Anexos

ANEXO X - 03.004 Demonstração das Variações Patrimoniais - Perdas Involuntárias



Data e hora da consulta: 30/01/2018 09:19

Usuário: 41148509020

Dados de Auditoria

Versão	Data/Hora	Operação	CPF	Nome	UG do Usuário	IP do Usuário	IP do Servidor
0	25/01/2018 18:24	Inclusão	41148509020	LUIZ ANTONIO HINING	158141	200.17.93.216	192.168.110.1

Dados de Histórico

Código:	03.004
Trimestre:	4º TRIMESTRE
Topico:	Demonstração das Variações Patrimoniais
Título:	363000000 Perdas involuntárias
Orgao:	26419
Orgao Superior:	Não
Texto:	O IFRS teve o registro de perda involuntária de softwares no campus Rio Grande (UG 158262), no valor de R\$ 121.889,58, de forma equivocada, por ocasião do registro de reclassificação de software com vida útil indefinida para vida útil definida e, no campus Restinga (UG 158326), no valor de R\$ 44.618,80, conforme processo 23369.000392.2017-90

Itens

Código:	1.03.01.1.01.02.06.03.00.00.00.00.00.00.00-Perdas Involuntárias
----------------	---

Anexos

ANEXO Y - 03.005 Demonstração das Variações Patrimoniais - Transferência a Instituições Privadas



Data e hora da consulta: 30/01/2018 09:20

Usuário: 41148509020

Dados de Auditoria

Versão	Data/Hora	Operação	CPF	Nome	UG do Usuário	IP do Usuário	IP do Servidor
0	25/01/2018 18:26	Inclusão	41148509020	LUIZ ANTONIO HINING	158141	200.17.93.216	192.168.110.1

Dados de Histórico

Código:	03.005
Trimestre:	4º TRIMESTRE
Topico:	Demonstração das Variações Patrimoniais
Título:	353000000 Transferências a Instituições Privadas
Orgao:	26419
Orgao Superior:	Não
Texto:	O IFRS transferiu os seguintes montantes à Instituições Privadas no exercício de 2017: R\$ 2.000,00 referente anuidade 2017 para Associação de Assessorias de Instituições de Ensino Superior Brasileiras para Assuntos Internacionais - FAUBAI; R\$ 1.500,00 referente anuidade 2017 para o Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia - FORTEC e; R\$ 1.500,00 referente anuidade 2016 para o Fórum Nacional de Pró-reitores de Pesquisa e Pós-graduação - FOPROP

Itens

Código:	1.03.01.1.01.01.05.03.00.00.00.00.00.00.00-Transferências das Instituições Privadas
----------------	---

Anexos

ANEXO Z - 03.006 Demonstração das Variações Patrimoniais - Desincorporação de Ativos



Data e hora da consulta: 30/01/2018 09:21
Usuário: 41148509020

Dados de Auditoria

Versão	Data/Hora	Operação	CPF	Nome	UG do Usuário	IP do Usuário	IP do Servidor
0	25/01/2018 18:28	Inclusão	41148509020	LUIZ ANTONIO HINING	158141	200.17.93.216	192.168.110.1

Dados de Histórico

Código: 03.006
Trimestre: 4º TRIMESTRE
Topico: Demonstração das Variações Patrimoniais
Título: 365000000 Desincorporação de Ativos
Orgao: 26419
Orgao Superior: Não
Texto: Em 2017, o IFRS registrou R\$ 26,6 milhões em baixa de obras em andamento, pelas conclusões da obra, para posterior registro no SPIUNET (99,8% do total da desincorporação de ativos)

Itens

Código: 1.03.01.1.01.02.06.05.00.00.00.00.00.00.00.00.00-Desincorporação de Ativos

Anexos

ANEXO AA - 03.007 Demonstração das Variações Patrimoniais - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Pessoal



Data e hora da consulta: 30/01/2018 09:21
Usuário: 41148509020

Dados de Auditoria

Versão	Data/Hora	Operação	CPF	Nome	UG do Usuário	IP do Usuário	IP do Servidor
0	25/01/2018 18:29	Inclusão	41148509020	LUIZ ANTONIO HINING	158141	200.17.93.216	192.168.110.1

Dados de Histórico

Código: 03.007
Trimestre: 4º TRIMESTRE
Topico: Demonstração das Variações Patrimoniais
Título: 319000000 Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Pessoal
Orgao: 26419
Orgao Superior: Não
Texto: O IFRS realizou o pagamento de R\$ 1,45 milhões para Eletrosul Centrais Elétricas S/A a título de pessoal requisitado, no exercício de 2017

Itens

Código: 1.03.01.1.01.02.01.04.00.00.00.00.00.00.00-Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos

Anexos

ANEXO BB - 03.008 Demonstração das Variações Patrimoniais - Depreciação, Amortização e Exaustão



Data e hora da consulta: 30/01/2018 09:22

Usuário: 41148509020

Dados de Auditoria

Versão	Data/Hora	Operação	CPF	Nome	UG do Usuário	IP do Usuário	IP do Servidor
0	25/01/2018 18:31	Inclusão	41148509020	LUIZ ANTONIO HINING	158141	200.17.93.216	192.168.110.1

Dados de Histórico

Código: 03.008

Trimestre: 4º TRIMESTRE

Topico: Demonstração das Variações Patrimoniais

Título: 333000000 Depreciação, Amortização e Exaustão

Orgao: 26419

Orgao Superior: Não

Texto: Em 2017, o IFRS depreciou o equivalente a 15,8% do total de bens móveis e 0,2% do total de bens imóveis, e amotizou o equivalente a 12,1% do total de softwares, através do sistema de controle patrimonial unificado para todas as Unidades, implantado durante o exercício

Itens

Código: 1.03.01.1.01.02.03.03.00.00.00.00.00.00.00.00.00-Depreciação, Amortização e Exaustão

Anexos

ANEXO CC - Notas Explicativas Balanço Orçamentário



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Reitoria
 Rua General Osório, 348 - Centro - Bento Gonçalves/RS - CEP 95700-086 - Fone (054) 3449-3300 - www.ifrs.edu.br

IFRS – Reitoria	
Fls. n°	Rubrica

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 4º TRIMESTRE 2017

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Estrutura institucional do Órgão

A estrutura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS, é composta por 18 unidades, pertencentes à administração indireta do Ministério da Educação, sendo 17 unidades constituídos sob a forma de autarquias, e 01 unidade como campus avançado.

Quadro 1 – Quadro síntese das unidades vinculadas ao IFRS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL					
Nº	SEDE	CNPJ	UG	GESTÃO	CONSTITUIÇÃO
1	IFRS - REITORIA	10.637.926/0001-46	158141	26419	AUTARQUIA/UG
2	IFRS - CAMPUS BENTO GONÇALVES	10.637.926/0002-27	158264	26419	AUTARQUIA/UG
3	IFRS - CAMPUS PORTO ALEGRE	10.637.926/0003-08	158261	26419	AUTARQUIA/UG
4	IFRS - CAMPUS SERTÃO	10.637.926/0004-99	158263	26419	AUTARQUIA/UG
5	IFRS - CAMPUS RIO GRANDE	10.637.926/0005-70	158262	26419	AUTARQUIA/UG
6	IFRS - CAMPUS CANOAS	10.637.926/0006-50	158265	26419	AUTARQUIA/UG
7	IFRS - CAMPUS OSÓRIO	10.637.926/0007-31	158327	26419	AUTARQUIA/UG
8	IFRS - CAMPUS RESTINGA	10.637.926/0008-12	158326	26419	AUTARQUIA/UG
9	IFRS - CAMPUS ERECHIM	10.637.926/0009-01	158325	26419	AUTARQUIA/UG
10	IFRS - CAMPUS CAXIAS DO SUL	10.637.926/0010-37	158328	26419	AUTARQUIA/UG
11	IFRS - CAMPUS FARROUPILHA	10.637.926/0011-18	158674	26419	AUTARQUIA/UG
12	IFRS - CAMPUS IBIRUBA	10.637.926/0012-07	158675	26419	AUTARQUIA/UG
13	IFRS - CAMPUS FELIZ	10.637.926/0013-80	158676	26419	AUTARQUIA/UG
14	IFRS - CAMPUS VACARIA	10.637.926/0014-60	158744	26419	AUTARQUIA/UG
15	IFRS - CAMPUS ROLANTE	10.637.926/0015-41	158743	26419	AUTARQUIA/UG
16	IFRS - CAMPUS ALVORADA	10.637.926/0016-22	158745	26419	AUTARQUIA/UG
17	IFRS - CAMPUS VIAMÃO	10.637.926/0017-03	158746	26419	AUTARQUIA/UG
18	IFRS - CAMPUS AVANÇADO VERANÓPOLIS	NÃO POSSUE	155129	26419	AUTARQUIA/UGR

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do SIAFI.

1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Órgão são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei Federal Nº 4.320/64, do Decreto-Lei Nº 200/1967, do Decreto Nº 93.872/1986, da Lei Complementar Nº 101/2000 (LRF). Abrangem também as NBCASP (Resoluções do CFC nº 1.134 A 1.137/2008 E nº 1.366/2011), (NBC T 16.6 R1 e 16.7 a 16.11); as NBC TSP (Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 A 10), as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 7ª edição; a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (Portaria STN nº 700/2014), bem como o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto.

IFRS – Reitoria	
Fls. n°	Rubrica

As NBC TSP citadas acima guardam correlação com as International Public Sector Accounting Standards – IPSAS, tendo em vista que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

As demonstrações contábeis consolidam as informações de todas as unidades vinculadas ao Órgão, e foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), que o utilizam para a execução orçamentária, financeira e patrimonial.

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

Compõe as notas explicativas as seguintes demonstrações contábeis:

- I. Balanço Patrimonial;
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A estrutura do orçamento público federal é estabelecida pelo Manual Técnico de Orçamento, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual – LOA, que dispõe sobre a previsão da receita e a fixação da despesa, no âmbito da União, compreende três orçamentos, quais sejam: a) o orçamento fiscal; b) o orçamento da Seguridade Social; e c) o orçamento de investimento das empresas estatais independentes, isto é, aquelas que não dependem de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para manutenção das suas atividades.

Todos os entes federativos elaboram seu próprio orçamento (estados, distrito federal e municípios), e da mesma forma, a União, no qual se insere o Orçamento do IFRS. Para fins de consolidação das contas públicas, critérios econômicos, contábeis, fiscais, orçamentários, entre outros, os recursos do ente União compreendem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

3.1 Conta Única do Governo Federal

Outro aspecto relevante associado às práticas e políticas contábeis refere-se à execução financeira, tanto no MEC quanto nos demais órgãos públicos federais. Por força do Decreto Nº 93.872/1986, todas as receitas e despesas orçamentárias e extraorçamentárias, isto é, todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado Conta Única, mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

3.2 Recursos Orçamentários x recursos financeiros

Na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. O “orçamento público é o instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais”. (www://transparência.gov.br/glossário/)

IFRS – Reitoria	
Fls. n°	Rubrica

Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, isto é, de uma lei, a denominada Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para maior entendimento, “pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades, atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária”. (<http://www.conass.org.br>)

Assim, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisa conter a execução orçamentária, ou seja, reduzir a emissão de empenhos (créditos orçamentários). A “despesa pública é a aplicação (em dinheiro), de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É o compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento”. (<http://www.transparencia.gov.br/glossario>)

3.3 Recursos Orçamentários x recursos financeiros

De acordo com a Lei Nº 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços.

No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte (“resíduos passivos”); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho (<http://portal.tcu.gov.br>)

Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

4. Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

4.1 Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais. A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

Fis. n°	Rubrica
---------	---------

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para a MEC e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei 4.320/1964.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para o MEC, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei Nº 4.320/1964.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentada na Demonstração das variações Patrimoniais. Com função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, o resultado patrimonial apurado não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

4.2 Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão. Pelo Balanço Financeiro é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua análise permite a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

4.3 Resultado Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto na Lei Nº 4.320/1964. Desse modo pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário; enquanto que o superávit é apresentado junto às despesas.

As colunas de “Previsão Inicial” e “Previsão Atualizada” da Receita conterão os valores correspondentes às receitas próprias ou aos decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão, consignados na LOA.

Fls. n°	Rubrica
---------	---------

Estudos da STN apontam que “o balanço orçamentário é estruturado para atender a um “ente público” e não para demonstrar as movimentações de créditos, pois os valores concedidos são iguais aos valores recebidos entre as unidades que compõem o ente. Entende-se por “ente”: União (OFSS), os estados, Distrito Federal e municípios. Portanto, a concepção de ente pode gerar confusão no BO de órgãos e UGs, pois não apresentará os valores da coluna “Dotação Inicial” e “Dotação Atualizada”, exceto receitas próprias ou recursos vinculados. Caso o órgão não possua essas duas origens de receita, o BO demonstrará apenas a execução do crédito, visualizada na coluna “Despesas Empenhadas”.

Os valores recebidos pelo IFRS, provenientes do MEC ou de outros Órgãos não são mais visualizados no “BO”, na coluna “Previsão Atualizada” da Receita, desde 2011, quando foi reformulada a sua estrutura pela STN. A justificativa para retirada da movimentação de créditos do Balanço Orçamentário foi a de que “crédito” e “dotação” não são sinônimos. Esta, corresponde aos valores fixados na LOA, enquanto aqueles correspondem aos valores movimentados pela execução orçamentária (dentro de um mesmo ente. Para identificar os créditos recebidos de outros órgãos não pertencentes à estrutura do MEC, deve-se gerar um relatório gerencial sobre “Movimentação Orçamentária”.

Cabe ressaltar que o total da “Despesa Empenhada” superior ao total da “Dotação Inicial” ou “Dotação Atualizada” pode acontecer em qualquer órgão e não representa um erro. Significa que, além do seu próprio orçamento, o órgão executou (empenhou) despesas com o orçamento de outros órgãos, por meio do recebimento de créditos orçamentários.

5. Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário – BO

A seguir, são detalhados os itens mais relevantes do demonstrativo contábil.

5.1 Receitas

Até o quarto trimestre de 2017, as receitas realizadas atingiram o montante de R\$ 2.040.007,08, enquanto que as despesas empenhas perfizeram o total de R\$ 397.974.047,63, gerando um resultado orçamentário deficitário de R\$ 395.934.040,55.

Essa disparidade pode ser justificada pelo fato de que a coluna Previsão Atualizada, assim como a das Receitas Realizadas contêm os valores correspondentes às receitas próprias arrecadadas pelo órgão, não se computando os créditos orçamentários recebidos correspondentes às despesas fixadas (Dotação Atualizada); e a de que os créditos orçamentários não são mais demonstrados no Balanço Orçamentário (BO), face à metodologia de elaboração do BO por “ente” e não por “órgão/UG”.

Para compreender essa situação, devemos nos reportar ao Balanço Financeiro e identificar que os recursos financeiros (Transferências Financeiras Recebidas – dependentes da execução orçamentária), registradas do lado dos Ingressos correspondem aos créditos orçamentários recebidos, e totalizam R\$ 415.192.123,96. Portanto, o total das disponibilidades financeiras (Receitas Arrecadadas e Transferências Financeiras Recebidas), no montante de R\$ 417.232.131,04, são suficientes para atender às despesas empenhadas até o quarto trimestre, que somaram R\$ 397.974.047,63, gerando ainda um resultado financeiro positivo no Balanço Financeiro (BF).

Pela análise da tabela a seguir, as despesas empenhadas (R\$ 397.974.047,63), alcançaram 99,81% do total da Dotação Atualizada (R\$ 398.715.211,00).

Tabela 1 – Receitas e Despesas por Categoria Econômica

Categoria Econômica	Previsão/Fixação	Realização/Execução	(%) Real/Exec	(%) AV
Receitas Correntes	1.260.538,00	2.028.721,58	160,94	99,45
Receitas de Capital	0,00	11.285,50	0,90	0,55
Total das Receitas	1.260.538,00	2.040.007,08	161,84	100,00
Despesas Correntes	392.303.552,00	389.822.098,40	99,37	97,95
Despesas de Capital	6.411.659,00	8.151.949,23	127,14	2,05
Total das Despesas	398.715.211,00	397.974.047,63	99,81	100,00
Superávit/(Déficit)		395.934.040,55	0,00	0,00

Fonte: SIAFI, 2017.

Na tabela a seguir, verifica-se que até o quarto trimestre de 2017, a Previsão Atualizada da Receita do MEC consignada na LOA, deduzida das respectivas anulações ou cancelamentos, foi de R\$ 1.260.538,00, representando uma redução da ordem de 9,12%, em relação ao exercício anterior. Quanto à Despesa Fixada (Dotação Atualizada), o total foi de R\$ 398.715.211,00, representando um acréscimo de 16,37%, se comparada com o exercício anterior.

Tabela 2 – Receitas e Despesas – Previsão Atualizada X Dotação Atualizada

Categoria Econômica	Previsão/Fixação2017	Previsão/Fixação2016	(%) AH
Receitas Correntes	1.260.538,00	1.387.087,00	-9,12
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,55
Total das Receitas	1.260.538,00	1.387.087,00	-9,12
Despesas Correntes	392.303.552,00	330.277.044,00	18,78
Despesas de Capital	6.411.659,00	12.353.566,00	-48,10
Total das Despesas	398.715.211,00	342.630.610,00	16,37

Fonte: SIAFI 2016, 2017.

Comparando-se as receitas realizadas até o quarto trimestre de 2017 com o mesmo período de 2016, verifica-se que tanto as receitas correntes quanto as receitas de capital tiveram uma evolução na sua arrecadação.

As receitas correntes tiveram um acréscimo de 49,47%, tal incremento, em termos monetários, foi de R\$ 671.432,65. Este resultado se deve principalmente em razão da arrecadação de inscrição em processos seletivos, bem acima do valor inicialmente previsto.

São da categoria econômica de "Receitas Correntes", que se destinam os recursos para pagamento de pessoal, encargos sociais e as despesas de custeio que financiam as atividades de manutenção administrativa, denominada de Outras Receitas Correntes.

Tabela 3 – Receitas Correntes e de Capital realizadas – Categoria Econômica

Categoria Econômica	Realização/Execução 2017	Realização/Execução 2016	(%) Real/Exec	Acréscimos em R\$
Receitas Correntes	2.028.721,58	1.357.288,93	49,47	671.432,65
Receitas de Capital	11.285,50	280,00	3.930,54	11.005,50
Total das Receitas	2.040.007,08	1.357.568,93	50,27	682.438,15

Fonte: SIAFI 2016, 2017.

IFRS – Reitoria	
Fls. n°	Rubrica

Na tabela seguinte, verifica-se que a maior concentração de receitas está em Receitas Correntes e que se comparadas entre iguais períodos dos exercícios de 2016 e 2017, observamos um acréscimo significativo

Ano Lançamento		2017	2016		
Natureza Receita		Receitas Realizadas	Receitas Realizadas	AH	AV/17
13100111	ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS-PRINCIPAL	111.444,99	104.715,24	6,43%	5,46%
13100112	ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS-MULTAS E JUROS	407,79	546,86	-25,43%	0,02%
14000011	RECEITA AGROPECUARIA-PRINCIPAL	326.111,85	458.028,47	-28,80%	15,99%
15000011	RECEITA INDUSTRIAL-PRINCIPAL	10.464,04	27.140,09	-61,44%	0,51%
16100111	SERV.ADMINISTRAT.E COMERCIAIS GERAIS-PRINC.	126.721,07	62.469,95	102,85%	6,21%
16100211	INSCR.EM CONCURSOS E PROC.SELETIVOS-PRINCIPAL	1.227.519,21	509.202,58	141,07%	60,17%
17000711	TRANSFERENCIAS DE PESSOAS FISICAS-PRINCIPAL		2.148,50	-100,00%	0,00%
19100111	MULTAS PREVISTAS EM LEGISL.ESPECIFICA-PRINC.	30.404,25	23.293,71	30,53%	1,49%
19100911	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS-PRINC.	4.796,55	50.508,27	-90,50%	0,24%
19210111	INDENIZ.P/DANOS CAUSADOS AO PATR.PUB.-PRINC.	578,17		0,00%	0,03%
19210311	INDENIZACAO POR SINISTRO-PRINCIPAL		6.946,08	-100,00%	0,00%
19220611	RESTIT.DE DESPESAS DE EXERC.ANTERIORES-PRINC.	122.270,20	30.805,37	296,91%	5,99%
19229911	OUTRAS RESTITUICOES-PRINCIPAL	67.951,30	81.442,89	-16,57%	3,33%
19239911	OUTROS RESSARCIMENTOS-PRINCIPAL	52,16	40,92	27,47%	0,00%
22130011	ALIENACAO DE BENS MOVEIS E SEMOVENTES-PRINC.		280,00	-100,00%	0,00%
24500011	TRANSF.DE OUTRAS INSTITUICOES PUBLICAS-PRINC.	11.285,50		0,00%	0,55%
Total		2.040.007,08	1.357.568,93	50,27%	100,00%

Fonte: SIAFI 2016, 2017

5.2 – Despesas

A despesa pública corresponde ao compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder Legislativo, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade, prevista/fixada no orçamento.

Na tabela abaixo, estão demonstradas a dotação atualizada e as respectivas despesas empenhadas (executadas), por grupo de despesa, conforme classificação orçamentária. Os grupos de Pessoal, Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes referem-se à categoria econômica Despesas Correntes: enquanto que os grupos de Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida reterem-se à categoria Despesas de Capital.

Pelos dados da tabela, todos os grupos de despesa tiveram uma evolução do quarto trimestre de 2016 para o mesmo período de 2017, com destaque para Pessoal e Encargos Sociais, apresentou o acréscimos de 23,53%, enquanto os Investimentos apresentaram uma redução na ordem de 48,10%.

Analisando o total das despesas empenhadas em relação ao total da dotação atualizada, foram executadas no exercício 2017 o equivalente a 99,81%, do orçamento previsto.

Tabela 4 – Despesas Fixadas e Empenhadas por Grupo – Composição

Item Informação	13		23		AH 2017 DOT	AH 2017 EMP/ DOT	
	DOTACAO ATUALIZADA		DESPESAS EMPENHADAS				
	014/2017	014/2016	014/2017	014/2016			
Mês Lançamento	Saldo R\$ (Item Informação)						
Grupo Despesa							
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	315.548.179,00	255.445.981,00	313.913.142,42	254.594.329,86	23,53	99,48
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	76.755.373,00	74.831.063,00	75.908.955,98	73.725.483,32	2,57	98,90
4	INVESTIMENTOS	6.411.659,00	12.353.566,00	8.151.949,23	19.807.313,68	(48,10)	127,14
Total		398.715.211,00	342.630.610,00	397.974.047,63	348.127.126,86	16,37	99,81

Fonte: SIAFI 2016, 2017

Ainda sobre a análise das despesas, verifica-se que o maior volume de gastos (despesas empenhadas), se concentra em Pessoal com acréscimo na ordem de 23,53% em relação ao exercício de 2016. Já quanto ao grupo de outras despesas correntes, as despesas que experimentaram maior crescimento foram referentes a serviços de consultoria (3390.35), com acréscimo de 1.502%, devido a contratação de empresa especializada para análise química sequenciamento de DNA para fins de pesquisas efetuadas no Campus Sertão, e aquisição de bens ou serviços destinados a distribuição gratuita (3390.32), com acréscimo de 227,01%, decorrentes da aquisição de merenda escolar, e que no exercício de 2016 boa parte foi contabilizada indevidamente como material de consumo, o que foi corrigido em 2017. Ao final se consideradas todas as naturezas de despesas, este grupo de alcançou uma variação pequena em relação ao exercício de 2016, equivalente a um acréscimo de apenas 2,96%, em razão de que não houve margem para expansão das despesas em razão da própria limitação orçamentária imposta a todos os órgãos. Quanto às despesas de capital, no exercício de 2017 empenhamos menos do que no exercício de 2016, representado um decréscimo de 58,84%, também em virtude das reduções orçamentárias na categoria de gastos de investimentos.

Tabela 5 – Despesas Fixadas e Empenhadas por Natureza da Despesa - Composição

GRUPO	Item Informação	13		23		AH 2017 DOT	AH 2017 EMP/EMI		
		DOTAÇÃO ATUALIZADA		DESPESAS EMPENHADAS					
		Saldo R\$ (Item Informação)		Saldo R\$ (Item Informação)					
	Métrica	014/2017	014/2016	014/2017	014/2016				
	Natureza Despesa								
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	319000	APLICACOES DIRETAS	1.365.835,60	605.240,25		125,67	#DIV/0!	
		319001	APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	18.272.214,91	15.844.910,74	18.272.214,91	15.844.910,74	15,32	15,32
		319003	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	3.884.595,20	3.102.291,43	3.884.595,20	3.102.291,43	25,22	25,22
		319004	CONTRATAÇÃO P/TEMPO DETERMINADO	8.841.159,84	9.728.925,79	8.841.159,84	9.728.925,79	(9,13)	(9,13)
		319007	CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	880.889,96	386.106,87	880.889,96	386.106,87	128,15	128,15
		319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	234.577.073,45	186.614.657,24	234.577.073,45	186.614.657,24	25,70	25,70
		319016	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	591.959,18	552.417,25	591.959,18	552.417,25	7,16	7,16
		319091	SENTENÇAS JUDICIAIS	475.401,39	765.138,56	365.472,29	458.019,54	(37,87)	(20,21)
		319092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.132.596,05	503.686,45	1.132.596,05	503.686,45	124,86	124,86
		319094	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	8.347,55		8.347,55		#DIV/0!	#DIV/0!
		319096	RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	1.221.499,11	971.828,14	1.221.499,11	971.828,14	25,69	25,69
		319100	APLICACOES DIRETAS - OPER. INTRA-ORÇAMENTARIAS	159.271,88	0,00			#DIV/0!	#DIV/0!
		319104	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1.752.001,89	1.961.427,04	1.752.001,89	1.961.427,04	(10,68)	(10,68)
		319113	OBRIGACOES PATRONAIS - OP. INTRA-ORÇAMENTARIAS	42.382.991,04	34.381.121,93	42.382.991,04	34.466.020,06	23,27	22,97
		319191	SENTENÇAS JUDICIAIS		24.190,00			(100,00)	#DIV/0!
		319192	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.351,95	4.038,31	2.351,95	4.038,31	(41,76)	(41,76)
			Total	315.548.179,00	255.445.981,00	313.913.142,42	254.594.329,86	23,53	23,30

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

5.3 Restos a Pagar

Para elaboração desta nota explicativa considerou-se a Execução dos Restos a Pagar Processados – RPP e Não Processados – RPNP, referente à execução pelo Órgão.

No encerramento do exercício de 2016 o IFRS havia inscrito em RPP, considerando também os RPP reinscritos, despesas no montante de R\$ 1.311.393,84. No encerramento do exercício de 2015, a inscrição e reinscrição de RPP, foi de R\$ 9.043.440,80, representando um decréscimo de 85,50%, conforme demonstrado na tabela adiante. Os Restos a Pagar Processados, correspondem às despesas que foram empenhadas e liquidadas até a data do encerramento do exercício, porém, pendentes de pagamento.

Quanto aos RPNP, no exercício de 2016, considerando-se inscritos e reinscritos, atingiram o montante de R\$ 28.448.526,39, enquanto que no exercício de 2015 foi na ordem de R\$ 26.902.329,75, representando um acréscimo de 5,75%. Os RPNP

IFRS – Reitoria	
Fls. n°	Rubrica

referem-se às despesas que, embora empenhadas não foram liquidadas (executadas), até 31 de dezembro.

Tabela 6 – Restos a Pagar Processados e Não Processados Inscritos e Reinscritos

RPP INSCRITOS E REINSCRITOS	(DEZEMBRO/2016)	(DEZEMBRO/2015)	AH
RPP INSCRITOS EM 31/12 DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.302.020,67	8.935.895,11	- 85,43
RPP INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	9.373,17	107.545,69	- 91,28
TOTAL	1.311.393,84	9.043.440,80	- 85,50
RPNP INSCRITOS E REINSCRITOS	(DEZEMBRO/2016)	(DEZEMBRO/2015)	AH
RPNP INSCRITOS EM 31/12 DO EXERCÍCIO ANTERIOR	25.951.847,32	21.990.081,44	18,02
RPNP INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.496.679,07	4.912.248,31	- 49,17
TOTAL	28.448.526,39	26.902.329,75	5,75

Fonte: SIAFI 2015, 2016, 2017.

A tabela seguinte demonstra que até o final do exercício de 2017, foram executados (liquidados), 99,59% e 81,02% do total das despesas inscritas na rubrica de RPP e RPNP, respectivamente (Correntes e de Capital).

Detalhando-se a execução das despesas por Categoria Econômica, as Despesas Correntes apresentaram a maior execução, correspondendo a 99,19% e 84,55%, e as Despesas de Capital, a 99,76% e 78,40%, respectivamente.

As Despesas de Capital compreendem aquelas “realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente, títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza, bem como as amortizações de dívida e concessões de empréstimos”. (<http://www.tesouro.gov.br/-/glossário>)

Tabela 7 – Execução de RPP e RPNP – Por Categoria Econômica

EXECUÇÃO DE RPP	1	2	(3) = (1) - (2)	4	(5) = (4) / (3)
CATEGORIA ECONÔMICA	RPP INSCRITOS + REINSCRITOS	RPP CANCELADOS	RPP INSCRITOS (-) CANCELADOS	RPP LIQUIDADOS	% EXEC
DESPESAS CORRENTES	403.028,90	2.356,99	400.671,91	397.420,65	99,19
DESPESAS DE CAPITAL	908.364,94	1.398,65	906.966,29	904.804,29	99,76
TOTAL	1.311.393,84	3.755,64	1.307.638,20	1.302.224,94	99,59
EXECUÇÃO DE RPNP	1	2	(3) = (1) - (2)	4	(5) = (4) / (3)
CATEGORIA ECONÔMICA	RPNP INSCRITOS + REINSCRITOS	RPNP CANCELADOS	RPNP INSCRITOS (-) CANCELADOS	RPNP LIQUIDADOS	% EXEC
DESPESAS CORRENTES	12.560.369,29	892.710,27	11.667.659,02	9.864.857,01	84,55
DESPESAS DE CAPITAL	15.888.157,10	136.986,81	15.751.170,29	12.348.635,66	78,40
TOTAL	28.448.526,39	1.029.697,08	27.418.829,31	22.213.492,67	81,02

Fonte: SIAFI 2017

ANEXO DD - Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005

Cursos de graduação que devem ofertar Libras como disciplina obrigatória	Cód. Curso (e-MEC)	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005	Publicação
Licenciatura em Física	121478	Bento Gonçalves	Sim	http://www.bento.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=44&sub=80
Licenciatura em Matemática	116144	Bento Gonçalves	Sim	http://www.bento.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=44&sub=3589
Licenciatura em Pedagogia	1118531	Bento Gonçalves	Sim	http://www.bento.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=44&sub=3138
Licenciatura em Matemática	1264321	Canoas	Sim	http://ifrs.edu.br/canoas/no-campus/cursos/superiores/curso-superior-de-licenciatura-em-matematica/
Licenciatura em Matemática	1126144	Caxias do Sul	Sim	http://www.caxias.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=12&sub=29
Formação de Professores para os Componentes Curriculares da Educação Profissional	1166990	Farroupilha	Sim	http://www.farroupilha.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=38&sub=534
Licenciatura em Letras – Português e Inglês	1304099	Feliz	Sim	http://www.feliz.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=167
Licenciatura em Química	1304097	Feliz	Sim	http://www.feliz.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=168
Licenciatura em Matemática	1156565	Ibirubá	Sim	http://www.ibiruba.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=30&sub=95
Licenciatura em Letras – Português/Inglês	1327403	Osório	Sim	http://www.osorio.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=18&sub=1641
Licenciatura em Matemática	1338287	Osório	Sim	http://www.osorio.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=18&sub=1867
Licenciatura em Ciências da Natureza – Biologia e Química	1117177	Porto Alegre	Sim	https://www.poa.ifrs.edu.br/index.php?option=com_ifrs&view=curso&id=15&Itemid=111
Licenciatura em Pedagogia	1167925	Porto Alegre	Sim	https://www.poa.ifrs.edu.br/index.php?option=com_ifrs&view=curso&id=16&Itemid=111
Licenciatura em Letras Português e Espanhol	1370467	Porto Alegre (Restinga)	Sim	http://www.restinga.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=81
Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional	1146300	Rio Grande	Sim	http://www.riogrande.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=20&sub=227
Licenciatura em Ciências Agrícolas	1103671	Sertão	Sim	http://www.sertao.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=19&sub=118
Licenciatura em Ciências Biológicas	1338870	Sertão	Sim	http://www.sertao.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=19&sub=2864
Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Básica e Profissional	1125918	Sertão	Sim	http://www.sertao.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=19&sub=664
Licenciatura em Ciências Biológicas	1376050	Vacaria	Sim	http://expansao.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=29&sub=1498

Fonte: Pró-reitoria de Ensino